Demonstrações Financeiras 2024

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a Adecoagro no Brasil registrou resultados consistentes, reflexo do compromisso do Grupo Adecoagro com a flexibilidade estratégica. Sustentados pela valorização de nossas pessoas e pelos investimentos constantes realizados ao longo dos anos, que nos permitem manter o foco na eficiência operacional em cada parte da cadeia produtiva, superamos os desafios impostos pelas condições climáticas e registramos um novo recorde histórico de moagem ao processar 12,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Com este volume, produzimos:

- 832 mil toneladas de açúcar,
- 533 mil m^3 de etanol,
- 743 mil MWh de energia elétrica exportados para a rede,
- 687.827 certificados de carbono (CBIOs).

Expandimos a área de cultivo graças à dedicação e ao esforço contínuo de uma equipe engajada para atravessar as adversidades climáticas que atingiram nossas regiões de atuação. Mantivemos o foco no cuidado e na reforma do canavial, garantindo indicadores de produtividade dentro das expectativas. O modelo de **safra contínua** que adotamos nos permitiu otimizar a utilização de instalações e equipamentos, reforçando a eficiência da operação. Adicionalmente, um fator muito importante para o desempenho alcançado foi a estratégia comercial que, junto à nossa capacidade de armazenagem, permitiu formar estoques para conseguirmos vender em momentos mais vantajosos e capturar os melhores preços de mercado.

A segurança, o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas seguem como prioridade. Implementamos diversas iniciativas voltadas à prevenção, conscientização e gestão de saúde e segurança, com treinamentos contínuos. A cada ano, o programa "Operar Seguro" promove ainda mais melhorias em processos, métodos, ferramentas e indicadores, com medidas preventivas de segurança aplicadas às operações agrícolas, industriais e administrativas.

Acreditamos que o crescimento contínuo é impulsionado pelo talento e dedicação das pessoas que fazem parte da Adecoagro. Pelo terceiro ano consecutivo, recebemos o certificado do Great Place To Work (GPTW), conquistando o 7º lugar entre as melhores empresas para se trabalhar no Centro-Oeste na categoria Grandes Empresas. Também integramos os rankings das "Melhores Empresas do Agronegócio Nacional", e das "175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil", refletindo a dedicação do Grupo Adecoagro em promover um ambiente de trabalho de alta performance, desenvolvimento e inclusão.

O compromisso com a sustentabilidade evolui de forma consistente. Desde o início de nossas operações, há mais de duas décadas, aprimoramos continuamente o modelo de produção sustentável. Por meio do Comitê de ESG, intensificamos a comunicação sobre os esforços para gerar valor econômico, ambiental e social, dentro de uma matriz de governança sólida.

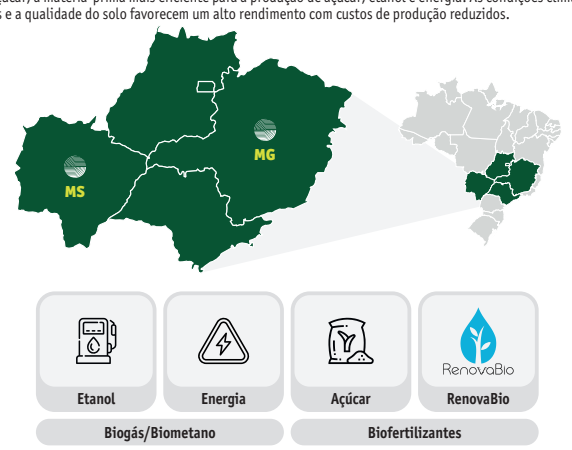
Em 2024, consolidamos avanços significativos nessa jornada, com impactos positivos já perceptíveis. Agências especializadas, como a Sustainalytics, posicionam a Adecoagro entre os líderes do setor em sustentabilidade. Em julho, para ampliar o projeto de geração de biogás e biometano a partir da vinhaça, anunciamos o investimento de R$ 225,7 milhões para quintuplicar a produção. Com o financiamento aprovado pela FINEP, serão construídos novos biodigestores para produzir até 30 mil Nm^3 de biometano, além da compra de novos equipamentos. Somado a isso, avançamos na evolução da biofábrica de mudas de cana, na unidade Angélica, e com a construção da nova fábrica de biofertilizantes na unidade Ivinhema.

Por fim, reafirmamos nosso reconhecimento às pessoas que fazem parte da Adecoagro. O comprometimento, a disciplina e a dedicação de nossos colaboradores são a essência do Grupo Adecoagro e a energia que nos mantém em crescimento. Agradecemos a cada um que contribuí para consolidarmos um caminho sólido, seguro e alinhado às metas da transição energética.

Renato Junqueira Santos Pereira
Vice-Presidente Açúcar, Etanol e Energia.

1. NOSSOS NEGÓCIOS

Nossas operações no Brasil estão situadas em Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, onde cultivamos cana-de-açúcar, a matéria-prima mais eficiente para a produção de açúcar, etanol e energia. As condições climáticas e a qualidade do solo favorecem um alto rendimento com custos de produção reduzidos.



Operamos um modelo de safra contínua, com colheita o ano todo nas unidades Angélica e Ivinhema, no Mato Grosso do Sul, maximizando a utilização das instalações e do maquinário.

Em 2024, o Grupo Adecoagro processou 12,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, estabelecendo um novo recorde histórico de moagem. Este volume resultou na produção de 832 mil toneladas de açúcar, 533 mil m^3 de etanol, 743 mil MWh de energia elétrica exportados para a rede e na geração de 688 mil certificados de carbono (CBIOs).

2. NOSSO DESEMPENHO OPERACIONAL

	Métrica	2024	2023	Var.%
Moagem				
Cana-de-açúcar moída	tons	12.762.597	12.497.423	2,1%
Produção				
Açúcar	tons	832.389	805.608	3,3%
Etanol	m^3	532.715	522.508	2,0%
Energia exportada	mwh	743.488	694.259	7,1%
CBIOs	Un.	687.827	402.183	71,0%
Área				
Plantação de cana-de-açúcar	hectares	212.996	198.747	7,2%
Área de expansão e renovação	hectares	35.979	33.844	6,3%

Em 2024, a moagem de cana aumentou em 266 mil toneladas em relação ao ano anterior, representando um crescimento de 2,1%.

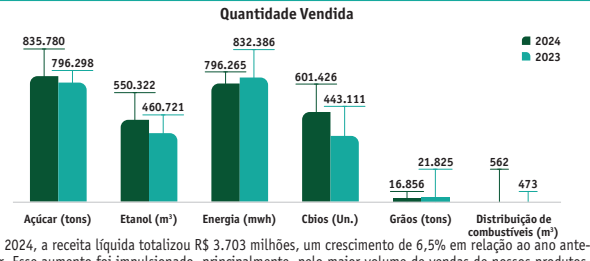
Este desempenho é resultado do investimento contínuo em maquinário eficiente e da adoção de técnicas agrícolas inovadoras, garantindo maior produtividade e eficiência em cada etapa da cadeia de valor. Como resultado, o ATR equivalente produzido foi 2,3% superior ao de 2023, sendo 52% destinado à produção de açúcar. Em 2024, nossa flexibilidade produtiva e eficiência industrial nos permitiram alcançar esse novo recorde na produção de açúcar.

3. NOSSO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Métrica	2024	2023	Var.%
Receita Líquida	R$/Mil	3.703.075	3.476.365	6,5%
EBITDA	R$/Mil	2.327.396	2.274.670	2,3%
Margem EBITDA	%	62,9%	65,5%	(3,9%)
EBIT	R$/Mil	969.714	1.077.527	(10,0%)
Margem EBIT	%	26,0%	31,0%	(16,1%)
Índice de liquidez corrente		2,02	1,97	2,5%
Dívida líquida	R$/Mil	2.514.304	2.344.344	7,2%
Alavancagem (Divida líquida/EBITDA)		1,08	1,03	4,9%

Receita Líquida

	R$/Mil		
	2024	2023	Var.%
Açúcar	2.132.916	2.063.078	3,4%
Etanol	1.322.840	1.164.217	13,6%
Energia	165.764	155.713	6,5%
Cbios	45.889	42.261	8,6%
Grãos	32.112	48.142	(33,3%)
Distribuição de combustíveis	2.912	2.378	22,4%
Outros	642	576	11,5%
Total receita líquida	**3.703.075**	**3.476.365**	**6,5%**
Total receita bruta	**4.035.081**	**3.708.547**	**8,8%**



Em 2024, a receita líquida totalizou R$ 3.703 milhões, um crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelo maior volume de vendas de nossos produtos. Comercializamos 40 mil toneladas de açúcar a mais em comparação a 2023, enquanto as vendas de etanol registraram um acréscimo de 89 mil m^3 e a comercialização de CBIOs apresentou um aumento de 158 mil certificados. Por outro lado, tivemos uma exportação de 36 mil MWh menor que o ano passado.

Um dos maiores desafios do ano foi o fator preço. No caso do açúcar, o preço líquido de venda sofreu uma queda de 2,7%; no etanol, a diminuição foi de 4,9%; já o preço de venda dos CBIOs caiu cerca de 20%. Por outro lado, o MWh de energia exportada registrou um incremento de 6%

EBITDA

O EBITDA totalizou R$ 2.328 milhões, representando um avanço de 2,3% em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelo aumento na receita líquida de venda, o ganho no *mark-to-market* da nossa posição de hedge de commodities e o reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos. Em contrapartida o EBITDA foi impactado negativamente pela queda na avaliação do modelo de ativo biológico e pelo declínio nos preços do Consecana que impactaram a cana colhida. Adicionalmente, as despesas com vendas registraram uma redução em comparação com 2023, reflexo da queda nos custos de frete para o transporte de açúcar.

Estoques

	Métrica	2024	2023	Var.%
Açúcar	tons	61.514	78.525	(21,7%)
Etanol	m^3	165.736	186.700	(11,2%)
CBIOs	Un.	123.633	37.232	232,1%
Biometano	*Nm^3*	2.179	–	100%
Outros		54	290	(81,4%)

Os estoques de passagem registraram uma redução de 21,7% para o açúcar e de 11,2% para o etanol em relação ao ano anterior.

Investimentos (CapEX)

	Métrica	2024	2023	Var.%
Plantio de cana-de-açúcar	R$/Mil	779.425	719.544	8,3%
Agrícola, industrial e outros	R$/Mil	504.305	531.284	(5,1%)
Capex Total		**1.283.730**	**1.250.828**	**2,6%**

Os investimentos em 2024 registraram um avanço de 2,6% em relação ao ano anterior. A evolução de 8,3% em plantio de cana-de-açúcar deve-se ao crescimento da área plantada combinado ao aumento do custo de plantio, impactado pela inflação nos preços dos insumos.

A redução de 5,1% nos investimentos agrícola e industrial está relacionada à diminuição de projetos de menor escala. Seguimos investindo na expansão da produção de biogás para ser convertido em biometano, que será utilizado para substituir parte do consumo de diesel da frota do Grupo Adecoagro.

Resultados financeiros

Durante o ano de 2024, a valorização do dólar frente ao real (28%) teve um impacto significativo nos resultados financeiros do Grupo Adecoagro, principalmente devido à variação cambial gerada pelos empréstimos denominados em dólar. No entanto, a Adecoagro aplica a política de *hedge accounting* sobre sua dívida, o que ajudou a mitigar os efeitos da volatilidade cambial nos resultados do exercício.

4. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com a Lei das S.A. e Estatuto Social do Grupo Adecoagro, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem, após as destinações legais obrigatórias. Em 2024, foram distribuídos R$ 82.954 do saldo de Reserva de lucros a distribuir. A proposta da administração é que o lucro do exercício, após a constituição da reserva legal, seja acrescentado ao saldo de Reserva de lucros a distribuir.

5. ESG - SUSTENTABILIDADE

PLANETA

Eficiência energética

Contribuímos para a redução da dependência de combustíveis fósseis por meio da produção e comercialização de etanol hidratado e anidro para grandes distribuidoras no Brasil. Além disso, nossas usinas em Angélica e Ivinhema (MS) aproveitam integralmente o bagaço da cana-de-açúcar para a geração de energia elétrica, suprindo parte das operações internas e fornecendo o excedente ao Sistema Nacional de Distribuição de Eletricidade.

Na Usina Ivinhema, produzimos o biogás a partir da vinhaça, purificando-o em biometano para abastecimento da frota interna. Reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade e com a eficiência energética, iniciamos a expansão do projeto de produção de biometano com a construção de novos biodigestores, o que nos permitirá alcançar um volume de produção de 10 milhões de Nm^3 de biometano.

Economia circular

Após o processamento da cana-de-açúcar para produção de açúcar e etanol, utilizamos o bagaço para geração de vapor e eletricidade. A maior parte da energia gerada é consumida internamente e o excedente, suficiente para atender mais de 1 milhão de pessoas no Mato Grosso do Sul, é fornecido ao Sistema Nacional de Distribuição de Eletricidade.

Além disso, outros subprodutos do nosso processo industrial são utilizados para a elaboração de biofertilizantes, devolvidos às nossas lavouras. As cinzas das caldeiras e a torta de filtro passam por compostagem para produção de adubo orgânico, enquanto a vinhaça é convertida em biofertilizantes e biogás nas Usinas Angélica e Ivinhema (MS).

Mudanças climáticas

Nossa estratégia climática está focada na redução das emissões de gases de efeito estufa, na circularidade por meio do reaproveitamento de subprodutos e no uso de fontes renováveis de energia.

A Adecoagro é destaque no Programa RenovaBio, que reconhece a eficiência ambiental do etanol, permitindo a comercialização de Créditos de Carbono (CBIOs). Fomos pioneiros nesse mercado, sendo a primeira produtora de biocombustíveis a realizar essa operação no Brasil, em junho de 2020.

Além disso, nossa usina de biogás em Ivinhema (MS) foi a primeira do país a obter autorização para emissão de Certificados de Gás Natural Renovável (GAS-REC), contribuindo para a descarbonização industrial e reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade.

Valor da Biodiversidade

A preservação da biodiversidade é essencial dentro do nosso modelo de produção sustentável. Em todas as nossas instalações, promovemos a harmonia entre a atividade produtiva e os ecossistemas locais, estabelecendo metas específicas que consideram as características únicas de cada ambiente e suas espécies. Por meio de monitoramentos regulares, acompanhamos a presença de diversas espécies de fauna e flora, garantindo que nossas operações não apenas respeitem, mas também contribuam ativamente para a preservação ambiental.

PESSOAS

Segurança do Trabalho

A segurança operacional é um valor inegociável da Adecoagro com seus colaboradores e contratados. Para isso, mantemos Comitês de Segurança e Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todos os níveis hierárquicos, com a participação ativa de colaboradores de diferentes áreas. Essas comissões têm como foco a definição de metas, indicadores e programas que garantem o mapeamento, classificação e monitoramento contínuo dos riscos, alinhados à metodologia e governança estabelecidas pelo Grupo Adecoagro. Com o Programa *Operar Seguro* buscamos a redução de perdas, a sensibilização da liderança, a gestão de riscos e a melhoria contínua, sustentando nossa cultura de segurança.

Dentre as iniciativas, destacamos a ferramenta *OPA!* (Observe, Pense e Aja), que orienta os colaboradores a agirem preventivamente ao identificar situações de risco. Esta abordagem visa sensibilizar todos sobre os riscos enfrentados, estimulando a reflexão sobre as possíveis consequências e a importância de garantir a segurança no ambiente de trabalho.

Adicionalmente, gestores das áreas operacionais participam regularmente de treinamentos focados na eliminação ou gestão de riscos, reforçando nosso compromisso com a vida e o bem-estar de todos.

Saúde e Bem-Estar

A Adecoagro, por meio do time de Gente & Gestão, dedica atenção especial à saúde e ao bem-estar de seus colaboradores, reconhecendo que esses aspectos são fundamentais para sua satisfação e desempenho. O Grupo Adecoagro adota boas práticas de mercado ao oferecer benefícios abrangentes, que vão além da remuneração, priorizando a qualidade de vida dos colaboradores e de seus dependentes. Esses benefícios refletem o reconhecimento do papel essencial que cada profissional desempenha para o sucesso organizacional.

Ao investir em benefícios atrativos, a Adecoagro fortalece o vínculo com sua equipe, cria um ambiente de trabalho mais saudável e motivador, e promove maior satisfação no trabalho. Isso resulta em redução do absenteísmo e aumento do engajamento dos colaboradores, impulsionando a produtividade e o comprometimento com os objetivos do Grupo Adecoagro.

São investidos mais de 65 milhões de reais em benefícios por ano, considerando:

- → Assistência Médica
- → Assistência Odontológica
- → Assistência Farmacêutica
- → Teleatendimento psicológico
- → Seguro de Vida
- → Alimentação
- → Check-up
- → Transporte de pessoal

Em 2014, a Adecoagro implementou o **Pra Você!**, um Programa de Qualidade de Vida que fortalece em nossa cultura, o cuidado com a saúde e o bem-estar dos colaboradores, colaboradoras e suas famílias. O objetivo é promover ações que melhorem a qualidade de vida no ambiente de trabalho e no cotidiano, criando um espaço saudável e seguro para todos.

As ações do programa abrangem os aspectos físicos, emocionais, mentais e espirituais dos nossos colaboradores e seus dependentes, promovendo uma abordagem integral de bem-estar.

Treinamento e desenvolvimento

Formação de Jovens Aprendizes

Com diversos programas de formação profissional, oferecemos oportunidades concretas às pessoas da nossa comunidade que desejam ter a sua primeira experiência profissional.

UniExcelência Adecoagro

A Adecoagro conta com uma universidade corporativa denominada UniEXcelência Adecoagro, composta por 5 academias que contribuem com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das nossas pessoas e da comunidade:

- Academia Conexão Adecoagro: voltada para o alinhamento estratégico e organizacional, com ênfase na visão do negócio e da empresa.
- Academia AcelerAção: para instrumentalizar as pessoas com ferramentas da qualidade, técnicas de análise e solução de problemas e melhoria contínua.
- Academia Excelência Operacional: para desenvolvimento das competências relacionadas às atividades e entregas. Produzir, operar, trabalhar com qualidade, segurança, produtividade e baixo custo.
- Academia Desenvolva: desenvolvimento das competências atitudinais por meio de conceitos e práticas de comportamentos observáveis e esperados.
- Academia de Líderes: desenvolvimento das competências de liderança, estruturada em 3 eixos - comportamentos dos líderes, desenvolvimento dos times e ferramentas de gestão e tomada de decisão.

Desenvolvimento Profissional

Capacitar é o Programa principal dentro da academia Excelência Operacional para Formação e Desenvolvimento Profissional, que oferece diferentes capacitações profissionais e cursos de aperfeiçoamento, tanto para nossos colaboradores quanto para potenciais talentos da comunidade.

A Adecoagro oferece uma ampla gama de cursos, tanto presenciais quanto on-line, por meio de nossa plataforma gamificada. Os cursos são voltados para o desenvolvimento de ferramentas de gestão, bem como de habilidades técnicas e comportamentais essenciais para o desempenho eficiente das diversas funções em nossas operações. Essa iniciativa visa aprimorar continuamente as competências de nossos colaboradores, garantindo uma equipe altamente capacitada e alinhada aos objetivos da empresa.

Desenvolvimento de Lideranças

Acreditamos que a formação de líderes é essencial para transformar cada colaborador em um agente de mudança dentro de suas equipes. Nosso objetivo é criar equipes diversificadas, que busquem um ambiente dinâmico e de melhoria contínua, com base nos valores da Adecoagro. Os líderes desempenham um papel crucial na realização desse propósito.

Por meio de nossos processos de avaliação e desenvolvimento de carreira, identificamos talentos e oferecemos capacitações intensivas para formar líderes e gestores de alta performance. Programas como Líder Trainee, Coordenador Trainee e Planos de Transição de Carreira são exemplos de iniciativas que visam fortalecer as competências de liderança, alinhando e engajando as equipes em um contexto de transformação e melhoria contínua, garantindo a excelência e o engajamento de todos os membros da organização.

Diversidade e inclusão

Na Adecoagro, a diversidade é um compromisso firme, refletido em nosso Código de Conduta. Acreditamos que, ao respeitar tanto a terra quanto as pessoas, contribuímos para uma sociedade mais justa, onde os direitos humanos são plenamente respeitados e vivenciados.

Nossa abordagem à diversidade visa promover a inclusão, integrar e potencializar as diferenças, criando possibilidades e estimulando o crescimento por meio dessas diferenças. Mantemos um ambiente de trabalho livre de discriminação e implementamos um programa de gestão que reforça nossa estratégia de diversidade, assegurando que todos os colaboradores se sintam valorizados e respeitados.

MULTI - Programa de Inclusão da Adecoagro

O Programa Multi busca promover um ambiente de trabalho inclusivo, livre de preconceitos e discriminação, valorizando as diferenças e permitindo que cada pessoa contribua com seu pleno potencial. O programa atua em cinco pilares: pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações e experiências, orientação sexual e raça e etnia.

Atualmente, o foco principal está na atração de Pessoas com Deficiência para as operações e no aumento da participação feminina nas equipes. Para isso, são promovidas ações de conscientização e capacitações sobre diversidade, por meio da área de Desenvolvimento Humano e Organizacional, em parceria com a área de Diversidade. Os treinamentos são disponibilizados na plataforma Engage e já alcançaram cerca de 700 lideranças e equipes de Gente & Gestão, impactando toda a organização. O programa também monitora indicadores específicos de diversidade de gênero e fortalece a cultura inclusiva por meio da disseminação dos aprendizados pelos líderes e canais internos.

Em 2022, avançamos com ações afirmativas, firmando parceria com a APAE de Ivinhema (MS) para implementar o Programa Emprego Apoiado, com o objetivo de ampliar a contratação de pessoas com deficiência. Estamos atentos a iniciativas importantes que lutam contra o preconceito e discriminação e estamos alinhados com:

ONU Mulheres

Os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) são um grupo de Princípios para o meio empresarial que oferecem orientação sobre como delegar poder às mulheres no ambiente de trabalho, mercado de trabalho e na comunidade.

Pacto Global

Aderimos a essa iniciativa no final do ano de 2023, uma forma de nos comprometer para implementar princípios universais de sustentabilidade e tomar medidas que apoiem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Comunidade

Educação

Desde 2009, o Projeto Escola Nota 10 tem contribuído para a melhoria da educação nos municípios de Angélica, Ivinhema e Novo Horizonte do Sul (MS), com foco no ensino fundamental (1º a 3º ano) das escolas públicas municipais. A iniciativa oferece material didático para professores e alunos, além de capacitação para os docentes.

Atualmente, o projeto está sendo reimplantado com um escopo ampliado, abrangendo do 1º ao 5º ano. Para fortalecer sua eficácia, estabelecemos parceria com o CENPEC, garantindo uma abordagem mais estruturada para atender às necessidades educacionais locais.

Território do Saber

O projeto Território do Saber promove a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas através do incentivo à leitura e já viabilizou:

- 12 bibliotecas implementadas
- 56 minibibliotecas com a doação de cerca de 14.500 livros.
- 1.859 capacitações de profissionais para contar história, gerando mais de 7.436 horas com conteúdo, beneficiando 10.290 pessoas.

Desenvolvimento local

A Adecoagro colabora ativamente com organizações sociais, creches, hospitais, cozinhas comunitárias, escolas, postos de saúde, bombeiros e polícia, com o objetivo de apoiar as comunidades onde estamos presentes. Nosso foco é fortalecer esse apoio e aprofundar nossa atuação nas localidades, estabelecendo uma comunicação direta que nos permite identificar as necessidades específicas das comunidades. Essa proximidade facilita nossa ação conjunta, promovendo alianças para alcançar objetivos comuns e melhorar a qualidade de vida nas regiões em que atuamos.

Programa Proteger

Nosso programa visa prevenir a violência em todas as suas formas, com foco na orientação e informação dos colaboradores e da comunidade sobre como denunciar e prevenir o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a cultura do estupro, a violência contra a mulher e o assédio sexual ou laboral. A iniciativa busca mobilizar a sociedade para criar um ambiente mais seguro e consciente.

Além disso, o programa reforça nosso compromisso intransigente com a erradicação de qualquer tipo de violência e trabalho infantil, não tolerando essas práticas de nossos fornecedores ou de quaisquer pessoas com quem mantemos relações.

- Childhood Brasil: realizamos diagnóstico e capacitamos profissionais da rede de atendimento para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.
- 100% dos nossos colaboradores passaram por treinamentos sobre prevenção da violência em parceria com o SESI - MS.
- +12.000 pessoas impactadas em nossas comunidades com nossas campanhas. Selo Social Amiga da Mulher: recebemos o reconhecimento por dois anos consecutivos do governo do estado de Minas Gerais.

Certificações

Bonsucro
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Avalia os impactos econômicos, sociais e ambientais, da produção de cana-de-açúcar, além de atender às exigências legais e monitorar a eficiência dos processos produtivos.

RenovaBio
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. O Renovabio faz parte da Politica Nacional de Biocombustíveis que estabelece metas anuais de descarbonização em nível nacional.

Fair Trade
Certificação concedida a nossos produtos orgânicos da Usina Monte Alegre (MG). As certificações "Fair Trade USA" e "Fair for Life" indicam nossa disposição e adesão ao cuidado e respeito pelas pessoas e pela terra.

adecoagro

Adecoagro Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Demonstrações Financeiras 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fambras Halal
Certificação conquistada para a produção da Usina Monte Alegre, que atesta que os produtos foram fabricados de acordo com os requisitos legais e os critérios estabelecidos nas leis e jurisprudências islâmicas.

Kosher
A certificação da produção na Usina Monte Alegre assegura que o processo industrial de uma linha de produção segue regras específicas da dieta judaica ortodoxa.

Great Place to Work
Nossas equipes no Brasil conquistaram a certificação Great Place to Work (GPTW), um reconhecimento às empresas que se destacam pela adoção de boas práticas e pela gestão eficiente de pessoas e do clima organizacional.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Este certificado de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural (UAAN) garante aos clientes que nossos armazéns foram construídos de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), reforçando a confiança em nossos produtos.

Energia Verde
As Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica da Adecoagro foram certificadas com o selo "Energia Verde", um reconhecimento destinado às usinas brasileiras que geram energia de maneira sustentável por meio da biomassa. Essa certificação destaca nosso compromisso com práticas energéticas renováveis e ambientalmente responsáveis, reforçando nosso papel na promoção da sustentabilidade.

Mais Integridade
O selo "Mais Integridade" é um reconhecimento que valida nosso compromisso com a ética, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental. Ele reflete os princípios que norteiam nossas práticas, reafirmando nossa dedicação em promover valores que fortalecem uma atuação responsável e alinhada às melhores práticas do mercado.

Agricultura Familiar
O Selo concedido à Usina Monte Alegre certifica nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar por meio da parceria com pequenos produtores da região onde cultivamos cana-de-açúcar de maneira colaborativa.

CARB
A Usina Angélica possui a Certificação Internacional *California Air Resources Board* (CARB), um requisito essencial para a exportação de etanol aos Estados Unidos. Essa certificação atesta a conformidade com rigorosos padrões ambientais, reafirmando nosso compromisso com práticas sustentáveis e excelência no mercado internacional.

FSSC 22000
A FSSC 22000 (*Food Safety System Certification*) é a "Certificação do Sistema de Segurança de Alimentos" concedida a Usina Monte Alegre. Seu objetivo é estabelecer um Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos capaz de assegurar que o alimento não cause efeitos adversos à saúde do consumidor, ou seja, livre de quaisquer tipos de contaminações e fraudes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	27	30	781.420	583.805
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	24.646	66.902
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	145.429	115.280
Estoques	9	–	–	724.427	722.379
Tributos a recuperar	10	3	32	245.589	82.137
Ativo biológico	11	–	–	431.108	563.812
Outros ativos	12	–	39	47.275	64.376
		30	101	2.399.894	2.198.691
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	7.241	11.882
Tributos a recuperar	10	–	–	160.740	118.547
Depósitos de causas judiciais	21.2	–	–	11.247	11.378
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	33.947	87.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	–	–	30.605	17.403
Outros ativos	12	–	–	26.879	25.227
		–	–	270.659	271.586
Investimentos	13	1.873.383	1.790.757	–	–
Imobilizado	14	–	–	3.387.496	3.167.870
Intangível	15	–	–	28.213	29.462
Direito de uso	16.1	–	–	2.078.375	1.822.818
		1.873.383	1.790.757	5.764.743	5.291.736
Total do ativo		1.873.413	1.790.858	8.164.637	7.490.427

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	22.1	54	70	409.671	374.849
Passivos de arrendamentos	17.2	–	–	240.451	199.458
Empréstimos	18	–	–	300.350	315.671
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	11.110	482
Salários e encargos sociais	19	–	–	124.583	133.907
Tributos a recolher	20	–	–	3.988	24.894
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	1.596	550
Adiantamento de clientes	22.2	–	–	87.857	63.379
Outros passivos	22.3	–	–	2.160	225
		54	70	1.181.766	1.113.415
Não circulante					
Fornecedores e outras obrigações	22.1	–	–	2.375	2.488
Passivos de arrendamentos	17	–	–	1.678.369	1.501.317
Empréstimos	18	–	–	2.995.374	2.612.478
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	24.663	
Provisão para causas judiciais	21.1	–	–	11.967	12.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	–	–	386.526	439.269
Outros passivos	22.3	–	–	3.011	3.570
		–	–	5.102.285	4.572.068
Total do passivo		54	70	6.284.051	5.685.483
Patrimônio líquido	26				
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social		1.164.733	1.164.733	1.164.733	1.164.733
Reservas de lucro		922.225	760.205	922.225	760.205
Ajuste de avaliação patrimonial		(213.599)	(134.150)	(213.599)	(134.150)
		1.873.359	1.790.788	1.873.359	1.790.788
Participação de não controladores		–	–	7.227	14.156
Total do patrimônio líquido		1.873.359	1.790.788	1.880.586	1.804.944
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.873.413	1.790.858	8.164.637	7.490.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas	29	–	–	3.703.075	3.476.365
Custos das vendas	30	–	–	(2.727.487)	(2.539.033)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos	11.2	–	–	205.648	479.473
Lucro bruto		–	–	1.181.236	1.416.805
Despesas com vendas	31	–	–	(232.039)	(239.254)
Despesas administrativas	31	(487)	(450)	(133.838)	(111.703)
Outras receitas, líquidas	32	–	–	154.355	11.679
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	13.2	245.272	309.770	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro		244.785	309.320	969.714	1.077.527
Receitas financeiras	33	–	11	128.965	34.659
Despesas financeiras	33	(67)	(41)	(811.366)	(730.836)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(67)	(30)	(682.401)	(696.177)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		244.718	309.290	287.313	381.350
Imposto de renda e contribuição social	23.2	–	–	(42.377)	(71.865)
Lucro líquido do exercício		244.718	309.290	244.936	309.485
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				244.718	309.290
Participação de não controladores				218	195
				244.936	309.485
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhares de ações				134.940.485	134.940.484
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$				1,81	2,29

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	244.718	309.290	244.936	309.485
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
(Perdas)/Ganhos com *hedge* de fluxo de caixa reflexo da investida, líquidos de impostos (Nota 27.3.b)	(79.193)	321.591	(79.193)	321.591
Total do resultado abrangente do exercício	165.525	630.881	165.743	631.076
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			165.525	630.881
Participação de não controladores			218	195
			165.743	631.076

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Atribuível aos acionistas da Controladora								
			Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial					
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Lucros a distribuir**	***Hedge accounting* reflexo**	**Custo atribuído reflexo**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Em 1º de janeiro de 2023		1.164.733	87.111	647.924	(460.563)	5.293	–	1.444.498	27.968	1.472.466
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	309.290	309.290	195	309.485
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	–	–	–	321.591	–	–	321.591	–	321.591
Total do resultado abrangente		1.164.733	87.111	647.924	(138.972)	5.293	309.290	2.075.379	28.163	2.103.542
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas										
Distribuição de dividendos retidos		–	–	(284.591)	–	–	–	(284.591)	–	(284.591)
Reversão de plano de remuneração em ações		–	–	–	–	–	–	–	(10.866)	(10.866)
Plano de remuneração em ações	34	–	–	–	–	–	–	–	8.360	8.360
Reembolso de ações restritas	34	–	–	–	–	–	–	–	(11.311)	(11.311)
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	5	5
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	–	–	–	–	(471)	471	–	–	–
Destinações do lucro:										
Constituição de reservas	27.2	–	15.464	294.297	–	–	(309.761)	–	–	–
Dividendos distribuídos	27.2	–	–	–	–	–	–	–	(195)	(195)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		–	15.464	9.706	–	(471)	(309.290)	(284.591)	(14.007)	(298.598)
Em 31 de dezembro de 2023		1.164.733	102.575	657.630	(138.972)	4.822	–	1.790.788	14.156	1.804.944
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	244.718	244.718	218	244.936
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	–	–	–	(79.193)	–	–	(79.193)	–	(79.193)
Total do resultado abrangente		1.164.733	102.575	657.630	(218.165)	4.822	244.718	1.956.313	14.374	1.970.687
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas										
Distribuição de dividendos retidos		–	–	(82.954)	–	–	–	(82.954)	–	(82.954)
Plano de remuneração em ações	34	–	–	–	–	–	–	–	8.754	8.754
Reembolso de ações restritas	34	–	–	–	–	–	–	–	(15.826)	(15.826)
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	–	–	–	–	(256)	256	–	–	–
Destinações do lucro:										
Constituição de reservas	27.2	–	12.236	232.738	–	–	(244.974)	–	–	–
Dividendos distribuídos	27.2	–	–	–	–	–	–	–	(75)	(75)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		–	12.236	149.784	–	(256)	(244.718)	(82.954)	(7.147)	(90.101)
Em 31 de dezembro de 2024		1.164.733	114.811	807.414	(218.165)	4.566	–	1.873.359	7.227	1.880.586

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	29	–	–	4.054.657	3.671.475
Receita referente a construção de ativos próprios	11/14	–	–	1.378.054	1.277.024
Outras receitas	32	–	–	184.841	4.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	–	–	(20.317)	(3.955)
		–	–	5.597.235	4.949.442
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	30/31/32	–	–	(1.558.455)	(1.359.815)
Despesas de transporte	31	–	–	(165.062)	(179.081)
Energia elétrica	31	–	–	(5.504)	(4.952)
Serviços de terceiros	31	(137)	(104)	(178.034)	(145.502)
Perda/recuperação de valores ativos	32	–	–	23.071	18.013
Outras despesas	31/32	(350)	(346)	(341.555)	(245.837)
		(487)	(450)	(2.225.539)	(1.917.174)
Valor adicionado bruto		(487)	(450)	3.371.696	3.032.268
Depreciação e amortização	14/15/16	–	–	(1.357.686)	(1.167.076)
Valor adicionado líquido produzido		(487)	(450)	2.014.010	1.865.192
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	13	245.272	309.770	–	–
Receitas financeiras	33	–	11	128.830	34.659
Valor adicionado total a distribuir		244.785	309.331	2.142.840	1.899.851
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta	31	–	–	(483.289)	(457.004)
Benefícios	31	–	–	(125.739)	(111.514)
FGTS	31	–	–	(37.730)	(35.156)
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais	29/31/32	–	–	(255.447)	(129.529)
Estaduais	29/31/32	–	–	(180.794)	(119.019)
Municipais	29/31/32	–	–	(386)	(340)
Despesas financeiras	33	(67)	(41)	(790.914)	(726.881)
Aluguéis	31	–	–	(23.823)	(11.118)
Dividendos distribuídos	DMPL	–	(182.191)	–	(182.191)
Lucros retidos do exercício	DMPL	(244.718)	(127.099)	(244.718)	(127.099)
Valor adicionado distribuído		(244.785)	(309.331)	(2.142.840)	(1.899.851)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		244.718	309.290	287.313	381.350
Ajustes					
Depreciação e amortização (i)	14/15	–	–	1.022.908	872.439
Depreciação direito de uso (i)	16.1	–	–	334.774	324.704
(Reversão)/*impairment* de perdas por irrecuperabilidade de ativos	32/33	–	–	(1.115)	6.270
Variação no valor justo do ativo biológico e produto agrícola	11	–	–	(205.648)	(479.473)
Juros sobre passivos de arrendamentos	17	–	–	125.634	121.051
Resultado na alienação/baixa do ativo imobilizado	32	–	–	31.796	14.621
Impairment de contas a receber	33	–	–	3.479	3.955
Resultado créditos fiscais reconhecidos	32	–	–	(118.807)	–
Plano de pagamento baseado em ações	34	–	–	8.754	(2.506)
Resultado de participações societárias	13	(245.272)	(309.770)	–	–
Resultados instrumentos derivativos	7	–	–	950	(48.355)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio	33	–	–	344.992	348.480
Resultado financeiros, líquido de *hedge accounting*	33	–	(11)	244.807	229.553
Ganho ajuste do valor justo	30/32	–	–	(49.585)	(38.404)
Provisão para causas judiciais	21	–	–	(979)	1.308
		(554)	**(491)**	**2.029.273**	**1.734.993**
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber e demais contas a receber	8	–	–	(28.850)	(50.346)
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	118.216	(37.649)
Estoques	9	–	–	65.490	(81.078)
Ativos biológicos	11	–	–	338.352	486.659
Tributos a recuperar	10	28	(2)	(153.277)	(20.880)
Depósitos judiciais	21.2	–	–	131	(1.823)
Outros ativos	12	39	(39)	15.446	(24.713)
Fornecedores e outras obrigações	22.1	(16)	52	(2.161)	55.672
Salários e encargos sociais	19	–	–	(9.324)	35.465
Tributos a recolher	20	–	–	(19.862)	2.624
Adiantamento de clientes	22.2	–	–	24.478	(81.200)
Outros passivos	22.3	–	–	1.376	1.708
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		**(503)**	**(480)**	**2.379.288**	**2.019.432**
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	–	–	(9.615)	(9.055)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(503)**	**(480)**	**2.369.673**	**2.010.377**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens do ativo imobilizado (i)	14	–	–	(1.213.533)	(1.178.071)
Aquisições de ativos intangíveis	15	–	–	(4.915)	(5.328)
Recebimento de aplicações e juros recebidos	33	–	11	13.331	9.491
Lucros distribuídos de controlada da Companhia (i)		83.454	284.849	–	–
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado		–	–	9.107	11.522
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**83.454**	**284.860**	**(1.196.010)**	**(1.162.386)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ingressos de empréstimos	18	–	–	1.017.578	938.029
Amortização de empréstimos	18	–	–	(1.145.738)	(982.718)
Juros pagos (i)	18	–	–	(258.111)	(199.319)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	33	–	–	11.583	(38.501)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(82.954)	(284.591)	(82.954)	(284.591)
Lucros distribuídos a não controlador	24	–	–	(359)	(1.248)
Pagamentos de operações com arrendamentos	17.2	–	–	(502.222)	(460.746)
Ações restritas reembolsadas	34	–	–	(15.825)	(11.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(82.954)**	**(284.591)**	**(976.048)**	**(1.040.405)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(3)	(211)	197.615	(192.414)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30	241	583.805	776.219	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**27**	**30**	**781.420**	**583.805**	

(i) As transações das atividades que não impactaram o caixa estão apresentadas na Nota 28.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Atividades operacionais: A Adecoagro Brasil Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na capital do Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em empresas sediadas no Brasil. Seu principal controlador é a Adecoagro LP SCS, com sede em Luxemburgo, subsidiária direta da Adecoagro S.A. (Nota 1.2). A Companhia exerce a atividade de controladora do Grupo Adecoagro no Brasil "Grupo", com participação societária em empresas controladas (adiante denominadas "controladas"), as quais atuam na produção de açúcar e etanol, na co-geração e comercialização de energia elétrica e na produção, processamento, armazenamento, comercialização, importação e exportação de produtos relacionados à agricultura. **1.2. Grupo Adecoagro:** O Grupo Adecoagro (o "Grupo Adecoagro") está presente na Argentina, Brasil, Uruguai e Chile com atividades relacionadas a produção de grãos, arroz, oleaginosas, amendoim, lácteos e seus derivados, açúcar e etanol, em terras próprias e de parceria agrícola, além da co-geração de energia elétrica biogás e biometano. No Brasil, suas operações compreendem a produção de etanol, açúcar, energia elétrica, soja, milho, biometano/biogás, operação arroz, leite e derivados, entre outras, nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina e está representado pelas seguintes empresas, que em conjunto formam o "Grupo Adecoagro Brasil": • Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP", a Companhia, controladora do Grupo); • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI", *Holding* operacional); • Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA" Controlada indireta); • Adecoagro Energia Ltda. ("AEN" Controlada indireta); • Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC" Controlada indireta); • Angélica Energia Ltda. ("AEL" Controlada indireta); • Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET" Controlada indireta); • Ivinhema Energia Ltda. ("IEL" Controlada indireta) (Sem operação); • Adecoagro Biogás Ltda. ("ABL" Controlada indireta) (Sem operação); • Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB", controlada de Adecoagro LP SCS); e • Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP", controlada de Adecoagro LP

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

adecoagro

Adecoagro Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Demonstrações Financeiras 2024

SCS). Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de rateio conforme mencionado na Nota 24.1. O Grupo Adecoagro Brasil é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A., sediada em Luxemburgo.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mais-valia de itens do ativo imobilizado registrada em 2009. Os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos estão ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: 2.1.1. Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela Companhia e pelo Grupo pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2024, na avaliação da Companhia não foram identificados impactos significativos para divulgação. A seguir está uma relação dos CPC's: **(a)** CPC 32 Tributos sobre o Lucro: E dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "*GloBE effective tax rate*" ou alíquota efetiva *GloBE*. Essa regra entrou em vigor em 2024. **(b)** Alterações CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros/Evidenciação: Em maio de 2023, o IASB alterou as normas IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, para estabelecer novos requerimentos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores, porém em 2024 sem impacto para a Companhia. **(c)** Alterações CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Em outubro de 2022, o IASB alterou a norma IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis, para aprimorar os requisitos de divulgação relacionados a dívidas de longo prazo sujeitas ao cumprimento de "*covenants*". As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1° de janeiro de 2024 e, portanto, a Companhia as aplicou a partir destas demonstrações financeiras, conforme apresentado na nota 18. **(d)** Alterações CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Em dezembro de 2024, o IASB alterou as normas IFRS 9/CPC48 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para esclarecer e adicionar alguns requisitos, incluindo divulgações, relacionados a determinados contratos de compra de energia. Essas alterações estarão vigentes a partir de 1° de janeiro de 2026 e a Companhia não espera impactos materiais nas Demonstrações Financeiras. **(e)** Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBIO): Em outubro de 2024, o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO) que trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como dos passivos associados. A OCPC 10 é efetiva para períodos iniciados em, ou após, 1° de janeiro de 2025 e a Companhia não espera alterações materiais em suas políticas contábeis em função da referida orientação técnica. **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 24 de abril de 2025. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras refere-se aos diretores administradores eleitos e designados no estatuto social. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **(c) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". **2.2.1. Consolidação:** As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os lucros ou prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente: • Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP" ou "Companhia"); • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI" ou *Holding* operacional); • Usina Monte Alegre Ltda. "UMA"; • Adecoagro Energia Ltda. "AEN"; • Monte Alegre Combustíveis Ltda. "MAC"; • Ivinhema Energia Ltda. "IEL"; • Angélica Energia Ltda. "AEL"; • Methanum Engenharia Ambiental Ltda. "MET"; e • Adecoagro Biogás Ltda. "ABL" (Sem operação). **2.3. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e o Grupo atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e do Grupo, também a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** A Companhia e suas controladas avaliam os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos por elas e classificam os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e/ou suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. (Nota 5.1). **(b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado, cujo modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal (Nota 5.1). **(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidas para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.4.3. Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado e a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de *hedge accounting* atualizada em 1° de julho de 2021, é como segue: **(a) Instrumentos de *hedge*:** Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - "ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE"); **(b) Objeto de *hedge*:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (US$), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciado na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. **(c) Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. **2.5.1. *Hedge* de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio até a realização do objeto de *hedge* e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.6. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **2.7. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo ou valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **3.1. Valor justo dos ativos biológicos: 3.1.1. Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da utilização de dados internos e da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) Entradas de caixa: (i) produtividade estimada para a área plantada dos canaviais, (ii) quantidade de - ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) e a curva de US$ futuro. (ii) Saídas de caixa: (i) custos necessários para os tratos culturais futuros até o momento da colheita, (ii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, (*iii*) máquinas e equipamentos e mão de obra), (iv) custo de oportunidade da planta portadora (ativo contributório) e (v) taxa de desconto (Nota 11). Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. O resultado nessa avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (*i*) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (*ii*) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% na média móvel de 3 meses, no preço futuro do açúcar (tela da bolsa de Nova Iorque, Sugar #11) e na projeção do preço do etanol para o exercício de 2024, resultaria no aumento ou redução de R$ 47.854 no valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar TCH variasse para mais ou para menos em 5%, o valor justo do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em R$ 61.82. **3.1.2. Lavoura de grãos:** O Grupo considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, a: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto e (iii) curva US$ futuro. (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos) e (iv) taxa de desconto. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos da variável preço da saca de soja, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro da soja (tela da bolsa de Chicago -CBOT), resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R$ 831 no valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2024. **3.2. Imposto de renda, e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem contabilmente os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros de cada uma das entidades, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **3.3. Tratamentos fiscais incertos:** De acordo com a interpretação ICPC 22, a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias, ou seja, nos últimos 5 anos. Na avaliação da administração não foram identificados impactos da referida interpretação. **3.4. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração do Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.5. Taxa incremental de juros sobre arrendamentos:** A administração do Grupo estima uma taxa incremental sobre os arrendamentos considerando a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante. O CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos que possuem características similares. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa, utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercadorias agrícolas de sua produção e adquiridas de terceiros, quando for o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. **4.1.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. O Grupo contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. **(a) Risco com taxa de juros:** O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala local de Standard and Poor's e/ou Fitch. O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado. A ocorrência de "descompassos" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("*hedging*") disponíveis no mercado (*swap*), conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. **(c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de suas carteiras de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, com baixo risco de inadimplência:

		Consolidado
Produto	**Quantidade de clientes**	**%**
Etanol	58	41%
Açúcar VHP	12	50%
Açúcar cristal	10	1%
Energia elétrica	30	4%
Soja	3	1%
Cbios	3	1%

A quantidade e porcentagem de clientes apresentadas referem-se à representatividade de vendas centralizadas em relação às vendas totais do exercício social. As operações realizadas com a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A. (Nota 24), empresa integrante do Grupo Adecoagro com sede no Uruguai, correspondem a, aproximadamente, 40% das vendas totais da Companhia (2023 - 45%) e 38% das vendas da Companhia e suas controladas (2023 - 44%), e são representadas, principalmente, pelas vendas de açúcar VHP. **(d) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, bem como aportes de capital, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

					Consolidado
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores e outras obrigações (i)	409.671	2.375			412.046
Empréstimos (i)	526.344	1.065.864	970.975	1.744.817	4.308.000
Passivos de arrendamentos (i)	345.496	462.758	1.088.689	1.199.798	3.096.741
Instrumentos financeiros derivativos	11.110	18.480	6.183	–	35.773
Em 31 de dezembro de 2024	**1.292.621**	**1.549.477**	**2.065.847**	**2.944.615**	**7.852.560**

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores. Divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações. **4.1.2. Risco climático:** As alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de commodities agrícolas, por vezes gerando choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços, alteração da qualidade e interrupção no abastecimento dos produtos por elas afetados. Nesse contexto, a capacidade de produção e entrega do produto pode ser adversamente afetada, gerando dificuldade ou impedimento do cumprimento das obrigações. Para mitigar esse risco a equipe agrícola do Grupo mantêm um acompanhamento diário e planeja alternativas no caso de eventos climáticos extremos. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, com terceiros e partes relacionadas, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira do Grupo, em 31 de dezembro, pode ser assim sumariado:

			Consolidado
	Nota	**2024**	**2023**
Empréstimos	18	3.295.724	2.928.149
Menos: caixa e equivalentes de caixa	6	(781.420)	(583.805)
Total dívida líquida		2.514.304	2.344.344
Total do patrimônio líquido		1.880.586	1.804.944
Total do capital		4.394.890	4.149.288
Índice de alavancagem financeira - %		**57**	**56**

Os passivos de arrendamento (Nota 17) não estão sendo considerados como parte da dívida líquida do Grupo, por se tratar de operação vinculada a contratos de parceria agrícola (operacional), compra de cana-de-açúcar e locação de bens e seus efeitos não impactam nos *covenants* (Nota 18) do Grupo. **4.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment),* estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos ativos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo com instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo que são mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro.

									Consolidado
					2024				2023
	Nota	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Mensurado ao valor justo por meio do resultado									
Ativos									
Instrumentos financeiros derivativos (i)	7	7.691	50.902	–	58.593	66.902	87.149	–	154.051
Ativo biológico (ii)	11.2	–	–	431.108	431.108	–	–	563.812	563.812
Outros investimentos	12	–	–	6.736	6.736	–	–	4.542	4.542
		7.691	50.902	437.844	496.437	66.902	87.149	568.354	722.405
Passivos									
Instrumentos financeiros derivativos (i)	7	–	35.773	–	35.773	–	482	–	482
		–	35.773	–	35.773	–	482	–	482

(i) O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. (ii) O valor justo dos ativos baseados em inserções de premissas de mercado e internas são considerados de nível 3. Dentro desse nível o Grupo considera o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos (Nota 11) e alguns outros investimentos minoritários de empresas não listadas em bolsa.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Com base no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a administração avaliou quais os modelos de negócios se aplicavam aos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas e os classificou nas devidas categorias da nova norma. Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão registrados por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Os principais efeitos são demonstrados a seguir:

5.1. Ativo, conforme o balanço patrimonial:

		Controladora
	2024	**2023**
	Custo amortizado	**Custo amortizado**
Caixa e equivalente de caixa	27	30
	27	30

			Consolidado
	Custo amortizado	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2024			
Caixa e equivalentes de caixa	781.420	–	781.420
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	152.670	–	152.670
Depósitos de causas judiciais	11.247	–	11.247
Instrumentos financeiros derivativos	–	58.593	58.593
Outros investimentos (Nota 12)	–	6.736	6.736
	945.337	65.329	1.010.666
Em 31 de dezembro de 2023			
Caixa e equivalentes de caixa	583.805	–	583.805
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	127.162	–	127.162
Depósitos de causas judiciais	11.378	–	11.378
Instrumentos financeiros derivativos	–	154.051	154.051
Outros investimentos (Nota 12)	–	4.542	4.542
	722.345	158.593	880.938

5.2. Passivo, conforme o balanço patrimonial:

		Controladora
	2024	**2023**
	Custo amortizado	**Custo amortizado**
Fornecedores e outras obrigações	54	70
	54	70

			Consolidado
	Custo amortizado	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2024			
Passivos de arrendamentos	1.918.820	–	1.918.820
Empréstimos	3.295.724	–	3.295.724
Instrumentos financeiros derivativos	–	35.773	35.773
Fornecedores e outras obrigações	412.046	–	412.046
Contas a pagar - processos trabalhistas (Nota 22.3)	2.442	–	2.442
	5.629.032	35.773	5.664.805
Em 31 de dezembro de 2023			
Passivos de arrendamentos	1.700.775	–	1.700.775
Empréstimos	2.928.149	–	2.928.149
Instrumentos financeiros derivativos	–	482	482
Fornecedores e outras obrigações	377.337	–	377.337
Contas a pagar - processos trabalhistas (Nota 22.3)	2.312	–	2.312
	5.008.573	482	5.009.055

5.3. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: A análise de sensibilidade das variações dos ativos e passivos financeiros apresentou a exposição ao risco específico de cada tipo de instrumento financeiro, levando em conta o fator de risco a que cada um está exposto (taxa de câmbio, taxa de juros ou precificação) e considerando três possíveis cenários de variação (5%, 25% ou 50%).

				Consolidado
				Impactos no resultado
	Fator de risco	**Cenários prováveis a 5%**	**Cenários possíveis a 25%**	**Cenários possíveis a 50%**
Caixa e bancos - no exterior (US$)	Queda na taxa de câmbio R$/US$	(27.083)	(135.414)	(270.827)
Aplicações financeiras	Alta na curva de juros CDI	586	2.788	5.856
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R$/US$	(580)	(2.898)	(5.796)
Empréstimos	Alta na taxa de câmbio R$/US$	(31.746)	(158.728)	(317.457)
Empréstimos	Alta na curva de juros IPCA	(5.016)	(25.078)	(50.156)
Instrumentos financeiros derivativos:				
Futuros de açúcar (i)	Alta no preço da commoditie R$/US$	6.873	29.302	57.338
Contratos de swap	Alta na curva de juros IPCA	14.583	34.543	61.051
Contratos de swap	Alta na curva de juros CDI	(782)	(3.923)	(7.870)

(i) Refere-se aos instrumentos financeiros contratados como cobertura dos estoques e/ou da safra 2025.

›››

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

adecoagro

Adecoagro Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Demonstrações Financeiras 2024

5.4. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Consolidado	
	2024	2023
Instrumentos de *hedge accounting* (i):		
Empréstimos em moeda estrangeira com variação cambial em dólar - liquidado (ii)	1.006.868	1.822.870
Empréstimos em moeda estrangeira com variação cambial em dólar - não liquidado	1.789.575	1.774.821
	2.796.443	3.597.691
Instrumentos financeiros (não derivativos):		
Variação cambial de financiamentos	(95.435)	459.026
Variação cambial de financiamentos reflexa	(24.555)	28.233
	(119.990)	487.259
Tributos diferidos sobre os itens acima	40.797	(165.668)
	(79.193)	321.591

(i) São designados para *hedge accounting* apenas o principal das dívidas em moeda estrangeira. (ii) O Grupo possui dívidas que foram designadas como *hedge accounting* na data de início de cada relação da *hegde* para proteção da variação cambial das receitas de exportação prováveis futuras (objeto de *hedge)*, porém que tiveram sua liquidação financeira antecipada. Neste caso, considerando que a receitas futuras continuam prováveis e que a relação de *hedge* continua efetiva. O Grupo, conforme previsto no CPC 48, mantém o saldo acumulado da variação cambial atrelado a tais dívidas liquidadas represado no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), que será reciclado ao resultado no momento em que a receita de exportação for efetivada.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com realização em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos - no Brasil	22	26	2.545	6.600
Caixa e bancos - no exterior (US$)	–	–	542.127	457.531
Total de caixa e bancos	22	26	544.672	464.131
Fundos de investimentos/CDB (i)	5	4	43.244	13.636
Operações compromissadas (ii)	–	–	193.362	106.038
Outros	–	–	142	–
Total de aplicações financeiras	5	4	236.748	119.674
Total de caixa e equivalentes de caixa	27	30	781.420	583.805

(i) Refere-se aplicações com remuneração entre 96% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2023 - com remuneração entre 25.94% e 85.05% da variação do CDI), com liquidez imediata e sem risco de mudança de valor. (ii) Refere-se às aplicações com remuneração entre 85% e 98% da variação do Certificado de Depósitos de Interbancário (CDI) (2023 - com remuneração entre 65% e 85% da variação do CDI), com liquidez imediata e sem risco de mudança de valor.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (CONSOLIDADO)

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para negociação e são classificados no ativo ou passivo circulante e não circulante conforme o prazo de liquidação.

Operações em aberto:

			Consolidado	
	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com *commodities*:				
Contratos de futuros - açúcar (i)	7.691	–	66.902	–
Operações com financiamentos:				
Swap de indexadores (ii)	50.902	35.773	87.149	482
	58.593	35.773	154.051	482
Circulante	(24.646)	(11.110)	(66.902)	(482)
Não Circulante	33.947	24.663	87.149	–

(i) Margem enviada a corretoras que garantem a posição Ativa, sem disponibilidade imediata. As operações com contratos futuros de açúcar foram contratadas pelo Grupo com o objetivo de proteção dos preços das respectivas commodities agrícolas no mercado futuro dos estoques e safra futura. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada "AVI" possui 910 contratos futuros de açúcar (1.800 de vendas e 890 de compras), e 106 contratos de venda com operações *Over The Counter* "*OTC*", equivalentes a 46.228 e 5.384 toneladas, e valores de *notional* de US$ 19.357.477 e US$ 2.508.680, respectivamente. (2023 - 3.085 contratos futuros de venda de açúcar e 2.200 de OTC, equivalentes 156.718 e 111.760 toneladas, e valores *notional* de US$ 79.404.049 e US$ 55.693.394). (ii) Em dezembro de 2020, a controlada "AVI", celebrou uma operação de *swap* de taxa de juros com o Itaú BBA no valor total de R$ 400.000. Nessa operação a Companhia recebe IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais 4,24% ao ano e paga CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais 1,85% ao ano. Esse swap está vinculado às debêntures de emissão da Companhia, com pagamentos de juros semestralmente até dezembro de 2026 e do principal anualmente a partir de dezembro de 2024. Em julho de 2024, a controlada "AVI", celebrou , celebrou três operações de swap de taxa de juros sendo (i) R$ 76 milhões com o Itaú BBA, recebe IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) + 6,80% ao ano e paga CDI (Certificado de Depósito Interbancário) + 0,49% ao ano, com vencimento em julho de 2034; (ii) R$ 115 milhões com o BR Partners, recebe IPCA + 6,76% ao ano e paga CDI + 0,41% ao ano, com vencimento em julho de 2031; e (iii) R$ 209 milhões com a XP Investimentos, recebe taxa prefixada de 12,61% ao ano e paga CDI + 0,48% ao ano, também com vencimento em julho de 2031.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo ou valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber clientes:		
Clientes nacionais (i)	56.507	108.697
Clientes estrangeiros	11.592	12.482
Menos: provisão para *impairment* de contas a receber de clientes (ii)	(1.305)	(1.871)
Contas a receber clientes com partes relacionadas:		
Clientes nacionais	6	–
Clientes estrangeiros (iii)	67.557	7.522
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 24)	302	–
Adiantamento a fornecedor (Nota 24)	17.786	–
Partes relacionadas liquidas (Nota 24)	225	332
	152.670	127.162
Circulante	(145.429)	(115.280)
Não circulante	7.241	11.882

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses títulos não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor já provisionado. Os dias de vencimento dos clientes são segregados conforme abaixo:

				A vencer			Vencidos
Período	Até 30	Entre 30-60	Entre 60-90	Após 90	Até 30	Entre 30-60	Após 90
2024	127.321	1.090	6.633	16.848	265	219	294
2023	28.235	4.984	55.887	18.121	7	9	19.919

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a controlada "AVI" possui contas a receber referente as vendas de créditos de ICMS no montante de R$ 13.894 (2023 - R$ 16.241). (ii) As operações são provisionadas através do modelo de perda esperada e conforme as políticas de *impairmen*t do Grupo (Nota 2.4.3). (iii) Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía saldo a receber com Adecoagro Uruguay S.A. no montante de R$ 66.938 e com Adeco Agropecuária S.A. no valor de R$ 619 (2023-R$ 7.522).

9. ESTOQUES (CONSOLIDADO)

Os estoques do Grupo são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, se inferior ao valor líquido de realização, é constituída provisão para desvalorização desses estoques a mercado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda, aplicados a venda da produção agrícola. O Grupo utiliza o método de custeio por absorção para a produção industrial e o valor líquido de realização para a produção agrícola.

	Consolidado	
	2024	2023
Produto acabado:		
Etanol anidro	33.149	132.731
Etanol hidratado	417.620	338.570
Açúcar VHP	118.985	133.515
Açúcar cristal	8.461	8.514
Açúcar orgânico	–	4.123
CBIOs (i)	8.174	3.770
Óleo Diesel	229	1.292
Álcool saneante	62	163
Biometano	16	–
Provisão para perda ao valor realizável líquido (ii)	(696)	(7.156)
	586.000	615.522
Insumos agrícolas	67.753	42.085
Combustíveis e lubrificantes	5.931	5.306
Materiais auxiliares, de manutenção e outros	73.489	67.636
Provisão para perda ao valor realizável líquido (ii)	(8.746)	(8.170)
	724.427	722.379

(i) O programa Renovabio "CBIO", faz parte da política nacional de biocombustíveis instituída pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017 e regulamentado pelo Ministério de Minas e Energia através da Portaria 419/2019. Para obtenção do crédito e sua disponibilização para venda, as companhias necessitam da certificação, a qual estabelece as métricas para conversão do biocombustível vendido em CBIO realizada por entidade certificadora independente. Após as vendas dos produtos e escrituração dos créditos por órgão específico (SERPRO), são negociados em bolsa de valores ("B3"). Os CBIOs são registrados a valor justo nos estoques quando do seu reconhecimento inicial em contrapartida ao custo das vendas do etanol, e então ficam subsequentemente mensurados a custo ou valor realizável líquido (dos dois o menor) até serem vendidos. Quando negociados são baixados em contrapartida ao custo das vendas de CBIOs, e a receita de venda classificada como receita de contrato com clientes em contrapartida a caixa e equivalentes de caixa. (ii) No Grupo a provisão para perda ao valor realizável líquidos dos estoques, refere-se a CBIOS, etanol, álcool saneante e diesel e é utilizada para reduzir o valor do estoque quando for inferior ao valor mercado, com base nas vendas futuras ou na melhor expectativa de realização. Os estoques de produtos acabados têm a seguinte composição em quantidade:

	Consolidado	
	2024	2023
Etanol anidro - metros cúbicos	11.643	50.910
Etanol hidratado - metros cúbicos	154.093	135.790
Açúcar VHP - toneladas	56.753	71.608
CBIOs - unidade	123.633	37.232
Açúcar cristal - toneladas	4.761	5.083
Açúcar orgânico - toneladas	–	1.834
Óleo diesel - metros cúbicos	48	262
Álcool saneante - toneladas	6	28
Biometano - normal metros cúbicos	2.179	–

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	–	–	217.337	199.201
PIS - COFINS (ii)	–	–	181.871	13.059
Reintegra - PIS/COFINS (iii)	–	–	2.366	1.747
Imposto sobre produto industrializado - IPI (iv)	–	–	1.932	1.103
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (v)	–	–	779	983
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (vi)	3	32	333	696
Imposto de renda da pessoa juridica - IRPJ (vii)	–	–	5.702	86
Contribuição social sobre lucro - CSLL	–	–	11	5
Impairment créditos fiscais de ICMS (i)	–	–	(4.002)	(16.196)
	3	32	406.329	200.684
Circulante	(3)	(32)	(245.589)	(82.137)
Não circulante	–	–	160.740	118.547

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
2025	–	47.108
2026	72.508	48.231
2027	76.158	23.208
2028	12.074	–
	160.740	118.547

(i) O ICMS a recuperar será compensado com os débitos apurados nas vendas de etanol hidratado no mercado interno, com o DIFAL (diferença entre as alíquotas interna e interestadual) na compra de materiais de uso e consumo ou imobilizado, na venda de etanol anidro tributado ou pela venda dos créditos a terceiros. Os créditos de ICMS relacionados aos imobilizados serão utilizados na proporção determinada pela legislação fiscal aplicável. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo compensou partes dos créditos com os tributos a recolher (Nota 20). O *impairment* dos créditos de ICMS refere-se ao deságio que a controlada "AVI" espera aplicar como desconto nas negociações de venda dos créditos fiscais de ICMS. Esses créditos estão sendo negociados com empresas do Estado do Mato Grosso do Sul, que possuam débitos de ICMS. (ii) O PIS - COFINS se refere a créditos vinculados, substancialmente, à operação de aquisição de insumos, e pode ser utilizado na dedução de PIS-COFINS incidentes em vendas com saídas tributáveis e a parte vinculada à exportação e à receita com produto tributado à alíquota zero, pode ser utilizada para compensação de outros tributos administrados pela Receita Federal. Em 2024, a Companhia e sua Controlada "UMA" compensou parte dos créditos com os tributos a recolher (Nota 20). Crédito fiscal extemporâneo corresponde ao montante de R$ 99.084 de PIS e COFINS calculado sobre as receitas de etanol na sistemática do "ad rem" no período de 2008 a 2022, relacionado ao tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, decorrente de Ação Declaratório com trânsito em julgado com base no RE nº 574.706 do STF. (iii) O REINTEGRA é vinculado às operações de exportação, esse crédito será utilizado para compensação de outros tributos federais administrados pela Receita Federal. (iv) O IPI - créditos vinculados a compra de insumos para industrialização do açúcar cristal tributado à alíquota zero, após a transmissão dos pedidos de ressarcimento, os valores serão utilizados para compensação de outros tributos federais administrados pela Receita Federal. (v) INSS sobre venda futura de etanol, energia e açúcar cujas remessas ainda não se efetivaram. (vi) O IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte são decorrentes de antecipações realizadas por instituições financeiras, relacionado a operações de aplicações financeiras (rendimentos). O IRRF será utilizado para compensações de outros tributos federais administrados pela Receita Federal, sendo que a compensação somente pode ser realizada após a transmissão da ECF - (Escrituração Fiscal Digital da Companhia). (vii) Em 2024, reconhecemos de crédito de IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica, decorrente do reconhecimento de 25% da Subvenção do ano de 2024. Parte do valor reconhecido foi utilizado para compensar IRPJ e CSLL do ano de 2024, sendo que a formalização da compensação somente poderá ser realizada após a transmissão da ECF - (Escrituração Fiscal Digital) do Grupo.

11 ATIVO BIOLÓGICO (CONSOLIDADO)

• **Cana-de-açúcar:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuí área total cultivável de 195.459 hectares (2023 - 181.647 hectares) de terras cultiváveis no estado do Mato Grosso do Sul e 17.537 hectares (2023 17.101) no estado de Minas Gerais, totalizando 212.996 hectares (2023 - 198.747) em terras de parceria agrícola. Essa cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar, etanol e energia. Em 2023, na controlada "UMA", as atividades de cana orgânica foram descontinuadas e o canavial incorporado ao canavial de cana convencional. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros sendo mensurado a custo, durante o estágio de brotação a planta emerge do solo e tem o seu crescimento biológico passando ser mensurado desde esse momento a valor justo. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, e produz em média seis safras. Quando existem terras próprias as lavouras plantadas e as plantas portadoras, são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, exceto quanto a inclusão do custo de oportunidade destes ativos contributórios no fluxo de caixa descontado para mensuração do ativo (Nota 3.1). • **Grãos:** Em 31 de dezembro de 2024, as lavouras de soja são mensuradas pelo valor justo menos as despesas de vendas, a partir do momento que possuir transformação biológica significativa. **11.1. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos: 11.1.1. Modelo e premissas da cana-de-açúcar:** (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produtividade estimada para a área plantada dos canaviais (TCH); (ii) quantidade de Açucar Total Recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar e (iii) média móvel de 3 meses de preço de mercado futuro (Sugar #11). (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para os tratos culturais futuros até o momento da colheita (ii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra, (iii) custo de oportunidade da planta portadora (ativo contributório) e (v) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa dos 12 meses futuros a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação e, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

	Consolidado	
	2024	2023
Área total estimada de colheita (ha)	184.253	172.157
Produtividade prevista (ton/ha)	71	80
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	129	130
Preço médio projetado de ATR (R$)	1,30	1,24

A taxa de desconto (antes dos impostos) utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 1,3% (2023. Em 31 de dezembro de 2024, essa taxa é de 13,61% a.a. (2023 - 14,44% a.a.). **11.1.2. Modelo e premissas dos grãos:** Quando houver transformação biológica relevante dos ativos biológicos (grãos), a Companhia considera no modelo premissas utilizadas na determinação do valor justo que representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras, os quais são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja, (ii) do preço do mercado futuro de cada produto e (iii) curva US$ futuro. (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos), e (iv) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, são determinados os fluxos de caixa futuros a serem gerados e trazidos os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Varação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

	Consolidado	
	2024	2023
Área total estimada de colheita (ha)		
Área de soja com crescimento de ativo biológico significativo	2.596	2.703
Área de soja sem crescimento de ativo biológico significativo	8.206	5.194
	10.802	7.897

(c) As lavouras plantadas no final do exercício que não apresentaram crescimento biológico significativo na data das demonstrações financeiras, foram avaliadas ao custo de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 1,3%. (2023 - 2,5%). Em 31 de dezembro de 2024, essa taxa é de 13,61% a.a. (2023 - 14,44% a.a.).

11.2. Movimentação do valor justo dos ativos biológico:

						Consolidado
			2024			2023
	Cana (i)	Grãos	Total	Cana (i)	Grãos	Total
Custo histórico	437.706	22.306	460.012	378.096	21.714	399.810
Valor justo	107.545	(3.745)	103.800	167.601	3.587	171.188
Saldo inicial em 1º de janeiro	**545.251**	**18.561**	**563.812**	**545.697**	**25.301**	**570.998**
Tratos culturais (i)	439.603	61.596	501.199	402.281	38.252	440.533
Depreciação direito de uso/parceria agrícola (ii)	266.977	–	266.977	288.732	–	288.732
Reduções decorrentes da colheita (iii)	(1.076.130)	(30.398)	(1.106.528)	(1.165.734)	(50.190)	(1.215.924)
Variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas (iv)	216.679	(11.031)	205.648	474.276	5.197	479.473
Saldo final de ativos biológicos:	**392.380**	**38.728**	**431.108**	**545.252**	**18.560**	**563.812**
Composto por:						
Custo histórico	432.512	43.781	476.293	437.707	22.305	460.012
Valor justo	(40.132)	(5.053)	(45.185)	107.545	(3.745)	103.800
Saldo final de ativo biológicos	**392.380**	**38.728**	**431.108**	**545.252**	**18.560**	**563.812**

(i) Refere-se a tratos culturais de cana soca e de grãos capitalizados no ano, a serem apropriados no ano seguinte, conforme o avanço da colheita. (ii) Os custos incorridos no ativo biológico de elaboração incluem os relacionados a cana de parceiros agrícolas. Esses custos, consideram os contratos de parceria incluídos na norma CPC 06 R2, os quais impactaram o ativo através da depreciação do direito de uso, como também os custos de compra de cana de contratos de parceria pura, ou seja, os que não estão enquadrados na norma. (iii) Em 31 de dezembro de 2024, do valor total da redução do ativo biológico decorrente da colheita de cana de açúcar do Grupo é no montante de R$ 1.076.134 (2023 - R$ 1.165.734), o montante de R$ 1.030.924 (2023 - R$ 1.121.933) compõe o custo de produção industrial e o montante de R$ 45.206 (2023 - R$ 43.742) foi capitalizado como custo da planta portadora no "Ativo imobilizado". (iv) A variação no valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos se refere ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrado no resultado do exercício em contrapartida do custo da cana-de-açúcar colhida que integrará o custo de produção do açúcar e do etanol, mais o resultado apurado na valorização a mercado do ativo biológico não colhido. Em 31 de dezembro de 2024, a controladora "AVI" teve ganhos de R$ 366.193 pela cana colhida e perdas de R$ 152.893 pela cana não colhida e perdas de R$ 7.906 pelos grãos colhidos e perdas de R$ 5.179 pelos grãos não colhidos (2023 - ganhos de R$ 556.630, perdas de R$ 65.685 e ganhos de R$ 7.799 e perdas de R$ 3.359 respectivamente). A controlada "UMA" teve perdas de R$ 1.836 pela cana colhida e ganhos de R$ 5.216 pela cana não colhida e ganhos de R$ 1.927 pelos grãos colhidos e ganhos de R$ 127 pelos grãos não colhidos (2023 - perdas de R$ 24.198, ganhos de R$ 7.529, ganhos de R$ 1.144 e perdas de R$ 387 respectivamente).

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora	Consolidado	
	2023	2024	2023
Adiantamentos de salários	–	7.599	6.430
Adiantamentos a fornecedores (i)	39	22.166	24.387
Adiantamentos a parceiros agrícolas (ii)	–	16.049	12.702
Despesas antecipadas (iii)	–	21.604	41.542
Outros investimentos (iv)	–	6.736	4.542
	39	74.154	89.603
Circulante	(39)	(47.275)	(64.376)
Não circulante	–	26.879	25.227

(i) Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais de cana-de-açúcar, são demonstrados ao custo. (ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo realizou adiantamentos a parceiros agrícolas contratados, mas onde a área cultivável (ativo subjacente) ainda estava pendente de transferência de posse pelo parceiro agrícola. (iii) O Grupo possui despesas antecipadas referente a apropriação com despesas com exportação de açúcar, etanol, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, IPVA e licenciamentos de veículos, seguros de veículos, máquinas, equipamentos e edifícios entre outros. (iv) O montante refere-se basicamente a investimentos não relevantes que o Grupo possui junto ao Centro de Tecnologia Canavieira S.A "CTC" demonstrado ao valor justo. Em 2023, o "CTC" realizou a reorganização de ações alterando o montante de ações de 3.605 para 1.442.000 ações ordinárias, equivalente a 0,45% de participação (2023 - o Grupo possuía 3.605 ações, equivalente a 0,45%).

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. As demonstrações financeiras individuais das controladas (Nota 2.2) foram preparadas pela Administração da Companhia e foram aprovadas em 28 de março de 2025.

13.1. Informações sobre as investidas:

	Milhares de ações	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Em 31 de dezembro de 2024				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.337.865	100%	1.879.884	245.272
Em 31 de dezembro de 2023				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.336.865	100%	1.804.374	309.769

13.2. Movimentação dos investimentos em controladas:

	Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.
Em 1º de janeiro de 2023	1.444.245
Participação nos lucros de controladas	309.770
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	321.591
Distribuição de dividendos	(284.849)
Em 31 de dezembro de 2023	1.790.757
Em 1º de janeiro de 2024	1.790.757
Participação nos lucros de controladas	245.272
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(79.193)
Distribuição de dividendos	(83.453)
Em 31 de dezembro de 2024	1.873.383

14. IMOBILIZADO

Edifícios, equipamentos, plantas portadoras, dependências e benfeitorias, instalações industriais, máquinas e equipamento de informática e comunicação, móveis, utensílios, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias estimadas, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com exceção das plantas portadoras, cujo método é de produtividade ao longo da vida útil. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. A vida útil do ativo imobilizado é revisada, no mínimo anualmente. Os valores residuais e a revisão da vida útil dos ativos são baseados na utilização econômica do bem. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009, são reconhecidos com base no disposto no CPC 27 e ICPC 10. Programas de manutenção preventiva importantes realizados como parte da inspeção e revisão anual (Manutenção Preventiva de Entressafra, a "entressafra"), devem ser reconhecidos como parte do valor contábil do item do imobilizado como reposição, atendendo aos critérios de reconhecimento de ativos, e depreciados durante o período de safra seguinte. As despesas de manutenção que não impactam a vida útil econômica dos ativos são reconhecidas como despesas quando são incorridas. Os itens substituídos são baixados. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação entre os valores obtidos na venda e o valor contábil e são reconhecidos na linha "Outras receitas operacionais, líquidas" da demonstração consolidada do resultado.

14. 1. Consolidado:

	Terras e terrenos	Plantas Portadoras	Edifícios, dependências e benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Veículos	Obras em andamento (i)	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2023	**7.466**	**1.469.535**	**256.064**	**319.181**	**7.062**	**669.494**	**22.298**	**33.020**	**38.893**	**2.823.013**
Adições (ii)	–	719.544	9.225	2.678	2.899	176.910	2.443	12.605	113.547	1.039.851
Gastos com manutenção de entressafra (iii)	–	–	7.878	23.396	522	149.857	1.230	22.766	–	205.649
Baixas	–	–	(4.191)	(9.537)	(22)	(7.612)	(7.429)	(1.996)	–	(30.787)
Transferências para tributos a recuperar (iv)	–	–	–	–	–	(1.456)	–	–	–	(1.456)
Transferências	3	44.226	(20.368)	17.544	73	61.586	(313)	(400)	(102.351)	–
Depreciação (v)	–	(417.246)	(44.026)	(54.191)	(3.156)	(310.138)	(4.323)	(34.432)	–	(867.512)
Impairment	(162)	–	–	(724)	(2)	–	–	–	–	(888)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.307**	**1.816.059**	**204.582**	**298.347**	**7.376**	**738.641**	**13.906**	**31.563**	**50.089**	**3.167.870**
Custo total	7.469	4.386.580	454.478	519.659	25.648	1.749.325	32.905	159.310	50.089	7.385.463
Depreciação e *impairment* acumulado	(162)	(2.570.521)	(249.896)	(221.312)	(18.272)	(1.010.684)	(18.999)	(127.747)	–	(4.217.593)
Valor residual	**7.307**	**1.816.059**	**204.582**	**298.347**	**7.376**	**738.641**	**13.906**	**31.563**	**50.089**	**3.167.870**

>>>

adecoagro

Adecoagro Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Demonstrações Financeiras 2024

	Terras e terrenos	Plantas Portadoras	Edifícios, dependências e benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Veículos	Obras em andamento (i)	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2024	**7.307**	**1.816.059**	**204.582**	**298.347**	**7.376**	**738.641**	**13.906**	**31.563**	**50.089**	**3.167.870**
Adições (ii)	–	779.425	768	2.187	4.168	174.623	6.176	7.154	97.430	1.071.931
Gastos com manutenção de entressafra (iii)	–	–	5.810	15.820	–	143.284	–	41.970	–	206.884
Baixas	–	(13.405)	(313)	(1.953)	(188)	(23.450)	(519)	(955)	–	(40.783)
Transferências para tributos a recuperar (iv)	–	–	–	–	–	(1.662)	–	–	–	(1.662)
Transferências	–	–	32.745	12.764	680	27.621	697	392	(74.899)	–
Depreciação (v)	–	(561.484)	(37.297)	(45.612)	(2.616)	(308.809)	(3.365)	(57.561)	–	(1.016.744)
Em 31 de dezembro de 2024	**7.307**	**2.020.595**	**206.295**	**281.553**	**9.420**	**750.248**	**16.895**	**22.563**	**72.620**	**3.387.496**
Custo total	7.469	5.152.600	493.189	546.680	27.284	2.016.526	38.650	202.244	72.620	8.557.262
Depreciação e *impairment* acumulado	(162)	(3.132.005)	(286.894)	(265.127)	(17.864)	(1.266.278)	(21.755)	(179.681)	–	(5.169.766)
Valor residual	**7.307**	**2.020.595**	**206.295**	**281.553**	**9.420**	**750.248**	**16.895**	**22.563**	**72.620**	**3.387.496**
Taxa anual de depreciação - %		17%	11%	6%	20%	12%	14%	24%		

(i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se à ampliação da capacidade de produção e à renovação de equipamentos, maquinarias e instalações nas unidades industriais do Grupo. (ii) Com a adoção do CPC 06 (R2), os custos da planta portadora passaram a incluir também a adição das depreciações do direito de uso e sua respectiva capitalização de juros dos contratos de parceria agrícolas, exclusivamente para os gastos realizados durante o período de formação da lavoura, tanto nos casos de expansão como de renovação. (iii) Em 2024 e 2023 os gastos com manutenção de entressafra estão alocados entre classes para melhor apresentação dos saldos. (iv) No exercício de 2024, o Grupo reclassificou para o custo de aquisição dos bens do ativo imobilizado o montante de R$ 1.662 (2023 - R$ 1.456) no grupo como tributos a recuperar, que corresponde aos créditos de ICMS dos bens utilizados na fabricação de produtos não abrangidos pelo benefício fiscal do crédito presumido, na proporção de suas respectivas vendas. (v) E as despesas com depreciação que impactaram no resultado ficaram refletidas nas rubricas: "Custos de produção, despesas com vendas e administrativas", e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31).

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Os *softwares* adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los, acrescido dos gastos para fazer com *que* estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de certificação são capitalizados e amortizados conforme seus prazos de validade. As aquisições de marcas e patentes são capitalizadas. Os custos com marcas não são amortizados e as patentes são amortizadas pelo seu período de validade. Como parte do processo de compra de participação societária da "MET", a controlada "AVI" também adquiriu 50% da patente de metanização de gás na qual a "MET" detém em conjunto com a controlada "AVI", com validade até 2036. O processo de metanização consiste em capturar o gás metano dos resíduos industriais do processamento da cana de açúcar e transformá-lo em produto para comercialização ou utilização pela controlada "AVI". O ágio da controlada "AVI" (R$ 8.089) está fundamentado na rentabilidade futura estimada com base na instalação da unidade produtiva de Ivinhema que não sofreu amortização contábil, mas começou a ser amortizado para fins fiscais a partir de maio de 2013, após o início de suas atividades produtivas e já utilizou totalmente o benefício fiscal. O ágio da controlada "UMA" (R$ 5.604) está fundamentado na rentabilidade futura. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 e, após aquela data, não sofreu amortização contábil, somente fiscal até a completa utilização do benefício fiscal. Contabilmente o ágio é testado anualmente para verificar perdas por impairment comprovando que o valor contábil é recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do item do ágio excede seu valor recuperável, sendo deduzido do valor de custo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não registrou perdas por *impairment*. Em 30 de setembro de 2024 e 2023 o Grupo realizou testes de *impairment* do ágio, o qual o valor contábil da UGC apresentou- se abaixo do seu valor recuperável, portanto sem indicativos de não recuperabilidade. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). O Grupo possui duas UGC's: (i) as unidades da controlada "AVI": Angélica e Ivinhema; (ii) a unidade industrial da controlada "UMA". O Grupo utilizou o modelo de "valor em uso" para realizar o teste de *impairment* das UGC's de "AVI", "UMA", testado anualmente. "AEN", "AEL", "MET" e "MAC" por não possuir ágio alocado, foi avaliado e não identificado indicativos de *impairment*. As principais premissas e estimativas envolvidas são os preços de vendas dos produtos (açúcar, etanol e energia), custos relacionados e demais dados produtivos e de mercado.
Principais premissas utilizadas pelo Grupo:

Controlada	Unidades geradores de caixa	Ágio alocado (Nota 15)	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
UMA	Usina Monte Alegre	5.604	0,5%	4,99%
AVI	Usinas Angélica e Ivinhema	8.089	0,5%	4,99%

Em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração apresenta a reconciliação das taxas apresentadas acima (após impostos) e divulga suas correspondentes em taxas nominais antes dos impostos em 7,24% a.a. para UGC de AVI e 7,04% a.a. para UGC de UMA.

	Ágio	Marcas e patentes	Licenças de *software*	Certificação (i)	Consolidado Total
Em 1º de janeiro de 2023	13.693	2.172	12.595	601	29.061
Adições	–	2	5.282	44	5.328
Amortização	–	(171)	(4.447)	(309)	(4.927)
Em 31 de dezembro de 2023	13.693	2.003	13.430	336	29.462
Custo	13.693	2.227	44.194	2.421	62.535
Amortização acumulada	–	(224)	(30.764)	(2.085)	(33.073)
Saldo contábil, líquido	13.693	2.003	13.430	336	29.462
Em 1º de janeiro de 2024	13.693	2.003	13.430	336	29.462
Adições	–	–	4.865	50	4.915
Amortização	–	(158)	(5.970)	(36)	(6.164)
Em 31 de dezembro de 2024	13.693	1.845	12.325	350	28.213
Custo	13.693	2.227	49.059	2.471	67.450
Amortização acumulada	–	(382)	(36.734)	(2.121)	(39.237)
Saldo contábil, líquido	13.693	1.845	12.325	350	28.213

(i) O Grupo incorreu em gastos com a certificação de seus produtos junto a órgãos de controle de processo. Esses gastos foram realizados basicamente pela Certificadora Bonsucro. No caso específico de "UMA" houve gastos com Certificado digital do açúcar orgânico. A amortização dos gastos está vinculada ao tempo e os produtos relacionados a cada certificação.

16. DIREITO DE USO (CONSOLIDADO)

16.1. Movimentação do direito de uso: Após o reconhecimento inicial, os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer amortização e/ou perdas por *impairment*, ajustado por eventuais índices ou taxas de remensuração do passivo de arrendamento, previstas em contrato. A depreciação do direito de uso utiliza o método linear, considerando os prazos definidos para os respectivos contratos e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31). Nos casos de remensuração os impactos na depreciação serão sempre prospectivos.
As movimentações do saldo do direito de uso são evidenciadas no quadro abaixo:

	Parceria agrícola	Locações	Consolidado Total
Em 1º de janeiro de 2023	**1.598.470**	**120.996**	**1.719.466**
Adição/remensuração	403.227	24.829	428.056
Depreciacão	(275.957)	(48.747)	(324.704)
Em 31 de dezembro de 2023	**1.725.740**	**97.078**	**1.822.818**
Em 1º de janeiro de 2024	**1.725.740**	**97.078**	**1.822.818**
Adição/remensuração	519.605	70.726	590.331
Depreciacão	(285.772)	(49.002)	(334.774)
Em 31 de dezembro de 2024	**1.959.573**	**118.802**	**2.078.375**

Parceria agrícola - Referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da terra como Parceria agrícola, que apesar de não se tratar de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos; Locações - Referem-se à locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

Os fluxos de pagamentos futuros das operações com arrendamentos são reconhecidos no passivo do bem arrendado para todos os contratos com características de arrendamentos, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento estabelecida pelo CPC 06 (R2), cujos passivos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos com características de arrendamento, descontados com base na taxa de desconto incremental. O Grupo adota as seguintes premissas: (a) O uso de uma taxa de desconto incremental uniforme para contratos com características e prazos semelhantes; (b) Isenção para contratos cujo prazo de vencimento ocorrer em até 12 meses ou inferior a US$ 20 mil, onde a contabilização será diretamente no resultado; (c) A remensuração baseada em índice ou taxa será elaborada de acordo com clausula específica definida nos respectivos contratos. Nos casos de parceria agrícola a remensuração ocorrerá mensalmente ou anualmente, sempre (ao final de cada ano safra) de acordo as condições do contrato; (d) A modificações de contrato são realizados conforme as condições acordadas entre as partes. (e) Opção de utilização do expediente prático introduzido pela norma. **17.1 Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para os contratos vigentes segundo os princípios do CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pelo Grupo. **17.2. Movimentação acumulada:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Passivos de Arrendamento	Parceria agrícola	Locações	Consolidado Total
Em 1º de janeiro de 2023	**1.491.928**	**120.486**	**1.612.414**
Adição/remensuração	403.227	24.829	428.056
Pagamentos	(398.896)	(61.850)	(460.746)
Juros sobre passivos de arrendamentos	109.863	11.188	121.051
Em 31 de dezembro de 2023	**1.606.122**	**94.653**	**1.700.775**
Em 1º de janeiro de 2024	**1.606.122**	**94.653**	**1.700.775**
Adição/remensuração (i)	519.605	75.028	594.633
Pagamentos	(439.460)	(62.762)	(502.222)
Juros sobre passivos de arrendamentos	112.461	13.173	125.634
Em 31 de dezembro de 2024	**1.798.728**	**120.092**	**1.918.820**
Circulante	(193.147)	(47.304)	(240.451)
Não circulante	1.605.581	72.788	1.678.369

(i) Em 2024, na controlada "AVI" o montante de R$ 4.326 refere-se às adições e remensurações em Locações incluindo a atualização da variação cambial, devido a contratos firmados em dólar. Os contratos classificados como passivo de arrendamento têm a seguinte composição por vencimento:

Aging	2024	Consolidado 2023
2024	–	199.458
2025	240.451	297.582
2026	363.768	279.824
2027	293.843	218.993
2028	258.163	181.315
2029	215.821	143.890
2030	180.197	138.267
2031	137.196	82.142
2032	124.915	54.838
2033	104.466	104.466
	1.918.820	1.700.775

17.3. Taxa de desconto incremental: O Grupo adotou a taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e/ou operações de empréstimos bancários com instituições financeiras nas datas de início dos contratos ou na sua renovação. A partir de 2023, são avaliados a melhor referência das taxas de empréstimos de longo prazo de mercado e atualizadas trimestralmente.

18. EMPRÉSTIMOS (CONSOLIDADO)

Modalidade	Encargos anuais vigentes Taxa	Indexador	Consolidado 2024	2023
Modalidade				
Em moeda nacional				
NCR	1,48%	+CDI	40.346	40.346
NCR	1,50%	+CDI	5.295	5.333
NCR	13,23%		–	24.818
CCB	2,32%	+CDI	–	15.390
FINAME	6,86%		23.788	–
Debêntures (i)	4,24%	+IPCA	343.375	489.366
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (i)	3,80%	+IPCA	539.352	512.818
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (i)	12,65%		213.735	–
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (i)	6,76%	+IPCA	116.427	–
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (i)	6,80%	+IPCA	77.188	–
FINEP	2,30%	+TR	56.727	–
Saldos credores bancários			–	64
Total em moeda nacional			1.416.233	1.088.135
Em moeda estrangeira				
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC) (ii)		US$	51.446	5.058
Adiantamento de contrato de câmbio (NCE) (ii)		US$	–	5.058
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas (ii)		US$	1.828.045	1.829.898
Total em moeda estrangeira			1.879.491	1.840.014
Total de empréstimos com terceiros (iii)			1.467.679	1.098.251
Total de empréstimos com partes relacionadas (Nota 24) (iii)			1.828.045	1.829.898
Total			3.295.724	2.928.149
Circulante			(300.350)	(315.671)
Não Circulante			2.995.374	2.612.478

(i) Em 31 de dezembro de 2024 alguns contratos de empréstimos exigem que o Grupo cumpra determinados índices financeiros ("*covenants*") ao final de cada exercício social, sob pena de, a critério dos credores, ter o vencimento antecipado dos contratos. O índice refere-se a dívida bancária líquida/EBITDA Ajustado: 1,08% Meta: ≤ 4% (2023 - 1,06% Meta: ≤ 4%). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os *covenants* foram cumpridos. (ii) A taxa de juros aplicada aos adiantamentos de câmbio (ACC) varia entre 5,64% a 6,80%, para os pré-pagamentos com partes relacionadas (PPE), a taxa de juros está entre 6,80% a 8,90% e os contratos de câmbio NCE a taxa de juros corresponde a 6,80%. (iii) O valor contábil dos empréstimos classificados no passivo circulante se aproxima de seu valor justo devido ao vencimento de curto prazo. A administração também considera que os empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa variável se aproximam do seu valor justo, pois tais taxas acompanham o comportamento do mercado. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. (iv) O valor justo dos empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa fixa não difere significativamente do seu valor justo. O valor justo (nível 2) dos empréstimos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 equivalem a R$ 3.271.145 e R$ 2.887.424 respectivamente.
A movimentação da dívida é evidenciada no quadro abaixo:

	2024	Consolidado 2023
Saldo inicial	2.928.149	3.067.450
Captação de financiamentos	1.017.578	938.029
Amortização de principal	(1.145.738)	(982.718)
Pagamento de juros	(258.111)	(199.319)
Juros incorridos	277.659	200.431
Variação cambial	476.187	(95.724)
	3.295.724	2.928.149

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

	2024	Consolidado 2023
2025		187.680
2026	861.337	454.207
2027	269.672	1.123.364
2028	435.294	847.227
2029	97.825	–
2030	1.035.327	–
2031	178.132	–
2032	30.128	–
2033	30.262	–
2034	30.407	–
2035 a 2040	26.990	–
Não circulante	2.995.374	2.612.478
Pré-pagamento de exportação - partes relacionadas (i)	1.758.613	1.713.820
CRA - Certificado Recebíveis do Agronegócio (ii)	538.186	511.687
CRA - Certificado Recebíveis do Agronegócio (iii)	392.726	–
Debêntures (iv)	210.221	341.971
FINEP (v)	56.672	–
Capital de giro BRL	38.956	45.000
Não circulante	2.995.374	2.612.478

(i) Pré-pagamentos de exportação são garantidos por contratos de exportação futura de açúcar. (ii) Em 2019, a controlada "AVI" iniciou uma nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis de Agronegócio - CRA com distribuição via oferta continuada, no valor R$ 400.000 finalizada em dezembro 2019. Esta captação tem pagamentos anuais de juros a partir de 2020, equivalente a 3,80% mais IPCA e amortização do principal em duas parcelas iguais em novembro 2026 e 2027. Empréstimo realizado sem necessidade de garantias. (iii) Em julho de 2024, a controlada "AVI" realizou nova captação de recursos por meio do mercado de capitais, através da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com distribuição via oferta contínua, no valor total de R$ 400 milhões. A operação foi estruturada em três tranches, com as seguintes condições: (i) R$ 209.455 com prazo de 7 anos e taxa de juros 12,6% ao ano, (ii) R$ 114.589 com prazo de 7 anos e taxa de juros equivalente ao IPCA + 6,75% ao ano e (iii) R$ 75.956 com prazo de 10 anos e taxa de juros equivalentes a IPCA + 6,80% ao ano. Dos montantes contratados foram liberados os recursos líquidos dos custos de transação. O pagamento do principal será realizado em parcelas anuais iguais entre os anos de 2030 e 2034. (iv) Em 2020, a controlada "AVI" captou recursos por intermédio do mercado de capitais através de emissão de debêntures, com distribuição via oferta pública com esforços restritos (Instrução CVM 476), no valor de R$ 400.000. Esta captação tem pagamentos semestrais de juros, sendo corrigida pela variação do IPCA + 4,24% a.a. O principal será pago em três parcelas iguais nos meses de dez/2024, dez/2025 e dez/2026. Empréstimo garantido por cessão fiduciária de energia elétrica. (v) A controlada "AVI" negociou com a FINEP um empréstimo de longo prazo no montante de aproximadamente R$ 226 milhões para elaboração e execução do Projeto de Biogás, com a liberação dos recursos em 4 anos (2024 a 2027). A operação tem juros de TR (taxa referencial) + 2,30% a.a. sendo pagos mensalmente e a liquidação do principal terá carência de 48 meses e será realizado em 145 parcelas. Em 31 de dezembro de 2024 houve a liberação de R$ 56.727.
Os detalhes dessas operações estão no quadro abaixo:

	Devedor	Contraparte	Data do contrato	Data da liberação dos recursos	Data do vencimento do principal	Posiçao em dólares (US$) em 31/12/2024	Consolidado Posiçao em dólares (US$) em 31/12/2023
1	Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	19/09/17	22/09/17	13/09/24	–	16.103.676
2	Controlada "UMA"	Kadesh Hispania SL	07/07/21	07/07/21	15/09/26	6.127.400	6.127.400
3	Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	25/10/21	25/10/21	15/09/26	46.010.625	46.010.625
3	Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	15/12/21	15/12/21	15/09/26	–	102.275.000
4	Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	29/06/22	29/06/22	15/09/26	8.198.333	8.198.333
4	Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	18/08/22	18/08/22	15/09/26	–	20.501.667
5	Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	27/03/23	27/03/23	15/09/28	72.493.750	102.389.134
5	Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	04/10/23	04/10/23	15/09/30	76.946.875	76.370.847
6	Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	18/01/24	18/01/24	15/09/28	15.323.750	–
6	Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	30/12/24	30/12/24	15/09/30	5.099.167	–
7	Controlada "UMA"	Adecoagro UY	23/05/24	23/05/24	15/09/25	65.012.278	–
						295.212.177	377.976.682

1. A controlada "UMA" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e o principal no vencimento do contrato. 2. A controlada "UMA" realizou operação com a parte relacionada Kadesh Hispania SLU, na modalidade de pré-pagamento de exportação, com liquidação dos juros de forma semestral e pagamento de principal no final do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. 3. A controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato com possibilidade de liquidação antecipada. 4. A controlada "AVI" e sua controlada "UMA" realizou operação de financiamento com sua controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente, principal no vencimento do contrato e possibilidade de liquidação antecipada. 5. A controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato com possibilidade de liquidação antecipada. 6. A controlada "UMA" realizaram operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato com possibilidade de liquidação antecipada. 7. A controlada "AVI", realizou operação de financiamento com a parte relacionada Adecoagro Uruguai S.A, na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato com possibilidade de liquidação antecipada. Em 2024 a controlada "AVI" liquidou antecipadamente pré-pagamentos de exportação com a parte relacionada Adecoagro S.A. no montante de US$ 155 milhões (2023 - US$ 166 milhões).

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	2024	Consolidado 2023
Salários e ordenados a pagar	38.335	44.286
Provisão para férias e 13º salário	50.806	45.434
Encargos sobre a folha de pagamento	7.058	11.310
Encargos dos planos de remuneração em ações	320	661
Participação nos lucros (i)	27.719	31.952
Seguro de vida e demais contribuições	345	264
	124.583	133.907

(i) O Grupo possui política de participação nos lucros para os colaboradores que compreendem programas de PPR (Programa de Participação nos Resultados) e Bônus.

20. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	2024	Consolidado 2023
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (i)		8.849
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	720	11.872
Imposto sobre serviços - ISS	890	943
PIS e COFINS (iii)	552	498
Fundersul / Fundos estaduais a recolher	1.824	2.298
Contribuicoes Sociais Retidas - CSRF	–	333
Outros	2	101
	3.988	24.894

(i) O INSS a recolher, refere-se às comercializações de energia, vapor, etanol, açúcar e de subprodutos comercializados em dezembro de 2024 e 2023. No mês de dezembro de 2024 os valores a recolher de INSS foram compensados com créditos fiscais de PIS e COFINS decorrentes das aquisições de insumos vinculados às operações de exportação (compensação cruzada). (ii) O ICMS a recolher, no ano de 2023 refere-se à operação de venda de etanol outros fins, o qual foi compensado no ano de 2024 com créditos de ICMS a recuperar. No ano de 2024 os débitos de ICMS decorrentes das operações de comercialização de etanol do período, foram compensados com saldo credor de ICMS no mês de dezembro de 2024. (iii) O PIS e COIFNS a recolher, refere-se às comercializações de etanol anidro, hidratado e energia elétrica. Os valores de dezembro de 2024 e de 2023, foram compensados com créditos fiscais de PIS e COFINS decorrentes das aquisições de insumos. **20.1. Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o Consumo, publicada em 16 de janeiro de 2025 através da Lei Complementar Nº 214/2025, instituiu o "IVA dual" que é composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A CBS de competência federal irá substituir as contribuições de PIS/COFINS e o IBS de competência estatual e municipal substituirá os impostos ICMS e o ISS. Ela também instituiu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal e com alíquotas diferenciadas para bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A reforma será implementada a partir de 2026 e terá um período de transição até 2032, durante o qual os sistemas tributários antigo e novo coexistirão. As alíquotas dos novos tributos ainda aguardam regulamentação por leis complementares e ainda serão encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional. Diante do exposto, não há qualquer efeito da reforma tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

21. PROVISÃO PARA CAUSAS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

21.1. Composição das causas judiciais: Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a causas judiciais, contingências e ativos correspondentes depósitos judiciais:

	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Consolidado Total
Em 1º de janeiro de 2024	5.928	6.909	109	12.946
Adições	8.264	1.719	469	10.452
Valores não usados, estornados	(4.263)	(3.463)	(7)	(7.733)
Usado durante o exercício	(2.212)	(1.476)	(10)	(3.698)
Em 31 de dezembro de 2024	7.717	3.689	561	11.967
Em 1º de janeiro de 2023	5.885	5.644	109	11.638
Adições	5.674	1.300	–	6.974
Valores não usados, estornados	(2.519)	(3)	–	(2.522)
Usado durante o exercício	(4.615)	(32)	–	(4.647)
Depósitos judiciais transferência para ativo	1.503	–	–	1.503
Em 31 de dezembro de 2023	5.928	6.909	109	12.946

21.2. Depósitos judiciais:

	2024	Consolidado 2023
Tributárias	1.713	1.947
Cíveis	8.593	8.166
Trabalhista	941	1.265
	11.247	11.378
Depósitos de causas judiciais	941	1.265
Depósitos de passivos contingentes	10.306	10.113
	11.247	11.378

O Grupo possui depósitos judiciais no montante atualizado de R$ 11.247 (2023 - 11.378), registrados no ativo não circulante, sendo principalmente R$ 8.592 (2023 - R$ 8.166) para garantia de processos judiciais junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **21.3. Natureza das causas judiciais:** O Grupo é parte envolvida em processos tributário, trabalhistas, cíveis e ambientais e estão discutindo essas questões tanto na esfera judicial como na administrativa. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A natureza das causas judiciais pode ser sumariada como segue: Tributárias: referem se a processo de competência federal (INSS), relacionado a contribuições ao INSS decorrentes de receitas de exportação, realizadas através de terceiros. Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados e fiscalizações do Ministério do Trabalho. Cíveis - substancialmente representados por ações indenizatórias. Ambiental - refere-se, substancialmente, a ausência de licença ambiental de determinada propriedade agrícola. **21.4. Passivos contingentes: (a) Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.:** Em 31 de dezembro de 2024, a controlada "AVI" possui ações de natureza trabalhistas, ambientais, cível e tributarias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A principal ação refere-se a uma autuação no valor de R$ 396.230 (2023 - R$ 365.812) referente a exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da depreciação acelerada incentivada da atividade rural. Em junho de 2024, o processo foi julgado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e por unanimidade de votos, foi decidido pelo afastamento da glosa. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou recurso especial, o qual está aguardando apreciação. O montante estimado está demonstrado abaixo:

	Trabalhistas	Ambientais	Cíveis	Tributárias	Total
2024	969	2.383	5.313	467.988	476.653
2023	1.180	2.490	962	430.234	434.866

(b) Usina Monte Alegre Ltda.: Em 31 de dezembro de 2024, a controlada "UMA" possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.
O montante estimado está demonstrado abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
2024	889	411	11.324	12.624
2023	461	181	2.304	2.946

22. FORNECEDORES E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

22.1. Fornecedores e outras obrigações: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

>>>

adecoagro

Adecoagro Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Demonstrações Financeiras 2024

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cana-de-açúcar (i)	–	–	43.756	48.263
Materiais, serviços e outros	–	–	368.290	329.074
Partes relacionadas nota 24.1	54	70	–	–
	54	70	412.046	377.337
Circulante	(54)	(70)	(409.671)	(374.849)
Não circulante	–	–	2.375	2.488

(i) Fornecedores de cana, parceria pura e reajuste do preço da cana.

22.2. Adiantamento de clientes:

	Consolidado	
	2024	2023
Açúcar	74.749	61.350
Etanol	11.035	1.861
Outros	2.073	168
	87.857	63.379

22.3. Outros passivos:

	Consolidado	
	2024	2023
Encargos dos planos de remuneração em ações	640	1.321
Contas a pagar - processos trabalhistas	2.440	2.312
Contratos onerosos	2.091	162
	5.171	3.795
Circulante	(2.160)	(225)
Não circulante	3.011	3.570

23. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (CONSOLIDADO)

23.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	106.701	114.129
Ativo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses	252.537	188.647
	359.238	302.776
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	177.121	287.227
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses	538.038	437.415
	715.159	724.642
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(355.921)	(421.866)
Ativo de impostos diferidos, líquido por empresa	30.605	17.403
Passivo de impostos diferidos, líquido por empresa	(386.526)	(439.269)

A composição líquida de conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo de impostos diferidos sobre:		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	149.789	167.942
Base de cálculo negativa de contribuição social	55.618	62.153
Perda no valor justo do ativo biológico	15.363	10.467
Perdas em operações de *hedge* não liquidadas	–	164
Prêmio de opções de ações	2.733	5.485
Provisões para causas judiciais	4.069	4.402
Demais provisões	3.412	9.627
Variação cambial regime de caixa	76.984	7.177
Provisão para *impairment*	5.444	8.008
Operações com arrendamento	26.779	8.932
Ganhos e perdas de AVJ e AVP	–	377
Outras diferenças temporárias	19.047	18.042
	359.238	302.776
Passivo de impostos diferidos sobre:		
Depreciação - diferença de vida-útil	8.022	8.676
Depreciação acelerada e incentivada	625.977	535.337
Ganho no valor justo do ativo biológico	–	45.759
Ganhos em operações de *hedge* não liquidadas	12.132	52.377
Reserva de reavaliação	2.088	2.220
Amortização fiscal do ágio	4.655	4.655
Ganhos e perdas de valor justo e AVP	2.279	145
Juros capitalizados	35.182	32.613
Variação cambial regime de caixa	–	41.498
Intangível - marca Methanum	618	671
Tributos a receber decorrentes da seção judical	24.187	–
Outras diferenças temporárias	19	691
	715.159	724.642
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(355.921)	(421.866)
Ativo de impostos diferidos, líquido por empresa	30.605	17.403
Passivo de impostos diferidos, líquido por empresa	(386.526)	(439.269)

A movimentação líquida do imposto diferido é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	(421.866)	(185.966)
Lucro/(despesa) da demonstração do resultado	25.149	(62.552)
Imposto relacionado com outros resultados abrangentes	40.796	(165.668)
Utilização compensação prejuízo fiscal parcelamento	–	(7.680)
Em 31 de dezembro	(355.921)	(421.866)

23.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto corrente	(67.526)	(9.313)
Imposto diferido	25.149	(62.552)
Imposto de renda e contribuição social	(42.377)	(71.865)

23.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	287.313	381.350
Alíquota máxima	34%	34%
	(97.686)	(129.659)
Despesas não dedutíveis	(2.701)	(3.015)
Subvenção governamental de ICMS e Reintegra (i)	17.546	38.777
Programa de alimentação ao trabalhador	3.645	1.456
Pesquisa e desenvolvimento (Lei do Bem)	9.594	7.910
Receitas não tributadas (ii)	10.739	8.686
Ajuste do cálculo na tributação pelo lucro presumido (iii)	5.363	7.105
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos no exercício	(189)	(164)
Atualização da Selic (iv)	10.272	195
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores reconhecidos/(desreconhecidos) no exercício (v)	1.040	(3.156)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(42.377)	(71.865)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15%	19%

(i) Em 2024, com as alterações da Lei nº 14.789/23 (conversão da MP 1.185/23), as subvenções passaram a ser tributadas pelo IRPJ (25%) e CSLL (9%). Entretanto, o contribuinte poderá recuperar parte do valor pago, como Crédito de IRPJ (25%), o qual poderá ser utilizado para compensar outros tributos administrados pela Receita Federal, após a transmissão da ECF (Escrituração Fiscal Digital da Companhia). (ii) As receitas de vendas de CBIOS foram excluídas da base de cálculo do adicional do IRPJ e da CSLL, pois de acordo com o Art. 60 da Lei nº 13.986/2020, essas receitas estão sujeitas à tributação exclusiva na fonte de IRPJ à alíquota de 15%. (iii) Referem-se a diferença na tributação entre o lucro real e o lucro presumido das controladas "AEL", "AEN" e "MET". (iv) Em 2024 foi reconhecida a atualização SELIC sobre o crédito fiscal extemporâneo de PIS e COFINS calculado sobre as receitas de etanol na sistemática do "ad rem" no período de 2008 a 2022 (tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, decorrente de Ação Declaratório com trânsito em julgado com base no RE nº 574.706 do STF). (Nota 32). (v) Em 2023, o montante de R$ 3.156 inclui a consolidação do prejuízo fiscal do programa PRR. **23.4. Período estimado de realização dos créditos tributários:** Impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e sobre a base de cálculo negativa de contribuição social são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação com base em projeções de resultados futuros para 10 anos elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa da administração, consoante com as projeções de resultados tributáveis futuros, é que sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano de realização	Consolidado
2025	56.554
2026	46.030
2027	52.904
2028	48.345
2029 e 2030	1.574
	205.407

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1. Controladora:

Principais saldos	Adecoagro LP SCS	AVI	Outros	2024 Total	2023 Total
Passivo circulante					
Fornecedores e outras obrigações					
- Rateio corporativo (Nota 22.1)	–	54	–	54	70
Principais operações					
Reembolso de despesas corporativas	–	(296)	–	(296)	(311)
Dividendos recebidos	–	83.454	–	83.454	284.849
Dividendos distribuidos	(80.056)	–	(2.898)	(82.954)	(284.591)

24.1. Consolidado:

Principais saldos	AAB	AAP	Adecoagro Uruguay S.A	Adecoagro S.A.	Kadesh Hispania S.L.	Adecoagro LP SCS	Adeco Agropecuária S.A.	Outros (v)	2024 Total	2023 Total
Ativo circulante										
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	6	–	66.938	–	–	–	619	–	67.563	7.522
Contas a receber de clientes e demais contas a receber - Rateio corporativo (Nota 8)	210	16	–	–	–	–	–	–	226	332
Adiantamento a fornecedor (Nota 8)	–	17.786	–	–	–	–	–	–	17.786	–
Empréstimos a receber (i) (Nota 8)	–	–	–	–	–	–	–	302	302	–
Passivo circulante										
Fornecedores e outras obrigações - Cana de parceria agrícola	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.919
Empréstimos (ii)	–	–	31.576	37.066	789	–	–	–	69.431	116.078
Adiantamento de clientes (Nota 22.2) (vi)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.018
Passivo não circulante										
Empréstimos (ii)	–	–	–	1.721.460	37.154	–	–	–	1.758.614	1.713.820
Principais operações										
Receita de venda (iii)	–	–	1.588.065	–	–	–	–	–	1.588.065	1.668.842
Receita de locação de bens	62	–	–	–	–	–	–	–	62	60
Despesas financeiras (iv)	–	–	(1.174)	(153.173)	(2.393)	–	–	–	(156.740)	(147.353)
Dividendos distribuídos aos controladores	–	–	–	–	(1.090)	(80.056)	(1.764)	(44)	(82.954)	(284.591)
Reembolso de despesas corporativas (v)	2.361	188	–	–	–	–	–	–	2.549	2.533
Custos de parceria agrícola plena	–	(20.309)	–	–	–	–	–	–	(20.309)	(28.181)
Plano de remuneração em ações - outorgas (vi)	–	–	–	–	–	–	–	8.754	8.754	8.360
Plano de remuneração em ações - vesting (vi)	–	–	–	–	–	–	–	(15.825)	(15.825)	(11.311)
Lucros distribuidos a não controlador	–	–	–	–	–	–	–	(359)	(359)	(1.248)
Dação em pagamento "MET"	–	–	–	–	–	–	619	–	619	–

(i) A controlada "MET" possui um empréstimo a receber com sócio não controlador no montante de R$ 302. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, como garantia de empréstimos, a ABP, concedeu aval não oneroso para, suas controladas e para Adecoagro S.A., no montante de R$ 2.639.233 (2023 - R$ 2.511.594) (Nota 18). (iii) Em 2024 e em 2023, as operações de venda realizadas referem-se à exportação de açúcar para a Adecoagro Uruguay S.A. Em 2024 e 2023 houve operação de venda de vapor da Companhia para as controladas "AEN" e "AEL". (iv) As despesas financeiras correspondem aos juros incorridos de empréstimos das controladas "AVI" e "UMA" com Adecoagro S.A, Kadesh e Adecoagro Uruguay S.A na modalidade de pré-pagamento de exportações (Nota 18). (v) As recuperações de despesas corporativas referem- referem-se à alocação de gastos corporativos, administrativos e comerciais, inclusive remuneração da administração, apurados por rateios e repassados pela controlada "AVI" à Companhia e as demais empresas controladas e coligadas no Brasil (Nota 1.2). (vi) Na Companhia e suas controladas as partes relacionadas identificadas como "Outros" correspondem à acionistas e sócios não controladores, beneficiários de planos de remuneração em ações ou qualquer outro vínculo com o Grupo no Brasil ou exterior. **24.2. Remuneração da administração:** A alta administração refere-se aos diretores e vice-presidentes. Em 2023, a remuneração ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, que compreende salário e encargos sociais, gratificações, plano de remuneração de ações, totaliza o montante de R$ 29.300 (2023 - R$ 23.839).

25. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui compromissos firmados com clientes para a entrega, com preços já fixados, prevista para o ano safra 2025, e que serão reconhecidas contabilmente quando da entrega física dos produtos negociados, conforme apresentado abaixo os montantes em quantidades e valores:

Quantidades negociadas		Consolidado	
Produto	**Unid. Medida**	**2024**	**2023**
Açúcar - VHP	toneladas	9.314	8.414
Açúcar - Orgânico	toneladas	–	811
Etanol	metros cúbicos	8.975	28.534
Energia elétrica	Mwh	555.744	539.711
Soja	toneladas	12.600	–

Valores negociadas	Consolidado	
Produto	**2024**	**2023**
Açúcar - VHP	27.935	22.870
Açúcar - Orgânico	–	2.144
Etanol	27.878	74.068
Energia elétrica	131.207	134.942
Soja	25.150	–

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R$ 1.164.733 (2023 - R$ 1.164.733) e está dividido em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

	2024	2023
Adecoagro LP SCS	130.226.896.899	130.226.896.899
Adeco Agropecuária S/A	2.869.093.525	2.869.093.525
Kadesh Hispana SL	1.773.045.214	1.773.045.214
Leterton Espana SL	71.449.015	71.449.015
	134.940.484.653	134.940.484.653

27. RESERVAS

27.1. Reserva de lucros: (a) Reserva legal: É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido, após terem sidos compensados os prejuízos acumulados, apurados ao final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(b) Destinações dos lucros e reserva de lucros a distribuir:** Em 28 de abril de 2023, os acionistas da companhia deliberaram e aprovaram sobre (i) a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) a destinação dos lucros da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) a ratificação das distribuições de dividendos da Companhia no exercício de 2022. Em 11 de maio de 2023, foi distribuído com base na conta de Lucros acumulados, apurados em balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022, no montante de R$102.400, liquidados em 12 de maio de 2023. Em 31 de outubro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intermediários com base na conta de Lucros acumulados, apurados em balanço patrimonial de 30 de junho de 2023, no montante de R$182.191, liquidados em 08 e 09 de novembro de 2023. Em 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram sobre: (i) o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação dos lucros da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) a ratificação das distribuições de dividendos da Companhia no exercício de 2023. Em 29 de julho de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram sem reservas a distribuição de dividendos com base no saldo de reservas de lucros a distribuir, no montante de R$ 46.354 apurados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023. Em 26 de agosto de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram sem reservas a distribuição de dividendos com base no saldo de reservas de lucros a distribuir, no montante de R$ 36.600 apurados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram sem ressalvas (i) que os dividendos deliberados que os dividendos distribuídos em julho e agosto sejam imputados como dividendos obrigatórios para fins legais. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem, após as destinações legais obrigatórias. A proposta da administração é que o restante dos lucros do exercício, após constituição das reservas obrigatórias, seja constituído como reserva de lucros a distribuir. **27.3. Ajustes de avaliação patrimonial: (a) Custo atribuído:** Refere-se ao efeito do reconhecimento do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009, com base no disposto no CPC 27 e ICPC 10. O custo atribuído constituído como "Ajuste de avaliação patrimonial" é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens. Os montantes quando realizados são transferidos para lucros acumulados. **(b) *Hedge accounting:*** A parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos derivativos e não derivativos, designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros e do Imposto de renda e da Contribuição social. O Grupo adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos: (a) Instrumentos de *hedge:* Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - "ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE"); (b) Objeto de *hedge:* Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominado em moeda estrangeira (US$), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciado na projeção de vendas do departamento comercial; (c) Riscos protegidos: O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. A expectativa de realização do *hedge accounting* está demonstrada abaixo:

Resultados abrangentes	***Hedge accounting* reflexo**
2025	3.468
2026	70.219
2028	89.104
2030	55.374
	218.165

27.4. Lucro por ação: (a) Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período, conforme abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	244.718	309.290
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício, em milhares de ações	134.940.485	134.940.484
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhares de ações	134.940.485	134.940.484
Lucro básico por lote de mil ações - R$	1,81	2,29

(b) Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias potenciais para fins de diluição. Os planos de ações restritas (Nota 34), não são ações da Companhia e, portanto, não são diluidores.

28. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO)

(a) Imobilizado: O Grupo realizou compras de bens do imobilizado a prazo e que possuem saldos ainda não liquidados. Em 2024, o montante em aberto é de R$ 115.758 (2023 - R$ 78.755). O Grupo realizou capitalização de juros para ativos qualificáveis e que não afetaram o caixa. Em 2023 o montante capitalizado foi de R$ 26.177 (2023 - R$ 21.111)

		Consolidado	
	Nota	2024	2023
Adições do imobilizado e gastos com manutenção de entressafra	14	1.276.697	1.245.500
Fornecedores não pagos no ano		(115.758)	(78.755)
Aquisições do ano anterior liquidadas no ano		78.782	32.437
Capitalização de juros	33	(26.188)	(21.111)
		1.213.533	1.178.071

(b) Depreciação e amortização de imobilizado, intangível e direito de uso: A administração considera, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, que os valores de depreciação e amortização dos ativos correspondentes gerados no ano sejam integralmente ajustados ao lucro, em atividades operacionais. **(c) Partes relacionadas:** A Companhia e o Grupo possuem créditos relativos a rateio de despesas corporativas concedidos a partes relacionadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	70	8	332	85
Obtenção de crédito por despesas corporativas	296	311	2.549	2.533
Pagamento despesas corporativas	(312)	(249)	(2.655)	(2.286)
Partes relacionadas líquidas	(16)	62	(106)	247
Saldo final	54	70	226	332

(d) Empréstimos: A movimentação dos empréstimos encontra-se detalhada na nota 18. As captações incluem o montante de liberações acrescidas dos depósitos em garantias e líquidas dos custos de transação no montante de R$ 1.027.153 (2023 - R$ 938.029). **(e) Juros pagos:** Os juros pagos sobre empréstimos ou outras atividades são classificados como atividades de financiamento na Demonstração de fluxo de caixa. **(f) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 2023 e 2022, as operações com instrumentos financeiros derivativos (exceto commodities) apresentaram a seguinte movimentação:

	Consolidado	
	2024	2023
Swap/NDF/OTC:		
Saldo inicial	85.984	26.675
Movimentação de valor justo	(58.793)	20.808
Liquidação do ano	(11.583)	38.501
Saldo final	15.608	85.984
Valor justo - operações totais	(70.390)	59.309
Liquidação financeira	11.583	(38.501)
	(58.807)	20.808

(g) Imposto de renda e contribuição social pagos:

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto de renda corrente (Nota 23)	(67.526)	(9.313)
Receita de subvenção (Nota 32)	49.601	
Pagamento do imposto de renda do ano anterior	(550)	(415)
Imposto de renda não pago	1.596	550
Valor compensado no ano	7.264	123
Total liquidado em caixa	(9.615)	(9.055)

29. RECEITAS (CONSOLIDADO)

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, ou seja, quando é possível identificar com segurança o contrato, a obrigação de desempenho, o preço da transação e alocar corretamente o preço da transação. Isso ocorre quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo fabrica e vende açúcar, etanol e energia, como atividade principal. As vendas desses produtos são reconhecidas quando a Grupo efetua a entrega desses produtos para os seus clientes, que passam a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A receita com a venda de energia elétrica é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante leilão com prazo definido, recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de vendas		
Mercado interno		
Etanol anidro	479.213	561.247
Etanol hidratado	1.135.848	620.067
Açúcar VHP	11.367	9.226
Açúcar cristal	51.490	57.829
Açúcar orgânico	1.442	5.327
Energia	185.974	174.272
Soja	32.805	47.688
Carinata	347	–
Feijão	–	1.198
Milho	–	738
CBIOs	52.206	48.079
Óleo diesel	2.912	2.378
Serviços agrícolas	–	1.317
Outros	821	949
Total no mercado interno	1.954.425	1.530.315
Mercado externo		
Etanol anidro	–	174.614
Açúcar VHP (i)	2.076.979	1.998.940
Açúcar orgânico	3.677	4.334
Serviços consultoria (ii)	–	344
Total no mercado externo	2.080.656	2.178.232
Total receita bruta de vendas	4.035.081	3.708.547
(-) Tributos sobre vendas (iii)	(312.430)	(195.110)
(-) Devoluções, descontos e abatimentos	(19.576)	(37.072)
Receita liquida das vendas	3.703.075	3.476.365

(i) As receitas no mercado externo de açúcar com Adecoagro Uruguay S.A. refere-se ao montante de R$ 1.588.065 (2023 - R$ 1.668.498). As operações de exportação têm a incidência da contribuição do SENAR, alíquota de 0,25%. (ii) Em 2023, as receitas de mercado externo de serviços consultoria referem-se aos serviços prestados pela controlada "MET" à Adeco Agropecuária S.A no montante de R$ 344. (iii) As vendas no mercado interno, podem conter os seguintes tributos: PIS/COFINS, INSS, ICMS e/ou ISS (quando se tratar de receita de prestação de serviços), conforme a legislação aplicável a cada operação. Durante o ano de 2024 as alíquotas das contribuições PIS/COFINS sobre as vendas de etanol são R$ 130,90 por metro cúbico. (2023, as alíquotas "*ad rem*" das contribuições PIS/COFINS sobre as vendas de etanol foram: (i) zero de 01 de janeiro a 28 de fevereiro de 2023; (ii) R$ 20,00 por metro cúbico entre 01 de março a 28 de junho de 2023; e (iii) R$ 130,90 por metro cúbico a partir de 29 de junho de 2023). As operações de exportação têm a incidência da contribuição do SENAR, alíquota de 0,25%.

30. CUSTOS DAS VENDAS (CONSOLIDADO)

	Nota	Grãos	Cbios	Açúcar, etanol e energia	2024	2023
Estoques em 1º de janeiro	9	–	3.770	611.752	615.522	462.861
Custo de produção total (i)	31.2	38.104	–	2.945.791	2.983.895	2.775.973
Recuperação de custos do etanol		–	–	(48.943)	(48.943)	(38.155)
Custos relacionados à capacidade produtiva ociosa (ii)		–	–	29.246	29.246	19.117
Custo de serviços agrícolas		–	–	–	–	1.609
Cbios - custo		–	1.116	–	1.116	2.983
Cbios - ajuste a valor justo		–	48.943	–	48.943	38.155
Compras para revenda		–	–	10.417	10.417	6.394
Variação do valor justo da colheita de grãos		(7.702)	–	–	(7.702)	12.993
Recuperação de custos e impostos (iii)		–	–	(311.780)	(311.780)	(114.094)
Ajuste do preço da cana		–	–	(3.679)	(3.679)	1.051
Perdas por quebras com transporte		2.018	–	4.216	6.234	(4.535)
Provisão para perdas na realização dos estoques		–	–	1.774	1.774	(9.797)
Outros custos e recuperos		–	–	(11.556)	(11.556)	
Estoques em 31 de dezembro	9	–	(8.174)	(577.826)	(586.000)	(615.522)
Custos das vendas		**32.420**	**45.655**	**2.649.412**	**2.727.487**	**2.539.033**

(i) Em 2024 inclui a variação do valor justo do produto agrícola colhido cana de açúcar no montante de R$ 330.793 na controlada "AVI" e perda de R$ 5.876 na controlada "UMA" (2023 - R$ 521.784 referente a "AVI" e (R$ 24.614) na controlada "UMA"). (ii) Refere-se aos custos fixos de produção que não foram absorvidos pelo produto acabado por conta da impossibilidade de operar na capacidade habitual pelas condições climáticas adversas que contribuíram na diminuição da cana disponível para moagem. (iii) Os principais

>>>

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

adecoagro

Adecoagro Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Demonstrações Financeiras 2024

conceitos referem-se aos (i) Créditos de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, obtidos através de benefício fiscal concedidos as controladas "AVI" e "UMA", pelos seus respectivos estados, nas controladas "AVI" e "UMA" o montante é de R$ 201.065 (2023 –R$ 111.938); e (ii) o reconhecimento de créditos presumidos de PIS e COFINS derivados da cana-de-açúcar, na controlada "AVI" o montante total de R$ 105.344, sendo R$ 28.785 do exercício 2024 e R$ 76.559 de reconhecimento extemporâneo de 2020 a 2023, e na controlada "UMA" o montante total é de R$4.663, sendo R$ 2.570 do exercício 2024 e R$ 2.093 de reconhecimento extemporâneo de 2020 a 2023

31. DESPESAS POR NATUREZA

31.1. Controladora:

	2024 Despesas administrativas	2023 Despesas administrativas
Serviços profissionais	137	104
Despesas corporativas administrativas	296	311
Outras despesas	54	35
Total	487	450

31.2. Consolidado:

	Custo de elaboração ativo biologico (i)	Custo de produção industrial (ii)	Despesas com vendas	Despesas adminis-trativas	2024 Total	2023 Total
Salários e benefícios a empregados	74.924	259.716	16.595	77.924	429.159	380.232
Depreciação e amortização (i)	26.959	828.516	4.911	7.969	868.355	717.341
Depreciação do direito de uso (ii)	236.850	46.786	413	2.203	286.252	292.591
Custos de parceria agrícola plena	30.127	–	–	–	30.127	44.889
Insumos industriais e agrícolas	278.107	32.330	–	–	310.437	284.067
Cana comprada a fornecedores	–	217.847	–	–	217.847	157.176
Combustíveis e lubrificantes	23.144	178.726	737	874	203.481	208.168
Despesas de transporte	331	–	164.669	62	165.062	179.081
Energia elétrica	–	4.202	283	1.019	5.504	4.952
Despesas com distribuição de energia	–	–	12.666	–	12.666	13.074
Manutenção e reparos	22.285	200.980	2.268	1.706	227.239	181.849
Contratação de obras e serviços	62.121	69.657	–	–	131.778	109.828
Impostos e taxas	263	19.141	6.567	2.408	28.379	29.173
Serviços profissionais	1.932	6.384	11.473	25.427	45.216	34.157
Comissões a terceiros	–	–	1.040	–	1.040	1.517
Armazenagem	–	–	4.121	–	4.121	4.930
Causas judiciais	–	–	–	5.670	5.670	4.134
Aluguéis	3.452	16.249	858	3.264	23.823	11.118
Seguros	616	5.651	149	220	6.636	4.811
Despesas de viagem	612	1.421	690	2.280	5.003	4.041
Comunicação	–	–	–	2.081	2.081	2.027
Despesas com exportação	–	–	3.652	–	3.652	3.186
Outras despesas e custos	6.453	27.261	947	731	35.392	24.699
Subtotal	768.176	1.914.867	232.039	133.838	3.048.920	2.697.041
Cana-de-açúcar própria consumida	–	1.030.924	–	–	1.030.924	1.121.992
Total custos e despesas	768.176	2.945.791	232.039	133.838	4.079.844	3.819.033

O custo de elaboração do ativo biológico está descrito na movimentação de custos da nota 11, nos custos incorridos (tratos culturais e depreciação do direito de uso/parceria). O custo de produção industrial refere-se a açúcar, etanol e energia descrito na movimentação da nota 30. (i) Do montante de depreciação e amortização, parte refere-se à ativação em ativos qualificáveis no imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024, o valor ativado corresponde a R$ 154.553 (2023 - R$ 128.400). (ii) Do montante de depreciação de direito de uso, parte refere-se à ativação em ativos qualificáveis no imobilizado relacionados a planta portadora. Em 31 de dezembro de 2024, os valores ativados na Companhia correspondem a R$ 48.524 (2023 - R$ 32.113).

32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado na alienação/baixa do ativo imobilizado	(31.796)	(14.621)
Resultado pela venda de materiais diversos	601	5.322
Ajustes de inventários físicos	52	(501)
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos contratados para a proteção de operações com *commodities* (i)	57.857	27.547
Reversão de provisão para causas judiciais	2.824	1.175
Recuperação de despesas	2.294	4.775
Reversão (*impairment*) de perdas por irrecuperabilidade de ativos	17.953	(6.270)
Ganhos com indenização de seguros	4.081	3.649
Receita de subvenção (ii)	49.601	–
Créditos fiscais extemporâneos (iii)	69.206	–
Despesas de subvenções	(5.330)	(3.200)
Impostos sobre outras operações (iv)	(14.006)	(5.545)
Bonificações e brindes	1.114	1.189
Provisão de contratos onerosos	(1.927)	(164)
Dividendos recebidos	1.676	–
Outros	155	(1.677)
	154.355	11.679

(i) O Grupo apurou resultados com instrumentos financeiros derivativos contratados para a proteção nas operações de produtos acabados. Em 2024 foram Ganhos de R$ 57.857 com açúcar (2023 - perdas de (R$ 27.547) com açúcar). (ii) Crédito Fiscal de IRPJ decorrente das receitas de subvenções para investimento, conforme estabelecido na Lei nº 14.789/23, conversão da MP 1.185/23. (iii) Crédito fiscal extemporâneo de PIS e COFINS calculado sobre as receitas de etanol na sistemática do "ad rem" no período de 2008 a 2022, relacionado ao tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, decorrente de Ação Declaratório com trânsito em julgado com base no RE nº 574.706 do STF. (iv) Refere-se ao deságio aplicado pela controlada "AVI" como desconto nas negociações de venda de créditos fiscais de ICMS. Esses créditos são comercializados com empresas do Estado de Mato Grosso do Sul que possuem débitos de ICMS.

33. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	–	11	12.007	7.974
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (i)	–	–	–	20.808
Ganhos cambiais de atividades financeiras, líquidas (ii)	–	–	75.772	–
Descontos obtidos	–	–	2.758	3.164
Atualização de créditos tributários (iii)	–	–	30.214	571
Juros recebidos	–	–	1.324	1.517
Outras receitas financeiras	–	–	6.890	625
Total das receitas financeiras	–	11	128.965	34.659
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos bancários	–	–	(278.951)	(245.488)
Juros sobre passivos de arrendamentos	–	–	(125.634)	(121.051)
Impairment de contas a receber e demais contas a receber e outros créditos (iv)	–	–	(3.479)	(3.955)
Deságio na alienação de créditos ICMS (v)	–	–	(16.838)	–
Instrumentos financeiros derivativos , líquidos (i)	–	–	(58.807)	–
Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidas (ii)	–	–	–	(24.112)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio (vi)	–	–	(344.992)	(348.480)
Outras despesas financeiras	(67)	(41)	(8.853)	(8.861)
Menos: montantes de despesas financeiras capitalizados em ativos qualificados (vii)	–	–	26.188	21.111
Total das despesas financeiras	(67)	(41)	(811.366)	(730.836)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(67)	(30)	(682.401)	(696.177)

(i) Em 2024 os ganhos na controlada "AVI" e na controlada "UMA" foram de R$ 58.807.(2023 - na controlada "AVI" foram ganhos de R$ 20.808), referente a *swap* de instrumentos derivativos. (ii) Na controlada "AVI" os ganhos e perdas cambiais foram apresentados líquidos de "*hedge accounting*" na rubrica de "Ganhos/Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidas". Em 2024: ganhos R$ 476.752, perdas R$ 64.938 e ganhos de *hedge accounting* R$ 411.814 (2023 - ganhos R$ 178.055, perdas R$ 305.392 e perdas de *hedge accounting* R$ 127.337). (iii) Atualização (Selic) de créditos tributados decorrentes de ações judiciais (indébitos fiscais). Para o ano de 2024 o valor de 27.894 refere-se a Ação Declaratório com trânsito em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - ad rem etanol - período de 2008 a 2022. (iv) O *impairment* reconhecido é referente a melhor estimativa de realização dos créditos no curto e longo prazo. (v) Refere-se ao deságio aplicado pela Companhia como desconto nas negociações de venda de créditos fiscais de ICMS. Esses créditos são comercializados com empresas do Estado de Mato Grosso do Sul que possuem débitos de ICMS. (vi) Nas controladas "AVI" e "UMA "os montantes realizados do *hedge* de fluxo de caixa são transferidos do patrimônio líquido ao resultado na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa - transferência do patrimônio". Em 2024 os valores transferidos referem-se as dívidas com perdas de R$ 344.992- (2023 - perdas de R$ 344.992). (vii) Nas controladas "AVI" e "UMA" os montantes de despesas capitalizados para ativos qualificáveis sobre os empréstimos referem-se a juros sobre empréstimos bancários R$ 19.696 (2023 - R$ 17.775), capitalização dos juros sobre as depreciações de direito de uso R$ 5.317 (2023 - R$ 3.532) relacionadas as plantas portadoras e ganhos cambiais de R$ 1.175 (2023 - R$ 196).

34. PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Refere-se ao plano de remuneração com base em ações da Adecoagro S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos do Grupo, e que constituem obrigação com a sociedade controladora Adecoagro S.A. Em 1º de janeiro de 2014, a Companhia firmou um contrato com a Adecoagro S.A., para ressarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do Grupo no Brasil. Em 1º de janeiro de 2016, a Companhia, firmou um contrato com as suas subsidiarias: "AVI", "UMA", com anuência da Adecoagro S.A, para o repasse dos planos de remuneração em opções de ações e ações restritas entregues a seus colaboradores, diante do qual as subsidiárias reembolsam a Companhia os valores transferidos aos seus beneficiários das ações no momento do "*Vesting*". E partir daí a Companhia é responsável pelo repasse dos valores recebidos através de liquidação em caixa ou capitalização dos recursos em favor Adecoagro S/A. No momento em que as ações-restritas ("*Restricted Shares*") concedidas são liberadas ao titular ("*Vesting*"), o Grupo efetua o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. O plano *Restricted shares* consiste na concessão de ações restritas a determinados funcionários do Grupo. Esse plano é administrado pelo Comitê de remuneração do Grupo Adecoagro e está em vigor desde o exercício de 2010. As ações concedidas a cada ano serão outorgadas aos beneficiários em quotas iguais, durante o período de três anos (33% por ano, na data definida para outorga), desde que o beneficiário continue prestando serviço às empresas do Grupo. O beneficiário perde o direito do benefício não outorgado em caso de extinção do vínculo com o Grupo antes da data definida para a outorga das ações. Cada ação concedida equivale a uma ação ordinária e o valor do benefício concedido é mensurado ao valor justo na data de apresentação das demonstrações financeiras das suas controladas. Em 2024 a Companhia recebeu os valores de suas controladas e liquidou em caixa o montante de R$ 15.825 em favor de Adecoagro S.A. (2023 - R$ 11.311). Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo registrou o saldo de ações outorgadas que ainda estão pendentes de *vesting*, registradas a valor de mercado no montante de R$ 7.080 (2023 R$ 14.151). O número de ações correspondentes ao benefício concedido é como segue:

	Consolidado – Ações restritas (*Restricted shares - Plan* 2010) Quantidade de ações restritas	Preço médio por ação (em USD)	Total a valor justo (em milhares de reais)
Em 1° de janeiro de 2024	555.730		14.151
Movimentação de outorgas no periodo	183.863		8.754
Vestiadas no periodo	(281.727)	10,98	(15.825)
Ações em circulação por plano:			
Plano 2010 - Outorga entre 2014 a 2021	8.920	9,54	25
Plano 2010 - Outorga em 2022	129.866	9,54	6.258
Plano 2010 - Outorga em 2023	127.382	9,54	397
Plano 2010 - Outorga em 2024	191.698	9,54	400
Em 31 de dezembro de 2024	457.866		7.080
Em 1° de janeiro de 2023	646.594		27.967
Reversão de plano de remuneração em ações			(11.062)
Movimentação de outorgas no periodo	192.243		8.360
Vestiadas no periodo	(283.107)	8,15	(11.311)
Ações em circulação por plano:			
Plano 2010 - outorga em 2016	1.020	8,15	46
Plano 2010 - outorga em 2017	990	8,15	37
Plano 2010 - outorga em 2018	3.248	8,15	91
Plano 2010 - outorga em 2019	553	8,15	15
Plano 2010 - outorga em 2020	533	8,15	16
Plano 2010 - outorga em 2021	91.296	8,15	3.839
Plano 2010 - outorga em 2022	262.080	8,15	9.718
Plano 2010 - outorga em 2023	196.010	8,15	389
Em 31 de dezembro de 2023	555.730		14.151

35. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, os riscos cobertos e montantes das coberturas são resumidos como segue:

Consolidado

Bens segurados	Riscos cobertos	Valores em risco declarados
Edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e outros	1.331.278
Estoques de produtos acabados (i)	Riscos diversos	877.641
Máquinas e equipamentos agrícolas	Incêndio, raio, explosão e implosão. Roubo, furto, danos eletricos e responsabilidade civil	358.536
Veículos	Casco	Mercado
Lucros cesantes	Riscos diversos	997.000

(i) O valor da cobertura de seguros para os estoques de produtos acabados é variável, conforme as quantidades de produtos em estoque.

DIRETORIA

RENATO JUNQUEIRA SANTOS PEREIRA
Vice-presidente

LEONARDO RAUL BERRIDI
Vice-presidente

BARBARA NOEMI SAYAGO
Diretora

CONTADOR

FERNANDO FIGUEIREDO
CRC 1SP-167985/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Adecoagro Brasil Participações S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Adecoagro Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adecoagro Brasil Participações S.A. e da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2025
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0

Publique no Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Opper Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

Relatório da Administração

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Opper Investimentos S.A. ("Opper Investimentos" ou "Companhia") referente as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A Opper Investimentos tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A Opper Investimentos é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Peleson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias – COR de 23,28% , além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra – COPER. A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrôs, ferrovias, aeroportos, aquaviárias e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possuía como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas – PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A Opper Investimentos possui participação direta na controlada em conjunto CCR S.A. (em 23 de abril de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.), responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, o Grupo CCR busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrôs, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas (que operou até fevereiro de 2025 quando encerrou o contrato de concessão), que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A CCR S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2024 foi de R$ 130.237, em comparação aos R$ 177.628 de 2023. Essa diminuição é explicada, em virtude do resultado influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto CCR S.A.. Resultado financeiro: No ano 2024, o resultado financeiro líquido positivo foi de R$ 612, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R$ 1.155 em 2023. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Opper Investimentos S.A.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.545	7.854
Impostos a recuperar	6	860	712
Dividendos a receber		–	42.226
Outras contas a receber		1.320	1.120
Total do ativo circulante		10.725	51.912
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber		447	447
Total de realizável a longo prazo		447	447
Investimentos	7	1.991.789	1.872.371
Total do ativo não circulante		**1.992.236**	**1.872.818**
Total do ativo		**2.002.961**	**1.924.730**
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Fornecedores		16	326
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	8	103	264
Impostos e contribuições a recolher		11	36
Obrigações sociais e trabalhistas		19	19
Dividendos a pagar	11	29.917	408.010
Total do passivo circulante		30.066	408.655
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9	–	–
Total do passivo não circulante		**–**	**–**
Patrimônio líquido			
Capital social	11	1.105.000	655.000
Reservas de lucros	11	723.608	737.902
Ajuste de avaliação patrimonial	11	118.512	77.778
Reservas de capital	11	25.775	31.698
Dividendo adicional proposto	11	–	13.697
Total do patrimônio líquido		**1.972.895**	**1.516.075**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.002.961**	**1.924.730**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

				Reservas de lucros		Reservas de Capital				
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Para equalização de dividendos e investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações com acionistas	Ágio em transações de capital	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**655.000**	**120.548**	**403.027**	**95.512**	**92.396**	**(4.274)**	**19.203**	**305.168**	**–**	**1.686.580**
Distribuição de dividendos adicional proposto	–	–	–	–	–		–	(305.168)	–	(305.168)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	173.786	173.786
Outros resultados abrangentes – reflexo	–	–	–	–	(14.618)	–	–	–	–	(14.618)
Transações com acionistas – reflexo	–	–	–	–	–	–	16.769	–	–	16.769
Reclassificação efeito equalização de dividendos e investimentos			(359.093)	359.093						
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	8.689	–	–	–	–	–	–	(8.689)	–
Dividendo mínimo obrigatório								–	(41.274)	(41.274)
Constituição de reserva de retenção de lucros			110.126						(110.126)	
Dividendo adicional proposto – reflexo	–	–	–	–	–	–	–	13.697	(13.697)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**655.000**	**129.237**	**154.060**	**454.605**	**77.778**	**(4.274)**	**35.972**	**13.697**	**–**	**1.516.075**
Distribuição de dividendos adicional proposto	–	–	–	–	–		–	(13.697)	–	(13.697)
Constituição de reserva especial de dividendos	–	–	–	–		–	–	–	–	–
Aumento de capital mediante capitalização de dividendos a pagar	350.000	–	–	–	–	–	–	–	–	350.000
Aumento de capital mediante capitalização de retenção de lucros	100.000	–	(100.000)							–
Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos	–	–	–	(10.343)	–	–	–	–	–	(10.343)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	125.966	125.966
Outros resultados abrangentes – reflexo	–	–	–	–	40.734	–	–	–	–	40.734
Transações com acionistas – reflexo	–	–	–	–	–	–	(5.923)	–	–	(5.923)
Destinações:										–
Reserva legal	–	6.298	–	–	–	–	–	–	(6.298)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	(29.917)	(29.917)
Constituição de reserva de retenção de lucros			89.751					–	(89.751)	–
Distribuição de dividendos adicional proposto	–	–	–		–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.105.000**	**135.535**	**143.811**	**444.262**	**118.512**	**(4.274)**	**30.049**	**33.368**	**–**	**1.972.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas (despesas) operacionais	Nota	2024	2023
Serviços		(1.849)	(2.373)
Amortização		–	–
Outras Despesas		(3.034)	(2.624)
Outras Receitas operacionais			
		(4.883)	(4.997)
Resultado de equivalência patrimonial	7	130.237	177.628
Resultado antes do resultado financeiro		125.354	172.631
Receitas financeiras			
Rendimento sobre aplicações financeiras		579	1.153
Juros e outras receitas financeiras		65	59
		644	1.212
Despesas financeiras			
Juros sobre direitos creditórios		–	–
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		(32)	(57)
		(32)	(57)
Resultado Financeiro		612	1.155
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		**125.966**	**173.786**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Lucro líquido do exercício		**125.966**	**173.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	125.966	173.786
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	4	683
	4	**683**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado provenientes da controlada em conjunto		
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	40.730	(15.301)
	40.730	(15.301)
Total outros resultados abrangentes	40.734	(14.618)
Total do resultado abrangente do exercício	**166.700**	**159.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	125.966	173.786
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social:		
(Reversão) provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	–	(19)
Equivalência patrimonial	(130.237)	(177.628)
	(4.271)	**(3.861)**
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber – partes relacionadas	–	9
Impostos a recuperar	(148)	(251)
Outras contas a receber	(200)	218
Fornecedores	(310)	252
Impostos e contribuições sociais a recolher	(25)	23
Obrigações trabalhistas	–	2
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	(160)	(285)
Recebimento de dividendos	87.855	40.725
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**82.741**	**36.832**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(82.050)	(40.154)
Caixa líquido usado nas atividades financiamento	**(82.050)**	**(40.154)**
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa	**691**	**(3.322)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	7.854	11.176
No final do exercício	8.545	7.854
	691	**(3.322)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Opper Investimentos S.A. ("Opper Investimentos" ou "Companhia"), anteriormente denominada Soares Penido Concessões S.A., tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem, mobilidade urbana, concessões aeroportuárias e negócios afins. Em 30 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de Soares Penido Concessões S.A. para Opper Investimentos S.A.. A Opper Investimentos tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A. (em 23 de abril de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.), com participação direta de 10,43%; e Companhia Operadora de Rodovias – COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra – COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. (atual Motiva) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR S.A. é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objetivo social da CCR S.A. (atual Motiva) permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviárias e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A CCR (atual Motiva) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, à Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5o andar, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob a sigla "CCRO3". O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Em 23 de abril de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras –** ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. Em 28 de abril de 2025, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. ***Investimento em sociedade controlada em conjunto:*** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.877	3.886
Contas a receber – partes relacionadas	876	675
Outros	25	70
Total do ativo circulante	**2.778**	**4.631**
Não circulante		
Contas a receber – partes relacionadas	–	–
Outros	160	160
Total do ativo circulante	**160**	**160**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	62	193
Impostos e contribuições a recolher	2	2
Fornecedores – partes relacionadas	–	–
Outras Contas a Pagar	5	–
Total do passivo circulante	**69**	**195**
Não circulante		
Resultado a distribuir às consorciadas	2.869	4.596
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	–	–
Total do passivo não circulante	**2.869**	**4.596**

Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas: **Nota 9** – Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e **12 – Instrumentos financeiros:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais –** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto:** Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. ***b) Caixa e equivalentes de caixa:*** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. ***c) Instrumentos financeiros:*** **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***d) Ágio:*** A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação na CCR S.A. que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e está sendo apresentado na rubrica de investimentos deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ágio possui vida útil indefinida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **Opper Investimentos S.A.**

de perda de valor. ***e) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor justo do investimento total nas investida, com base na quantidade de ações da investida e a respectiva cotação dessas ações a valor de mercado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***f) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. ***g) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***h) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não estão sendo reconhecidos no resultado, pois não é provável que a Companhia apure lucros tributáveis futuros. ***i) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia avaliou as novas normas e não houve a necessidade de adoção nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024. ***j) Novas normas ainda não efetivas:*** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto das novas normas. **4. Gerenciamento de riscos financeiros – Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos na nota explicativa nº 5. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa	**2024**	**2023**
Caixa e bancos	11	374
Aplicações financeiras	8.534	7.480
	8.545	7.854

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,75% do CDI, equivalente a 10,85% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (102,05% do CDI, equivalente a 13,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Impostos a recuperar	**2024**	**2023**
CSLL a recuperar	42	54
IRPJ a recuperar	793	588
IRRF a recuperar	25	70
	860	712

7. Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo (passivo à descoberto)

	2024	**2023**
Patrimônio líquido da investida	13.608.891	12.462.153
Participação	10,43%	10,43%
Investimento	1.419.253	1.299.803
Ágio (*)	573.233	573.233
Investimento – CCR S.A.	1.992.486	1.872.894
Patrimônio líquido da investida	(2.997)	(2.251)
Participação	23,28%	23,28%
Provisão para patrimônio líquido negativo – COR	(697)	(523)
Total Investimentos	1.991.789	1.872.371

(*) Ágio – CCR S.A.

Ágio proveniente da incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan), incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações).

Movimentação dos saldos	**CCR S.A.**	**COR**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.768.857	(1.013)	1.767.844
Resultado de equivalência patrimonial	177.815	(187)	177.628
Dividendos distribuídos	(40.154)	–	(40.154)
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	(14.618)	–	(14.618)
Outros	(19.006)	677	(18.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.872.894	(523)	1.872.371
Resultado de equivalência patrimonial	130.411	(174)	130.237
Dividendos distribuídos	(45.629)	–	(45.629)
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	40.734	–	40.734
Outros	(5.924)	–	(5.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.992.486	(697)	1.991.789

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações a mercado (Cotação B3) em 31 de dezembro de 2024, apresenta um valor de R$ 2.142.444 (R$2.987.203 em 31 de dezembro de 2023). Informações resumidas dos investimentos:

	2024		**2023**	
	CCR S.A.	**COR**	**CCR S.A.**	**COR**
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	10,43%	23,28%	10,43%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	4.187.905	174	4.548.717	418
Outros ativos	6.253.224	1.435	6.446.246	1.319
Ativo circulante	10.441.129	1.609	10.994.963	1.737
Ativo não circulante	48.655.970	196	43.648.169	250
Ativo	59.097.099	1.805	54.643.132	1.987
Passivos financeiros circulantes (**)	1.450.930	–	4.170.768	–
Outros passivos	4.680.935	4.291	4.311.652	3.321
Passivo circulante	6.131.865	4.291	8.482.420	3.321
Passivos financeiros não circulantes (**)	32.427.813	–	26.483.501	–
Outros passivos	6.535.335	512	6.599.982	917
Passivo não circulante	38.963.148	512	33.083.483	917
Passivo	45.095.013	4.803	41.565.903	4.238
Patrimônio líquido	14.002.086	(2.998)	13.077.229	(2.251)
Receita líquida	21.783.791	–	18.932.725	–
Depreciação e amortização	(1.716.427)	–	(1.573.148)	–
Receitas financeiras	1.587.463	28	2.328.195	78
Despesas financeiras	(4.679.853)	(3)	(5.540.672)	(3)
Outros	(14.638.475)	(771)	(11.135.773)	(1.009
Resultado das operações antes dos impostos	2.336.499	(746)	3.011.327	(934)
Imposto de renda e contribuição social	(1.024.884)	–	(1.156.826)	–
Lucro das operações	1.311.615	(746)	1.854.501	(934)
Outros resultados abrangentes	403.639	–	(102.834)	–
Resultado abrangente total	1.715.254	(746)	1.751.667	(934)
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	319.928	–	131.322	–
Compromissos assumidos:				
Compromissos relativos às concessões	26.865.089	–	30.796.506	–
Outorga variável e obras a executar	50.972	–	36.163	–
Outorga fixa – BH Airport	3.595.283	–	3.597.746	–

(**) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, arrendamentos mercantis, contas a pagar em operações com derivativos. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício – CCR S.A.

Ajustes no patrimônio líquido	**2024**	**2023**
Patrimônio líquido	14.002.086	13.077.229
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	(393.195)	(615.076)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	13.608.891	12.464.153
Ajustes no resultado do exercício		
Lucro das operações	1.311.615	1.854.501
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores	(62.920)	(149.661)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	1.248.695	1.704.840

8. Partes Relacionadas – Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2023, relativos às operações com partes relacionadas referiam-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da consorciada COPER para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A, subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A., e estão apresentados a seguir:

	2024	**2023**
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar – COPER	103	264

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a remuneração da Diretoria no montante de R$447 (R$ 447 em 31 de dezembro de 2023). Não existem empréstimos para pessoas chave da administração. **9. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários –** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração da Companhia não possui processos com probabilidade de perda provável. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido necessária, a contabilização de provisão para riscos de R$ 1.384.783 (R$ 1.384.723 em 31 de dezembro de 2023), decorrente do processo da Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da CCR S.A., sendo a parte da Companhia proporcional a sua participação no montante de R$ 144.433 (R$ 144.433 em 31 de dezembro de 2023). **10. Imposto de renda e contribuição social –** a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social – correntes. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	2024	**2023**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	125.966	173.786
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(42.828)	(59.087)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	44.281	60.393
Provisões	(1.453)	(1.306)
Despesa com impostos correntes	–	–

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R$ 135.853 (R$ 131.490 em 31 de dezembro de 2023), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros. **11. Patrimônio líquido –** a) Capital social: Em 30 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 450.000, mediante a capitalização de parcela do saldo de dividendos a pagar no valor de R$ 350.000 e da conta de "Reserva de Lucros – Retenção de lucros" no valor de R$ 100.000, sem a emissão de novas ações, conforme disposto no prágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/1976. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 655.000 e em 31 de dezembro de 2024 passou a ser de R$ 1.105.000, ambos representados por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Reservas de lucros Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: O saldo da reserva de retenção de lucros terá a sua destinação definida em assembleia geral ordinária. Reserva para equalização de dividendos e investimentos: A reserva para equalização de dividendos e investimentos é reflexo da reserva constituída pela subsidiária CCR S.A.. Conforme artigo 202 da lei 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2024 houve pagamentos a título de utilização da reserva especial de dividendos de R$ 10.343 (em 2023 não houve). c) Ajustes de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. d) Reservas de capital: Ágio em transações de capital: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora CCR S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Transações com acionistas: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com acionistas decorrente de cessão de opção de compra de terreno. e) Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	125.966	173.786
Constituição da reserva legal – 5%	(6.298)	(8.689)
Lucro líquido ajustado	119.668	165.097
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(29.917)	(41.274)
Constituição de reserva de retenção de lucros	89.751	110.126
Dividendo adicional proposto	–	13.697

Dividendo adicional proposto: O saldo de R$ 13.697 em 2023 refere-se ao saldo de dividendo adicional proposto reflexo da subsidiária CCR S.A.. Dividendos a pagar – Passivo: Os dividendos a pagar serão pagos quando houver o recebimento de dividendos da subsidiária CCR S.A.. E são compostos da seguinte maneira:

	Dividendos a pagar
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**408.010**
(+) Destinação – Dividendo adicional proposto de 2023	13.697
(+) Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos	10.343
(-) Capitalização para aumento de Capital social aprovados em AGOE de 30 de abril de 2024	(350.000)
(-) Dividendos pagos em 2024	(82.050)
(+) Dividendo mínimo obrigatório de 2024	29.917
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**29.917**

12. Instrumentos financeiros – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2024		**2023**	
Ativos	**Valor justo através do resultado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Valor justo através do resultado**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**
Caixa e bancos	11	–	374	–
Aplicações Financeiras	8.534	–	7.480	–
Passivos				
Dividendos a pagar	–	(29.017)	–	(408.010)
Fornecedores	–	(16)	–	(326)
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	–	(103)	–	(264)
Total	**8.545**	**(29.136)**	**7.854**	**(408.600)**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor: • Contas a receber de partes relacionadas, outras contas a receber, fornecedores, fornecedores contas a pagar – partes relacionadas: os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia não possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

					2024
			Classificação de ativos/ passivos		**Hierarquia do valor justo**
	Valor contábil	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**VJR**	**Nível 2**
Ativos					
Caixa e Bancos	11	11	–	11	11
Aplicações financeiras	8.534	8.534	–	8.534	8.534
	8.545	**8.545**	**–**	**8.545**	**8.545**
Passivos					
Dividendos a pagar	(29.017)	(29.017)	(29.017)	–	(29.017)
Fornecedores	(16)	(16)	(16)	–	(16)
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	(103)	(103)	(103)	–	(103)
	(29.136)	**(29.136)**	**(29.136)**	**–**	**(29.136)**

					2023
			Classificação de ativos/ passivos		**Hierarquia do valor justo**
	Valor contábil	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**VJR**	**Nível 2**
Ativos					
Caixa e Bancos	374	374	–	374	374
Aplicações financeiras	7.480	7.480	–	7.480	7.480
	7.854	**7.854**	**–**	**7.854**	**7.854**
Passivos					
Dividendos a pagar	(408.010)	(408.010)	(408.010)	–	(408.010)
Fornecedores	(326)	(326)	(326)	–	(326)
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	(264)	(264)	(264)	–	(264)
	(408.600)	**(408.600)**	**(408.600)**	**–**	**(408.600)**

Valor justo: O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar. **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	**Risco**	**Exposição em R$ (3)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Aplicações financeiras CDI **(2)**		8.534	1.237	309	619
Total do efeito de ganho		1.237		309	619
			14,50%	3,62%	7,25%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: **(2)** Refere-se à taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; **(3)** Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). **13. Demonstrações dos fluxos de caixa –** Reconciliação das atividades de financiamento:

	Dividendos a pagar	**Total**
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	**408.010**	**408.010**
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento:	**82.050**	**(82.050)**
Dividendos pagos	(82.050)	(82.050)
Outras variações que não afetam caixa	**296.043**	**296.043**
Aumento de Capital social mediante capitalização de dividendos a pagar em AGOE de 30 de abril de 2024	(350.000)	(350.000)
Destinação de dividendos adicional proposto, reserva especial e mínimo obrigatório	53.957	53.957
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**29.917**	**29.917**

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna – Diretora Presidente
Edmar Briguelli – Contador CRC 1SP 161.770/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Opper Investimentos S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Opper Investimentos S.A. (Companhia) anteriormente denominada Soares Penido Concessões S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opper Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Wagner Bottino
Contador – CRC 1SP 196.907/O-7

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A

CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais))*

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, A Administração da Aba Infra-Estrutura S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência a Diretoria e a Administração da Aba Infra-Estrutura S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Aba Infra no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	142	792	58.591	66.832
Contas a receber de clientes	4	238	172	23.561	30.350
Estoques		–	–	245	263
Tributos a recuperar	5	3.236	1.800	6.364	6.549
Outros créditos	6	28	55	726	653
Dividendos a receber	8	15.354	83.335	6.036	4.964
Despesas antecipadas	7	68	70	746	612
		19.066	**86.224**	**96.269**	**110.223**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	4	–	–		264
Partes relacionadas	9	28.627	32.969	42.681	52.020
Depósitos judiciais	19	–	–	52.247	3.351
Impostos diferidos	26b	856	973	856	973
Propriedades para investimentos	13	4.296	4.309	4.296	4.309
Investimentos	10.2	198.837	84.385	47.489	28.106
Imobilizado	11	5.015	5.305	11.266	10.953
Intangível	12	60	235	446.580	408.758
		237.691	**128.178**	**605.414**	**508.732**
Total do ativo		**256.757**	**214.402**	**701.684**	**618.955**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	610	1.037	22.704	28.109
Fornecedores	14	194	386	11.949	13.503
Obrigações trabalhistas	16	29	9	3.436	3.009
Obrigações tributárias	16	57	231	7.852	10.044
Dividendos a pagar	8	62.714	48.650	70.399	69.867
Compromisso com poder concedente	17	–	–	18.928	18.179
Outras contas a pagar	18	81	31	11.766	9.860
		63.685	**50.344**	**147.034**	**152.571**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	2.212	2.821	15.674	37.245
Partes relacionadas	9	–	230	–	230
Provisão para demandas e contingências	19	–	–	102.733	44.062
Outras contas a pagar	18	–	–	418	570
Obrigações tributárias	16	–	–	–	3.344
Provisão para perda de investimentos	10.2	1.721	751	1.721	751
Compromisso com poder concedente	17	–	–	54.437	53.786
		3.933	**3.802**	**174.983**	**139.988**
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	70.945	70.945	70.945	70.945
Reservas de lucros		118.194	89.311	118.194	89.311
		189.139	**160.256**	**189.139**	**160.256**
Participação de não controladores		–	–	190.528	166.140
		189.139	**160.256**	**379.667**	**326.397**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**256.757**	**214.402**	**701.684**	**618.955**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Patrimônio líquido do controlador	Participação de não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**70.945**	**7.319**	**82.346**	**160.610**	**93.820**	**254.430**
Lucro do período	–	–	118.480	**118.480**	19.713	**138.194**
Retenção de lucros – reserva legal	–	5.924	(5.924)	**–**	–	**–**
Distribuição de lucros	–	–	(90.694)	**(90.694)**	(6.416)	**(97.110)**
Distribuição de lucros minimos obrigatórios	–	–	(28.139)	**(28.139)**		**(28.139)**
Redução de participação por distribuição JSCP	–	–	–	**–**	(11.673)	**(11.673)**
Aumento de participação por alteração no quadro acionário	–	–	–	**–**	70.696	**70.696**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**70.945**	**13.243**	**76.068**	**160.257**	**166.140**	**326.397**
Lucro do período	**–**	**–**	**97.964**	**97.964**	**32.156**	**130.120**
Retenção de lucros – reserva legal	**–**	**946**	**(946)**	**–**	**–**	**–**
Distribuição de lucros	**–**	**–**	**(6.366)**	**(6.366)**	**(7.686)**	**(14.052)**
Distribuição de lucros minimos obrigatórios	**–**	**–**	**(62.714)**	**(62.714)**	**–**	**(62.714)**
Venda de participação em controlada	**–**	**–**	**–**	**–**	**(82)**	**(82)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**70.945**	**14.189**	**104.006**	**189.139**	**190.528**	**379.667**

Demonstrações do Resultado

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	21	9.960	4.883	342.540	428.409
(-) Custo dos serviços prestados	22	(357)	(277)	(105.818)	(214.367)
(=) Lucro bruto		**9.603**	**4.606**	**236.722**	**214.043**
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	23	(6.233)	(3.558)	(56.126)	(44.886)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	24	(3.341)	372	(4.625)	(273)
Resultado da equivalência patrimonial	10.2	98.170	116.713	29.252	19.630
		88.595	**113.527**	**(31.500)**	**(25.529)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro		**98.198**	**118.132**	**205.222**	**188.514**
(+/-) Resultado financeiro					
Despesas financeiras	25	(436)	(650)	(18.425)	(23.146)
Receitas financeiras	25	568	2.130	7.677	7.491
Variações cambiais líquidas	25	–	–	303	(2.971)
		132	**1.480**	**(10.445)**	**(18.626)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**98.330**	**119.613**	**194.777**	**169.888**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	26a	(249)	(803)	(64.540)	(31.365)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	26c	(117)	(330)	(117)	(330)
		(366)	**(1.133)**	**(64.657)**	**(31.695)**
(=) Lucro líquido do exercício		**97.964**	**118.480**	**130.120**	**138.193**
Participação de não controladores		–	–	(32.156)	(19.713)
(=) Lucro líquido do exercício atribuível ao controlador		**97.964**	**118.480**	**97.964**	**118.480**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	**97.964**	**118.480**	**130.120**	**138.193**
(+-) Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**97.964**	**118.480**	**130.120**	**138.193**
Resultado abrangente destinado aos não controladores			(32.156)	(19.713)
			97.964	**118.480**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes dos impostos sobre a renda	**98.330**	**119.613**	**194.778**	**169.888**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	593	595	20.830	19.451
Resultado na realização de investimentos	3.989	–	3.989	–
Custo na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	–	1.432	220	1.409
Resultado da equivalência patrimonial	(98.170)	(116.712)	(29.252)	(19.629)
Juros e variações monetárias líquidas s/conta corrente	(278)	(615)	5.429	(615)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	423	635	1.111	12.077
Provisão para credores de liquidação duvidosa	–	–	–	13
Provisão (reversão) para demandas administrativas e judiciais	–	(3)	58.671	31.325
Atualização contrato de arrendamento	–	–	(8.764)	(5.495)
Ajuste a Valor Presente – Compromisso Poder Concedente	–	–	6.658	6.586
Juros sobre capital próprio	–	(1.298)	–	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(66)	–	5.570	(7.041)
Estoques	–	–	18	(71)
Tributos a recuperar	(1.436)	(1.603)	(457)	(5.174)
Outros créditos	27	90	(79)	(112)
Despesas antecipadas	3	(11)	(134)	864
Depósitos judiciais	–	–	(49.196)	(339)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(193)	299	(16)	(12.331)
Obrigações trabalhistas e tributárias	801	88	(49.236)	(21.843)
Outras contas a pagar	50	5	2.011	3.367
Dividendos a pagar	–	–	–	–
Compromisso com poder concedente	–	–	(5.256)	(8.198)
Caixa gerado nas operações	**4.074**	**2.515**	**156.894**	**164.132**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.206)	(925)	(20.376)	(11.338)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.868**	**1.590**	**136.518**	**152.794**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Lucros e dividendos recebidos	103.830	63.954	35.879	20.000
Juros sobre o capital próprio recebidos	1.102	–	–	–
Aquisição de investimentos	(23.020)	(20.875)	–	(425)
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(114)	(39)	(50.421)	(66.114)
Venda de Investimentos	3.557	70.694	3.557	70.694
Venda de imobilizado	–	–	–	130
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**85.355**	**113.733**	**(10.985)**	**24.285**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				–
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.459)	(1.671)	(33.794)	(39.181)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.459)**	**(1.671)**	**(33.794)**	**(39.181)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com quotistas				
Integralização de capital		–	(2.497)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	(37.410)	(903)	(325)	(543)
Conta Corrente concedidos ou pagos	(8.161)	(31.402)	(58.688)	(96.956)
Conta Corrente captados ou recebidos	13.174	44.728	63.646	121.129
Distribuição de lucros	(55.017)	(126.109)	(99.612)	(126.109)
Saldo de caixa e equivalentes venda de controlada	–	–	(2.503)	–
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos com quotistas	**(87.414)**	**(113.686)**	**(99.979)**	**(102.479)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(650)**	**(35)**	**(8.241)**	**35.419**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	792	827	66.832	31.413
No final do exercício	142	792	58.591	66.832
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(650)**	**(35)**	**(8.241)**	**35.419**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A Aba Infra-Estrutura e Logística S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem sua sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1306, 10º andar, conjunto 101, sala 03 – Vila Olímpia, na cidade de São Paulo CEP 04547-005, Inscrita no CNPJ sob nº 55.395.883/0001-78. A Companhia foi constituída em 02 de janeiro de 1986, tem por objeto social: **a)** Elaboração, gerenciamento e fiscalização de projetos, orçamentos e administração nas áreas de edificações, infraestrutura, instalações em geral, saneamento, pavimentação, pontes, portos, aeroportos e ferrovias; **b)** A execução de projetos, implantação, operação e administração de aterros sanitários, prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final em aterros sanitários de resíduos industriais, residenciais e hospitalares; **c)** O comércio de materiais para construção; **d)** A implantação, operação e administração de estacionamentos, rotativos ou não, públicos ou privados; exploração de outdoors, banners e backligtht's; **e)** A prestação de serviços de conservação, limpeza, manutenção e reparação de bens; **f)** A participação em outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou acionista. **1.1. Informações sobre as principais Companhias controladas e controladas em conjunto**

Descrição	Participação (%)	Tipo de participação	Tipo de controle
Controladas			
Adonai Química S/A	10	Direta	Próprio
Concais S/A	99	Direta	Próprio
Termap Fortaleza S/A	100	Direta	Próprio
Adonai East	100	Direta	Próprio
Coligadas			
Contermas SPE S/A	50	Direta	Compartilhado
PP-NMM Adm. de Bens Ltda.	16,67	Direta	Compartilhado
Pier Mauá S/A	50	Direta	Compartilhado
Eudmarco S/A	11,01	Direta	Compartilhado

a) Adonai Química S/A: A Adonai Química S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, no 1306, 8º andar, sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre de Gusmão, 11 sala 612. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de Concorrência no 27/97 Proaps nº 24, celebrado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da APS, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivas bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuárias, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e píers de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundeio mantidas pela APS. O prazo de arrendamento era de 20 (vinte) anos, renovável uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do SPA nº 1234 realizada em 24 de maio de 2006. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m3 – distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação comtempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº 59, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do terminal em mais 16.500,00 m3, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VIII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 nº 60, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 14 de Dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade estática instalada de 106.900m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. **b) Concais S/A:** A Concais S.A. ("Concais" ou "Companhia") foi constituída em 04 de agosto de 1997, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,03 metros quadrados da Autoridade Portuária de Santos – APS (antiga CODESP), situada em Outeirinhos na margem direita do Porto de Santos, e objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus aditivos celebrados entre a SPA e a Companhia. Tem sua Sede e Foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 83, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filial na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Cândido Gaffreé, s/nº 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. O prazo inicial de arrendamento era de 20 anos e renovável, uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o Terminal, contados a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento, com vigência até maio de 2018. Em 01 de setembro de 2017, foi emitida a Resolução nº 5.636/2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), através da qual foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA; reconhecida a possibilidade de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento pelo prazo de 20 anos; e avaliação pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA das características do projeto e sua correspondente aprovação, cuja vigência será até maio de 2038. Em 16 de julho de 2018, a Companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, passando a nova vigência do contrato de arrendamento a se encerrar-se em 10 de maio de 2038. Em 02 de setembro de 2021, a Companhia assinou o oitavo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, alterando o índice de correção contratual de IGP-M para IPCA. **c) Termap Fortaleza S/A** A Temap tem como objeto social único e exclusivo a exploração, mediante contrato de arrendamento de áreas, instalações portuárias e infraestruturas públicas, localizadas dentro do Porto Organizado de Fortaleza, no Estado do Ceará, utilizada no embarque e desembarque de passageiros, exploração de estacionamento e aluguel de espaços fixos, exploração de atividades correlatas nas instalações complementares e de atividades de Operadora Portuária, incluindo atividade de aluguel de lojas, aluguel de espaço para realização de eventos, movimentação de passageiros, movimentação de bagagens, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentre outras atividades, nos termos das disposições do Contrato de Arrendamento, objeto do Leilão nº 05/2023, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. A Companhia detém o direito de Exploração e uso da Instalação Portuária de uso Público, com a utilização da área sob administração, conforme contrato de arrendamento nº 03/2024, tendo o seu prazo de arrendamento de 25 anos contados da data de Assunção, que foi em 02 de abril de 2024, onde a sua vigência vai até 02 de abril de 2049. **d) Adonai East:** A Adonai East Terminal de Líquidos S.A. é uma Sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre Gusmão nº 11 sala 620 Valongo. A Companhia tem como objeto social único e exclusivo o arrendamento da área e infraestrutura públicas localizadas no Porto de Santos, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis, na área denominada STS13A, nos termos das disposições do Contrato de Arrendamento, objeto de Leilão nº 02/2019, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. (Poder Concedente). A Companhia detém o direito de Exploração e uso da Instalação Portuária de uso Público, com a utilização da área sob administração Autoridade Portuária de Santos – APS (Antiga Codesp), conforme contrato de arrendamento nº 03/2020, firmado em 19 de maio de 2020, tendo o seu prazo de arrendamento de 25 anos contados da data de Assunção, que foi em 21/08/2020, onde a sua vigência vai até 21/08/2045. A Companhia recebeu em 21 de setembro de 2022, da ANP – Agência Nacional do Petróleo, autorização para a construção de novas instalações no seu terminal (Autorização SIMP-ANP nº 676). Em 2024, a CETESB concedeu as licenças ambientais necessárias para o início das obras no terminal. Em 2023 o Conselho do Fundo da Marinha Mercante aprovou a concessão de empréstimos para o projeto de obras de infraestrutura da Adonai East. Em 2024 a companhia iniciou as tratativas junto ao BNDES para a liberação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante -FMM. **e) Contermas SPE S/A:** A Contermas – Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador – SPE S.A.("Contermas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico com sede na Avenida da França, no 1.551, no Município de Salvador, Estado da Bahia. A Companhia foi fundada em 03 de outubro de 2016. O objetivo social da Companhia é exclusivamente o arrendamento e a exploração comercial da área, infraestrutura e instalação portuária pública relativa a implantação, gestão, manutenção e operação do serviço público e correspondente infraestrutura de apoio, como operador portuário, ao embarque, e, desembarque e trânsito de passageiros, dentro da área do Porto Organizado na Instalação Portuária de Turismo de Salvador, no Estado da Bahia. **f) PP-NMM Administração de Bens Ltda.** A PP-NMM Administração de Bens Ltda. ("PP-NMM" ou "Companhia") é uma sociedade de capital limitada. A Companhia tem por objeto a aquisição e administração de bens próprios e de terceiros, para uso próprio ou por terceiros, incluindo sem limitação, aeronaves. **g) Pier Mauá S/A:** A Píer Mauá S/A ("Companhia") foi constituída em 13 de outubro de 1997 com o propósito específico de exploração mediante contrato de arrendamento de instalação portuária, com utilização de área sob a Administração da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro ("CDRJ") que compreende a construção, implementação, administração, operação e exploração de um complexo comercial, financeiro, de lazer, de turismo, de cultura, de transporte, de operações portuárias localizados dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, objeto do contrato de arrendamento C-DEP JUR no 100/97 entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Píer Mauá S/A. A Companhia está sediada na Avenida Rodrigues Alves, no 10, Estação Marítima de Passageiros (ESMAPA), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro**. h) Eudmarco:** Fundada em 1966, a Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional é um Terminal Alfandegado dedicado a armazenagem e manuseio de cargas de Importação e Exportação. A localização do Terminal é estratégica, a apenas 500 metros da Margem Direita do Porto de Santos. Atualmente conta com uma área geral de 27.500m², sendo 4.000m² cobertos que oferecem estrutura para os mais diversos tipos de carga, inclusive produtos com anuência* Anvisa, Cetesb, Exército, Policia Federal e Policia Civil. A Sociedade tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1306, conj. 82, Vila Olímpia, CEP 04547- 005, filiais em operação na cidade de Santos, estado de São Paulo, na Rua Senador Dantas, 206, Bairro Macuco, CEP 11015-210 e Rua Alexandre de Gusmão, 11, Bairro Valongo, CEP 11010-340. **1.2. Abertura Termap:** Em 2023 a companhia arrematou a área do TMP – Terminal de Passageiros de Fortaleza, ao qual iniciou o processo de abertura do CNPJ e demais licenças para atuar na área. Em 01/2024 foi concluído o processo de abertura da Companhia TERMAP Fortaleza S/A, a titularidade das ações é de 100% da Companhia Aba Infra-Estrutura e logística S/A. **1.3. Alienação de Investimento em Controlada:** Em julho de 2024, a Companhia concluiu a venda de sua participação na controlada Toronto Importadora e Exportadora de Óleos e Combustíveis LTDA. Como resultado, a partir do exercício de 2024, a Companhia deixou de consolidar os resultados dessa Companhia em suas demonstrações financeiras. A partir deste período, os ativos e passivos relacionados à Toronto não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais politicas contábeis adotadas "individuais e consolidadas" 2.1. Base de apresentação – 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 11 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1.2. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.1.2.1. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos à estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.1.4. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Para 31 de dezembro de 2024, as demonstrações contábeis consolidadas compreendiam as seguintes Companhias:

Descrição	Participação (%)	Tipo de participação	Tipo de controle
Aba Infra-Estrutura e Logística S/A	Controladora		
Adonai Química S/A	10	Direta	Próprio
Concais S/A	99	Direta	Próprio
Termap Fortaleza S/A	100	Direta	Próprio
Adonai East Terminal de Líquidos S/A	100	Direta	Próprio

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **2.3. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.4. Principais práticas contábeis adotadas: a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Sociedade adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, seguindo orientações do CPC 48 sendo utilizada uma abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente por cliente. **d) Imobilizado líquido:** O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa no 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a Autoridade Portuária de Santos – APS (antiga Codesp), dos dois o menor. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Para as controladas Adonai, Concais, Adonai East e Termap somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como infraestrutura da concessão como ativo intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder conce-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A

dente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e) Intangível líquido:** As controladas Adonai, Concais, Adonai East e Termap atuam como prestadoras de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. Considerando as características dos contratos de concessão a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura é o CPC 04 – Ativo intangível. **f) Direito de concessão (outorga) e infraestrutura:** As concessões obtidas pelas controladas Adonai, Concais, Adonai East e Termap, junto ao poder concedente se enquadram como contratos de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base no benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. **g) Propriedades para investimentos:** Baseado nos CPCs 27 e 28, e considerando que os imóveis não estão destinados a venda, os mesmos foram classificados no grupo Propriedade para Investimento, demonstrados ao seu valor de custo. As receitas geradas pela propriedade para investimento caso seja alugada serão reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para Investimento são determinadas pela diferença entre os valores recebidos de venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. **h) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **i) Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(i) Outorga – Contribuição fixa:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão da Concais é no valor de R$ 184 (cento e oitenta e quatro mil reais) mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. **Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a.** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão da Adonai é no valor de R$ 139 (cento de trinta e nove mil reais) mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão da Adonai East é no valor de R$ 223 (duzentos e vinte e três mil reais) mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão da Termap é no valor de R$ 53 (cinquenta e três mil reais) mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira**. (ii) Outorga – Contribuição Variável:** O poder concedente determina também à Concais, uma contribuição variável calculada de R$ 46,65 (quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) por passageiro efetivamente embarcado; 3,5% (três e meio por cento) pela realização de eventos de natureza culturais, sociais, Companhiariais e institucionais na área arrendada, calculados sobre o faturamento bruto, o qual deverá ser informado à Gerência de Faturamento da APS; e 4% (quatro por cento) pelos veículos estacionados em regime de estacionamento fixo, calculados sobre o faturamento bruto. O poder concedente determina também à Adonai, uma contribuição variável calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária de R$ 5,56 (cinco reais e cinquenta e seis centavos) vigente e pelo período de atracação dos navios de berço. O poder concedente determina também à Adonai East, uma contribuição variável calculada pela movimentação mensal por tonelada de carga movimentada de arrendamento variável, corrigidas pelo IPCA anualmente. A contribuição será exigida quando do início de suas operações. **j) Tributação: Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • **Imposto Sobre Serviços (ISS):** alíquota de 2% a 5%; • **Programa de Integração Social (PIS):** alíquota de 1,65%; • **Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS):** alíquota 7,6%. **Lucro real anual:** Para os exercícios de 2024 e de 2023 o regime de tributação da Companhia e suas controladas Adonai, Adonai East e Termap foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. Na controlada Concais para o exercício de 2023, o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro presumido, em 2024 o regime de tributação foi alterado para o lucro real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração o fluxo de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação ao fluxo de caixa contratuais. A Sociedade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não transacionou operações que se qualificassem a serem ajustadas. **l) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "*pró rata temporis*". **m) Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • **Ativos contingentes**: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá- lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **o) Instrumentos financeiros Ativo financeiro • Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. • **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. • **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. • **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivo financeiro • Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. • **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. • **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. • **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **p) Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade:

Norma	Descrição	Resultado
Alterações na norma IAS 1/ CPC 26 R1	O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis
Apresentação das demonstrações contábeis	• O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.	
Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor- locatário.	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)	Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis

q) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Alterações na IAS 21/CPC 02	Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações – permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Sociedade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	–	–	27	29
Banco conta movimento	73	650	101	694
Aplicações financeiras [1]	69	142	58.463	66.109
	142	**792**	**58.591**	**66.832**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. [1] O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, rendem em média 101 a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

4. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes	55	29	23.561	30.627
Clientes Coligadas	183	143	–	–
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa [1]	–	–	–	(13)
	238	**172**	**23.561**	**30.614**
Curto Prazo	238	172	23.561	30.363
Longo Prazo	–	–	–	264

[1] Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente.

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber de cliente por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2024	2023	2024	2023
A vencer	238	172	23.214	28.066
Vencidos de 1 à 30 dias	–	–	347	2.286
Vencidos há mais de 120 dias	–	–	–	275
	238	**172**	**23.561**	**30.627**

5. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ	2.207	1.799	2.484	3.852
CSLL	261	–	347	488
IRRF	652	–	1.225	45
Instituto Nacional do Seguro Social	116	1	1.042	679
PIS	–	–	227	265
COFINS	–	–	1.014	1.220
ISS	–	–	25	–
	3.236	**1.800**	**6.364**	**6.549**

6. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	1	35	143	173
Assistência Médica	25	20	25	26
Vale Alimentação/Vale Refeição	2	–	477	340
Vale Transporte	–	–	28	51
Adiantamentos Trabalhistas	–	–	53	63
	28	**55**	**726**	**653**

7. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prêmios de Seguro	49	49	240	359
Taxa de licença	–	–	–	14
Outras Despesas	19	21	506	239
	68	**70**	**746**	**612**

8. Dividendos – Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Concais S/A	8.489	75.642	–	–
Pier Mauá S/A	6.003	4.964	6.003	4.964
Adonai Química	829	1.626	–	–
Contermas	33	–	33	–
JSCP – Adonai Quimica	–	1.103	–	–
	15.354	**83.335**	**6.036**	**4.964**

Movimentação dividendos a receber

Operação	Concais (a)	Pier Mauá S/A (b)	Adonai Quimica (c)	Contermas	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.949	4.557	1.026	–	25.532
(-) Dividendos Recebidos – periodos anteriores	(19.949)	(4.557)	–	–	(24.506)
(-) Dividendos Recebidos – respectivo exercicio	(24.005)	(15.442)	–	–	(39.447)
(+) Dividendos propostos	99.647	20.406	600	–	120.653
(+) Juros s/ capital próprio	–	–	1.103	–	1.103
Total em 31 de dezembro de 2023	**75.642**	**4.964**	**2.729**	**–**	**83.335**
(-) Dividendos Recebidos – periodos anteriores	(75.642)	(4.964)	(1.626)	–	(82.233)
(-) Dividendos Recebidos – respectivo exercicio	(14.061)	(7.536)	–	(230)	(21.827)
(-) Juros s/ capital próprio	–	–	(1.103)	–	(1.103)
(+) Dividendos propostos	22.550	13.539	829	263	37.181
Total em 31 de dezembro de 2024	**8.489**	**6.003**	**829**	**33**	**15.354**

(a) O saldo a receber do Concais referente ao exercicio de 2023 foi recebido no decorrer de 2024; (b) O saldo a receber do Pier Maua referente ao exercicio de 2023 foi recebido no decorrer de 2024. (c) O saldo a receber da Adonai Quimica referente ao exercicio de 2023 foi recebido no decorrer de 2024.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Carlos César Floriano	31.357	24.418	35.199	35.062
Formitex Empreendimentos	31.357	24.232	32.907	27.418
Alípio José Gusmão dos Santos	–	–	1.113	3.720
Kadosh Participações	–	–	1.180	3.667
	62.714	**48.650**	**70.399**	**69.867**

Movimentação dividendos à pagar – controladora:

Operação	Carlos Cesar Floriano	Formitex Empreendimentos	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	28.056	27.871	55.927
Dividendos de lucros de anos anteriores	45.347	45.346	90.693
(-) Liquidações	(63.054)	(63.054)	(126.108)
Dividendos propostos	14.069	14.069	28.138
Total em 31 de dezembro de 2023	**24.418**	**24.232**	**48.650**
(-)Dividendos Recebidos – periodos anteriores	(24.418)	(24.232)	(48.650)
(-)Dividendos Recebidos – respectivo exercicio	(3.183)	(3.183)	(6.366)
Dividendos Propostos	34.540	34.540	69.080
Total em 31 de dezembro de 2024	**31.357**	**31.357**	**62.714**

Movimentação dividendos à pagar – consolidado:

Operação	Carlos Cesar Floriano	Formitex Empreend.	Alipio dos Santos	Kadosh	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.530	27.871	1.163	1.242	60.806
(+) Dividendos propostos Aba	59.416	59.417	–	–	118.833
(-) Liquidações – Aba	(63.054)	(63.054)	–	–	(126.108)
(+) Dividendos propostos – Adonai	2.704	1.124	724	855	5.407
(+) Dividendos propostos – Concais	503	–	503	–	1.006
(+) Juros s/ Capital Próprio – Adonai	4.961	2.062	1.330	1.570	9.923
Total em 31 de dezembro de 2023	**35.060**	**27.420**	**3.720**	**3.667**	**69.867**
(+) Dividendos propostos Aba	34.540	34.540	–	–	69.080
(-) Liquidações – Aba	(27.601)	(27.415)	–	–	(55.016)
(+) Dividendos propostos – Adonai	3.728	1.549	999	1.180	7.456
(-) Liquidações – Adonai	(4.993)	(1.124)	(1.775)	(2.096)	(9.988)
(+) Dividendos propostos – Concais	114	–	114	–	228
(-) Liquidações – Concais	(688)	–	(617)	–	(1.305)
(-) Liquidações – Juros s/ Capital Próprio – Adonai	(4.961)	(2.062)	(1.330)	(1.570)	(9.923)
Total em 31 de dezembro de 2024	**35.199**	**32.908**	**1.111**	**1.181**	**70.399**

9. Partes relacionadas – São reputadas transações entre as Companhias do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

Clientes – Nota 4

	Controladora	
	2024	2023
Concais S/A	98	70
Adonai East	1	1
Toronto [1]	–	2
Adonai Química	85	70
	184	**143**

[1] No ano de 2024, a participação na Companhia Toronto foi alienada.

Receitas operacionais – Nota 21

	Controladora	
	2024	2023
Aluguel – Concais	752	544
Aluguel – Adonai	661	544
Aluguel – Adonai East	13	12
Aluguel – Toronto	–	25
Gerenciamento de Obras – Concais [1]	2.300	–
Gerenciamento de Obras – Adonai [2]	2.170	4.023
Execução de Obras – Concais [3]	2.506	–
	8.402	**5.148**

[1] Em 2024, a controladora Aba prestou serviços de gerenciamento de obras à Companhia Concais, no que tange ao gerenciamento da obra do armazem de bagagens. [2] Em 2023, a controladora Aba prestou serviços de gerenciamento de obras à Companhia Adonai Química, especificamente no que se refere ao gerenciamento da obra da Bacia VIII. Em 2024, os serviços foram estendidos para o gerenciamento da plataforma de carregamento; [3] Em 2024, a controladora Aba prestou serviços de execução da obra do Gate 12 para a Companhia Concais.

Conta corrente – Ativo

	Prazo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Alípio José Gusmão Santos [1]	8 anos	–	5.324	–	5.324
Contermas [2]	Indeterminado	4.098	3.483	4.098	3.483
Argemil Distrib. de Combust. e Armazéns Gerais Ltda [2]	Indeterminado	–	–	–	7.030
FCA Com. Exterior e Logística Ltda. [2]	Indeterminado	21.793	21.793	35.847	33.813
Termap	Indeterminado	–	25	–	25
PP-NMM [2]	Indeterminado	2.736	2.344	2.736	2.345
		28.627	**32.969**	**42.681**	**52.020**

[1] As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de conta corrente com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 100% do CDI;

[2] As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de Companhias coligadas e entre controladores e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobranças de juros;

Conta corrente – Passivo

Descrição	Prazo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Contermas [1]	Indeterminado	–	230	–	230
		–	**230**	**–**	**230**

[1] As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de Companhias coligadas e entre controladores e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobranças de juros.

Remuneração da Administração: Em 2024 e 2023, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é substancialmente composta por pró-labore:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração da Administração	34	32	1.554	1.137
	34	**32**	**1.554**	1.137

10. Investimentos – 10.1. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os investimentos em participações societárias permanentes são compostos como segue:

	2024			2023		
	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Concais S/A	99	59.928	75.926	99	6.780	100.654
Pier Mauá S/A	50	77.030	48.027	50	56.082	39.715
Adonai Química S/A	10	242.737	34.886	10	184.436	25.298
PP-NMM Adm de Bens Ltda.	16,67	(10.324)	(7.158)	16,67	(3.174)	(17.775)
Contermas SPE S/A	50	11.031	12.001	50	(444)	5.535
Toronto Import e Export	–	–	–	99	8.165	553
Adonai East	100	35.723	(8.372)	100	23.041	(8.407)
Eudmarco S/A	11,01	31.413	8.566	–	–	–
Termap Fortaleza S/A	100	3.487	(1.366)	–	–	–

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A

10.2. Movimentação dos investimentos

Companhias	Tipo de Participação	Saldo 31/12/2022	Lucros distri-buídos	Equivalência patrimonial	Compra/ Venda	Integralização de Capital/AFAC	Saldo 31/12/2023	Lucros distri-buídos	Equivalência patrimonial	Compra/ Venda (ii)	Integralização de Capital/ AFAC (iii)	Saldo 31/12/2024
Concais S/A	Direta	6.712	(99.646)	99.646	–	–	6.712	(22.550)	75.167	–	–	59.329
Adonai Química S/A	Direta	84.442	(601)	5.297	(70.694)	–	18.444	(829)	3.494	–	31.700	52.809
Toronto Import e Export (ii)	Direta	7.536	–	547	–	–	8.083	–	(537)	(7.546)	–	–
Adonai East (iii)	Direta	10.339	–	(8.407)	–	21.110	23.042	–	(8.373)	–	21.055	35.724
Termap Fortaleza S/A (iii)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.365)	–	4.852	3.487
(1) Total Controladas		**109.029**	**(100.247)**	**97.083**	**(70.694)**	**21.110**	**56.281**	**(23.379)**	**68.386**	**(7.546)**	**57.608**	**151.349**
Pier Mauá S/A	Direta	28.591	(20.406)	19.856	–	–	28.041	(13.539)	24.013	–	–	38.515
PP-NMM Adm de Bens Ltda	Direta	2.433	–	(2.962)	–	–	(529)	–	(1.192)	–	–	(1.721)
Contermas SPE S/A	Direta	(2.957)	–	2.736	–	–	(224)	(263)	6.001	–	–	5.515
Eudmarco S/A (iv)	Direta	–	–	–	–	–	–	–	962	2.497	–	3.459
(2) Total Coligadas		**28.067**	**(20.406)**	**19.630**	**–**	**–**	**27.288**	**(13.802)**	**29.783**	**2.497**	**–**	**45.767**
Provisão para perdas em investimentos (i)		2.957	–	(2.209)	–	–	751	–	972	–	–	1.721
AFAC – Termap		–	–	–	–	65	65	–	–	–	(65)	–
(3) Total Provisão p/perdas e AFAC		**2.957**	**–**	**(2.209)**	**–**	**65**	**816**	**–**	**972**	**–**	**(65)**	**1.721**
Total Controladora (1) + (2) + (3)		**140.053**	**(120.653)**	**114.504**	**(70.694)**	**21.175**	**84.385**	**(37.181)**	**99.138**	**(5.049)**	**57.543**	**198.837**
Total Consolidado (2+3)		**31.024**	**(20.406)**	**19.632**	**–**	**65**	**28.104**	**(13.802)**	**30.756**	**2.497**	**(65)**	**47.488**

(i) Refere-se à provisão para perdas na Companhia PP-NMM que se encontra com o patrimônio líquido negativo, reclassificados para o "Passivo não circulante". (ii) Em julho de 2024 a companhia alienou sua participação societaria na Companhia Toronto. (iii) Em 2024, foi integralizado o montante de R$ 21.055 na sua controlada Adonai East e R$ 4.989 na sua controlada Termap , para liquidação de seus compromissos dentro do prazo acordado. (iv) Em julho de 2024 a companhia adquiriu 2.184.997 ações ordinarias, nominativas e sem valor nominal representativas de 11,01% do capital social da Companhia Eudmarco S/A.

11. Imobilizado

	Período de depreciação	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prédios e edificações	25 anos	5.215	5.215	5.215	5.215
Máquinas e equipamentos	10 anos	228	228	3.162	1.352
Móveis e utensílios	10 anos	122	123	3.610	2.757
Computadores e periféricos	5 anos	1.154	1.157	8.142	7.370
Veículos	5 anos	–	–	151	500
Instalações	10 anos	–	–	1.525	570
Ferramentas	10 anos	–	–	166	3
Benf. em imóveis de terceiros	25 anos	–	–	1.205	1.194
Imobilizado em andamento		212	97	211	97
Subtotal custo do ativo imobilizado		**6.930**	**6.820**	**23.387**	**19.058**
Depreciação acumulada		(1.915)	(1.515)	(12.121)	(8.105)
Ativo imobilizado líquido		**5.015**	**5.305**	**11.266**	**10.953**

Taxas de depreciação: A Companhia efetuou a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de depreciação utilizadas atualmente.

11.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado – Controladora

Custo	2023	Adições	Baixas	Trans-ferência	2024
Prédios e edificações	5.215	–	–	–	5.215
Máquinas e equipamentos	228	–	–	–	228
Móveis e utensílios	123	–	(1)	–	122
Computadores e periféricos	1.157	–	(3)	–	1.154
Imobilizado em andamento	97	114	–	–	211
Total Imobilizado	**6.820**	**114**	**(4)**	**–**	**6.930**

11.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado – Controladora

Depreciação	2023	Adições	Baixas	Trans-ferência	2024
Prédios e edificações (i)	(304)	(209)	–	–	(513)
Máquinas e equipamentos	(228)	–	–	–	(228)
Móveis e utensílios	(118)	(1)	2	–	(117)
Computadores e periféricos	(865)	(195)	2	–	(1.057)
Total Imobilizado	**(1.515)**	**(405)**	**4**	**–**	**(1.915)**

11.3. Movimentação do custo do ativo imobilizado – Consolidado

Custo	2023	Adições	Baixas	Trans-ferência	2024
Prédios e edificações	5.215	–	–	–	5.215
Máquinas e equipamentos	1.354	149	–	1.659	3.162
Móveis e utensílios	2.758	536	(22)	338	3.610
Computadores e periféricos	7.367	448	(108)	435	8.142
Veículos	500	6	–	(355)	151
Instalações	570	19	–	936	1.525
Ferramentas	3	163	–	–	166
Importações em andamento	–	–	–	–	–
Benf. em imóveis de terceiros	1.194	–	–	11	1.205
Imobilizado em andamento	97	114	–	–	211
Total Imobilizado	**19.058**	**1.435**	**(130)**	**3.024**	**23.387**

11.4. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado – Consolidado

Depreciação	2023	Adições	Baixas	Trans-ferência	2024
Prédios e edificações	(304)	(209)	–	–	(513)
Máquinas e equipamentos	(953)	(76)	–	(1.644)	(2.673)
Móveis e utensílios	(1.730)	(174)	11	(334)	(2.227)
Computadores e periféricos	(4.298)	(1.060)	76	6	(5.276)
Veículos	(470)	(2)	–	355	(117)
Instalações	(295)	(37)	–	(871)	(1.203)
Benf. em imóveis de terceiros	(55)	(57)	–	–	(112)
Total Imobilizado	**(8.105)**	**(1.615)**	**87**	**(2.488)**	**(12.121)**

12. Intangível

	Período de amortização	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Software/licença de uso	5 anos	986	986	2.573	2.697
Projetos de TI em andamento	–	–	–	1.207	2.588
Direitos de exploração	(ii)	–	–	81.110	69.014
Máquinas e equipamentos	10 anos	–	–	8.512	10.961
Computadores e periféricos	5 anos	–	–	69	59
Móveis e utensílios	10 anos	–	–	573	805
Veículos	5 anos	–	–	384	–
Instalações	10 anos	–	–	1.447	164
Bens de concessão	(i)	–	–	489.842	415.794
Bens de concessão em andamento	–	–	–	53.668	79.499
Direito de outorga	(ii)	–	–	34.680	33.727
Subtotal		**986**	**986**	**674.065**	**615.308**
Amortização acumulada		(926)	(751)	(227.485)	(206.550)
Ativo intangível líquido		**60**	**235**	**446.580**	**408.758**

(i) A Companhia amortiza os bens de concessão pelo prazo restante do contrato de concessão, apurado entre a data de aquisição e a data do término do contrato, conforme demonstrado a seguir:

Companhia	Término do Contrato
Adonai Química	07/2043
Concais	05/2038

(ii) O direito de outorga e de exploração é amortizado em valores constantes pelo prazo da outorga e arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

Companhia	Prazo do Contrato
Adonai Química – Arrendamento	12/2018 a 07/2043
Adonai East – Outorga e Arrendamento	05/2020 a 05/2045
Concais – Arrendamento	01/2019 a 05/2038
Termap – Outorga e Arrendamento	04/2024 a 04/2049

Taxas de amortização A Companhia efetuou a revisão da amortização pelo prazos de concessões e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de amortização utilizadas atualmente.

12.1. Movimentação do custo do ativo intangível – Consolidado

Custo	2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	2024
Software e Sistemas/Lic. de uso	2.697	31	(234)	80	2.574
Projeto de TI em Andamento	2.588	959	–	(2.340)	1.207
Direitos de Exploração (²)	137.261	20.854	(697)	–	157.418
(-) AVP Direito de Exploração – Concessão	(68.247)	(12.450)	4.388	–	(76.309)
Maquinas e Equipamentos – Concessão	10.961	179	–	(2.628)	8.512
Computadores e periféricos – Concessão	59	2	–	9	70
Móveis e utensílios – Concessão	805	11	–	(244)	572
Veículos	–	29	–	355	384
Instalações – Concessão	164	149	–	1.134	1.447
Bens de Concessão	415.794	1.534	–	72.514	489.842
Bens de Concessão em Andamento (1)	79.499	46.091	(17)	(71.905)	53.668
Direito de Outorga	39.997	702	–	–	40.699
(-) AVP Direito de Outorga – Concessão	(6.270)	(44)	295	–	(6.019)
	615.308	**58.048**	**3.735**	**(3.025)**	**674.065**

(1) As obras em andamento fazem parte dos investimentos obrigatórios; (2) O aumento do direito de exploraçao ocorreu pela correção das parcelas de arrendamento pelo valor atualizado da prestação.

12.2. Movimentação da amortização do ativo intangível – Consolidado

Amortização	2023	Adições	Baixas	Transfe-rência	2024
Software e sistemas/ lic. de uso	(1.753)	(366)	60	1	(2.058)
Direito de exploração	(19.895)	(6.924)	–	–	(26.819)
Maquinas e equipamentos	(8.013)	(445)	–	2.600	(5.858)
Computadores e periféricos	(48)	(2)	–	(8)	(58)
Móveis e utensílios	(765)	(5)	–	245	(525)
Veículos	–	–	–	(355)	(355)
Instalações	(59)	(46)	–	6	(99)
Bens de concessão	(170.815)	(14.051)	–	–	(184.866)
Direito de outorga	(5.201)	(1.646)	–	–	(6.847)
	(206.550)	**(23.484)**	**60**	**2.489**	**(227.485)**

13. Propriedades para Investimentos

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Terreno – Vila Di Firenze Remanescente	2.672	2.672
Aptos Rua Padre Anchieta-Santos	157	170
Apto Unidade 021 Torre – 3 – Leonardo	36	36
Terreno Sete de Setembro-Suzano	175	175
Prédio Padre Anchieta-Santos	1.256	1.256
	4.296	**4.309**

Baseado na CPC 27 e 28, e considerando que os imóveis não estão destinados a venda, os mesmos foram classificados no grupo Propriedade para Investimento, demonstrados ao seu valor de custo. As receitas geradas pela propriedade para investimento caso seja alugada serão reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para Investimento são determinadas pela diferença entre os valores recebidos de venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

14. Fornecedores

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores Nacionais	194	386	11.949	13.503
	194	**386**	**11.949**	**13.503**

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
A vencer até 30 dias	194	378	6.595	8.882
A vencer até 60 dias	–	–	1.171	1.310
A vencer até 90 dias	–	–	953	748
A vencer até 120 dias	–	–	881	2.426
A vencer mais de 120 dias	–	–	2.117	28
Vencidos até 30 dias	–	–	232	3
Vencidos até 60 dias	–	–	–	–
Vencidos há mais de 120 dias	–	8	–	106
	194	**386**	**11.949**	**13.503**

15. Empréstimos e financiamentos

	Prazo inicial	Compa-nhia	Garantia	Vencimento Final	Taxa de Juros	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Finame Stemac	63 meses	Concais	Aval	01/2024	6,59% a.a	–	–	–	1
Subtotal – veículos e máquinas						–	–	–	–
BNDES – Finame Fluxo	60 meses	Adonai	Alienação Fiduciária/ Aval	01/2024	3,42% a.a	–	–	–	8
BNDES – Finame GIMI	60 meses	Adonai	Alienação Fiduciária/ Aval	02/2024	3,42% a.a	–	–	–	16
Finame – Safra	60 meses	Adonai	Alienação fiduciária	03/2026	4,99% a.a. + Selic	–	–	640	1.040
Financiamento OP 4131	24 meses	Adonai	Aval/Standby Letter of Credit	11/2024	2,78326% a.a + CDI	–	–	–	407
Financiamento ROF 4131 – 1030	16 meses	Adonai	Aval/Standby Letter of Credit	07/2025	2,25408% a.a + CDI	–	–	8.435	19.659
Financiamento BTG 68/22	60 meses	Adonai	Aval	03/2027	% flutuante equiv. CDI	–	–	23.029	32.323
Subtotal – construção e desenvolvimento						**–**	**–**	**32.104**	**53.453**
Caixa Econômica – CCB	95 meses	ABA	Alienação Fiduciária	10/2029	CDI+0,25%a.m.	2.017	2.434	2.017	2.434
Caixa Econômica -	180 meses	ABA	Alienação Fiduciária	11/2037	3,95% a.a + Dep. Poup.	664	716	664	716
Subtotal – financiamento imobiliário						**2.681**	**3.150**	**2.681**	**3.150**
Capital de Giro	20 meses	ABA	Standby Letter of Credit	02/2025	CDI + 2,61808% a.a	141	708	142	708
Santander 4131	60 meses	Concais	Aval	07/2025	2,11% a.a + CDI	–	–	3.451	8.042
Subtotal – capital de giro						**141**	**708**	**3.593**	**8.750**
Total						**2.822**	**3.858**	**38.378**	**65.354**
Circulante						610	1.037	22.704	28.109
Não circulante						2.212	2.821	15.674	37.245

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante

	2024	2023
2025	–	17.600
2026	9.017	9.008
2027	4.444	4.444
Subtotal – construção e desenvolvimento	**13.461**	**31.052**
2025	–	468
2026	469	468
2027	469	468
2028	469	468
2029	400	400
2030	51	51
2031	51	51
2032	51	51
2033	51	51
2034	51	51
2035	51	51
2036	51	51
2037	49	49
Subtotal – financiamento imobiliário	2.214	2.678
2025	–	3.515
Subtotal – Capital de Giro	–	3.515
	15.674	**37.245**

16. Obrigações tributárias e trabalhistas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Provisão para férias e encargos	26	8	2.416	2.032
Instituto nacional do Seguro Social – INSS	2	1	798	759
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	1	–	222	202
Outros	–	–	–	16
Obrigações trabalhistas	29	9	3.436	3.009
Impostos Sobre Serviço (ISS)	4	1	1.748	2.055
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	30	131	732	419
Programa de Integração Social (PIS)	7	28	158	89
INSS retido na fonte a recolher	2	–	98	191

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1	5	279	2.192
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	–	–	687	132
PIS/COFINS/CSLL retido	13	–	114	202
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	–	66	384	146
Parcelamentos Municipais	–	–	855	1.650
Parcelamento CSLL	–	–	549	1.237
Parcelamento COFINS	–	–	402	930
Parcelamento PIS	–	–	81	186
Parcelamento IRPJ	–	–	1.765	3.959
Obrigações tributárias	57	231	7.852	13.388
Circulante	86	240	11.288	13.053
Não Circulante	–	–	–	3.344
Total obrigações trabalhistas e tributárias	**86**	**240**	**11.288**	**16.397**

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
2024	–	111
2025	81	75
(=) Parcelamento PIS	**81**	**186**
2024	–	557
2025	402	373
(=) Parcelamento COFINS	**402**	**930**
2024	–	2.324
2025	1.765	1.635
(=) Parcelamento IRPJ	**1.765**	**3.959**
2024	–	730
2025	549	507
(=) Parcelamento CSLL	**549**	**1.237**
2024	–	895
2025	855	755
(=) Parcelamento ISS	**855**	**1.650**
(=) Total Parcelamentos	**3.652**	**7.962**

17. Compromissos com poder concedente – Consolidado

	Adonai 2024	Adonai 2023	Adonai East 2024	Adonai East 2023	Concais 2024	Concais 2023	Termap 2024	Termap 2023	Total 2024	Total 2023
SPA – contribuição variável (1)	318	167	36	22	4.802	4.976	–	–	5.156	5.165
Contrib. Fixa – Outorga (2)	–	–	6.994	13.387	–	–	75	–	7.069	13.387
Contribuição exploração	30.887	31.274	54.942	55.993	29.798	30.627	15.433	–	131.061	117.894
(-) Ajuste à valor presente	(16.431)	(17.054)	(31.116)	(33.465)	(12.969)	(13.964)	(9.404)	–	(69.919)	(64.483)
	14.774	**14.387**	**30.856**	**35.937**	**21.631**	**21.639**	**6.104**	**–**	**73.367**	**71.965**
Circulante	1.988	1.764	9.284	9.326	7.009	7.088	647	–	18.928	18.179
Não Circulante	12.786	12.623	21.572	26.611	14.622	14.551	5.457	–	54.437	53.786
Total	**14.774**	**14.387**	**30.856**	**35.937**	**21.631**	**21.639**	**6.104**	**–**	**73.365**	**71.965**

(1) Contribuição variável com o poder concedente refere-se aos custos de movimentação dos passageiros, energia elétrica, água, estacionamento fixo e tarifas portuárias; (2) Na controlada Adonai East em 2024 foi liquidado o valor de R$ 6.994 e no ano de 2023 foi liquidado o valor de R$ 6.694 com o poder concedente, referente Contrato de Arrendamento nº 03/2020, firmado em 19 de maio de 2020. Na controlada Termap em 2024 foi liquidado o valor de R$ 25 com o poder concedente, referente Contrato de Arrendamento nº 03/2024, firmado em 02 de abril de 2024.

18. Outras contas a pagar

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Aluguéis a pagar	21	22	45	53
Seguros a pagar	22	6	64	111
Adiantamento de clientes (1)	20	1	11.309	9.452
Outras contas diversas	18	2	766	813
	81	**31**	**12.184**	**10.430**
Circulante	81	31	11.766	9.860
Não circulante	–	–	418	570

(1) O aumento no saldo de adiantamento de clientes justifica-se pelo aumento de receita em sua controlada Adonai Química, que por força de contrato cobra parte da operação de forma antecipada.

19. Provisão para demandas judiciais – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão. A companhia mantém registrada provisão para demandas judiciais que considera suficiente para cobrir eventuais perdas em processos que possuem probabilidade de perda provável.

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Tributário (1)	–	–	93.991	38.154
Trabalhistas	–	–	4.732	3.107
Cíveis	–	–	13	11
Administrativo	–	–	133	119
PIS Exigibilidade	–	–	689	476
COFINS Exigibilidade	–	–	3.175	2.195
	–	**–**	**102.733**	**44.062**
Depósitos judiciais	–	–	(52.247)	(3.351)
	–	**–**	**50.486**	**40.711**

(1) O aumento das provisões para demandas judiciais tributárias estão relacionadas aos tributos PIS/COFINS/IRPJ/CSLL relativos a Lei Perse da controlada Concais.

A Companhia mantém registrada provisão para demandas judiciais que considera suficiente para cobrir eventuais perdas em processos que possuem probabilidade de perda provável. Adicionalmente, existem processos pulverizados, no montante total de R$ 968 em 2024 e R$ 2.094 em 2023 cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia e para os quais não foi constituída provisão. A controladora não possui processos com probabilidade de perdas possiveis;

Tipo de Processo	Controlada Adonai Química 2024	Controlada Adonai Química 2023	Controlada Concais 2024	Controlada Concais 2023	Controlada Adonai East 2024	Controlada Adonai East 2023
Administrativo	679	1.848	263	246	26	–

Na controlada Adonai Química, os processos administrativos de maior relevância, classificados como de risco "possível", estão relacionados às notificações emitidas pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Em sua controlada Concais, 80% dos processos referem-se a auto de infração pela Prefeitura Municipal de Santos sob o argumento de não retenção e recolhimento de ISS, e 20% refere-se a mandato de segurança para obtenção de licença de importação para desembaraço aduaneiro. Na controlada Adonai East, o processo sujeito a possível perda está relacionado à notificação emitida pela CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

19.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais

Consolidado	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Adminis-trativo	PIS exigi-bilidade	COFINS exigibilidade	Subtotal	Depósitos judiciais	Valor total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.154	3.107	11	119	476	2.195	44.062	(3.351)	40.711
Adições/reversões	55.837	1.625	2	14	213	980	58.671	(49.196)	9.775
Saldo de depósito – venda de controlada									300
Saldo em 31 de dezembro de 2024	93.991	4.732	13	133	689	3.175	102.733	(52.247)	50.486

20. Patrimônio líquido – 20.1. Capital social: O capital social é de R$ 70.945 composto por 70.945.000 ações, no valor de R$ 1 (expresso em Reais) cada, totalmente integralizadas, composto pelos seguintes acionistas:

Acionistas	Participação (%)	2024	2023
Carlos César Floriano	50	35.742	35.472
Formitex Empreend.	50	35.743	35.473
		70.945	**70.945**

20.2. Distribuição de dividendos: Os dividendos destinados aos acionistas pela controladora e suas controladas no período encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R$ 100.144, enquanto em 2023 o montante foi de R$ 225.494, conforme detalhado no quadro a seguir:

Companhia	2024	2023
Aba	69.080	118.833
Adonai	8.286	6.008
Concais	22.778	100.653
Total	**100.144**	**225.494**

20.3 Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros: A Controladora possui reservas de lucros acumulados em valor superior ao capital social. Quando da realização da Assembléia Geral Ordinária, será deliberado sobre a aplicação do excesso de reservas na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

21. Receitas operacionais líquidas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita de movimentação de passageiros (2)	–	–	159.131	158.202
Receitas de armazenagem	–	–	164.351	126.622
Receita de aluguel e locações	577	320	1.968	1.445
Receita de aluguel e locações (Adonai)	661	544	–	–
Receita de aluguel e locações (Concais)	752	544	–	–
Receita de aluguel e locações (Adonai East)	13	12	–	–
Receita de aluguel e locações (Toronto)	–	25	–	–
Movimentação de Bagagens (2)	–	–	42.268	33.746
Receitas de serviços diversos	–	–	4.900	1.496
Estacionamento	–	–	6.825	7.431
Receitas de serviços portuários	–	–	1.045	720
Serviços de gerenciamento e adm de obras	2.223	–	2.223	–
Serviços de gerenciamento e adm de obras – Concais (4)	2.300	–	–	–
Serviços de gerenciamento e adm de obras – Adonai (1)	2.170	4.024	–	–
Execução de Obras – Concais (4)	2.506	–	–	–
Receitas de inertização	–	–	541	752
Serviço de representação comercial (3)	–	–	–	17
Receita de revenda de combustivel – importação (3)	–	–	–	128.335
Impostos incidentes sobre receita bruta	(1.242)	(586)	(40.712)	(30.357)
	9.960	**4.883**	**342.540**	**428.409**

(1) Em 2023, a controladora Aba prestou serviços de gerenciamento de obras à Companhia Adonai Química , especificamente no que se refere ao gerenciamento da obra da Bacia VIII. Em 2024, os serviços foram estendidos para o gerenciamento da plataforma de carregamento; (2) A variação nos valores de faturamento da controlada Concais, é reflexo do retorno da temporada 2024/2025; (3) Em 2023, a controlada Toronto iniciou suas operações com a importação de combustíveis, envolvendo atividades de revenda e intermediação. Em 2024, a participação na controlada Toronto foi alienada. (4) Em 2024, a controladora Aba prestou serviços de gerenciamento e execução de obras à Companhia Concais , especificamente no que se refere ao gerenciamento da obra do Gate 12.

22. Custos da prestação de serviços

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Depreciação e amortização líquidas	(223)	(222)	(20.108)	(14.736)
Pessoal e respectivos encargos	(128)	(19)	(30.544)	(26.677)
Serviços contratados de terceiros	(5)	(8)	(14.842)	(13.162)
Movimentação de passageiros	–	–	(18.392)	(19.543)
Insumos utilizados na operação (1)	–	–	(8.985)	(4.361)
Manutenção e reparos	(1)	(25)	(2.580)	(3.051)
Seguros	–	–	(2.842)	(2.282)
Movimentação mínima – MMC	–	–	(1.881)	(1.597)
Gastos gerais	–	(3)	(866)	(1.331)
Custos Portuários – APS (2)	–	–	(4.778)	(4.135)
Custo de venda de combustível (3)	–	–	–	(123.492)
	(357)	**(277)**	**(105.818)**	**(214.367)**

(1) Refere-se a variação dos custos na prestação de serviços da controlada Adonai, que foi proporcional ao aumento da receita no período de 2024, em relação à 2023; (2) Os custos portuários APS referem-se a energia elétrica, água, estacionamento fixo e tarifas portuárias; (3) Foram registrados os custos com revenda de combustíveis, da controlada Toronto, que teve início de suas operações em 2023. Em 2024, a participação na controlada Toronto foi alienada.

23. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Serviços consultoria e assessoria (1)	(3.165)	(1.137)	(23.756)	(18.876)
Pessoal, e respectivos encargos	(324)	(235)	(13.681)	(11.754)
Gastos gerais (2)	(1.793)	(1.208)	(11.061)	(7.776)
Tributos e contribuições	(367)	(499)	(3.531)	(3.007)
Seguros	(97)	(46)	(101)	(56)
Depreciação e amortização	(370)	(374)	(1.485)	(1.414)
Provisão/reversão de provisão para demandas judiciais e administrativas	–	3	–	(11)
Outras despesas	(117)	(62)	(2.511)	(1.992)
	(6.233)	**(3.558)**	**(56.126)**	**(44.886)**

(1) Variação refere-se a aumento de gastos com consultoria contábil e administrativa, consultoria técnica profissional e serviços de administração de obras, contratados pela controladora.
(2) Refere-se a gastos com utilidades, materiais de escritório e consumo, combustíveis, cartórios, entre outros.

24. Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita de locação	–	–	156	148
Ganho/(Perda) imobilizado/investimento (1)	(3.989)	(259)	(4.187)	(236)
Outras receitas	648	631	1.017	994
Provisão/ Reversão de provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	(1.611)	(1.179)
	(3.341)	**372**	**(4.625)**	**(273)**

(1) Variação refere-se venda da controlada Toronto, que foi realizada em valor abaixo do valor contábil do investimento na Controladora.

25. Despesas e receitas financeiras

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	110	219	5.856	5.099
Juros ativos	278	614	1.532	2.129
Descontos obtidos	–	–	16	65
Correção monetária ativa	180	–	273	198
Juros s/ capital próprio	–	1.297	–	–
	568	**2.130**	**7.677**	**7.491**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (1)	(57)	(153)	(6.451)	(11.428)
Juros passivos (2)	(367)	(483)	(4.253)	(4.748)
I.O.F. s/ operações financeiras	(4)	(6)	(222)	(187)
Comissões e despesas bancárias	(8)	(7)	(328)	(69)
Desconto concedidos	–	–	(456)	(116)
Ajuste AVP – direito de outorga	–	–	(999)	(1.454)
Ajuste AVP – direito de concessão	–	–	(5.658)	(5.132)
Outros	–	(1)	(58)	(12)
	(436)	**(650)**	**(18.425)**	**(23.146)**
Variações cambiais líquidas				
Variação cambial ativa	–	–	483	197
Variação cambial passiva	–	–	(180)	(3.168)
	–	**–**	**303**	**(2.971)**
Resultado financeiro	**132**	**1.480**	**(10.445)**	**(18.626)**

26. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado antes de IRPJ e CSLL	98.291	119.613	219.070	169.888
(+) Adições	18.366	21.767	87.530	11.833
(-) Exclusões	(115.511)	(137.905)	(121.797)	(94.389)
Base de cálculo da CSLL	1.146	3.475	184.802	87.332
Compensações fiscais 30%	(344)	(1.042)	(344)	(1.251)
Base de cálculo da CSLL	802	2.433	184.458	86.081
(=) Contribuição social 9%	**(72)**	**(219)**	**(17.312)**	**(8.336)**
Resultado antes do IRPJ e após CSLL	98.219	119.393	201.757	161.552
(+) Adições	18.438	21.987	104.843	20.169
(-) Exclusões	(115.511)	(137.905)	(121.797)	(94.389)

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A

	Controladora		Consolidado	
Base de cálculo do IRPJ	1.146	3.475	184.802	87.332
Compensações fiscais 30%	(344)	(1.042)	(344)	(1.251)
Base de cálculo do IRPJ	802	2.433	184.458	86.081
(=) IRPJ 15%	**120**	**365**	**28.853**	**13.893**
(+) Adicional do IRPJ 10%	56	219	19.163	9.165
(-) Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	–	–	(75)	(30)
(-) Programa de alimentação ao trabalhador	–	–	(336)	–
(-) Lei Rouanet	–	–	(100)	–
(=) Imposto de renda corrente	**(176)**	**(584)**	**(47.504)**	**(23.029)**
(-) Lei do Bem – 2023	–	–	–	276
(=) Despesa de IR e CS corrente	**(248)**	**(803)**	**(64.540)**	**(31.366)**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos ativo: Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa de Contribuição Social a compensar não estão sujeitos à prescrição e podem ser compensados com resultados tributários futuros. Em 31 de dezembro de 2024, com base nas projeções da Companhia e obedecendo ao Pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, permanecemos com o registro dos ativos diferidos de IRPJ e CSLL.

		Controladora				Consolidado			
		2024		2023		2024		2023	
	Alíquotas	Base de cálculo	Impostos diferidos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Base de cálculo	Impostos diferidos
Base Negativa de CSLL	9%	2.581	232	2.925	263	2.581	232	2.925	263
Prejuízos Fiscais	25%	2.494	624	2.838	710	2.494	624	2.838	710
Ativo Fiscal Diferido	34%		856		973		856		973
Variação no Resultado			(117)		(330)		(117)		(330)

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social é reconhecido dado que a Companhia apresente histórico de rentabilidade, acompanhado da expectativa fundamentada dessa rentabilidade por prazo que considera o limite máximo de compensação permitido pela legislação. **c) Imposto de Renda e Contribuição Social e Diferidos:** Em 2024 e 2023 a Companhia utilizou de seu estoque de prejuízo fiscal, na compensação do IRPJ e CSLL os seguintes valores:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial prejuízos fiscais – IRPJ	2.838	3.880
(-) Prejuízo utilizado	(344)	(1.042)
(=) Saldo final	2.494	2.838
Benefício fiscal usufruído [1]	86	236
Alíquota efetiva do benefício	25%	22%
Saldo inicial prejuízos fiscais CSLL	2.925	3.967
(-) Prejuízo utilizado	(344)	(1.042)
(=) Saldo final	**2.581**	**2.925**
Benefício fiscal usufruído [2]	31	94
Alíquota efetiva do benefício	9%	9%
Total benefício fiscal (1 + 2)	**117**	**330**

27. Seguros (não auditado) – A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros Gerenciamento de riscos –** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Em 31 de dezembro de 2024 o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante + não circulante	256.757	214.402	701.684	618.955
Passivo circulante + não circulante	(67.848)	(54.146)	(322.017)	(292.558)
Endividamento líquido	**189.139**	**160.256**	**379.667**	**326.397**

29. Evento subsequente – 29.1. Adonai East – Financiamento BNDES: No período subsequente à data do balanço, a Companhia obteve um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de viabilizar a ampliação e modernização de um terminal no Porto Organizado de Santos/SP. Este terminal é destinado à recepção, armazenamento e expedição de produtos líquidos a granel, conforme estipulado no Contrato de Arrendamento nº 03/2020. E em janeiro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social da Controlada, com o AFAC, passando de R$ 67.870 (sessenta e sete milhões e oitocentos e setenta mil reais), para R$ 71.515 (setenta e um milhões e quinhentos e quinze mil reais), aumento esse realizado mediante a emissão de 3.645 (três milhões e seiscentos e quarenta e cinco mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pela acionista Aba Infra-Estrutura e Logística S/A. **29.2. Concais – PERSE:** A partir do ano de 2025, com a alteração do art. 4º da Lei nº 14.148/2021, redação dada pelo art. 1º da Lei nº 14.859/2024, o benefício de alíquota zero concedido através do PERSE ficou restrito ao PIS e a COFINS, para Companhias tributadas pelo lucro real. Desta forma, a Controlada continuará recolhendo as contribuições para o PIS e a COFINS através de depósitos judiciais (realizando a devida provisão das contribuições) e voltou a calcular e recolher o IRPJ e CSLL pelas alíquotas normais, sem realização de depósitos judiciais.

Luís Antonio Floriano
Diretor Presidente

Luis Gustavo Batista
Diretor Financeiro

Leandro Luiz Chiachio
Diretor

Jose Manuel dos Santos de Freitas
Contador Responsável Técnico – CRC 1SP 220.700/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Aba Infra-Estrutura e Logística S/A.** | São Paulo-SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Aba Infra-Estrutura e Logística S/A ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Aba Infra-Estrutura e Logística S/A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013.846/O-1
André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300.564/O-7

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A.

CNPJ/MF nº 24.353.832/0001-50

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos milhares de reais – R$)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.066	3.497	3.075
Contas a receber de clientes	81.682	74.339	72.861
Estoques	42.676	35.138	42.073
Outras contas a receber	20.499	22.582	22.057
Impostos a recuperar	3.062	1.340	3.504
Despesas antecipadas	1.825	89	1.826
	152.810	**136.985**	**145.396**
Não circulante			
Títulos e valores imobiliários	–	500	–
Imobilizado	37.407	28.088	37.556
Intangível	756	642	756
	38.163	**29.230**	**38.312**
Total	**190.973**	**166.215**	**183.708**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Circulante			
Fornecedores	48.615	52.925	48.521
Empréstimos e financiamentos	12.574	13.090	14.556
Obrigações trabalhistas	4.459	3.832	4.459
Obrigações tributárias	21.849	17.436	35.397
Outras contas a pagar	1.110	5.748	874
Adiantamentos de clientes	294	277	299
Arrendamento a pagar	4.297	6.915	4.297
Provisões para perdas em investimentos	24.067	–	–
	117.265	**100.223**	**108.403**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9.460	4.711	9.537
Obrigações tributárias	1.635	3.363	3.155
Outras contas a pagar	3.766	–	3.766
Arrendamento mercantil	12.101	1.527	12.101
Provisão para contingências	1.022	3.363	1.022
	27.984	**12.964**	**29.581**
Patrimônio líquido			
Capital social	11.083	3.000	11.083
Reservas de capital	–	8.083	–
Reservas de lucros	34.641	41.945	34.641
	45.724	**53.028**	**45.724**
Total	**190.973**	**166.215**	**183.708**

Demonstrações dos Resultados

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Receita líquida	386.646	344.161	394.540
Custos	(219.331)	(184.750)	(222.430)
Baixa			
Lucro bruto	**167.315**	**159.411**	**172.110**
(Despesas) e outras receitas			
Despesas gerais e administrativas	(81.448)	(85.365)	(86.159)
Despesas com pessoal	(26.609)	(23.288)	(30.251)
Despesas tributárias	(666)	(592)	(718)
Equivalência patrimonial	(5.348)	–	–
Outras receitas e despesas	(21.437)	8.681	5.658
Lucro antes do resultado financeiro	**31.807**	**58.847**	**60.640**
Despesas financeiras	(26.101)	(31.669)	(29.919)
Receitas financeiras	796	2.648	806
Resultado financeiro antes dos impostos	**(25.305)**	**(29.021)**	**(29.113)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(15.736)	(13.057)	(15.736)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.930	–	1.930
Lucro (prejuízo) do exercício	**(7.304)**	**16.769**	**17.721**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(7.304)	16.769	17.721
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(7.304)**	**16.769**	**17.721**

A Diretoria

Andrea Fernanda dos Santos Liberato Mendes
Contadora – CRC 1SP 181.586/O-2

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas completas, estão a disposição dos acionistas e interessados na sede da companhia.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.000**	**8.083**	**600**	**27.987**	**39.670**
Dividendos distribuídos	–	–	–	(4.885)	(4.885)
Acervo líquido na incorporação	–	–	–	1.474	1.474
Lucro do exercício	–	–	–	16.769	16.769
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.000**	**8.083**	**600**	**41.345**	**53.028**
Aumento de capital	8.083	(8.083)	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	(7.304)	(7.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**11.083**	**–**	**600**	**34.041**	**45.724**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(7.304)	16.769	17.721
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) dos exercícios com os recursos provenientes com atividades operacionais			
Depreciação do ativo imobilizado	10.636	9.080	14.097
Amortização do ativo intangível	215	160	215
Baixa de ativo imobilizado e intangível	961	(718)	1.018
Perdas com investimentos	26.933	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	5.348	–	–
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	11.953	268	11.952
(Perdas) Reversão por *impairment* nos estoques	1.223	(1.954)	1.223
Encargos financeiros e variação cambial	–	28	–
(Reversão) provisão para contingências	(2.341)	3.109	(2.341)
	47.624	**26.742**	**43.885**
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(19.296)	(2.038)	(10.474)
Redução (aumento) em estoques	(8.761)	(5.611)	(8.158)
Redução (aumento) em outras contas a receber	2.083	(3.181)	525
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(1.722)	(161)	(2.164)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(1.736)	(16)	(1.737)
(Redução) aumento em fornecedores	(4.310)	976	(4.404)
(Redução) aumento em obrigações tributárias	2.685	(573)	17.753
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	627	2.460	627
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes	17	(472)	22
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(872)	1.900	(1.108)
(Redução) aumento em arrendamento mercantil	7.956	8.442	7.956
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**24.295**	**28.468**	**42.723**
Das atividades de investimento			
Aquisições no ativo imobilizado	(20.916)	(16.836)	(24.583)
Aquisições no ativo intangível	(329)	(273)	(329)
Aquisição de participação societária em abril de 2024	(8.214)	–	–
Movimentação dos investimentos	–	–	(25.025)
Títulos e Valores Mobiliários	500	–	500
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(28.959)**	**(17.109)**	**(49.437)**
Das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos	33.861	88.644	37.342
Pagamentos de empréstimos	(31.515)	(101.487)	(36.113)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	1.887	6.063	5.063
Acervo líquido na incorporação	–	1.474	–
Dividendos distribuídos	–	(4.885)	–
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**4.233**	**(10.191)**	**6.292**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(431)**	**1.168**	**(422)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3.497	2.329	3.497
No final do exercício	3.066	3.497	3.075
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(431)**	**1.168**	**(422)**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ilmo. Srs. Administradores e acionistas
Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. – Jundiai-SP
Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** De acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, a Companhia está obrigada a calcular e registrar a depreciação dos bens com base nas respectivas vidas úteis. A revisão dessas vidas úteis deve ser realizada anualmente. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a depreciação dos bens foi calculada e registrada utilizando a taxa fiscal e a revisão anual não foi apresentada. Dessa forma, não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos dessa revisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP 033.508/O-1

Roberson de Sousa Cardoso
Contador CRC 1SP 325.546/O-9

Luciana Toniolo Meira
Contadora CRC 1SP 254.829/O-8

Haia Serviços Financeiros S.A.

CNPJ nº 23.733.780/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/24 à 31/12/24. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa Balanço Patrimonial em 31/12/2024.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo + PL	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**32.154.222**	**12.807.793**	**Circulante**	**51.378**	**12.466.138**
Caixa e equivalentes de caixa	31.387.566	12.451.125	Impostos e contribuições	37.999	24.830
Contas a receber	766.656	356.668	Contas a pagar	13.379	12.441.308
Não circulante	**29.596**	**41.962**	**Não circulante**	**31.491.160**	**–**
Investimentos	29.139	38.939	Contas a pagar	31.491.160	–
Imobilizado	457	3.023	**Patrimonio líquido**	**641.280**	**383.617**
Intangível	–	–	Capital social	10.000	10.000
Total do ativo	**32.183.818**	**12.849.755**	Reserva de lucros	631.280	373.617
			Total do passivo + PL	**32.183.818**	**12.849.755**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	838.493	661.488
(–) Custos operacionais	(346.092)	(423.113)
Resultado operacional bruto	**492.401**	**238.375**
(+/–) Receitas/Despesas operacionais:	(157.265)	(72.587)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**335.136**	**165.788**
Receitas financeiras	7.230	153.173
(–) Despesas financeiras	(8.349)	(40.332)
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**334.017**	**278.629**
(–) IRPJ e CSLL	(76.354)	(103.473)
Resultado líquido do exercício	**257.663**	**175.156**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.000**	**198.461**	**208.461**
Lucro do exercício	–	175.156	175.156
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.000**	**373.617**	**383.617**
Lucro do exercício	–	257.663	257.663
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10.000**	**631.280**	**641.280**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(156.177)	(75.692)
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	9.800	(30.000)
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	19.082.816	(84.001.356)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	**18.936.439**	**(84.107.048)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	12.451.125	96.558.173
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	31.387.564	12.451.125
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	18.936.439	(84.107.048)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: A **Haia Serviços Financeiros S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Holdings de instituições não-financeiras, Atividades de cobranças e informações cadastrais, Serviços combinados de escritório e apoio administrativo com início de atividades em 25/11/2015. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2024.

DIRETORIA: Karin Camila Soares - *Diretora Presidente;*
Eliane Rodrigues Silva - *Vice-Presidente;* **Assis Martins Moreira** - *Contador CRC 1SP259100/O-4*

G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A.

CNPJ nº 29.044.163/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	2024	2023	Passivo + PL	2024	2023
Circulante	**522**	**2.398.236**	**Circulante**	**6.788**	**3.163.322**
Caixa e equivalentes de caixa	522	500	Impostos e contribuições	1.024	214
Contas a receber	–	2.397.736	Contas a pagar	5.764	3.163.108
Não circulante	**5.556.414**	**3.533.074**	**Não circulante**	**5.328.694**	**–**
Realizável a longo prazo	3.951.956	–	Contas a pagar	5.328.694	–
Investimentos	1.604.458	3.533.074	**Patrimonio líquido**	**221.454**	**2.767.987**
Intangível	–	–	Capital social	1.498.860	1.498.860
			Resultados acumulados	(1.277.406)	1.269.127
Total do ativo	**5.556.936**	**5.931.309**	**Total do passivo + PL**	**5.556.936**	**5.931.309**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2024	2023
(–) Custos operacionais	(40.666)	(41.011)
Resultado operacional bruto	**(40.666)**	**(41.011)**
(+/–) Receitas/despesas operacionais:	(183.948)	335.564
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(224.614)**	**294.553**
Receitas financeiras	–	1
(–) Despesas financeiras	(2.225)	(1.841)
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**(226.839)**	**292.713**
(–) IRPJ e CSLL	–	–
Resultado líquido do exercício	**(226.839)**	**292.713**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de Exerc. Ant.	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**1.498.860**	**–**	**976.414**	**–**	**2.475.274**
Lucro do exercício	–	–	292.713	–	292.713
Saldos em 31/12/2023	**1.498.860**	**–**	**1.269.127**	**–**	**2.767.987**
Ajuste de exercícios anteriores	–	(2.319.694)	–	–	(2.319.694)
Lucro do exercício	–	–	(226.839)	–	(226.839)
Saldos em 31/12/2024	**1.498.860**	**(2.319.694)**	**1.042.288**	**–**	**221.454**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	(85.167)	(673.723)
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	–	1.497.360
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	85.189	(823.647)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**22**	**(10)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	522	523
Caixa e equivalente de caixa no final do período	500	513
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**(22)**	**(10)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: A G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 10/11/2017. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo, 31/12/2024.

DIRETORIA: Anderson Paulo Bella da Silva - *Diretor Presidente*
Vania Lima da Silva - *Vice-Presidente;* **Assis Martins Moreira -** *CRC 1SP259100/O-4*

New Time Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.379.940/0001-39

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos milhares de reais – R$)*

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante	**10**	**5**	**145.404**	**136.990**
Caixa e equivalentes de caixa	10	5	3.085	3.502
Contas a receber de clientes	–	–	72.861	74.339
Estoques	–	–	42.073	35.138
Outras contas a receber	–	–	22.057	22.582
Impostos a recuperar	–	–	3.504	1.340
Despesas antecipadas	–	–	1.824	89
Não circulante	**45.724**	**52.497**	**38.312**	**29.230**
Títulos e valores imobiliários	–	–	–	500
Investimentos	45.724	52.497	–	–
Imobilizado	–	–	37.556	28.088
Intangível	–	–	756	642
Total	**45.734**	**52.502**	**183.716**	**166.220**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo circulante	**2.675**	**2.283**	**111.076**	**102.507**
Fornecedores	–	–	48.521	52.925
Empréstimos e financiamentos	–	–	14.556	13.090
Obrigações trabalhistas	10	10	4.469	3.842
Obrigações tributárias	3	2	35.400	17.437
Adiantamentos de clientes	–	–	299	277
Outras contas a pagar	2.662	2.271	3.534	8.021
Arrendamento a pagar	–	–	4.297	6.915
Passivo não circulante	**–**	**–**	**29.581**	**12.964**
Empréstimos e financiamentos	–	–	9.537	4.711
Obrigações tributárias	–	–	3.155	3.363
Outras contas a pagar	–	–	3.766	
Arrendamento a pagar	–	–	12.101	1.527
Provisão para contingências	–	–	1.022	3.363
Patrimônio líquido	**43.059**	**50.219**	**43.059**	**50.219**
Capital social	5.000	5.000	5.000	5.000
Reservas de lucros	38.059	45.219	38.059	45.219
Participações dos não controladores	–	–	–	530
Total	**45.734**	**52.502**	**183.716**	**166.220**

Demonstrações dos Resultados

	Controladora		Consolidado	
Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida	**–**	**–**	**394.540**	**344.161**
Custos	–	–	(222.430)	(184.750)
Lucro bruto	–	**–**	**172.110**	**159.411**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(272)	(177)	(86.431)	(85.542)
Despesas com pessoal	(137)	(137)	(30.388)	(23.425)
Despesas tributárias	(2)	(1)	(720)	(593)
Equivalência patrimonial	(7.304)	18.559	–	1.958
Outras receitas e despesas	560	–	5.658	8.681
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**(7.155)**	**18.244**	**60.229**	**60.490**
Despesas financeiras	(5)	(4)	(29.924)	(31.673)
Receitas financeiras	–	–	806	2.648
Resultado antes dos impostos	**(7.160)**	**18.240**	**31.111**	**31.465**
Imposto de renda e CSLL corrente	**–**	**–**	**(15.736)**	**(13.057)**
Imposto de renda e CSLL diferido	**–**	**–**	1.930	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(7.160)**	**18.240**	**17.305**	**18.408**
Participação dos controladores	**–**	**–**	**–**	**18.240**
Participação dos não controladores	**–**	**–**	**–**	**168**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(7.160)**	**18.240**	**17.305**	**18.408**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(7.160)**	**18.240**	**17.305**	**18.408**
Atribuível à:				
Participação dos controladores	**–**	**–**	**–**	**18.240**
Participação dos não controladores	**–**	**–**	**–**	**168**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31/12/2022	**5.000**	**1.000**	**31.834**	**–**	**37.834**	**391**	**38.225**
Lucro do exercício	–	–	–	18.240	18.240	168	18.408
Dividendos distribuídos	–	–	–	(5.855)	(5.855)	(29)	(5.884)
Reserva de lucros	–	–	12.385	(12.385)	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**5.000**	**1.000**	**44.219**	**–**	**50.219**	**530**	**50.749**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(7.160)	(7.160)	–	(7.160)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(7.160)	7.160	–	–	–
Ajuste de participações	–	–	–	–	–	(530)	(530)
Saldos em 31/12/2024	**5.000**	**1.000**	**37.059**	**–**	**43.059**		**–** **43.059**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(7.160)**	**18.240**	**17.305**	**18.240**
Ajustes para reconciliar o Lucro (prejuízo) dos exercícios com os recursos provenientes com atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	–	–	14.312	9.240
Resultado de equivalência patrimonial	7.304	(18.559)	–	–
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	–	–	11.953	268
(Perdas) Reversão por impairment nos estoques	–	–	1.223	(5.499)
Encargos financeiros e variação cambial	–	–	–	(341)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	–	–	1.018	1.077
(Reversão) provisão para contingências	–	–	(2.341)	3.109
Participações dos não controladores	(530)	–	30	168
	(386)	**(319)**	**43.500**	**26.262**
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	–	–	(10.475)	85
Redução (aumento) em estoques	–	–	(8.158)	(1.954)
Redução (aumento) em outras contas a receber	–	–	525	(4.073)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	–	–	(2.164)	(134)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	–	–	(1.735)	(16)
(Redução) aumento em fornecedores	–	–	(4.404)	819
(Redução) aumento em obrigações tributárias	1	1	17.755	(633)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	–	–	627	2.449
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes	–	–	22	(703)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	390	1.404	(721)	1.351
(Redução) aumento em arrendamento mercantil	–	–	7.956	8.442
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**5**	**1.086**	**42.728**	**31.895**
Das atividades de investimento				
Aquisições no ativo imobilizado	–	–	(24.583)	(16.836)
Aquisições no ativo intangível	–	–	(329)	(273)
Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários	–	–	500	–
Investimentos	–	4.764	(25.025)	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**–**	**4.764**	**(49.437)**	**(17.109)**
Das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	–	–	37.342	2.294
Pagamentos de empréstimos	–	–	(36.113)	(7.195)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	–	–	5.063	(2.898)
Distribuição de lucros	–	(5.855)	–	(5.884)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**–**	**(5.855)**	**6.292**	**(13.683)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5**	**(5)**	**(417)**	**1.103**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	5	10	3.502	2.399
No final do exercício	10	5	3.085	3.502
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5**	**(5)**	**(417)**	**1.103**

A Diretoria
Andrea Fernanda dos Santos Liberato Mendes
Contadora – CRC 1SP 181.586/O-2

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas completas, estão a disposição dos acionistas e interessados na sede da companhia.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ilmo. Srs. Administradores e acionistas
New Time Investimentos e Participações S.A. – Jundiai-SP
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da New Time Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da New Time Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** De acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, a controlada Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. está obrigada a calcular e registrar a depreciação dos bens com base nas respectivas vidas úteis. A revisão dessas vidas úteis deve ser realizada anualmente. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a depreciação dos bens foi calculada e registrada utilizando a taxa fiscal e a revisão anual não foi apresentada. Dessa forma, não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos dessa revisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025.
Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1
Roberson de Sousa Cardoso
Contador – CRC1SP325546/O-9
Luciana Toniolo Meira
Contador-CRC1SP254.829/O-8

UBUS Tecnologia S.A.

CNPJ nº 29.320.965/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	**2024**	**2023**	**Passivo + PL**	**2024**	**2023**
Circulante	**65.398**	**20.039**	**Circulante**	**125.685**	**7.283.507**
Caixa e equivalentes de caixa	45.248	13.479	Impostos e contribuições	6.934	6.189
Contas a receber	20.150	6.560	Contas a pagar	118.751	7.277.318
Não circulante	**14.841**	**31.546**	**Não circulante**	**7.153.276**	**–**
Imobilizado	4.587	6.547	Contas a pagar	7.153.276	–
Intangível	10.254	24.999	**Patrimonio líquido**	**(7.198.722)**	**(7.231.922)**
			Capital social	1.500	1.500
			Prejuízos acumulados	(7.200.222)	(7.233.422)
Total do ativo	**80.239**	**51.585**	**Total do passivo + PL**	**80.239**	**51.585**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2024	**2023**
Receita operacional líquida	242.829	149.583
(–) Custos operacionais	(174.631)	(200.718)
Resultado operacional bruto	**68.198**	**(51.135)**
(+/–) Receitas/despesas operacionais:	(12.000)	(12.000)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**56.198**	**(63.135)**
Receitas financeiras	–	38
(–) Despesas financeiras	(3.232)	(73.097)
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**52.966**	**(136.194)**
(–) IRPJ e CSLL	(19.766)	(12.186)
Resultado líquido do exercício	**33.200**	**(148.380)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**1.500**	**–**	**–**	**(7.085.042)**	**(7.083.542)**
Prejuizo do exercício	–	–	–	(148.380)	(148.380)
Saldos em 31/12/2023	**1.500**	**–**	**–**	**(7.233.422)**	**(7.231.922)**
Prejuizo do exercício	–	–	–	33.200	33.200
Saldos em 31/12/2024	**1.500**	**–**	**–**	**(7.200.222)**	**(7.198.722)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	**2023**
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	31.769	38.915
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	–	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	–	(46.968)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**31.769**	**(8.053)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	13.479	21.532
Caixa e equivalente de caixa no final do período	45.248	13.479
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**31.769**	**(8.053)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: A **Ubus Tecnologia S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 26/12/2017. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2024.

DIRETORIA: Jose Romano Netto - *Diretor Presidente;*
Anderson Paulo Bella da Silva - *Vice-Presidente;* **Assis Martins Moreira -** *CRC 1SP259100/O-4*

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2025

1) **Data, Hora e Local:** Aos 26 de março de 2025, às 10h00, por meio de videoconferência, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B, Cidade e Estado de São Paulo. 2) **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3) **Mesa**: Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente, e Camila Nascimento da Silva Torres, como Secretária. 4) **Ordem do Dia: (i)** Aprovar (1) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial e demais peças das demonstrações financeiras; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia; (3) o Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários, para fins art. 4º, § 5º da Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020 do Banco Central do Brasil; (4) A submissão às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da aprovação das matérias constantes neste item (i). **(ii)** Aprovar a submissão do plano anual de negócios e sobre o orçamento estratégico da Companhia para o ano de 2025 às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária; **(iii)** Ratificar a reeleição da ouvidora da Companhia para exercer o mandato que se inicia em 30 de março de 2025, nos termos do artigo 29 do seu Estatuto Social; e, **(iv)** Ratificar a aprovação de Políticas e Relatórios, que se encontram arquivados na Companhia; 5) **Deliberações**: Os Conselheiros presentes deliberaram, por unanimidade de votos: **(i)** APROVAR (1) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial e demais peças das demonstrações financeiras; (2) a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R$98.002.950,71 (noventa e oito milhões, dois mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), sendo: (a) R$4.900.147,54 (quatro milhões, novecentos mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para constituição da Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei nº 6.404/76; (b) do lucro líquido remanescente, R$93.102.803,17 (noventa e três milhões, cento e dois mil, oitocentos e três reais e dezessete centavos), o montante no valor de R$41.634.130,34 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e trinta reais e trinta e quatro centavos) foi alocado às reservas de lucros à título de juros sobre capital próprio conforme deliberado em 20 de dezembro de 2024. (c) O saldo remanescente do lucro líquido, no valor de R$51.468.672,83 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), serão destinados ao incremento da reserva de lucros da Companhia; (3) O Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários, para fins do art. 4º, § 5º da Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020; e (4) A submissão às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia da aprovação das matérias constantes deste item (i). **(ii)** APROVAR a submissão do plano anual de negócios e do orçamento estratégico da Companhia para o ano de 2025 às referidas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia. **(iii)** RATIFICAR a reeleição da Sra. **Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim**, brasileira, casada, bancária, portadora da cédula de identidade (RG) nº 38.980-943-3, inscrita no CPF/MF sob o nº 400.519.098-71, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Ouvidora da Companhia, tendo como atribuição aquelas especificadas no Estatuto Social da Companhia. A Ouvidora ora designada inicia o exercício da atividade em 30 de março de 2025, mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, que ficará arquivado na Sede da Companhia; **(iv)** RATIFICAR ainda, a aprovação das seguintes Politicas e Relatórios, que se encontram arquivados na Companhia: (i) Política de Compliance Corporativo, emitida em sua 9ª Versão, sob Código INT-05, conforme Resolução CMN 4.595/17; (ii) Política de Prevenção e Combate a Corrupção, emitida em sua 10ª Versão, sob o Código INT- 08, conforme Lei nº 12.846 e Decreto nº 11.129; (iii) Política de Conflitos de Interesses, emitida em sua 10ª Versão, sob o Código INT-13, conforme Resolução CMN nº 4.859/20; (iv) Relatório do Canal de Denúncias da Companhia relativo ao 2º semestre de 2024, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20; (v) Relatório do Risco de Conformidade, relativo ao ano de 2024, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.595/17, (vi) Relatório de Avaliação de Efetividade, relativo ao ano de 2024, em cumprimento ao disposto na Circular Bacen nº 3.978/20; (vii) Relatório de Atividades de Ouvidoria relativo ao 2º semestre de 2024, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.860; nos termos dos documentos arquivados na Companhia. 6) **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a Reunião foi suspensa para lavratura da presente ata em livro próprio que foi lida e assinada pelos presentes. 7) **Assinaturas**: Mesa: Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora e Secretária: Camila Nascimento da Silva Torres. Conselheiros presentes: Dominique Edmond Pierre Signora, Jean Pierre Avril e Vincent Hervé PY. Camila Nascimento da Silva Torres – Secretária; Dominique Edmond Pierre Signora – Presidente. Jean Pierre Avril – Conselheiro; Vincent Hervé Py – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 135.462/25-3 em 17/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Ambiental Transportes Urbanos S.A.

CNPJ/ME nº 08.405.256/0001-90

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais mil)*

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante		**48.041**	**158.612**
Caixa e Bancos	4	3.327	1.585
Contrato de Mútuo e SPTrans	5	35.093	154.532
Estoques	6	1.851	2.258
Adiantamentos	7	7.771	237
Não Circulante		**84.638**	**6.851**
Realizável a Longo Prazo		**2.953**	**3.079**
Depósitos Judiciais	8	1.686	1.711
Participações Societárias	9	1.267	1.367
Imobilizado	10	**81.685**	**3.772**
Custo		234.533	147.090
Depreciação e Amortizações		(152.848)	(143.318)
Intangível	10	**–**	**–**
Custo		955	955
Depreciação e Amortizações		(955)	(955)
Total do Ativo		**132.679**	**165.463**

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante		**50.991**	**138.003**
Fornecedores		3.621	4.059
Obrigações Trabalhistas e Sociais	12	4.366	4.285
Provisão de Férias	12	6.375	6.630
Empréstimos e Financiamentos – CP	11	6.011	9.131
Impostos e Taxas		1.253	970
Outras Contas a Pagar	14	13.028	112.214
Subvenção Governamental – CP	16	15.797	–
Parcelamento de Tributos -INSS – CP	13	540	713
Não Circulante		**81.689**	**27.460**
Exigível a Longo Prazo		**71.376**	**17.172**
Empréstimos e Financiamentos – LP	11	26.075	1.958
Parcelamento de Tributos – INSS – LP	13	1.881	2.486
Subvenção Governamental – LP	16	36.859	–
Provisão para Contingências	15	6.561	12.729
Patrimônio Líquido		**10.312**	**10.288**
Capital Social	17	16.687	16.687
Prejuizo acumulado	18	(6.376)	(6.399)
Total do Passivo		**132.679**	**165.463**

Demonstração do Resultado do Exercício *(Em Reais mil)*

	Notas	2024	2023
Receita Operacional Líquida	18	**242.985**	**233.968**
(-) Custo Operacionais		**(230.200)**	**(193.166)**
Custo dos Serviços Prestados		(230.200)	(193.166)
(=) Lucro Bruto		**12.785**	**40.801**
(-) Despesas Administrativas		**(20.307)**	**(33.631)**
Despesas Gerais e Administrativas		(20.307)	(33.631)
(=) Resultado Operacional		**(7.522)**	**7.171**
(+/-) Resultado Financeiro		**7.691**	**(937)**
(+) Receitas Financeiras		11.447	1.107
(-) Despesas Financeiras		(3.756)	(2.044)
(+/-) Lucro/(Prej.) antes dos impostos		**169**	**6.234**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		(146)	(1.446)
(=) Lucro/(Prejuízo) do Período		**23**	**4.788**

Mutações do Patrimônio Líquido *(Em Reais Mil)*

Descrição	Capital Social	Lucros/ (Prej.) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.687**	**(11.187)**	**5.500**
(-)Prejuizo/(+) Lucro do Exercício	–	**4.788**	**4.788**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.687**	**(6.399)**	**10.288**
(-)Prejuizo/(+) Lucro do Exercício	–	**23**	**23**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**16.687**	**(6.376)**	**10.312**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 *(Em Reais mil)*

	2024	2023
Lucro /Prejuízo Líquido do exercício (Antes do Imposto de Renda e CSLL)	169	6.234
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão, amortização	15.215	872
Imposto de renda e contribuição social	(146)	(1.446)
Ganho/Perda na venda de ativo Imobilizado	4.985	–
Provisões	(6.423)	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais	**13.800**	**5.660**
Contratos de Mútuo e Sptrans	119.439	(23.688)
Estoques	408	1
Adiantamentos	(7.534)	3.971
Depósitos judiciais	25	2.160
Investimentos	101	(80)
Acrescimo (decréscimo) em passivos operacionais	**112.439**	**(17.636)**
Fornecedores	(438)	(1.020)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	81	501
Obrigações tributárias	283	(11)
Outras Contas a pagar	(99.186)	28.918
Provisões	–	2.833
Parcelamentos de tributos-INSS	(777)	(721)
	(100.037)	**30.501**
Caixa Gerado pelas atividades operacionais	**26.202**	**12.865**
Captações (Liquidações de Empréstimos)	76.773	1.512
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(3.120)	(18.093)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	**73.653**	**(16.581)**
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(98.113)	(875)
Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	**(98.113)**	**(875)**
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.742**	**1.069**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	1.585	516
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.327	1.585

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Relativas aos Exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de açóes)

1. Contexto Operacional – A **Ambiental Transportes Urbanos S/A** tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista. Em 05/04/2019 foi publicado Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros e Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Articulação Regional, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A, operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados E8, AR9 e AR0. Em 24 de maio de 2019 foi assinado pelo Consórcio Transvida – Contrato 029/2019 –Grupo Local de Articulação Regional Lote AR0.

2. Apresentação das Demonstracoes Contabeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3. Principais Práticas Contabeis – a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. **b) Ativos e Passivos:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, consequentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. **c) Contratos de Mútuos e SPTrans:** As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SPTrans) e Contrato de Mútuo firmado entre FR Global Investimentos e Participações S.A. e Arvida Administração e Participações S.A. **d) Estoques:** Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. **e) Imobilizado:** Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado. **f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor líquido de realização. **g) Passivo Circulante e mo circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. **h) Fornecedores:** Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável. **i) Empréstimos e Financiamentos Bancários:** Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes ate a data do balanço. **j) imposto de Renda** e **Contribuição Social:** O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido. **k) Obrigações Fiscais, Sociais** e **Trabalhistas:** Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições. **l) Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Provisão para Contingências:** Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto às prováveis perdas. **n) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos:** A empresa avalia, na data do balanço, se há evidencia objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). A administração tern por política apurar periodicamente e especificamente em dezembro de cada ano civil o valor de mercado de sua frota. **o) Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC:** As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

4. Caixa e Bancos	2024	2023
Caixa – Numerarios	141	74
Bancos – Depositos a Vista	3.186	1.511
Total	**3.327**	**1.585**

Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte.

5. Contratos de Mutuo e SPTrans	2024	2023
Mútuo – FR Global Invest. Participações	28.837	118.880
São Paulo Transportes-SP Trans	3.325	9.074
Mútuo – Arvida Adm. E Participações	2.931	26.578
Total	**35.093**	**154.532**

Contratos de Mútuo com a partes relacionados referem-se aos Empréstimos a FR Global Investimentos e Participações S/A e Arvida Administração e Participações S.A, a serem recebidos em 2025.

6. Estoques – Composto conforme segue	2024	2023
Peças, componentes e Acessórios	1.612	2.046
Óleo Diesel	84	93
Pneus e Materiais de Rodagem	84	6
Óleos, Graxas e Lubrificantes	40	31
Materiais Diversos	31	82
Total	**1.851**	**2.258**

7. Adiantamentos	2024	2023
Adiantamentos	7.771	237
Total	**7.771**	**237**

	2024	2023
Depósitos Judiciais	1.686	1.711
Total	**1.686**	**1.711**

9. Investimentos	2024	2023
Investimentos	1.267	1.367
Total	**1.267**	**1.367**

Conforme anexo VI – Investimentos e responsabilidades – cláusula 6.3 do Contrato 029/2019 -Grupo Local de Articulação Regional Lote AR0 assinado em 24/05/2019, são valores que estão sendo rateados entre os consorciados para aquisição, instalação e manutenção (software e hardware) dos equipamentos embarcados em todos os veículos da frota (independentemente de seu tempo de operação e seu prazo restante para renovação).

A sociedade realiza periodicamente pesquisa a valor de mercado a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior ao seu valor recuperável "impairment" referente a frota por carro.

11. Emprestimos e Financiamentos	2024	2023
Finames – Itau BBA	150	1.947
Empréstimo – Bco Daycoval	1.588	2.455
Financiamento – Bco Luso	2.033	811
Finames – Bco Bradesco	28.315	5.876
Total	**32.086**	**11.089**
Curto Prazo	**6.011**	**9.131**
Longo Prazo	**26.075**	**1.958**

Operações financeiras junto ao Banco Bradesco para aquisições de veículos de frota operacional firmado em média no prazo de 60 meses. Operações junto ao Itaú BBA firmado em média no prazo de 120 meses a uma taxaanual que varia entre 5,50% a 10,00%. Foram firmados empréstimos CCB – Banco Daycoval conforme Contrato de Nº 20220-06604 no prazo de 18 meses a uma taxa anual de 7.82% e Financiamento junto ao Banco Luso conforme Contrato No. 5288040008 no prazo de 36 meses a uma taxa anual de 7,55%

12. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Provisão para Férias	2024	2023
Convênios	597	584
Encargos	1.586	1.542
Obrigações trabalhistas e Sociais	2.183	2.159
Total	**4.366**	**4.285**
Provisão para Férias	5.400	5.636
Encargos sobre férias	975	994
Total	**6.375**	**6.630**

Referem-se a obrigações trabalhistas e sociais dos colaboradores da empresa, bem como os convênios ora descontados e repassados para as Empresas contratadas. A provisão de férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de œmpetência, com base nossaldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores, acrescidos dos respectivos encargos sociais.

13. Parcelamento de Tributos	2023	2023
Curto Prazo	540	713
Longo Prazo	1.881	2.486
Total	**2.421**	**3.199**

No dia 25/11i2014 com base na Lei 12.996/2014 aderimos ao Parcelamento de débitos previdenciários em 180 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 30/09/2029. E em 08/04/2020 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário de Débitos previdenciários 00908212000251305320 50-INSS Terceiros e 00908412000251305420 78 – INSS Patronal, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 31/03/2025. E em 28/04/2020 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário de Débitos previdenciários 00908212000284179720 98 INSS-Terceiros, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 31/03/2025. E em 09/03/2021 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/ordinário de Débitos Previdenciários – Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta 19679-412458/2021-04, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 27/02/2026. E em 29/12/2021 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário – Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta referente aos meses de agosto, setembro, outubro e novembro /2021 e 3º. Parcela IRPJ e CSLL apuração 2º. Trimestre/2021 conforme Processo 19679-412545/2022-65, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente *gera* Selic com término em 30/11/2026.

14. Outras Contas a Pagar	2024	2023
Adiantamentos de Clientes-SPTrans	–	126
Diversos(Aluguel,contas consumo)	142	116
Processos Cíveis e Trabalhistas	2.240	3.272
Retenções Contratuais(Aluguel Frota,Energia tração)	10.646	108.700
Total	**13.028**	**112.214**

Processos Cíveis e Trabalhistas referem-se a acordos já transitados em Julgado e Aluguel da Frota refere-se ao período de suspensão da cobrança do aluguel da Frota Pública mais provisionamento da correção do índice IPC+Juros. **15. Provisão para Contingencias** – Passivos contingentes levam em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura. A Administração da Sociedade constituiu provisões para perdas no montante de R$ 6.561 em função dos processos avaliados como perdas prováveis. Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Uma entidade deve reconhecer um ativo contingente quando há sua respectiva entrada de caixa. Em 04.03.2011 e 29.04.2011, a companhia protocolou dois processos judiciais contra a Municipalidade de S. Paulo e a Sào Paulo Transportes S.A. (SPTrans) com os seguintes objetos: - Restituição de todos os valores cobrados a maior a título de aluguel da frota de trólebus, em razào da execução do contrato em vigor, processo em andamento – 2º. Instancia aguardando julgamento em gabinete. Os processos acima referidos totalizam aproximadamente R$ 28 milhões. Não reconhecidos na contabilidade como ativos contingentes devido ao estágio em que se encontram. Em 22 de Março de 2011 foi distribuída Ação Cível Pública requerida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo os requeridos o Consórcio Leste 4, e todas as *suas* consorciadas. O referido processo tem como objeto a solidariedade entre as requeridas de indenizar os consumidores usuários de serviços detransporte coletivo especialmente da região leste da Capital e classificada por seus assessores jurídicos como perda provável no montante de R$ 3 milhões.

Descrição	Saldo 31/12/2023	Aumento Processo Trabalhista	Aumento Processo Civil	Baixa Depósitos Judiciais	Saldo 31/12/2024
Provisão p/processos	12.729	–	–	(6.167)	6.561

10. Imobilizado e intangível — **Em Mil**

Custo Corrigido	Saldos 2023	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Ajuste	Transf.	Saldos 2024
Custo							
Instalações	500		91	–	–	–	591
Veículos de Transporte de Passageiros	136.971		84.825	(5.616)	–	–	216.180
Veículos – Outros	1.095		21	–	–	–	1.116
Máquinas e Equipamentos (inclui validadores)	6.512		302	–	–	–	6.814
Móveis e Utensílios	163		2	–	–	–	165
Aparelhos Rastreadores	1.419		–	–	–	–	1.419
Benfeitorias Bens de Terceiros	432		–	–	–	–	432
Imobilizações em andamento	–		12.871	(5.055)			7.817
Total Custo	**147.091**		**98.113**	**(10.671)**	**–**	**–**	**234.534**
Depreciação Acumulada							
Instalações	(451)	10%	(20)		–	–	(471)
Veículos de Transporte de Passageiros	(136.969)	20%	(14.138)	5.616	–	–	(145.491)
Veículos – Outros	(681)	10%	(116)	–	–	–	(797)
Máq Eqptos (inclui validadores)	(3.306)	10%	(917)	70	–	–	(4.153)
Móveis e Utensílios	(152)	10%	(2)		–	–	(153)
Aparelhos Rastreadores	(1.419)	10%	–		–	–	(1.419)
Benfeitorias Bens Terceiros	(341)	10%	(23)		–	–	(365)
Total depreciação	**(143.320)**		**(15.215)**	**5.686**	**–**	**–**	**(152.849)**
Intangível							
Licença (Software) a Amortizar	955		–	–	–	–	955
Amortização de Bens Intangíveis	(955)	20%	–	–	–	–	(955)
Total intangível	**–**		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total Imobilizado	**3.772**		**82.898**	**(4.985)**	**–**	**–**	**81.685**

16. Subvenção Governamental	2024	2023
Curto Prazo	15.797	–
Longo Prazo	36.859	–
Total	**52.656**	–

Em maio/2024 foi constituída uma subvenção governamental, seguindo conforme CPC 07- Parágrafo 15. (a) uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados. **17. Capital Social** – Durante o exercicio de 2014 foi aumentado o capital social da empresa, passando a 18.750.000 (Dezoito milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, ao valor deR$ 0,89 totalizando em R$ 16.687. Apesar do lucro líquido do exercício apurado no valor de R$ 23, não foi constituída reserva legal conforme determina legislação societária devido á existéncia de prejuízos acumulados a compensar em valor superior ao lucro apurado no exercicio e, portanto, compensado. **18. Receita Operacional Liquida** – As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em janeiro de2013 a empresa aderiu a Lei 12.715/2012, que substitui a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais e conforme Lei nº 14.973/2024 manteve a validade da desoneração da folha de pagamento até 12/2024 sobre a Receita Bruta das empresas de Prestação de Serviços Transportes Rodoviário de Passageiros, sendo que manteve a validade da desoneração da folha de pagamento até 12/2024 e criou a reoneração gradual de 2025 a 2027.

	2024	2023
Receita Operacional	**247.150**	**238.816**
Receitas Municipais	247.150	238.816
(-) Deduções da Receita	**(4.848)**	**(4.848)**
Contribuição Previdênciária (Desoneração)	(4.165)	(4.848)
	242.985	**233.968**

19. Instrumentos Financeiros e Políticas para Gestão de Risco Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto ao BNDES. Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados do Curto e Longo Prazo. Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito. **20. Eventos Subsequentes** – Não existem eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024 até o momento, que possam impactar materialmente às demonstrações financeiras daquela data.

A Diretoria — **Adriana Aparecida Luz** – Contadora CRC 1SP 256.788/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmo Srs. Aos Administradores e acionistas

Ambiental Transportes Urbanos S/A

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ambiental Transportes Urbanos S/A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis'. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração** e da **governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequa a apresentação das demonstrações contabeis de acordo com as praticas contabeis adotadas no Brasil e pelos controles infernos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com oobjetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação *a* eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatóriode auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da audito ia e das consta ões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências si " cativas n controles in s que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo de abril de 202

BC Control Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP 022.159/O-0

Sandro Casagrande

Sócio Contador CRC 1SP 194.140/O-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de abril de 2025

1) Data, Hora e Local: Aos 07 de abril de 2025, às 10h00 horas, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B, Cidade e Estado de São Paulo. **2) Convocação:** Dispensada, haja vista a presença da totalidade dos Acionistas, nos termos do disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3) Mesa**: Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Camila Nascimento da Silva Torres, como Secretária. **4) Documentos Lidos e Arquivados na Sede Social:** (1) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, documentos esses publicados no Jornal Valor Econômico, em sua edição de 27 de março de 2025; (2) Proposta de destinação do resultado do exercício aprovada pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia; e (3) Plano anual de negócios e o orçamento estratégico da Companhia para o ano de 2025. **5) Ordem do Dia: (i)** Lavrar a ata em forma de sumário; **(ii)** Tomar as contas da Diretoria, bem como examinar, discutir e deliberar acerca das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iv)** Examinar, discutir e deliberar acerca do plano anual de negócios e o orçamento estratégico da Companhia para o ano de 2025; **(v)** Fixar a remuneração dos administradores; **6) Deliberações:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: **(i) Autorizar** a lavratura desta ata em forma de sumário; **(ii) Aprovar**, sem ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iii) Aprovar**, de acordo com a Proposta da Diretoria, a seguinte destinação ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de **R$98.002.950,71** (noventa e oito milhões, dois mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), sendo: (a) **R$4.900.147,54** (quatro milhões, novecentos mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para constituição da Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei nº 6.404/76; (b) do lucro líquido remanescente, **R$93.102.803,17** (noventa e três milhões, cento e dois mil, oitocentos e três reais e dezessete centavos), o montante no valor de **R$41.634.130,34** (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e trinta reais e trinta e quatro centavos) foi alocado às reservas de lucros à título de juros sobre capital próprio conforme deliberado em 20 de dezembro de 2024. (c) O saldo remanescente do lucro líquido, no valor de **R$51.468.672,83** (cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), serão destinados ao incremento da reserva de lucros da Companhia. (d) O Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários, para fins do art. 4º, § 5º da Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/2020; **(iv) Aprovar** o plano anual de negócios e o orçamento estratégico da Companhia para o ano de 2025, **(v) Fixar**, para o presente exercício social, remuneração anual e global dos administradores de até **R$ 7.186.293,69** (Sete milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), a qual será distribuída entre os seus membros, conforme vier a ser decidido pelo Conselho de Administração. **6) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. **7) Assinaturas:** Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora; Secretária: Camila Nascimento da Silva Torres. Acionista: Stellantis Financial Services Europe S.A., representada por seu procurador Jean Pierre Avril. São Paulo, 07 de abril de 2025. Acionista: **Stellantis Financial Services Europe S.A.** (p.p. Jean Pierre Avril). Mesa: **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Camila Nascimento da Silva Torres** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 135.463/25-7 em 17/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Opulência Empreendimentos e Participações S.A..

CNPJ nº 52.538.872/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	**5.880.849**	**–**	**Circulante**	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	849	–	**Não circulante**	**6.107.161**	**–**
Contas a receber	5.880.000	–	Contas a pagar	6.107.161	–
Não circulante	**400**	**–**	**Patrimonio líquido**	**(225.912)**	**–**
Realizável a longo prazo	400	–	Capital social	150	–
			Prejuízos acumulados	(226.062)	–
Total do ativo	**5.881.249**	**–**	**Total do passivo + PL**	**5.881.249**	**–**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2024	2023
Receita operacional líquida	–	–
(–) Custos operacionais	(225.535)	–
Resultado operacional bruto	**(225.535)**	**–**
(+/–) Receitas/despesas operacionais:	(276)	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(225.811)**	**–**
(–) Despesas financeiras	(251)	–
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**(226.062)**	**–**
(–) IRPJ e CSLL	–	–
Resultado líquido do exercício	**(226.062)**	**–**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Prejuizo do exercício	150	–	–	(226.062)	(225.912)
Saldos em 31/12/2024	**150**	**–**	**–**	**(226.062)**	**(225.912)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	(6.106.062)	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	(400)	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	6.107.161	–
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**699**	**–**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	150	–
Caixa e equivalente de caixa no final do período	849	–
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**699**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: Opulência Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 16/10/2023. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo, 31 de Dezembro de 2024.

DIRETORIA: Milena Braga Romano - *Diretora Presidente*
Assis Martins Moreira *- CRC 1SP259100/O-4*

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em **08 de maio de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição da diretoria da Companhia, para mandato de 3 (três) anos.

Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente

(29, 30/04 e 01/05/2025)

Cura – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A.

CNPJ/MF nº 50.252.998/0001-90 – NIRE 35.300.518.501

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 28 de abril de 2025, às 10h30 horas, na sede social da Cura – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 4.469, CEP 01401-002 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, titular da totalidade de seu capital social, conforme lista de presença lavrada em livro próprio, arquivado na sede da Companhia. Presente, ainda, o representante da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade empresária limitada com sede Cidade e Estado de São Paulo, à Rua Verbo Divino, nº 1.400, cj. Térreo ao 801, parte, CEP 04719-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP014428/O-6, o Sr. Wagner Bottino- contador, portador de RG nº 20.993.739, CPF sob nº 136.032.508-50, Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob nº 1SP196907/O-7. **3. Mesa:** Presidente: Juliano Estopilha Rolim; Secretário: Rodrigo Fernando Thadeu Burgos de Sousa. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** A única acionista da Companhia tomou as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 4.1. Aprovar, depois de examinado e discutido, o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Cura – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. com versão do Acervo Cindido para a ZERMATT SP Participações S.A." ("Protocolo e Justificação"), celebrado pelas Diretorias da Companhia e da Zermatt SP Participações S.A. (CNPJ/MF: 52.714.307/0001-58) ("Zermatt"), nesta data, que integra a presente ata na forma do Anexo I, referente à cisão parcial da Companhia, sem solidariedade, e à versão do acervo cindido, mediante incorporação, para a Zermatt, conforme descrito no Protocolo e Justificação. 4.2. Ratificar a nomeação e contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade empresária limitada, com sede Cidade e Estado de São Paulo, à Rua Verbo Divino, nº 1.400, cj. Térreo ao 801, parte, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP014428/O-6 ("Empresa Especializada"), como empresa especializada para proceder à avaliação, a valor contábil, do acervo cindido da Companhia ("Acervo Cindido"). 4.3. Aprovar o laudo de avaliação do Acervo Cindido, constante da presente ata na forma do Anexo II, elaborado pela Empresa Especializada, que avaliou o Acervo Cindido da Companhia a ser vertido para a Zermatt em R$ 95.400.492,62 (noventa e cinco milhões, quatrocentos mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), com base no balanço patrimonial consolidado da Companhia levantado em 31.12.2024 (respectivamente, "Laudo de Avaliação" e "Data Base"). 4.4. Aprovar, na forma do art. 229, § 2º, da Lei das S.A., a cisão parcial propriamente dita da Companhia, sem solidariedade, e a versão do Acervo Cindido para a Zermatt, nos termos e condições definidos no Protocolo e Justificação, e de acordo com o valor especificado no Laudo de Avaliação. 4.4.1. Consignar que as variações patrimoniais relacionadas ao Acervo Cindido da Companhia ocorridas após a Data Base, até a presente data, deverão ser devidamente registradas nos livros contábeis da Zermatt. 4.5. Em virtude da cisão parcial ora aprovada, aprovar a redução do capital social da Companhia em R$ 95.400.492,62 (noventa e cinco milhões e quatrocentos mil e quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), referente ao valor do Acervo Cindido, mediante o cancelamento de 24.538.920 (vinte e quatro milhões, quinhentas e trinta e oito mil, novecentas e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 4.5.1. Consequentemente, o capital social da Companhia passará de R$ 366.925.555,84 (trezentos e sessenta e seis milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 94.428.090 (noventa e quatro milhões, quatrocentas e vinte e oito mil e noventa) ações nominativas, ordinárias e sem valor nominal para R$ 271.525.063,22 (duzentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e sessenta e três reais e vinte e dois centavos), dividido em 69.889.170 (sessenta e nove milhões, oitocentas e oitenta e nove mil, cento e setenta) ações nominativas, ordinárias e sem valor nominal. 4.6. Consignar que, em decorrência da cisão parcial ora aprovada, serão transferidos, para a Zermatt, a totalidade dos direitos e obrigações referentes aos bens que compõem o Acervo Cindido, conforme descritos no Protocolo e Justificação. 4.7. Tendo em vista a aprovação da redução de capital conforme deliberação do item 4.5 acima, alterar o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda correte nacional, é de R$ 271.525.063,22 (duzentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e sessenta e três reais e vinte e dois centavos), dividido em 69.889.170 (sessenta e nove milhões, oitocentas e oitenta e nove mil, cento e setenta) ações nominativas, ordinárias e sem valor nominal."* 4.8. Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações acima deliberadas, o qual passa a vigorar de acordo com a versão constante do Anexo III à presente ata. 4.9. Autorizar que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, a qual, lida e aprovada por todos os presentes, foi devidamente assinada. São Paulo, 28 de abril de 2025. **Mesa**: Juliano Estopilha Rolim – Presidente; Rodrigo Fernando Thadeu Burgos de Sousa – Secretário. **Acionista: Refuá Participações S.A.** Juliano Estopilha Rolim e Rodrigo Fernando Thadeu Burgos de Sousa.

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Edital De Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas

Serve a presente para convocar os acionistas da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.863.504/0001-38 ("**Companhia**"), para participarem da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no dia **06 de maio de 2025**, às **15:00**, em primeira convocação, e às **15:30**, em segunda convocação, de forma exclusivamente remota, via videoconferência, conforme procedimento abaixo, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; ii) Deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelo Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a destinação dos resultados auferidos no referido período; iii) Deliberar sobre a proposta de orçamento para o exercício social de 2025; e iv) A reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: i) Aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 5.247.344,20 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), mediante a emissão de 283.541.984 (duzentas e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e uma mil e novecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R$ 0,01850641, nos termos do Artigo 170 da Lei das S.A, a ser integralizado no prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser um prazo menor, a ser notificado, pela Companhia aos acionistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, conforme necessidade de caixa da Companhia; ii) A ratificação de todos os aumentos de capital social da Companhia realizados até o momento, incluindo as respectivas diluições de participações de acionistas considerados inadimplentes; e iii) Sujeito à aprovação da matéria do item (i) acima, consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. Ressaltamos que nos termos da cláusula 4.1.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, a matéria constante no item (i) acima envolve uma **Matéria Sujeita à Aprovação Qualificada dos Acionistas** (conforme definido no Acordo de Acionistas), sendo necessário votos representativos de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para sua aprovação. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente à distância e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação *Teams*. Para participar da Assembleia, o acionista deverá observar o procedimento abaixo indicado. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail **juridico.consultivo@hsinvest.com**, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. **• Procedimento Para a Participação e Votação À Distância:** a. Link de acesso à transmissão da Assembleia será enviado oportunamente; b. A participação e a votação do acionista (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. c. Recomendamos que o acionista (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia para eventuais ajustes em sua conexão. d. Caberá ao acionista (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. e. A Assembleia será gravada para os devidos fins legais. **• Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o Artigo 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, segue anexo ao presente edital o boletim de voto à distância na forma do **Anexo I**, a fim de viabilizar o voto à distância de V. Sa. Como determina o Artigo 9º da referida Instrução, caso V. Sa. opte por esta alternativa, deverá encaminhar o documento preenchido ao seguinte endereço postal: Avenidade Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-905, e/ou o endereço eletrônico **juridico.consultivo@hsinvest.com** com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da assembleia. São Paulo/SP, 25 de abril de 2025. **Bruno Sampaio Greve -** Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia. **(29, 30/04/2025 e 01/05/2025)**

Szajman Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 07.907.358/0001-41

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Circulante	**717**	**687**	**Circulante**	**2.312**	**2.313**
Caixa e equivalente de caixa	663	636	Obrigações fiscais	6	7
Impostos a recuperar	54	51	Outras obrigações	2.306	2.306
			Não Circulante	**2**	**2**
Não Circulante	**34.751**	**33.169**	Contas a pagar com partes relacionadas	2	2
Investimentos	34.751	33.169	**Patrimônio Líquido**	**33.154**	**31.541**
			Capital social	27.656	27.656
			Reservas de legal	4.590	4.542
			Dividendos não distribuidos	227	–
			Reservas de lucros	681	–
			Prejuizos acumulados	–	(657)
Total do Ativo	**35.468**	**33.856**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**35.468**	**33.856**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(22)	(22)
Resultado de equivalência patrimonial	1.582	1.088
Resultado financeiro	68	76
Despesas tributárias	(9)	(12)
Resultado antes da tributação	**1.619**	**1.130**
Provisão imposto de renda e contribuição social	(6)	(7)
Lucro líquido do exercício	**1.613**	**1.123**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Dividendos obrigatórios não distribuidos	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**27.656**	**4.485**	**–**	**–**	**(1.723)**	**30.418**
Lucro liquido do exercicio	–	–	–	–	1.123	1.123
Destinação proposta:						
Reserva legal	–	57	–	–	(57)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**27.656**	**4.542**	**–**	**–**	**(657)**	**31.541**
Lucro liquido do exercicio	–	–	–	–	1.613	1.613
Destinação proposta:						
Reserva legal	–	48	–	–	(48)	–
Dividendos não distribuidos	–	–	227	–	(227)	–
Reserva lucros	–	–	–	681	(681)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**27.656**	**4.590**	**227**	**681**	**–**	**33.154**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.613	1.123
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.582)	(1.088)
Variações nos ativos e passivos operacionais:	(4)	23
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**27**	**58**
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**27**	**58**
Caixa e equivalentes de caixa:		
no início do exercício	636	578
no fim do exercício	663	636

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – a. Objeto social: A Szajman Participações Societárias S.A. foi constituída em 10 de fevereiro de 2006, e tem como objeto a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. **c. Investimentos:** Os investimentos da companhia em suas controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).

4. Caixa e equivalente de caixa	2024	2023
Bancos conta movimento	6	7
Títulos e valores mobiliários – CDB	657	629
	663	**636**

5. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2024 a companhia registrou investimentos na empresa Banco VR S.A. no valor de R$ 34.751 (R$ 33.169 em 2023), com base em informações contábeis.

6. Patrimônio líquido – O capital social está representado em 31 de dezembro de 2024, por 27.656 ações nominativas, das quais 13.828.158 ações ON e 13.828.56 ações PN sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País.

7. Despesas gerais e administrativas	2024	2023
Serviços de terceiros – PJ	(20)	(20)
Outras despesas	(2)	(2)
	(22)	**(22)**

8. Despesas tributárias	2024	2023
Pis e cofins	(3)	(4)
Outros impostos e taxas	(6)	(8)
	(9)	**(12)**

A Diretoria

Ademar Ripke Júnior

Contador – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Cardway Holding S.A.

CNPJ: 50.475.622/0001-44

Desconstrução financeira do Exercício encerrado em 2023 - *(Em Milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2023	Consolidado 2023	Passivo	Controladora 2023	Consolidado 2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	–	16.784	Fornecedores	–	84.124
Contas a receber	–	95.660	Empréstimos e financiamentos	–	1.065
Estoques	–	73.032	Imposto de renda e contribuição social	–	3.680
Adiantamento a fornecedores	–	17.684	Obrigações tributárias	–	11.847
Tributos a recuperar	–	496	Obrigações trabalhistas e sociais	–	14.268
Outros créditos a receber	–	1.408	Adiantamento de clientes	–	10.260
	–	**205.064**	Passivo fiscal diferido	–	248
Ativo não circulante			Receitas a apropriar	–	1.000
Ativo fiscal diferido	–	510	Dividendos a pagar	13.233	13.233
Outros créditos a receber	–	2.030		**13.233**	**139.725**
Realizável a longo prazo	**–**	**2.540**	**Passivo não circulante**		
Investimentos	97.755	3	Empréstimos e financiamentos	–	3.583
Imobilizado	–	26.041	Obrigações tributárias	–	7.654
Intangível	–	16.870	Partes relacionadas	–	721
	97.755	**45.454**	Receitas a apropriar	–	7.987
Total do ativo	**97.755**	**250.518**	Outros passivos	–	407
			Provisão para contingência	–	5.919
				–	**26.271**
			Total do passivo	**13.233**	**165.996**
			Patrimônio líquido		
			Capital social	83.825	83.825
			Reserva Legal	697	697
			Total do patrimônio líquido	**84.522**	**84.522**
			Total do passivo e do patrimônio líquido	**97.755**	**250.518**

Demonstrações do Resultado do Exercício

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Operações continuadas		
Receita de vendas, líquida	–	208.729
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	(78.728)
Lucro bruto	**–**	**130.001**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	–	(76.012)
Despesas com vendas	–	(30.766)
Perda de valor de ativo		(2.263)
(2.263)		
Resultado de participações societárias e outros resultados em controladas	16.193	
Lucro operacional	**13.930**	**20.960**

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receitas financeiras	–	3.315
Despesas financeiras	–	(2.833)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**13.930**	**21.442**
Tributos sobre o lucro	–	(7.512)
Lucro líquido	**13.930**	**13.930**

Patricia Onaka Sakamoto – CPF: 303.522.258-40
Kemen Azpirichaga Garate – CPF: 234.829.148-77
Rafael Marçal Ceolin – CPF: 025.806.181-20
Raphael Machado Batista - Contador – CRC/MS: 013363/O-7

Clemenza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 49.520.157/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	**527**	**150**	**Circulante**	**–**	**206**
Caixa e equivalentes de caixa	527	150	Contas a pagar	–	206
Não circulante	**53**	**–**	**Não circulante**	**95.182**	**–**
Realizável a longo prazo	53	–	Contas a pagar	95.182	–
			Patrimonio líquido	**(94.602)**	**(56)**
			Capital social	150	150
			Prejuízos acumulados	(94.752)	(206)
Total do ativo	**580**	**150**	**Total do passivo + PL**	**580**	**150**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2024	2023
Resultado operacional bruto	**(93.977)**	**–**
(+/–) Receitas/despesas operacionais:	(213)	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(94.190)**	**–**
(–) Despesas financeiras	(356)	–
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**(94.546)**	**–**
(–) IRPJ e CSLL	–	–
Resultado líquido do exercício	**(94.546)**	**–**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Prejuizo do exercício	150	–	–	(206)	(56)
Saldos em 31/12/2023	**150**	**–**	**–**	**(206)**	**(56)**
Prejuizo do exercício	–	–	–	(94.546)	(94.546)
Saldos em 31/12/2024	**150**	**–**	**–**	**(94.752)**	**(94.602)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	(94.752)	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	(53)	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	95.182	150
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**377**	**150**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	150	–
Caixa e equivalente de caixa no final do período	527	150
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**377**	**150**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: Clemenza Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 08/02/2023. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31/12/2024.

DIRETORIA: Patricia Aparecida Formigoni Avamileno - *Diretora Presidente;*
Assis Martins Moreira - *CRC 1SP259100/O-4*

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF n° 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª emissão a ser realizada em 20 de maio de 2025

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **20 de maio de 2025**, **às 10:30 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a aprovação ou não da concessão ou dispensa de *waiver* referente à recomposição do fundo de liquidez, conforme prazo a ser estabelecido; **b)** Deliberar sobre eventuais ajustes, modificações ou inclusões necessárias durante a vigência do edital de convocação, em razão de circunstâncias imprevistas ou necessidades identificadas no decorrer de sua execução; e **c)** Caso o item (a) acima seja aprovado, proceder à aprovação, discussão e deliberação sobre a alteração de outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequente aditamento de toda a documentação pertinente aos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br fiduciario@commcor.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física**: Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes**: Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 20 de maio de 2025. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (29, 30 e 01/052025)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666

NOTA DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio WTorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011, na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debêntures em circulação do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 49.732.175/0001-82, sediada na Avenida Jose Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05317-020, tendo em vista o **Fato Relevante** publicado pela MOBLY S.A. no dia 22 de abril de 2025, **CANCELA a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas designada para o dia 29 de abril de 2025, às 9:00 horas, que seria realizada na sede da Companhia**.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

RCB Investimentos S.A., NIRE 35300341856 (antiga razão social "**Floirac Holdings S.A.**"), comunica o Extravio de Livro de Registro de Presença de Acionistas de ordem nº 01, datado de 14/08/2007, sob nº de registro 134250, Tipo L. São Paulo, 29/04/2025.

EBPARK Empresarial SPE S.A.

CNPJ nº 10.336.227/0001-66

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 E 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial em 31/12/2024 e 2023 *(Em reais)*

Ativo	31/12/2023	31/12/2024
Circulante	**208.565.800**	**218.029.559**
Disponibilidades	526.313	6.501.615
Clientes	11.120	255.353
Adiantamentos	4.250	12.000
Tributos a recuperar	379	379
Estoques – imoveis destinados a venda	208.023.738	211.260.212
Não circulante	**23.991.826**	**36.937.98**
Deposito judicial	23.986.592	36.934.006
Ativo imoblizado	5.233	3.977
Total do ativo	**232.557.626**	**254.967.542**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2024**
Circulante	**2.485.932**	**3.410.922**
Fornecedores	164.546	297.704
Obrigações tributárias	1.756.688	1.785.657
Obrigações sociais	10.505	7.767
Provisões trabalhistas	23.436	22.287
Adiantamento de clientes	530.756	1.297.507
Não circulante	**24.982.163**	**37.796.377**
Reembolso iptu	24.982.163	37.796.377
Patrimônio líquido	**205.089.531**	**213.760.243**
Capital social	143.031.248	210.258.000
Reserva de lucros	4.191.527	3.502.243
Lucros acumulados	59.424.439	58.556.040
Lucro do exercício	39.642.317	43.386.712
Lucros distribuidos	(41.200.000)	(101.942.752)
Total do passivo	**232.557.626**	**254.967.542**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2024 *(Em reais)*

	Capital Social	Reservas	Distribuição de Dividendos	Lucros / Prejuízos	Total
Saldo em 31/12/2023	**143.031.248,18**	**6.173.642,60**	**(41.200.000,00)**	**97.084.640,31**	**205.089.531,09**
Capital social	67.226.751,82	–	–	–	67.226.751,82
Reservas	–	(2.671.399,24)	–	2.671.399,24	–
Distribuição de dividendos	–	–	(60.742.751,82)	(41.200.000,00)	(101.942.751,82)
Lucros / prejuízos	–	–	–	43.386.712,27	43.386.712,27
Saldo em 31/12/2024	**210.258.000,00**	**3.502.243,36**	**(101.942.751,82)**	**101.942.751,82**	**213.760.243,36**

Demonstraçao de Resultado Acumulado em 31/12/2024 e 2023 *(Em reais)*

Receita Bruta	**31/12/2023**	**31/12/2024**
Receita de Locação	56.278.175,43	58.737.181
Total das Receitas	**56.278.175**	**58.737.181**
Deduções		
Impostos sobre Locação	(2.054.153)	(2.143.907)
Total das Deduções	**(2.054.153)**	**(2.143.907)**
Receita Líquida Total	**54.224.022**	**56.593.274**
Lucro Operacional Bruto	**54.224.022**	**56.593.274**
Receitas/ Despesas Operacionais		
Administrativas	(8.468.265)	(6.783.274)
Total das Receitas/ Desp. Operacionais	**(8.468.265)**	**(6.783.274)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	**45.755.757**	**49.810.000**
Despesas financeiras	(72.494)	(73.411)
Receitas financeiras	88.060	15.824
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**45.771.323**	**49.752.412**
IRPJ e CSLL	(6.129.006)	(6.365.700)
Lucro Líquido do exercício	**39.642.317**	**43.386.712**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2024 *(Em reais)*

	2024
Lucro ou Prejuízo líquido	**43.386.712**
+/– Depreciação e Amortização	1.256
Itens que não afetam o caixa operacional	**1.256**
Aum. e dim. das contas de ativo e passivo	
+/– Contas a Receber	(244.233)
+/– Adiantamentos	(7.750)
+/– Estoques	(3.236.473)
+/– Fornecedores	133.158
+/– Obrigações trabalhistas	(3.887)
+/– Obrigações tributárias	28.969
+/– Outras Contas a Pagar	766.751
+/– Outras ob. a pagar LP	(133.200)
Caixa líquido das ativ. op.	**(2.696.666)**
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos	
Aumento do Capital	67.226.752
Distribuição de lucros	(99.271.353)
Caixa líquido das ativ. de invest.	**(32.044.601)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Outras obrigações a pagar	(2.671.399)
Caixa líquido das ativ. de financ.	**(2.671.399)**
+/– líquido de caixa	**5.975.302**
Caixa no início do exercício	526.313
Caixa no final do exercício	6.501.615
+/– líquido de caixa	**5.975.302**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2024

A **EBPARK Empresarial SPE S.A.**, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Werner Von Siemens, 111 – Predio 33C – Lapa, CEP 05069-010, inscrita no CNPJ sob o nº 10.336.227/0001- 66, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas à Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2024; **1) Contexto Operacional:** A **EBPARK Empresarial SPE S.A.** é uma sociedade anonima, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social a realização e administração do empreendimento imobiliário denominado E-business Park, localizado na Rua Werner Von Siemens, 11, Bairro Lapa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-010, com início de atividades em 26/04/2011. **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Disposições da Lei das Sociedades por Ações (11.638/07) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **3) Principais Práticas Contábeis: 3.1) Estoques de imóveis:** São demonstrados pelo valor de aquisição somado a benfeitorias feitas no decorrer dos anos. **3.2) Direitos e obrigações:** Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **3.3) Deposito Judicial:** Os pagamentos de 2024 tivemos R$ 12.889.364,10 de IPTU e R$ 58.050,00 de honorários periciais IPTU com o saldo total acumulado na conta de R$ 36.934.006,30 que foram depositados em juízo, com isso até o trânsito em julgado do processo judicial, os valores irão permanecer no ativo não circulante de deposito judicial. **3.4) Reembolsos de IPTU:** Em 2024 tivemos um valor total de R$ 11.712.136,10 e possui um saldo acumulado de R$ 37.796.376,82 classificados em "Prov Receita Dif-Reemb IPTU", referente a reembolsos de IPTU devidos dos imóveis locados e permanecerão nessa conta contábil até o trânsito em julgado da ação judicial. **3.5) Impostos Federais:** A empresa está no regime do **lucro presumido,** contabiliza os encargos tributários pelo regime caixa, devido a receita operacional ser aluguel de imoveis. **4) Responsabilidades e Contingências:** Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, apontaram contingências. **5) Capital Social:** O capital social é de R$ 210.258.000,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

ANG Administração de Bens Proprios Ltda.	R$ 105.129.000,00
HS Investimentos S.A.	R$ 105.129.000,00

6) Eventos Subsequentes: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros. São Paulo, 31/12/2024.

Confirp Contabilidade Ltda.
CRC nº 2SP.014.230/O-3
CNPJ nº 56.812.993/0001-50

Qualybem Food e Service S.A.

CNPJ nº 09.239.320/0001-73 - NIRE 35300506961

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 E 2023 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	12/2024	12/2023
ATIVO	**76.506.579,62**	**70.885.746,72**
Ativo circulante	**72.311.592,40**	**66.908.250,24**
Disponível	2.520.345,83	11.158,25
Bens numerários	3.468,62	10.322,38
Bancos conta movimento	1.955.543,37	813,94
Aplicações financeiras	561.333,84	21,93
Créditos	66.670.250,22	66.373.463,63
Clientes	3.741.410,13	12.684.406,13
Outros créditos	8.923.983,75	4.745.386,01
Contas a receber	38.321.024,90	48.262.125,11
Créditos de funcionários	18.721,29	–
Impostos e contribuições a recuperar	15.145.461,07	354.846,93
Deposito judicial	519.649,08	326.699,45
Estoques	3.120.996,35	523.628,36
Mercadoria produtos e insumos	3.120.996,35	523.628,36
Ativo não circulante	**4.194.987,22**	**3.977.496,48**
Investimentos	2.500,00	2.500,00
Partic. permanentes em outras sociedades	2.500,00	2.500,00
Imobilizado	4.192.487,22	3.974.996,48
Bens em operação	4.579.170,41	4.232.182,46
(–) Depreciação/amortização/exaustão	(386.683,19)	(257.185,98)
Total do ativo	**76.506.579,62**	**70.885.746,72**
PASSIVO	**76.506.579,62**	**70.885.746,72**
Passivo circulante	**31.759.917,14**	**26.911.042,09**
Obrigações de curto prazo	31.759.917,14	26.911.042,09
Fornecedores	5.812.130,76	3.678.665,03
Salários e encargos sociais	908.351,92	978.655,95
Obrigações fiscais	4.234.730,09	2.660.591,58
Outras obrigações diversas	20.804.704,37	19.279.217,71
Fornecedores – Parcelamento cartão BNDES	–	313.911,82
Passivo não circulante	**4.777.116,54**	**952.908,96**
Obrigações de longo prazo	4.777.116,54	952.908,96
Parcelamentos	4.777.116,54	975.217,68
(–) Juros a apropriar parc. impostos	–	(22.308,72)
Patrimônio líquido	**39.969.545,94**	**43.021.795,67**
Patrimônio líquido dos sócios	40.191.795,67	43.021.795,67
Capital social	2.500.000,00	2.500.000,00
Reserva de lucros	4.300.000,00	4.300.000,00
Lucro ou prejuízos acumulados	33.391.795,67	36.221.795,67
Resultado do período	(222.249,73)	–
Lucros ou prejuízos	(222.249,73)	–
Total do passivo	**76.506.579,62**	**70.885.746,72**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2024, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 76.506.579,62 (setenta e seis milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos), e em 31/12/2023, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 70.885.746,72 (setenta milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social Integralizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes (3)	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos iniciais	**2.500.000,00**	**36.221.795,67**	**4.300.000,00**	**43.021.795,67**
Dividendos	–	(2.830.000,00)	–	(2.830.000,00)
Transações de capital com os sócios	–	–	–	**(2.830.000,00)**
Prejuízo líquido do período	–	(222.249,73)	–	(222.249,73)
Saldos finais	**2.500.000,00**	**33.169.545,94**	**4.300.000,00**	**39.969.545,94**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	12/2024	12/2023
Receita operacional bruta	**85.667.901,35**	**87.952.572,54**
Receita produtos/serviços/locações	85.667.901,35	87.952.572,54
Receita bruta de vendas de produtos	85.667.901,35	87.952.572,54
Deduções da receita bruta	**8.131.089,74**	**3.246.123,35**
(–) Deduções receita bruta prod./serv.	8.131.089,74	3.246.123,35
Deduções receita vendas prod./serv.	8.131.089,74	3.271.767,75
Bonificação	–	(25.644,40)
Receita líquida	**77.536.811,61**	**84.706.449,19**
Custos	**67.424.353,99**	**61.383.656,16**
Custos vendas prod. mercad. e serv.	46.150.511,18	50.210.838,60
Custo das mercadorias vendidas	46.150.511,18	50.210.838,60
Custos operacionais	8.172.909,83	–
Custos operacionais	8.172.909,83	–
Custo de pessoal e encargos	13.100.932,98	11.172.817,56
Custo de pessoal e encargos – matriz	13.100.932,98	11.172.817,56
Lucro bruto	**10.112.457,62**	**23.322.793,03**
Despesas operacionais	**9.650.784,07**	**7.528.378,29**
Despesas operacionais	**9.650.784,07**	**7.528.378,29**
Despesas administrativas	9.650.784,07	7.528.378,29
Despesas gerais sócios e dirigentes	144.000,00	144.000,00
Despesas administrativas	9.506.784,07	7.384.378,29
Resultado antes das operações financeiras	**461.673,55**	**15.794.414,74**
Receitas financeiras	**53.731,12**	**509.436,36**
(–) Receitas financeiras	53.731,12	509.436,36
Despesas financeiras	**737.654,40**	**254.790,65**
Despesas financeiras	737.654,40	254.790,65
Resultado antes das provisões tributárias	**(222.249,73)**	**16.049.060,45**
Provisões tributárias (csll/irpj)	**–**	**2.684.939,18**
Imposto de renda e contribuição social	–	2.684.939,18
Lucro/prej. líquido do exercício	**(222.249,73)**	**13.364.121,27**

DEMONSTRACAO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS

Descrição	Valor
(+) Saldo do inicio do periodo.	36.221.795,67 C
(+/–)Prejuizo liquido do periodo	222.249,73 D
(=) Total	35.999.545,94 C
Destinações:	
(–) Dividendos ou lucros distrib. pagos ou creditados	2.830.000,00 D
(=) Lucros ou prejuizos acumulados	33.169.545,94 C

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de dezembro de 2024 conforme documentação apresentada.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

1 – Das atividades operacionais	
A) recebimento de clientes:	
(+) Saldo final de clientes (ano anterior)	12.684.406,13
(+) Vendas (ano atual)	85.667.901,35
(–) Saldo final de clientes (ano atual)	3.741.410,13
(=) Total de recebimento de clientes	**94.610.897,35**
B) pagamento de fornecedores:	
(+) Saldo final de fornecedores (ano anterior)	3.678.665,03
(+) Compras (ano atual)	49.271.543,93
(–) Saldo final de fornecedores (ano atual)	5.812.130,76
(=) Total de pagamento a fornecedores	**47.138.078,20**
C) pagamentos diversos:	
Adiantamento a terceiros	38.321.024,90
Pagamento de contas a pagar	–
Pagamento de irpj/csll (ano anterior)	2.684.939,18
Impostos sobre as vendas	8.131.089,74
Despesas administrativas, vendas e gerais	10.334.707,35
Despesas financeiras	737.654,40
(=) Total de pagamentos diversos	**60.209.415,57**
Total das atividades operacionais	**201.958.391,12**
2 – Das atividades de investimentos	
Total das atividades de investimentos	**–**
3 – Das atividades de financiamentos	
Total das atividades de financiamentos	**–**
(1+2+3) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**201.958.391,12**
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	**11.158,25**
Variação ocorrida no período	**2.509.187,58**
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	**2.520.345,83**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto: Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar e Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) As demonstrações:** financeiras estão apresentadas em reais.b) A escrituração e as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos critérios contábeis constantes na Lei das S.A, com a nova redação dada pelas Leis nº.s 11.638/07 e 11.941/09, atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos CPC (CPC 26).c) Dentro do processo de convergências das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS), diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos. A Empresa segue avaliando os potenciais efeitos relativos a essas medidas. **3. Principais Práticas Contábeis: a)** Ativos e passivos circulantes e não circulantes são representados pelos seus valores de realização e liquidação. **b)** As aplicações financeiras correspondem a aplicações acrescidas dos rendimentos auferidos. **c) A apuração do resultado:** o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **d)** Os estoques de mercadorias para revenda estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. **e)** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, reduzido por depreciação acumulada calculada considerando a vida útil efetiva dos bens. **f)** Ajuste a valor presente: A empresa não apresentou ativos ou passivos circulantes e não circulantes que em seu conjunto provocassem ajustes relevantes se aplicados os procedimentos previstos na Resolução CFC n° 1.151 de 23 de janeiro de 2009.**4. Provisão para Impostos Federais:** São constituídas tendo por base a legislação fiscal vigente, calculado através do regime de "**Lucro Presumido**". **5. Capital Social:** Capital Social é composto de 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) quotas pelo valor nominal de R$ 1,00 (um Real) cada, perfazendo um total de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). **6. Lucros Acumulados.** O saldo de Lucros Acumulados foi mantido nesta rubrica com base na resolução CFC 1.159/09 - comunicado técnico 01, item 50 e resolução 1.157/2009 - comunicado técnico 03, item 115. Ficam dispensadas as sociedades limitadas a destinar o lucro acumulado, permitindo manter nesta rubrica.

DIRETORIA

Ricardo Barnabe – *Presidente*

Edinaldo Ferreira Lino –*Contador – CT/CRC nº 1MS004432/T-5*

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Blue Health Participações S.A.

CNPJ nº 27.547.607/0001-42

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.858	88.083	46.495	94.021
Contas a receber de clientes	7	–	–	81.839	42.928
Estoques	8	–	–	87.850	49.155
Tributos a recuperar	9	1.814	12	5.506	3.178
Adiantamento a fornecedores	10	–	–	7.712	5.114
Partes Relacionadas	11	43.729	–	–	–
Outros ativos		584	26	6.674	3.996
		47.985	**88.121**	**236.076**	**198.392**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	–	–	1.539	–
Depósitos e Cauções		–	–	22	1.153
Partes Relacionadas	11	7.015	26.648	11.558	17.236
Tributos Diferidos	26	–	–	13.161	3.526
Despesas Antecipadas		–	–	1.403	700
Investimentos	12	275.548	209.954	9.960	6.849
Imobilizado	13	–	–	242.765	138.578
Intangível	14	21.751	–	23.109	766
Ativos de Direito de Uso	20	–	–	5.956	5.668
		304.314	**236.602**	**309.473**	**174.476**
Total do ativo		**352.299**	**324.723**	**545.549**	**372.868**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	15	421	160	58.793	27.194
Salários e encargos sociais	16	16	23	8.890	5.183
Tributos a pagar	17	84	2.283	9.681	10.498
Parcelamento Impostos	18	–	–	563	520
Adiantamento de cliente		–	–	1.735	1.586
Empréstimos e Financiamentos	19	–	–	10.466	444
Passivo de arrendamento	20	–	–	2.580	1.708
Outras contas a pagar		–	–	16	118
Contas a pagar aquisição de controlada	12b	7.545	–	7.545	–
Dividendos a Pagar	22	–	8.797	–	8.797
		8.066	**11.263**	**100.269**	**56.048**
Não circulante					
Partes relacionadas	11	–	3.914	–	–
Contas a pagar aquisição de controlada	12b	32.421	–	32.421	–
Fornecedor	15	–	–	1.184	–
Parcelamento Impostos	18	–	–	1.066	1.516
Empréstimos e Financiamentos	19	–	–	88.113	1.214
Passivo de arrendamento	20	–	–	4.011	4.263
Provisão para contingências	21	–	–	6.673	281
		32.421	**3.914**	**133.468**	**7.274**
Total do passivo		**40.487**	**15.177**	**233.737**	**63.322**
Patrimônio líquido (capital e reservas atribuídos aos acionistas da Controladora)					
Capital social	22	287.206	287.206	287.206	287.206
Reserva de Capital		–	10.195	–	10.195
Reserva Legal	22	4.293	2.948	4.293	2.948
Reserva de Lucros	22	18.999	8.504	18.999	8.504
Ajuste de avaliação Patrimonial		1.314	693	1.314	693
Total do patrimônio líquido		**311.812**	**309.546**	**311.812**	**309.546**
Total do passivo e patrimônio líquido		**352.299**	**324.723**	**545.549**	**372.868**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	26.900	26.357	26.900	26.357
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	795	(101)	795	(101)
Mudança na participação relativa de coligada	(174)	858	(174)	858
Total do resultado abrangente do exercício	**27.521**	**27.114**	**27.521**	**27.114**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita liquida	23	–	–	233.850	174.517
Custo das mercadorias vendidas	24	–	–	(70.217)	(58.842)
Custo dos serviços prestados	24	–	–	(45.099)	(15.443)
Lucro bruto		**–**	**–**	**118.534**	**100.232**
Despesas gerais e administrativas	24	(6.165)	(2.401)	(77.725)	(61.161)
Despesas com vendas	24	–	–	(6.157)	(6.032)
Resultado de equivalência patrimonial	12	31.154	20.860	1.298	(210)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	–	–	3.707	1.258
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**24.989**	**18.459**	**39.657**	**34.087**
Receitas financeiras	26	3.425	12.298	9.445	13.546
Despesas financeiras	26	(1.379)	(6)	(12.531)	(3.154)
Resultado financeiro, líquido		**2.046**	**12.292**	**(3.086)**	**10.392**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**27.035**	**30.751**	**36.571**	**44.479**
IRPJ e CSLL correntes	27	(135)	(4394)	(15.320)	(18.717)
IRPJ e CSLL diferidos	27	–	–	5.649	595
Lucro líquido do exercício		**26.900**	**26.357**	**26.900**	**26.357**
Resultado por ação (em reais)		**11,29**	**11,43**		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	27.035	30.751	36.571	44.479
Ajustado por:				
Depreciação e amortização (Notas 13, 14 e 20)	–	–	14.092	9.510
Perda (ganho) na alienação de ativo imobilizado	–	–	(2.005)	2.123
Provisão para perda de estoque (Nota 8)	–	–	(1.656)	1.050
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	–	–	(789)	3.721
Provisão contingências (Nota 21)	–	–	34	126
Resultado de equivalência Patrimonial	(31.650)	(20.860)	(1.794)	210
Realização de Mais Valia (Nota 12)	496	–	496	–
Ajuste a valor presente	–	–	(203)	236
Provisões diversas	–	–	155	
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, arrendamento mercantil, contas a pagar na aquisição de investimentos e contingências	1.239	–	9.810	1.627
Redução (aumento) nas contas de ativo				
Contas a receber de clientes	–	–	(28.255)	(30.097)
Estoques	–	–	(18.353)	(18.785)
Tributos a recuperar	(1.802)	–	(2.297)	(27)
Tributos diferidos	–	–	(3.987)	(1.166)
Adiantamento a fornecedores	–	–	(3.520)	16.342
Depósitos e Cauções	–	–	1.286	(1.153)
Despesas Antecipadas	–	–	(703)	(701)
Outros ativos	(108)	1	(2.215)	(3.566)
Aumento (redução) nas contas de passivo				
Fornecedores	218	61	26.576	13.552
Salários e encargos sociais	(7)	10	3.674	2.277
Tributos a pagar	(2.333)	(1.435)	(5.655)	1.469
Adiantamento de cliente	–	–	139	(1.311)
Outros passivos	–	–	–	(71)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(6.912)**	**8.528**	**21.401**	**39.845**
Juros pagos	–	–	(5.503)	(423)
IRPJ e CSLL pagos	–	(770)	(10.967)	(14.688)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(6.912)**	**7.758**	**4.931**	**24.734**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado (Notas 13)		–	(118.365)	(114.621)
Constituição de empréstimo com partes relacionadas (Nota 11)	(7.015)	(167)	(4.377)	–
Alienação de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	–	–	77	–
Recebimento de dividendos (Nota 11)	9.423	–	–	–
Adiantamento futuro aumento de capital (Nota 12)	(52.565)	(110.368)	–	(210)
Aquisição de controladas/coligadas (Nota 12)	(8.248)	–	(8.248)	–
Caixa na aquisição de controlada (Nota 12)	–	–	1.587	
Aquisições de intangível (Nota 14)	–	–	(800)	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	**(58.405)**	**(110.535)**	**(130.126)**	**(114.831)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido de custas financeiras (Nota 19)	–	–	97.810	1.753
Amortização de passivo de arrendamento (Nota 20)	–	–	(1.467)	(845)
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	–	(1.532)	(3.477)
Amortização de Mútuo com partes relacionadas	(3.818)	–	(52)	(531)
Reserva de capital	–	4.025	–	4.025
Aumento de Capital (Nota 22)	–	100.000	–	100.000
Pagamento de dividendos (Nota 22)	(17.090)	(7.737)	(17.090)	(7.737)
Conta corrente entre partes relacionadas	–	5.635	–	(122)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(20.908)**	**101.923**	**77.669**	**93.066**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(86.225)**	**(854)**	**(47.526)**	**2.969**
Caixa e equivalente de caixas no início do exercício (Nota 6)	**88.083**	**88.937**	**94.021**	**91.052**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	**1.858**	**88.083**	**46.495**	**94.021**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2022		**287.206**	**(100.000)**	**6.170**	**1.629**	–	**–**	**(64)**	**194.941**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	26.357	–	26.357
Reserva de Capital	22	–	–	4.025	–	–	–	–	4.025
Reserva Legal	22	–	–	–	1.319	–	(1.319)	–	–
Integralização de capital	22	–	100.000	–	–	–	–	–	100.000
Dividendos adicionais	22	–	–	–	–	–	(16.534)	–	(16.534)
Dividendos adicionais propostos	22	–	–	–	–	8.504	(8.504)	–	–
Ajustes de conversão do Período		–	–	–	–	–	–	(101)	(101)
Mudança na participação relativa de coligada		–	–	–	–	–	–	858	858
Em 31 de dezembro de 2023		**287.206**	**–**	**10.195**	**2.948**	**8.504**	**–**	**693**	**309.546**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	26.900	–	26.900
Reserva legal	22	–	–	–	1.345	–	(1.345)	–	–
Destinação de lucros		–	–	–	–	10.687	(10.687)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	22	–	–	–	–	–	(6.556)	–	(6.556)
Dividendos adicionais propostos	22	–	–	–	–	8.312	(8.312)	–	–
Dividendos adicionais	22	–	–	(10.195)	–	(8.504)	–	–	(18.699)
Ajustes de conversão do período	12	–	–	–	–	–	–	795	795
Mudança na participação relativa de coligada	12	–	–	–	–	–	–	(174)	(174)
Em 31 de dezembro de 2024		**287.206**	**–**	**–**	**4.293**	**18.999**	**–**	**1.314**	**311.812**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: 1.1 Informações gerais: A Blue Health Participações S.A. ("Companhia" ou "BHP"), com sede na cidade de São Paulo, iniciou suas operações em 2017 sob a denominação social SS Holding S.A, atuando como empresa de investimentos em projetos em alguns setores. Atualmente, a BHP é uma holding que concentra investimentos nos setores de equipamentos e consumíveis médicos, nos segmentos de: diagnóstico de imagem, suporte à vida, IVD (diagnóstico in vitro), locação e prestação de serviços especializados para operadores de saúde, hospitais, clínicas, centro de diagnósticos entre outros. A missão da Companhia é proporcionar aos clientes uma solução completa (one-stop-shop) em termos de equipamentos e consumíveis médicos, através da (i) locação, (ii) prestação de serviços de manutenção e (iii) venda de equipamentos médicos, através de tecnologia de ponta, parcerias globais estratégicas e profissionais altamente qualificados, democratizando o acesso à saúde na América Latina. A BHP foi moldada para ser a ferramenta de consolidação de investimentos e formação do Grupo Blue Health ("Grupo"), através das participações integrais nas empresas Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. ("US"), Brazil 3 Business Participações Ltda. ("B3B") e Cryo Service Ltda. ("Cryo"). Adicionalmente aos investimentos supracitados, a BHP atua na América Latina através de sua subsidiária Blue Health Latam, sediada nas Bahamas e com atuação no segmento de IVD (diagnostico in vitro), na qual possui participação de 14,06% (14,24% em 31 de dezembro de 2023). Em junho de 2022, as participações societárias detidas pelos sócios fundadores das empresas US e Cryo foram integralmente transferidas para a BHP, conforme apresentado no item (b) da Nota 2.3.1. Ainda no ano de 2022, houve a entrada de fundos de investimento geridos por três investidores na composição societária da BHP: (i) Kinea Private Equity Investimentos S.A. ("Kinea"), (ii) Lazuli Partners Asset Management Ltda. ("Lazuli") e (iii) EB Capital Gestão de Recursos Ltda. ("EB Capital"). A entrada destes investidores possui dois grandes objetivos: (a) profissionalizar a governança corporativa do Grupo, elevando aos padrões de gestão e compliance de Companhias listadas em bolsa; e (b) acelerar o crescimento do Grupo Blue Health, focando na ampliação do portfólio de equipamentos médicos e seus consumíveis e prestação de serviços oferecidos aos clientes. Em 2023, a BHP passou a deter 49% (quarenta e nove por cento) de participação acionária na "UniBlue Locações S.A." ("UniBlue"), tendo, como única sócia, a "Unimed Participações S.A.". A operação teve seu fechamento, com a aprovação pelos órgãos regulatórios competentes ao final do ano de 2023, sendo que o controle da UniBlue é da Unimed Participações Ltda. A UniBlue tem como objeto ampliar a oferta de locação de equipamentos médicos para cooperativas médicas e entidades auxiliares que atuam sob a marca "Unimed", a integralização de capital ocorreu em 2024, conforme divulgado na nota 21. Em 2024, a BHP passou a deter 100% (cem porcento) de participação acionária na "Blue Health Hospitalar Empreendimentos e participações S.A. ("BHH")" anteriormente denominada "CHO OYU Empreendimentos e participações S.A.". A BHH tem como atuação a comercialização de equipamentos e consumíveis médicos, e oferece soluções integradas que incluem venda, locação e suporte técnico especializado em equipamentos médicos. **1.2 Conflito geopolítico:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas não afetaram a Companhia. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **1.3 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **1.4 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A Administração Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado das mudanças climáticas. Em paralelo a sociedade concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa. Nesse sentido, a Companhia mantém uma análise constante de seus fornecedores, priorizando aqueles que adotam práticas sustentáveis e buscam reduzir seus próprios impactos ambientais. Além disso, a companhia investe na otimização do consumo de energia em suas instalações e na adoção de alternativas que contribuam para a mitigação de sua pegada de carbono. A governança climática também é um foco de atenção, garantindo maior transparência e conformidade com regulamentações ambientais. **2. Resumo das políticas contábeis materiais: 2.1 Base de preparação**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de abril de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, exceto pela BHP Latam que utiliza o Dólar. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. a) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. b) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação Patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda. **2.3 Políticas das políticas contábeis materiais: 2.3.1. Consolidação**: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 12. a) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: · Estimativas e Julgamentos contábeis críticos - Nota 3 · Imobilizado - Nota 2.3.6 A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não houve ajustes na data base de 2024. **2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto, quando existentes, representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto, quando existentes, são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. **2.3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.3.5. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.3.6. Imobilizado:** Máquinas e Equipamentos compreendem principalmente os equipamentos utilizados pela Companhia como objeto de locação em seus contratos com clientes. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros asso-

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Blue Health Participações S.A.

ciados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e Equipamentos (a)	Entre 5 e 20
Moveis e Utensílios	10
Equip. Processamento Dados	Entre 5 e 20
Veículos	5
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	25
Instalações	10
Computadores e periféricos	5

Durante o ano de 2024 foi realizada a revisão da vida útil dos equipamentos de forma a apresentar vidas uteis próximas da realidade, conforme laudo realizado por avaliador externo.

	Vida útil original	Nova vida útil
Ressonância magnética	10	17
Tomógrafo	10	13
Ultrassom	10	15
Equipamento analisador	10	15
Transdutor	10	5
Raio X	10	20
Mamógrafo	10	10
Espectrofotômetro	10	10

	Vida útil original	Nova vida útil
Mesa Cirúrgica	10	10
Ventilador Pulmonar	10	10
Contador de Células Sanguíneas	10	10
Monitor de Paciente	10	15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas" na demonstração do resultado. **2.3.7. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar em prédio comercial para sua área administrativa e aluga prédios comerciais para suas unidades operacionais. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do contrato. **2.3.8. Ativos intangíveis: a) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **b) Marcas registrada e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As marcas registradas de vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testadas anualmente a fim de estimar eventuais perdas (impairment) e são avaliadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. **c) Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **d) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.3.10. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido:** Imposto de renda e contribuição social – correntes: As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: Os ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos incluem um saldo de provisões adicionadas temporariamente no cálculo do imposto e diferimento dos prejuízos gerados. **2.3.12. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.3.13. Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida quando, ou à medida que o controle sobre bens ou serviços distintos é transferido para o cliente. Isso requer, entre outros, que exista um contrato com direitos e obrigações exigíveis, que o cliente esteja comprometido com suas obrigações contratuais e que a cobrança da contraprestação seja provável, levando em consideração a qualidade de crédito do cliente. Receita é o preço de transação ao qual a entidade espera ter direito. A contraprestação é ajustada pelo valor do dinheiro no tempo se o período entre a transferência de bens ou serviços e o recebimento do pagamento for superior a doze meses e houver um benefício financeiro significativo para o cliente ou para a entidade. Se um contrato contiver mais de um bem ou serviço distinto, o preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos. Se os preços de venda individuais não forem diretamente observáveis, a Companhia os estimará razoavelmente, principalmente usando valores de referência históricos. A receita é reconhecida para cada obrigação de desempenho em um momento ou ao longo do tempo. a) Venda de equipamentos: A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias (especialmente equipamentos, reagentes e consumíveis) passa para o cliente, geralmente na entrega das mercadorias. Os prazos de pagamento normalmente não excedem 90 dias após a aceitação do cliente. b) Receita de servicos: A receita é reconhecida ao longo do tempo de forma linear ou, se o padrão de desempenho não for linear, conforme os serviços são prestados. Os pagamentos dos clientes são normalmente recebidos mensalmente. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). d) Receita de locação: A receita com locações operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período de locação. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. **2.3.14. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: a. Mensurados ao valor justo por meio do resultado. b. Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: c. Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado d. Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. b) Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. c) Mensuração: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. Instrumentos de dívida. A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. *Instrumentos patrimoniais*: A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. d) Impairment: O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.3.15. Novas normas que entraram em vigor no exercício de 2024:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: • **Alteração CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Os impactos de divulgação, para o grupo. • **Alteração ao CPC 06 – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor- locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo. **. Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40- Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2024, não apresentando impacto para o grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. a) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **3.3.2. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração referem-se a (i) provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa (nota 7); (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado (nota 13); e (iii) provisão de contingências (nota 20). A administração revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o exercício, dentro de seu período de competência. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro**: As atividades da Companhia e de suas controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e das suas controladas. A Companhia e suas controladas procuram gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. a) Risco de taxa de câmbio: A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia e suas controladas estão expostos no final do exercício. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e nos contratos das importações para locação incluem proteções específicas para lidar com possíveis flutuações na taxa de câmbio. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia e suas controladas restringem suas exposições a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A política de vendas de serviços da Companhia e suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia e de suas controladas, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Como medida para mitigação de risco, os contratos de maior exposição incluem cláusulas de garantia, além de contar com o próprio equipamento como garantia. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 7). c) Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A 1ª Emissão de Notas Comerciais da Companhia está sujeita a cláusulas de vencimento antecipado comuns desse tipo de operação que, entre outras, incluem: i) Obrigação da Companhia de envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por firmas de auditoria independente. ii) Restrição para realizar redução de capital; iii) Restrição a alteração do controle, direto ou indireto; iv) Invalidade das garantias constituídas; e v) Cláusula restritiva ("covenant") prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA consolidado da Blue Health Participações S.A. dos últimos 12 meses deve ser igual ou inferior a 3,50. A 1ª Emissão de Notas Comerciais tem como garantia: vi) Aval das empresas Blue Health Participações S.A., Brazil 3 Business Participações Ltda. e Cryo Service Ltda. vii) Cessão fiduciária de contratos de locação selecionados da Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. e da Cryo Service Ltda., sendo essa garantia compartilhada com a 1ª Emissão de Notas Comerciais da Brazil 3 Business Participações ltda. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas acordadas. d) Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2024, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais aumentassem ou reduzissem em torno de 25% e 50%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria variações conforme tabela:

Indice	Impacto no Lucro Líquido 2024
Alta do CDI 50%	(1.025)
Alta do CDI 25%	(518)
Baixa do CDI 25%	530
Baixa do CDI 50%	1.073

e) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia e de suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado		
2024	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Fornecedores	420	–	61.862	1.184	–
Salários e encargos sociais	84		8.890	–	–
Tributos a pagar	–	–	9.681		
Parcelamento Impostos		–	563	563	502
Empréstimos e Financiamentos	–	–	10.466	25.000	63.113
Contas a pagar aquisição de controlada	8.307	42.430	8.307	–	42.430
Passivo de arrendamento	–	–	2.479	2.128	2.631
Contingências	–	–	–	6.673	–
	8.811	**42.430**	**102.248**	**35.548**	**108.676**

	Controladora		Consolidado		
2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Fornecedores	160	–	27.194	–	–
Parcelamento Impostos	–	–	520	1.516	–
Empréstimos e Financiamentos	–	–	444	1.181	33
Passivo de arrendamento	–	–	1.708	2.464	3.239
Outras contas a pagar	–	–	118	–	–
	160	**–**	**29.984**	**5.161**	**3.272**

5. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.858	88.083	46.495	94.021
Contas a receber de clientes	–	–	83.378	42.928
Partes relacionadas	50.744	26.648	11.558	17.236
	52.602	**114.731**	**141.431**	**154.185**

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Blue Health Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
Passivos financeiros	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo ao custo amortizado				
Fornecedores	420	160	45.914	27.194
Tributos a Pagar	84	–	9.681	–
Parcelamento Impostos	–	–	1.630	2.036
Empréstimos e Financiamentos	–	–	98.579	1.658
Passivo de arrendamento	–	–	6.591	5.971
Contas a pagar aquisição de controlada	39.966	–	39.966	–
Partes relacionadas	–	3.914	–	–
	40.470	**4.074**	**202.361**	**36.859**

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Recursos em banco e em caixa	63	1	2.183	1.965
Aplicações financeiras de curto prazo	1.795	88.082	44.312	92.056
	1.858	**88.083**	**46.495**	**94.021**

Redução de caixa referente a investimentos de Capex: Todas as aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão alocadas em CDBs de liquidez diária com taxa média de 98% a.a. do CDI (2023 - 106% a.a. do CDI). **7. Contas a receber de clientes:**

	Consolidado	
	2024	**2023**
Contas a receber de clientes (a)	91.282	51.806
Contas a receber Intercompany e cartão de crédito	2.335	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.727)	(8.049)
(–) AVP Contas a Receber	(2.512)	(829)
	83.378	**42.928**

O aumento do saldo de contas a receber em relação ao período anterior decorre principalmente da concentração de receitas no último trimestre do exercício. As vendas realizadas a prazo nesse período resultaram em um maior volume de valores a receber, cujo impacto será refletido nos períodos subsequentes conforme os recebimentos sejam realizados. Além disso, o aumento do saldo de Contas a Receber decorre do crescimento da Receita de Locação, que dobrou em relação ao período anterior. A administração monitora ativamente a recuperação desses valores e mantém políticas de crédito e provisão para perdas alinhadas às melhores práticas de mercado. (a) A análise de vencimentos do contas a receber de clientes está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2024	**2023**
A vencer	70.084	35.525
Até 30 dias	7.890	3.960
De 31 a 60 Dias	3.710	1.346
De 61 a 90 Dias	1.595	1.994
De 91 a 180 Dias	910	2.088
Acima 180 dias	7.093	6.893
	91.282	**51.806**

Devido ao histórico baixo de perdas de créditos, a administração decidiu por tomar o seguinte critério de reconhecimento de PECLD:

A vencer	0,10%
Até 30 dias	0,50%
De 31 a 60 dias	1,00%
De 61 a 90 dias	2,00%
De 91 a 180 dias	50,00%
Acima de 180 dias	100,00%

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

							Consolidado
	A vencer	**Atrasado até 30 dias**	**De 31 a 60 dias de atraso**	**De 61 a 90 dias de atraso**	**De 91 a 180 dias de atraso**	**Acima 180 dias de atraso**	**Total**
31 de dezembro de 2024							
Taxa de perdas esperadas – %	0,10%	0,50%	1,00%	2,00%	50,00%	100,00%	
Valor contábil bruto	70.084	7.890	3.710	1.594	910	7.094	91.282
Provisão para perdas	70	39	37	32	455	7.094	7.727
31 de dezembro de 2023							
Taxa de perdas esperadas – %	0,10%	0,50%	1,00%	2,00%	50,00%	100,00%	
Valor contábil bruto	35.525	3.960	1.346	1.994	2.088	6.893	51.806
Provisão para perdas	37	20	14	40	1.045	6.893	8.049

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Em 1º de janeiro	8.049	4.328
Provisão constituída durante período contábil	–	3.721
Reversão de provisão	(322)	
Em 31 de dezembro	**7.727**	**8.049**

8. Estoques:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Estoques de equipamento para revenda	89.472	52.433
Provisão perda de estoque	(1.622)	(3.278)
	87.850	**49.155**

Foi iniciado, durante o exercício de 2024, operação com um novo distribuidor de produtos hospitalares, demandando maior cobertura de estoque, devido ao *lead time* e à natureza importada dos produtos. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R$ 82.706 mil em 2024 (2023 - R$ 58.842 mil).

	Consolidado	
	2024	**2023**
Em 1º de janeiro de	(3.278)	(2.228)
Provisão realizada durante exercício	(1.525)	(1.050)
Reversão de provisão	2.192	–
Reversão por baixa de peças aplicadas	810	–
Reversão por baixa de estoque vencidos	179	–
Em 31 de dezembro	**(1.622)**	**(3.278)**

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS a Recuperar	–	–	1.693	811
IRRF a Recuperar	1.392	–	1.781	162
CSLL a Recuperar	309	–	585	388
Cofins a Recuperar	–	–	714	745
Pis a Recuperar	–	–	155	161
IPI a Recuperar	–	–	20	–
IRPJ a Recuperar	109	–	109	2
Outros a Recuperar	4	12	449	909
	1.814	**12**	**5.506**	**3.178**

A administração projeta a recuperabilidade dos impostos dentro do exercício de 2025.

10. Adiantamentos a fornecedores: Os valores se referem a adiantamentos de fornecedores de equipamentos de diagnósticos por imagem. Tais adiantamentos serão liquidados no decorrer do exercício seguinte.

	Consolidado	
	2024	**2023**
Adiantamento a fornecedores	7.573	4.556
Adiantamentos de Importações	139	558
	7.712	**5.114**

11. Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Partes relacionadas Ativo				
Adiantamento de Dividendos	–	10.108	–	17.061
Brazil 3 Business Participações Ltda. ("B3B") (a)	–	3.804	–	–
Cryo Service Ltda. ("Cryo") (a)	–	3.178	–	–
Ultra–Som Equipamentos Médicos ("US") (a)	–	9.391	–	–
UniBlue Locações S.A.	4.258	–	4.258	–
Contas a receber – partes relacionadas	–	167	6.365	167
D&I Comercio de Equipamentos	–	–	927	–
Blue Health Holding	2.757	–	8	8
Dividendos a Receber	43.729	–	–	–
	50.744	**26.648**	**11.558**	**17.236**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Partes relacionadas Passivo				
Brazil 3 Business Participações Ltda	–	3.914	–	–
Dividendos a Pagar	–	8.797	–	8.797
	–	**12.711**	**–**	**8.797**

(a) Durante o exercício de 2024, houve o recebimento do valor de R$ 16.373 referente valores a receber junto a B3B, Cryo e US. Do valor total, R$ 9.423 foi recebido via caixa, e o restante mediante contrato de assunção de dívida firmado entre a BHP e a US, no valor de R$ 6.211, e entre a BHP e a Cryo no valor de R$ 739. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os diretores executivos. A remuneração paga pelos serviços desses profissionais, considerada benefícios de curto prazo, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Diretoria executiva	6.451	5.122
	6.451	**5.112**

12. Investimentos: **a) Movimentação dos investimentos**:

	Controladora	
	2024	**2023**
Em 1 de janeiro	209.954	96.869
Aquisição de controlada (Nota 12 b)	20.958	–
Mais valia Estoque na aquisição de controlada	4.308	–
Realização mais valia	(496)	
Participação nos lucros de controladas	31.650	20.860
Aumento de Capital	–	122.196
Redução de Capital	(283)	–
Variação Cambial	795	(101)
Mudança na participação relativa de coligada	(174)	858
Aumento de capital mediante AFAC	–	(11.828)
Adiantamento para futuro aumento de capital	52.565	–
Dividendos provisionados de controladas	(43.729)	(18.900)
Em 31 de dezembro	**275.548**	**209.954**

b) Participação societária nos investimentos:

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Percentual Participação direta nas ações ordinárias	Percentual Participação nas ações preferenciais
B3B	Brasil	Venda e Manutenção de equipamentos médicos	Controlada	100	100
Cryo Service	Brasil	Venda e Manutenção de equipamentos médicos	Controlada	100	100
US	Brasil	Venda, Manutenção e Locação de Equipamentos Médicos	Controlada	100	100
BHH	Brasil	Venda, Manutenção e Locação de Equipamentos Médicos	Controlada	100	100
BHP Latam	Bahamas	Venda de equipamentos médicos	Coligada (a)	14,06	14,06
UniBlue	Brasil	Locação de equipamentos médicos	Coligada (a)	49	49

Em 15 de agosto de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas, para a aquisição de 100% do capital social da Blue Health Hospitalar Empreendimentos e Participações S.A. ("BHH"). A empresa atua na comercialização de equipamentos e consumíveis médicos, e oferece soluções integradas que incluem venda, locação e suporte técnico especializado em equipamentos médicos. Em decorrência da aquisição, a Companhia se comprometeu a pagar o valor de R$ 47.017. O ágio desta aquisição totalizou R$ 15.950. Vide maiores informações na nota 12 (c.v). **Contas a pagar aquisição de controlada:**

	2024
Circulante	7.545
Não circulante	32.421
	39.966

Durante o ano de 2024, houve novas movimentações na BHP Latam, reduzindo a participação da Companhia para 14,06% (14,24% em 2023). **C) Resumo das informações financeiras**:

(i) Balanço patrimonial sintético:

	Controladas				Coligada	
	B3B 2024	**Cryo 2024**	**US 2024**	**BHH 2024**	**BHP Latam 2024**	**UniBlue 2024**
Circulante						
Ativo	133.415	44.940	44.193	19.049	35.104	774
Passivo	(52.319)	(27.152)	(67.514)	(5.762)	(3.401)	(4.744)
Ativo circulante líquido	**81.096**	**17.788**	**(23.321)**	**13.287**	**31.703**	**(3.970)**
Não circulante						
Ativo	32.166	54.306	189.256	11.728	–	13.999
Passivo	(46.581)	(12.826)	(47.113)	(6.617)	–	(8.700)
Ativo não circulante líquido	**(14.415)**	**41.480**	**142.143**	**5.111**	**–**	**5.299**
Patrimônio líquido	**(66.681)**	**(59.268)**	**(118.822)**	**(18.398)**	**(31.703)**	**(1.329)**

	Controladas			Coligada
	B3B 2023	**Cryo 2023**	**US 2023**	**BHP Latam 2023**
Circulante				
Ativo	63.456	31.470	20.665	23.158
Passivo	(21.253)	(21.095)	(28.045)	(9.130)
Ativo circulante líquido	42.203	10.375	(7.380)	14.028
Não circulante				
Ativo	37.680	22.626	126.119	–
Passivo	(3.058)	(1.533)	(23.703)	–
Ativo não circulante líquido	34.622	21.093	102.416	–
Patrimônio líquido	**(76.825)**	**(31.468)**	**(95.036)**	**(14.028)**

(ii) Demonstração do resultado sintética:

	Controladas				Coligada	
	B3B 2024	**Cryo 2024**	**US 2024**	**BHH 2024**	**BHP Latam 2024**	**Uniblue 2024**
Receitas	98.993	72.414	75.248	3.303	76.827	2.423
Lucro antes do IR/CS	(15.288)	17.764	41.017	(2.427)	15.095	(909)
Despesa de IR/CS	5.144	(5.946)	(9.106)	(133)	–	240
Lucro (prejuízo) líquido	(10.144)	11.818	31.911	(2.560)	15.095	(669)
Lucro não realizado	(1.122)	–	(47)	–	–	–
Lucro (prejuízo) líquido realizado	**(11.266)**	**11.818**	**31.864**	**(2.560)**	**15.095**	**(669)**

	Controladas			Coligada
	B3B 2023	**Cryo 2023**	**US 2023**	**BHP Latam 2023**
Receitas	94.703	42.233	42.403	12.151
Lucro antes do IR/CS	13.591	9.161	12.317	(1.841)
Despesa de IR/CS	(5.494)	(3.642)	(4.749)	–
Lucro (prejuízo) líquido	8.097	5.519	7.568	(1.841)
Lucro não realizado	(113)	–	–	–
Lucro (prejuízo) líquido realizado	7.984	5.519	7.568	(1.841)

(ii) Demonstração do resultado abrangente sintética:

	Controladas					Coligada
	B3B 2024	**Cryo 2024**	**US 2024**	**BHH 2024**	**BHP Latam 2024**	**UniBlue 2024**
Lucro (prejuízo) líquido	(11.266)	11.818	31.864	(2.560)	15.095	(669)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	4.414	
Total do resultado abrangente	**(11.266)**	**11.818**	**31.864**	**(2.560)**	**19.508**	**(669)**

	Controladas			Coligada
	B3B 2023	**Cryo 2023**	**US 2023**	**BHP Latam 2023**
Lucro (prejuízo) líquido	8.097	5.519	7.568	(1.841)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(751)
Total do resultado abrangente	8.097	5.519	7.568	(2.592)

(iv) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos:

	Controladas					Coligada
	B3B 2024	**Cryo 2024**	**US 2024**	**BHH 2024**	**BHP Latam 2024**	**UniBlue 2024**
Patrimônio líquido em 1 de janeiro	76.607	31.468	95.036	–	14.028	(1)
Aquisição de controlada				20.958	–	
Distribuição de dividendos aos acionistas	–	(11.818)	(31.911)	–	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.144)	11.818	31.911	(2.560)	15.095	(669)
Lucro não realizado	(1.122)	–	(47)	–	–	–
Adiantamento futuro aumento de capital	–	27.800	23.786	–	–	–
Integralização de capital	–	–	–	–	–	1.999
Redução de capital	–	–	–	–	(1.089)	–
Variação cambial	–	–	–	–	4.414	–
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	**65.341**	**59.268**	**118.775**	**18.398**	**32.448**	**1.329**
Percentual de participação societária – %	100	100	100	100	14,06	49
Ágio na aquisição de coligada / controlada (a)	–	–	–	–	4.846	–
Mais valia Estoque na aquisição de controlada	–	–	–	3.812	–	–
Participação nos investimentos	65.341	59.268	118.775	22.210	9.408	651

(a) Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos na coligada BHP Latam incluem ágio no montante de R$ 4.846.

	Controladas			Coligada
	B3B 2023	**Cryo 2023**	**US 2023**	**BHP Latam 2023**
Patrimônio líquido em 1 de janeiro	41.719	17.161	31.851	7.398
Distribuição de dividendos aos acionistas	(8.096)	(3.180)	(7.568)	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.097	5.519	7.568	(1.841)
Lucro não realizado	(113)	–	–	–
Aumento de Capital	35.000	11.968	63.185	9.222
Variação cambial	–	–	–	(751)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	76.607	31.468	95.036	14.028
Percentual de participação societária – %	100	100	100	14,24
Ágio na aquisição de coligada (a)	–	–	–	4.846
Participação nos investimentos	76.607	31.468	95.036	6.843

(a) Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em coligadas incluem ágio no montante de R$ 4.846. **(v) Combinação de negócios:** Em 15 de setembro de 2024, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Blue Health Hospitalar Empreendimentos e participações S.A. ("BHH") por R$ 47.017 mil. Sendo R$ 8.248 pagos no ano de 2024. O ágio de R$ 15.950 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de clientes e às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e da BHH. Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a BHH. E os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação.

Em 15 de setembro de 2024	
Caixa	8.248
Contas a pagar aquisição de controlada	38.769
Contraprestação contingente	6.358
Total da contraprestação transferida	**53.375**
Ativo de indenização	(6.358)
Total da contraprestação	**47.017**
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa	1.587
Ativo imobilizado	4.093
Marcas registradas (incluídas em intangíveis)	3.286
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis)	2.514
Estoques	14.873
Mais Valia Estoque	4.308
Duplicatas a receber e outros créditos	1.884
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(1.478)
Total de ativos líquidos identificáveis	**31.067**
Ágio na aquisição	**15.950**

13. Imobilizado:

	Máquinas e Equipamentos	Moveis e Utensílios	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Instalações	Equip. Processamento Dados	Veiculos	Ferramentas e Acessórios	Ativo Imob. em And.	Total
Em 01 de Janeiro de 2023									
Saldo inicial	31.397	364	149	201	482	872	17	1.445	34.927
Aquisições	113.141	83	92	–	435	–	214	241	114.206
Transferência	503	–	–	–	–	–	–	(503)	–
Depreciação	(7.809)	(71)	(10)	(27)	(166)	(327)	(21)	(1)	(8.432)
Alienação Custo	(2.502)	(26)	–	–	–	–	–	–	(2.528)
Alienação Depreciação	405	–	–	–	–	–	–	–	405
Saldo contábil, líquido	**135.135**	**350**	**231**	**174**	**751**	**545**	**210**	**1.182**	**138.578**
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	149.147	788	254	267	1.183	1.750	235	1.183	154.807
Depreciação acumulada	(14.012)	(438)	(23)	(93)	(432)	(1.205)	(25)	(1)	(16.229)
Saldo contábil, líquido	**135.135**	**350**	**231**	**174**	**751**	**545**	**210**	**1.182**	**138.578**
Em 01 de Janeiro de 2024									
Saldo contábil	135.135	350	231	174	751	545	210	1.182	138.578
Transferência Custo	20	(20)	–	–	–	–	–	–	–
Transferência Depreciação	(1)	1	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição Custo controladas setembro/24	5.608	92	–	–	173	335	–	–	6.208
Aquisição depreciação controladas setembro/24	(1.836)	(40)	–	–	(87)	(157)	–	–	(2.120)
Aquisições	107.070	272	1.203	38	2.179	–	2.645	9.726	123.133
Depreciação	(11.084)	(57)	(38)	(30)	(323)	(210)	(340)	–	(12.082)
Alienação Custo	(12.537)	–	–	–	–	(136)	–	–	(12.673)
Alienação Depreciação	1.628	–	–	–	–	93	–	–	1.721
Saldo contábil, líquido	**224.003**	**598**	**1.396**	**182**	**2.693**	**470**	**2.515**	**10.908**	**242.765**
Em 31 de dezembro de 2024									
Custo	249.308	1.131	1.457	305	3.535	1.949	2.880	10.909	271.474
Depreciação acumulada	(25.305)	(533)	(61)	(123)	(842)	(1.479)	(365)	(1)	(28.709)
Saldo contábil, líquido	**224.003**	**598**	**1.396**	**182**	**2.693**	**470**	**2.515**	**10.908**	**242.765**

Durante 2024, a vida útil estimada de certos itens do ativo imobilizado da US, CRYO e B3B foi revista. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto no período corrente é de uma redução de despesa de depreciação de R$ 6.982. Assumindo que tais ativos serão mantidos até o final de suas vidas uteis estimadas, a despesa de depreciação dos anos seguintes em relação a esses ativos será acrescida (diminuída) pelos seguintes montantes:

2025	(6.358)
2026	(6.393)
2027	(6.470)
2028	(7.079)
2029	(7.676)
2030	(7.667)
2031	(7.234)
2032	(6.813)
2033	(2.501)
2034	6.776
2035	12.026
Após 2036	46.371

continuação

continuação ☛

Blue Health Participações S.A.

14. Intangível:

	Projetos em andamento	Softwares	Marca	Ágio	Carteira de Clientes	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	190	331	–	–	–	521
Amortização acumulada	–	(77)	–	–	–	(77)
Saldo contábil, líquido	**190**	**254**	**–**	**–**	**–**	**444**
Saldo inicial						
Aquisições	–	415	–	–	–	415
Amortização	–	(93)	–	–	–	(93)
Saldo contábil, líquido	**–**	**322**	**–**	**–**	**–**	**322**
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	190	746	–	–	–	936
Amortização acumulada	–	(170)	–	–	–	(170)
Saldo contábil, líquido	**190**	**576**	**–**	**–**	**–**	**766**
Saldo inicial						
Aquisições (Nota 12)	–	800	3.286	15.950	2.514	22.550
Amortização	–	(207)	–	–	–	(207)
Saldo contábil, líquido	**–**	**593**	**3.286**	**15.950**	**2.514**	**22.343**
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	190	1.546	3.286	15.950	2.514	23.486
Amortização acumulada		(377)	–		–	(377)
Saldo contábil, líquido	**190**	**1.169**	**3.286**	**15.950**	**2.514**	**23.109**

A Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Sendo que para o exercício de 2024 não houve alteração do valor recuperável. **15. Fornecedores:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores Nacionais	330	160	60.444	27.091
Fornecedores Estrangeiros	–	–	110	103
Outros Fornecedores	90	–	1.308	–
AVP Contas a Pagar	–	–	(1.886)	–
	420	**160**	**59.976**	**27.194**
2024		**2023**	**2024**	**2023**
Circulante	420	160	58.793	27.194
Não circulante	–	–	1.183	–
	420	**160**	**59.976**	**27.194**

A Companhia e suas controladas não operam com a modalidade de risco sacado, mantendo suas transações com fornecedores conforme as condições comerciais acordadas.

16. Salários e encargos sociais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Provisão para férias	–	–	3.190	1.983
Salários a pagar			1	202
INSS a recolher	9	14	1.269	812
FGTS a recolher	–	–	317	233
Bônus	–	–	2.921	1.460
IRRF a recolher	7	9	689	304
Outros	–	–	503	189
	16	**23**	**8.890**	**5.183**

17. Tributos a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS	–	–	3.671	3.044
IRPJ	–	1.530	3.149	4.782
COFINS	–	–	1.073	578
CSLL	–	748	1.227	1.585
PIS	–	–	230	127
ISS	–	–	136	115
IPI	–	–	41	6
INSS	–	–	7	7
CSRF	75	–	120	17
IRRF	9	1	25	180
Outros	–	4	2	57
	84	**2.283**	**9.681**	**10.498**

18. Parcelamento de impostos:

	2024	2023
Simples Nacional	621	676
PIS	21	31
COFINS	98	143
IRPJ	78	112
CSLL	30	45
Parcelamento Simplificado	781	1.029
	1.629	**2.036**
Circulante	563	520
Não circulante	1.066	1.516

19. Empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Circulante		
Empréstimos bancários	10.870	395
Custas Financeiras	(438)	–
Consórcios	34	49
	10.466	**444**
Empréstimos bancários	89.606	1.088
Não circulante		
Custas Financeiras	(1.569)	
Consórcios	75	126
	88.113	**1.214**
Total dos empréstimos	**98.579**	**1.658**

	Consolidado	
	2024	**2023**
Em 1º de janeiro de	1.658	3.478
Adições	98.909	1.753
Juros Provisionados	5.179	311
Custas Financeiras	(1.006)	
Variação Cambial	261	(96)
Amortizações	(1.532)	(3.477)
Juros Pagos	(4.890)	(311)
Em 31 de dezembro	**98.579**	**1.658**

Foi constituído, em 2023, um financiamento em dólar referente a compra de um equipamento, liquidado no exercício de 2024. Em 2024, foi constituído notas comerciais no valor de R$ 100.000 mil (R$ 50.000 B3B – R$ 50.000 US) com prazo final para julho de 2029, a taxa de CDI + 1,8% a.m.

	2024	2023
2025	–	429
2026	25.022	330
2027	25.000	329
2028	25.000	–
Após 2029	14.584	–
	89.606	**1.088**

20. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

	Consolidado:	
	2024	**2023**
Ativos de direito de uso		
Edificações	5.957	5.668
Passivos de arrendamentos		
Circulante	2.580	1.708
Não circulante	4.011	4.263
	6.590	**5.971**

Ativos de direito de uso – Consolidado: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	5.668	1.191
Adição na aquisição de controlada (a)	2.086	–
Adição novos contratos	–	5.462
Despesa de depreciação	(1.797)	(985)
Saldo em 31 de dezembro	**5.957**	**5.668**

Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	5.971	1.223
Juros provisionados	(613)	(30)
Juros pagos	613	112
Adição na aquisição de controlada (a)	2.087	–
Adição novos contratos	–	5.511
Pagamentos	(1.467)	(845)
Saldo em 31 de dezembro	**6.591**	**5.971**

21. Provisão para contingências: O Grupo é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Ações cíveis e trabalhistas: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas por clientes e reclamações trabalhistas de funcionários. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". O saldo no Consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, corresponde a R$ 281 e R$ 6.688 respectivamente. Na opinião da administração, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa, além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023. Os administradores da Companhia, amparado por seus assessores legais externos, não apontam contingências possíveis em 2024 e 2023.

	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2023	–	155	155
Adições	15	266	281
Reversões	–	(155)	(155)
Em 31 de dezembro de 2023	**15**	**266**	**281**

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Contingência aquisição controlada	Total
Em 1º de janeiro de 2024	15	266	–	281
Adições	–	49	6.358	6.407
Reversões	(15)			(15)
Em 31 de dezembro de 2024	**–**	**315**	**6.358**	**6.673**

No processo de aquisição da controlada BHH, foi identificado um passivo de contingência no valor de R$ 6.358. Em contrapartida, foi reconhecido um ativo no mesmo montante, refletindo o direito de reembolso desse valor pelos vendedores, conforme previsto no contrato de aquisição. Caso a contingência venha a se materializar, resultando em prejuízos, os vendedores serão responsáveis pelo pagamento dos valores correspondentes, garantindo a neutralidade financeira para a Companhia. **22. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia em 2024 e 2023 é de R$ 287.206 mil (duzentos oitenta sete milhões duzentos e cinco mil setecentos noventa dois reais sessenta cinco centavos) totalmente subscrito, e dividido em 2.382 mil (duas milhões trezentas oitenta duas mil quatrocentos quatorze) ações nominativas e sem valor nominal das quais 1.191 mil (um milhão cento noventa um mil duzentas sete) são ordinárias e 1.191 mil (um milhão cento noventa um mil duzentas sete) são preferenciais. b) Dividendos: Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório, conforme previsto na Lei das S.A., no Estatuto Social e na política de dividendos da Companhia. A Administração poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, sempre em observância à política de dividendos da Companhia vigente à época. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram pagos, R$ 17.090 mil e R$ 7.737 mil, respectivamente, como dividendos aos sócios da Companhia. No exercício, o Conselho de Administração aprovou a destinação do lucro líquido da Companhia. referente ao exercício de 2023, totalizando R$ 26.357, conforme detalhado abaixo: • R$ 1.319 destinados à reserva legal; • R$ 16.534 referentes a dividendos adicionais pagos em 2023 e 2024; e • R$ 8.504 referente a dividendos adicionais propostos pagos no exercício de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos fixos e cumulativos das Ações Preferenciais Classe B, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R$ 12.881. Deste valor, R$ 2.686 foram alocados a partir da conta de lucros acumulados e o saldo restante foi destinado a partir da reserva de capital, conforme os artigos 17, inciso I, e 200, inciso V, da Lei nº 6.404/76. O montante total foi compensado com créditos junto aos sócios da Companhia. No exercício de 2024, foram pagos R$ 6.556 em dividendos com base no balanço semestral. Adicionalmente, será proposto o pagamento de R$ 8.312 como dividendo complementar, em conformidade com o dividendo mínimo obrigatório previsto no acordo de acionistas.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	26.900	26.357
Reserva Legal	(1.345)	(1.319)
Base de cálculo dos dividendos	25.555	25.038
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.556)	(16.534)
Dividendos adicionais propostos	(8.312)	(8.504)
Total de dividendos	(14.868)	(25.038)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	55%	95%

c) Aumento de Capital: Aumento de Capital de R$ 100.000 mil foram integralizados durante o ano de 2023. d) Reserva de Capital: A reserva de capital constituída em 2023 é decorrente da correção monetária do capital integralizado durante o exercício. e) Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. f) Reserva de Lucros: No exercício de 2023, parte do lucro foi destinado para a constituição de reserva de lucro a título de dividendos adicionais propostos no montante de R$ 8.504 mil. Para 2024, foi deliberado pela assembleia geral que o montante de R$ 10.687 mil será retido e será destinado investimento de capital conforme orçamento previamente aprovado. **23. Receita líquida:** A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Receita bruta de venda de mercadoria	175.056	124.602
Receita bruta de serviços	50.600	46.608
Receita bruta na locação de bens	64.279	38.021
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(56.085)	(34.714)
Receita líquida dos serviços prestados	**233.850**	**174.517**

24. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Custo das mercadorias vendidas	–	–	70.217	58.842
Custo do serviço prestado	–	–	45.099	15.443
Despesa com pessoal	746	709	39.710	31.322
Serviço de terceiros	5.261	1.377	14.346	12.315
Despesa com manutenção	–	–	344	952
Custo de fretes terceirizados	–	–	4.898	2.332
Despesa com utilidades	–	–	4.803	2.633
Despesa com vendas	–	–	6.157	4.061
Despesa com Locação	–	207	457	457
Insumos	–	–	1.561	1.054
Depreciação e amortização	–	–	4.819	3.013
Materiais e Serv. Limpeza	–	–	314	519
Despesa com taxas	–	55	370	875
Despesa Viagens e Combustíveis	–	4	3.580	1.666
Despesa PCLD	–	–	265	3.721
Outras despesas	160	49	2.258	2.273
	6.167	**2.401**	**199.198**	**141.478**
Custo das mercadorias vendidas	–	–	70.217	58.842
Custo do serviço prestado	–	–	45.099	15.443
Despesas gerais e administrativas	6.167	2.401	77.725	61.161
Despesa com vendas	–	–	6.157	6.032
	6.167	**2.401**	**199.198**	**141.478**

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	2024	2023
Alienação de imobilizado	2.045	979
Resultado Sinistro	416	–
Bonificações	137	–
Indenização por distrato contrato	756	–
Venda de Sucata	–	229
Outras Receitas	353	50
Dividendos Recebidos	–	–
	3.707	**1.258**

26. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Descontos obtidos	–	–	319	163
Rendimento de aplicações financeiras	3.424	12.298	6.337	12.304
Juros de crédito tributário	–	–	38	35
Ajuste a valor presente – Fornecedores	–	–	1.886	185
Variação cambial	–	–	285	380
Juros ativo	1	–	580	479
Receita financeira	**3.425**	**12.298**	**9.445**	**13.546**
Descontos concedidos	–	–	(406)	(383)
Juros Passivos	(1.251)	(6)	(9.810)	(1.685)
Tarifas bancárias	(6)	–	(170)	(158)
Multa mora	(122)	–	(161)	(120)
IOF	–	–	(50)	(7)
Variação cambial	–		(251)	(380)
Ajuste Valor Presente – Clientes	–	–	(1.683)	(421)
Despesa financeira	**(1.379)**	**(6)**	**(12.531)**	**(3.154)**
Resultado financeiro, líquido	**2.046**	**12.292**	**(3.086)**	**10.392**

27. Despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado antes dos impostos sobre Lucro	**27.035**	**30.751**	**36.571**	**44.479**
(+) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social – Empresas no "Lucro Presumido" (i)	–	3.034	(11.691)	8.612
Resultado antes dos impostos sobre o lucro – "Empresas no Lucro Real"	**27.035**	**33.785**	**24.880**	**53.091**
Alíquota vigente combinada de 34%	(9.192)	(11.486)	(8.459)	(18.051)
Equivalência patrimonial	10.592	7.092	441	(71)
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais	(1.536)	–	(1.652)	–
	(135)	**(4.394)**	**(9.670)**	**(18.122)**
Impostos de renda e contribuição social – correntes	(135)	(4.394)	(15.319)	(18.717)
Impostos de renda e contribuição social – diferido	**–**	**–**	5.649	595
Total	**(135)**	**(4.391)**	**(9.670)**	**(18.122)**
Alíquota efetiva	**0,5%**	**14.3%**	**26,4%**	**40.7%**

(i) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Em 2023 e 2022 a Sociedade adotou essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% para as receitas de prestação de serviços e de 8% para as receitas de revenda de mercadorias, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real. (ii) As empresas que seguem o regime de lucro presumido, US, CRYO nos anos de 2024 e 2023 e lucro Real para B3B e BHP em 2024 e 2023. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferida será recuperada no exercício de 2025, conforme projeção da Administração. **28. Cobertura de seguros (não auditado) :** A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2024 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Montante da Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura (R$)
Estoques	Incêndio/ raio/ explosão/danos elétricos/ Queda de aeronave/ Responsabilidade civil	153.260.000
	Seguro de responsabilidade civil para diretores e executivos (D&O)	30.000.000

29. Eventos subsequentes: a. Operação de Crédito: Em 14 de janeiro de 2025, a B3B contratou uma operação de crédito no montante de USD 8.250, equivalente a BRL 50.000, junto ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., LUXEMBOURG BRANCH. O instrumento utilizado foi um Loan Floating Rate Note (Loan FRN), estruturado em USD com o Banco Santander efetuando a conversão para BRL por meio de swap cambial em seu balanço. A remuneração da dívida é pós-fixada, indexada à taxa CDI. Os recursos captados serão destinados ao reforço do capital de giro e ao financiamento da expansão das operações da Companhia. **b. Reorganização Societária:** Em 6 de janeiro de 2025, a Blue Health Participações S.A. aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o "Acordo de Reorganização Societária e Tributária", viabilizando a reestruturação de suas controladas. Com a assinatura do acordo, foram iniciadas as medidas para sua implementação, conforme o cronograma estabelecido. Os impactos serão refletidos nas demonstrações financeiras subsequentes.

A DIRETORIA

Eric Varga *(CEO)*

Diego Cézar Barboza *(CFO)*

José Carlos Mosselman Pereira Junior - *Contador - CRC/BA nº 018957/O-0*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Blue Health Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Blue Health Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 10 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora
CRC 1BA040103/O-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 08.744.817/0001-86

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Administração.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.348	–
Contas a receber	4	10.987	16.079
Recursos de Clientes		135	51.653
Impostos a recuperar	5	4.542	27.156
Outros ativos		45.477	2.090
		62.489	**96.978**
Ativo não circulante			
Depósitos em garantia		666	3.454
Partes relacionadas		12.999	1.087
Intangível	6	27.309	20.942
		40.974	**25.483**
		103.463	**122.461**

Passivo	Nota	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	7	51.090	31.280
Recursos de Clientes		135	55.145
Obrigações tributárias		2.104	2.174
		53.329	**88.599**
Passivo não circulante			
Fornecedores	7	19.580	19.923
Obrigações tributárias		1.016	–
Partes relacionadas		7.516	5.159
Provisão para contingências		25	17
		28.137	**38.710**
Patrimônio Líquido			
Capital social		342.840	317.502
Reserva de capital		92	92
Outros resultados abrangentes		(152)	(150)
Prejuízos acumulados		(320.783)	(308.681)
		21.997	**8.763**
Total passivo e patrimônio líquido		**103.463**	**122.461**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(12.102)	(81.083)
Outros resultados abrangentes	(2)	(175)
Resultado abrangente do exercício	**(12.104)**	**(81.258)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**270.363**	**90**	**(219.159)**	**25**	**51.319**
Contribuição de capital líquida do custo de transação	48.384	2	–	–	**48.386**
Resultado do exercício	–	–	(81.083)	–	**(81.083)**
Cisão (BPP)	(1.245)	–	(8.439)	–	**(9.684)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(175)	**(175)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**317.502**	**92**	**(308.681)**	**(150)**	**8.763**
Contribuição de capital líquida do custo de transação	25.338	–	–	–	**25.338**
Resultado do exercício	–	–	(12.102)	–	**(12.102)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(2)	**(2)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**342.840**	**92**	**(320.783)**	**(152)**	**21.997**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	8	**50.458**	**110.178**
Custo dos serviços prestados		(30.895)	(96.863)
Lucro bruto		**19.563**	**13.315**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais		1.034	(9.298)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		(26.675)	(44.684)
Despesas administrativas		(11.775)	(42.612)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		4.917	(10.530)
Resultado antes do resultado financeiro		**(12.936)**	**(93.809)**
Receita financeira		2.171	7.828
Despesas financeiras		(1.337)	(8.476)
Resultado financeiro líquido		**834**	**(648)**
Equivalência Patrimonial		**–**	**13.374**
Resultado antes das provisões tributárias		**(12.102)**	**(81.083)**
Lucro/prejuízo do exercício/período		**(12.102)**	**(81.083)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(12.102)**	**(81.083)**
Ajustes para conciliar o lucro		
Depreciações e amortizações	6.251	8.634
Equivalência patrimonial	–	(13.374)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	257	475
Juros a pagar aquisições subsidiárias	–	920
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Contas a receber	4.835	18.081
Impostos e contribuições a recuperar	22.614	4.368
Outros ativos	(40.599)	(1.408)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	22.909	3.620
Obrigações tributárias	946	(1.642)
Depósitos de clientes	(3.492)	4.263
Outras provisões	8	128
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**1.627**	**(57.018)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Operações de conta corrente com a controladora	(12.999)	–
Adição de Imobilizado, Intangível e Arrendamentos	(12.618)	(15.913)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(25.617)**	**(15.913)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	25.338	48.386
Passivos de arrendamento	–	(82)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**25.338**	**48.304**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**1.348**	**(24.627)**
Saldo do caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	24.627
Saldo do caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.348	–
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**1.348**	**(24.627)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.1. Contexto operacional: A Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A. têm por objeto social ser responsável por arranjo de pagamento nos termos da regulamentação vigente, podendo fazer uso de marca associada ao referido arranjo de pagamento, disponibilizar serviços de aporte ou saque de recursos mantidas em conta de pagamento, executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionado a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento conforme definido pelo Banco Central do Brasil, intermediação de negócios, participação como sócia acionista em outras sociedades civis ou empresariais no Brasil e/ou exterior. A Companhia encontra-se sediada na cidade de Barueri, estado de São Paulo. A Companhia concluiu o processo de incorporação reversa de parte da operação da sua até então subsidiária em 01/06/23 através da aprovação de aumento de Capital pelo Banco Central do Brasil. Com a execução desta operação a Companhia cedeu uma carteira importante de clientes, bem como um portfólio de produtos sinérgico ao negócio de sua subsidiaria. **1.2. Base de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R$, que é a moeda funcional da Companhia. **2. Políticas contábeis** – As políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, as quais não são obrigatórias para 31 de dezembro de 2024, e as respectivas normas não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham um impacto material sobre a entidade no período de relatório atual ou em transações futuras previsíveis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	–	–
Aplicações de curto prazo	1.348	–
	1.348	**–**

4. Contas a receber

	2024	2023
Contas a Receber	11.339	16.377
Provisão para Impairment de contas a receber	(352)	(298)
	10.987	**16.079**

5. Outros ativos

	2024	2023
Valores a receber das bandeiras	44.276	–
Despesas antecipadas	1.201	2.090
Depósitos em garantia	666	3.454
	46.143	**5.544**

6. Intangível

	Software	Desenvolvimento Interno	Acordo de Não Competição	Outros	Ágio	Total
Saldo 31 de Dezembro de 2022	**8.454**	**7.831**	**11.706**	**21.870**	**166.209**	**216.070**
Adições	–	15.913	–	–	–	15.913
Cisão	(7.277)	(313)	(10.679)	(18.359)	(166.209)	(202.837)
Amortização	(1.177)	(2.489)	(1.027)	(3.511)	–	(8.204)
Saldo 31 de Dezembro de 2023	**–**	**20.942**	**–**	**–**	**–**	**20.942**
Adições	–	12.618	–	–	–	12.618
Amortização	–	(6.251)	–	–	–	(6.251)
Saldo 31 de Dezembro de 2024	**–**	**27.309**	**–**	**–**	**–**	**27.309**

7. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores	4.947	11.744
Obrigações trabalhistas	2.258	15.946
Valores a liquidar com os estabelecimentos comerciais	43.885	3.590
Incentivos da bandeira	19.580	19.923
	70.670	**51.203**

8. Receita operacional liquida

	2024	2023
Receita de processamento digital	37.012	92.106
Receita de serviços profissionais	18.210	31.966
(-) Impostos	(4.764)	(13.894)
	50.458	**110.178**

Diretoria

Diogo Frenkel | Marcelo Prudêncio Jacques

Contador

André Pereira Lapola – CRC 1SP 327.241/O-5

Rinjani Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 57.965.587/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	**150**	**–**	**Circulante**	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	150	–	**Não circulante**	**–**	**–**
Não circulante	**–**	**–**	**Patrimonio líquido**	**150**	**–**
			Capital social	150	–
Total do ativo	**150**	**–**	**Total do passivo + PL**	**150**	**–**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(NÃO HOUVE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 31/12/2024 E 2023)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Prejuizo do exercício	150	–	–	–	150
Saldos em 31/12/2024	**150**	**–**	**–**	**–**	**150**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	–	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	–	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	150	–
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**150**	**–**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	–	–
Caixa e equivalente de caixa no final do período	150	–
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**150**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: Rinjani Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de Instituições não-financeiras com início de atividades em 04/11/2024. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2024.

DIRETORIA: Edinaldo da Silva Carvalho *- Diretor Presidente;*
Assis Martins Moreira - *CRC 1SP259100/O-4*

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. *A Administração*

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	65.124	67.747
Contas a receber	4	74.288	53.635
Impostos a recuperar		18.345	17.891
Outros ativos		26.570	17.562
Total ativo circulante		**184.327**	**156.835**
Ativo não circulante			
Derivativos financeiros		4.484	756
Partes relacionadas	6	596	294
Depósitos em garantia		763	794
Investimento		330.105	277.643
Imobilizado		7.165	11.771
Intangível	5	180.376	196.130
Total ativo não circulante		**523.489**	**487.388**
Total ativo		**707.816**	**644.223**

Passivo	Nota	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	7	101.994	84.488
Empréstimos e financiamentos	8	40.849	70.186
Arrendamentos		1.244	1.547
Compromisso a pagar por aquisição de empresa		–	15.487
Obrigações tributárias		21.433	15.326
Adiantamento de clientes		40.346	41.896
Total passivo circulante		**205.866**	**228.930**
Passivo não circulante			
Fornecedores – não circulante	7	17.895	18.795
Empréstimos e financiamentos	8	201.469	109.608
Partes relacionadas	6	77.626	645
Adiantamento de clientes		–	34.202
Obrigações tributárias		2.116	2.280
Passivo de arrendamento		–	1.178
Compromisso a pagar por aquisição de empresa		16.923	14.624
Provisão para contingências		1.565	1.033
Passivo a descoberto		632	1.992
Total passivo não circulante		**318.226**	**184.357**
Patrimônio líquido			
Capital social		791.909	791.909
Reserva de capital		208.423	192.764
Outros resultados abrangentes		1.763	1.230
Prejuízos acumulados		(818.371)	(754.967)
Total patrimônio líquido		**183.724**	**230.936**
Total passivo e patrimônio líquido		**707.816**	**644.223**

Demonstração do Resultado

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	9	**497.145**	**441.994**
Custo dos serviços prestados		**(214.078)**	**(187.352)**
Lucro bruto		**283.067**	**254.642**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas		(150.891)	(136.824)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		(131.073)	(137.005)
Despesas comerciais		(37.496)	(22.015)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(1.648)	(24.164)
Resultado antes do resultado financeiro		**(38.041)**	**(65.366)**
Receita financeira		10.305	5.707
Despesas financeiras		(61.809)	(53.304)
Resultado financeiro líquido		**(51.504)**	**(47.597)**
Equivalência Patrimonial		**26.141**	**(44.802)**
Resultado antes das provisões tributárias		**(63.404)**	**(157.765)**
Imposto de renda			
Lucro/prejuízo do exercício		**(63.404)**	**(157.765)**
Participações de controladores		**(63.404)**	**(157.765)**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(63.404)	(157.765)
Outros resultados abrangentes	533	400
Resultado abrangente do exercício	**(62.871)**	**(157.365)**
Participações de controladores	(62.871)	(157.365)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Atribuível aos acionistas controladores					
	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**721.909**	**175.385**	**(597.202)**	**830**	**300.922**	**300.922**
Integralização de capital	70.000	–	–	–	70.000	70.000
Resultado do exercício	–	–	(157.765)	–	(157.765)	(157.765)
Reserva de ações, Stock Options	–	21.790	–	–	21.790	21.790
Outros resultados abrangentes	–	–	–	400	400	400
Transações com participação de não controladores	–	(4.411)	–	–	(4.411)	(4.411)
	70.000	**17.379**	**(157.765)**	**400**	**(69.986)**	**(69.986)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**791.909**	**192.764**	**(754.967)**	**1.230**	**230.936**	**230.936**
Resultado do exercício	–	–	(63.404)	–	(63.404)	(63.404)
Reserva de ações, Stock Options	–	16.389	–	–	16.389	16.389
Outros resultados abrangentes	–	–	–	533	533	533
Transações com participação de não controladores	–	(730)	–	–	(730)	(730)
	–	**15.659**	**(63.404)**	**533**	**(47.212)**	**(47.212)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**791.909**	**208.423**	**(818.371)**	**1.763**	**183.724**	**183.724**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		**(63.404)**	**(157.765)**
Ajustes para conciliar o lucro:			
Depreciações e amortizações		47.158	61.922
Equivalência patrimonial		(26.141)	44.802
Baixa líquida e ajustes do imobilizado, intangível e arrendamentos		–	21.517
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		3.266	(2.435)
Pagamento baseado em ações		16.389	21.790
Juros sobre empréstimos		23.646	24.522
Juros sobre arrendamento		314	187
Juros sobre investimentos de curto prazo		(1.063)	(1.304)
Variação cambial de empréstimos		6.134	(1.577)
Juros sobre contas a pagar de aquisição de subsidiarias		3.657	4.761
Ajuste de valor justo de instrumentos financeiros		(3.728)	2.651
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(24.221)	7.224
Impostos e contribuições a recuperar		(454)	(2.669)
Outros ativos		(8.977)	(10.436)
Adiantamento de clientes		(35.752)	75.246
Contas a pagar		16.604	(38.732)
Obrigações tributárias		5.943	3.728
Outras provisões		532	701
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(40.097)**	**54.133**
Juros pagos		(30.694)	(25.018)
Juros recebidos		1.063	1.304
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(69.728)**	**30.419**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Investimento em subsidiárias		(32.245)	(48.836)
Adição de Imobilizado, Intangível e Arrendamentos		(26.720)	(54.725)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(58.965)**	**(103.561)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		–	70.000
Conta corrente com empresas controladas		71.689	–
Captação líquida de empréstimos e financiamentos		55.939	54.731
Passivos de arrendamento		(1.558)	(1.704)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**126.070**	**123.027**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**(2.623)**	**49.885**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**67.747**	**17.862**
no final do exercício	3	**65.124**	**67.747**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais – 1.1. Contexto operacional: A Dock Tecnologia S.A. ("Dock" ou "Companhia") têm por objeto social atividades de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, administração de cartões de crédito, tratamento de dados, suporte técnico, processamento de cartões de crédito e de sistemas de pagamento, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral e participação como sócia, acionista ou quotista de outras Companhias no Brasil e no exterior. A Companhia encontra-se sediada na cidade de Barueri, estado de São Paulo. **1.2. Base de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R$, que é a moeda funcional da Companhia. **2. Políticas contábeis –** As políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, as quais não são obrigatórias para 31 de dezembro de 2024, e as respectivas normas não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham um impacto material sobre a entidade no período de relatório atual ou em transações futuras previsíveis.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	6.085	11.857
Aplicações de curto prazo	59.039	55.890
	65.124	**67.747**

4. Contas a receber	2024	2023
Contas a Receber	76.318	54.172
Provisão para Impairment de contas a receber	(2.030)	(537)
	74.288	**53.635**

5. Intangível	Software	Desenvolvimento interno	Carteira de clientes	Outros	Goodwill	Total
Saldo 31/12/2022	**50.189**	**58.678**	**27.114**	**257**	**83.432**	**219.670**
Adições	21.947	32.157	–	–	–	54.104
Baixas	–	–	(21.424)	–	–	(21.424)
Amortização	(30.718)	(24.018)	(1.227)	(257)	–	(56.220)
Saldo 31/12/ 2023	**41.418**	**66.817**	**4.463**	**–**	**83.432**	**196.130**
Adições	1.383	25.004	–	–	–	26.387
Amortização	(20.767)	(20.995)	(379)	–	–	(42.141)
Saldo 31/12/2024	**22.034**	**70.826**	**4.084**	**–**	**83.432**	**180.376**

6. Transações com Partes Relacionadas	2024	2023
Ativo circulante		
Dock Soluções em Meios de Pagamentos S.A. ("Dock Soluções")	149	149
Autra Pagamentos Instantâneos Ltda.	434	133
Dock IP	7	7
Dock Tech LLC	6	5
Total	**596**	**294**
Passivo não circulante		
Dock Soluções em Meios de Pagamentos S.A. ("Dock Soluções")	12.999	–
Dock Tech LTD	1.336	645
Dock IP	61.383	–
Tecnologia y Servicios APPI, S.R.L de C.V. (Muxi Mexico)	1.908	–
Total	**77.626**	**645**

7. Fornecedores	2024	2023
Fornecedores	46.545	69.483
Obrigações trabalhistas	73.344	33.000
Outros		
Total	**119.889**	**103.283**

8. Obrigações por empréstimos	Pais	Vencimento	2024 Curto prazo	2024 Longo Prazo	2024 Total	2023 Curto prazo	2023 Longo Prazo	2023 Total
Citi	Brasil	May/2024	–	–	–	4.272	–	4.272
CCB Bradesco	Brasil	Jul/2025	–	–	–	16.840	9.823	26.664
Santander IV	Brasil	Dez/2027	17.476	34.951	52.427	17.425	52.274	69.699
Banco ABC	Brasil	Jan/2025	–	–	–	27.558	2.505	30.063
Santander V	Brasil	Dez/2027	12.303	32.808	45.111	4.092	45.005	49.097
CCB Bradesco II	Brasil	Out/2029	2.445	56.257	58.702	–	–	–
Banco ABC II	Brasil	Ago/2027	–	30.018	30.018	–	–	–
Citi II	Brasil	Out/2028	8.625	47.435	56.060	–	–	–
			40.849	**201.469**	**242.318**	**70.186**	**109.608**	**179.794**

9. Receita operacional líquida	2024	2023
Receita de processamento digital	468.131	442.816
Receita de serviços profissionais	50.717	55.227
(-) Impostos	(21.703)	(56.049)
	497.145	**441.994**

Diretoria

Diogo Frenkel | Marcelo Prudêncio Jacques

Contador

André Pereira Lapola – CRC 1SP 327.241/O-5

Green Energy S.A.

CNPJ nº 56.986.740/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	**1.000**	**–**	**Não circulante**	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	–	**Patrimonio líquido**	**1.000**	**–**
Não circulante	**–**	**–**	Capital social	1.000	–
Total do ativo	**1.000**	**–**	**Total do passivo + PL**	**1.000**	**–**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(NÃO HOUVE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 31/12/2024 E 2023)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Prejuizo do exercício	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Prejuizo do exercício	1.000	–	–	–	1.000
Saldos em 31/12/2024	**1.000**	**–**	**–**	**–**	**1.000**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	–	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	–	–
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	1.000	–
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**1.000**	**–**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	–	–
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.000	–
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**1.000**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: Green Energy S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Locação de Automóveis sem condutor com início de atividades em 22/08/2024. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2024.

DIRETORIA: Edinaldo da Silva Carvalho - *Diretor Presidente;*
Assis Martins Moreira - *CRC 1SP259100/O-4*

GP Partnership S.A.

CNPJ/MF nº 50.014.464/0001-25

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	63.145	1.909	66.768	22.239
Contas a receber	4	–	–	21.303	38.353
Estoques de ações	5	3.349	25.089	3.349	25.089
Impostos a recuperar		57	2	1.295	1.422
Partes relacionadas	6	845	1.093	915	3.592
Despesas antecipadas		–	–	218	786
Outros		56	55	1.128	1.182
Total do ativo circulante		**67.452**	**28.148**	**94.976**	**92.663**
Não-Circulante					
Partes relacionadas	6	–	7.710	8.245	6.609
Investimentos	7	120.420	93.449	132.394	142.490
Imobilizado	8	–	–	5.140	6.592
Intangível	9	–	–	73.048	5.222
Total do não-circulante		**120.420**	**101.159**	**218.827**	**160.913**
Total do ativo		**187.872**	**129.307**	**313.803**	**253.576**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores		–	–	694	6.261
Obrigações trabalhistas e sociais		–	–	4.774	3.208
Obrigações tributárias	8	28.886	3	29.987	3.353
Adiantamento de clientes		–	–	750	1.748
Contas a pagar com partes relacionadas	6	–	–	6.234	15.106
Outras Contas a pagar		–	–	2.438	200
Total do passivo circulante		**28.886**	**3**	**44.877**	**29.876**
Não-Circulante					
Contas a pagar com partes relacionadas	6	–	–	10.398	11.042
Contingências	9	–	–	101	120
Outras Contas a pagar		–	–	957	2.031
Total do não-circulante		**–**	**–**	**11.456**	**13.193**
Patrimonio Líquido					
Capital social	10	73.161	49.180	73.161	49.180
Reserva de capital		67.217	57.489	67.217	57.489
Lucros ou (Prejuízos) acumulados		18.608	22.635	18.607	22.635
Total do patrimônio líquido de controladores		**158.986**	**129.304**	**158.986**	**129.304**
Patrimônio líquido de sócios não controladores		**–**	**–**	98.484	81.203
Total do patrimônio líquido		**158.986**	**129.304**	**257.470**	**210.507**
Total do passivo e patrimônio liquido		**187.872**	**129.307**	**313.803**	**253.576**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reservas: Reserva de Capital	Reservas: Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos sócios controladores	Patrimônio líquido dos sócios não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31/12/2022		**–**		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	22.635	**22.635**	35.477	**58.112**
Aumnto de capital/Constituição da Companhia		54.337	(43.420)	–	–	**10.917**	17.012	**27.929**
Integralização de capital		–	38.263	–	–	**38.263**	–	**38.263**
Ágio na compra de participação não controladores		–	–	57.489	–	**57.489**	–	**57.489**
Transação de capital com minoritários		–	–	–	–	**–**	28.713	**28.713**
Saldos em 31/12/2023		**54.337**	**(5.157)**	**57.489**	**22.635**	**129.304**	**81.203**	**210.506**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	174.337	**174.337**	28.574	**202.911**
Aumento de capital		18.825	5.157	–	–	**23.981**	–	**23.981**
Ágio na compra de participação não controladores		–	–	–	–	**–**	–	**–**
Reserva legal	10.b	–	–	9.728	(9.728)	**–**	–	**–**
Transação de capital com minoritários		–	–	–	–	**–**	(11.293)	**(11.293)**
Lucro distribuído	10.c	–	–	–	(168.636)	**(168.636)**	–	**(168.636)**
Saldos em 31/12/2024		**73.161**	**–**	**67.217**	**18.608**	**158.986**	**98.484**	**257.470**

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita operacional líquida					
Receita líquida	11	190.100	–	244.784	120.033
Custos das ações vendidas e serviços prestados	12	(21.781)	–	(42.837)	(47.692)
Lucro bruto		**168.319**	**–**	**201.947**	**182.538**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	12	–	–	(20.995)	(63.115)
Despesas administrativas e gerais	12	(49)	–	(33.440)	(56.918)
Equivalência patrimonial	7	26.971	22.525	74.834	2.505
Outras (despesas) receitas operacionais		–	–	934	856
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**195.241**	**22.525**	**223.280**	**65.866**
Receita financeira	13	822	119	2.577	2.748
Despesa financeira	13	(3)	–	(1.221)	(843)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**196.060**	**22.644**	**224.636**	**67.771**
Imposto de renda e contribuição social	14	(21.723)	(9)	(21.725)	(9.659)
Lucro líquido do período		**174.337**	**22.635**	**202.911**	**58.112**
Total do resultado abrangente do exercício atribuído a:					
Sócios controladores				**174.337**	**22.635**
Sócios não controladores				**28.574**	**35.477**

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Das atividades operacionais	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado líquido do exercício	**174.337**	**22.635**	**202.911**	**58.112**
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	716	618	3.404	3.790
Provisão para demandas judiciais	–	–	–	120
Resultado de equivalência patrimonial	(26.971)	(22.525)	–	–
Valor residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	–	–	(662)
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	(3.637)
	148.082	**728**	**206.315**	**57.723**
Variações nos ativos				
(Aumento)/redução em contas a receber	–	–	17.050	(2.162)
(Aumento)/redução em estoques de ações	21.740	(25.089)	21.740	(25.756)
(Aumento)/redução em impostos a recuperar e diferido	(55)	(2)	127	(8.730)
(Aumento)/redução em partes relacionadas – ativo	7.958	(8.803)	1.041	(9.436)
(Aumento)/redução em despesas antecipadas	–	–	568	10.873
(Aumento)/redução em dividendos recebidos	–	–	–	(99)
(Aumento)/redução em outras contas a receber	(1)	(55)	54	(55)
Variações nos passivos				
Aumento/(redução) em fornecedores	–	–	(5.567)	(4.530)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas e sociais	–	–	1.566	2.656
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	28.883	3	–	1.751
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	–	–	(998)	–
Aumento/(redução) em contas a pagar com partes relacionadas passivo	–	–	(9.516)	(1.769)
Aumento/(redução) em outras contas a pagar	–	–	1.164	–
Caixa proveniente das atividades operacionais	**206.607**	**(33.218)**	**233.544**	**20.466**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital	23.981	49.180	23.981	22.040
Aquisição de imobilizado	(716)	(618)	1.452	(1.640)
Aquisição de intangível	–	–	(609)	(2.980)
Aquisição de capital em investidas	–	(70.924)	(33.911)	(83.848)
Transação de capital com minoritário	–	–	(11.293)	–
Ágio na compra de participação não controladores	–	57.489	–	57.489
Dividendos a pagar	–	–	–	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**23.265**	**35.127**	**(20.379)**	**(11.444)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recompra de quotas	–	–	–	(593)
Lucros distribuídos	(168.636)	–	(168.636)	(2.408)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**(168.636)**	**–**	**(168.636)**	**(3.001)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**61.236**	**1.909**	**44.529**	**6.021**
Início do período	1.909	–	22.239	16.218
Fim do período	63.145	1.909	66.768	22.239
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**61.236**	**1.909**	**44.529**	**6.021**

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro líquido do período	**174.337**	**22.635**	**202.911**	**58.112**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**174.337**	**22.635**	**202.911**	**58.112**
Total do resultado abrangente do exercício atribuído a:				
Sócios controladores			**174.337**	**22.635**
Sócios não controladores de subsidiárias			**28.574**	**35.477**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – GP Partnership S.A, é uma Companhia Limitada e foi constituída em 13 de dezembro de 2019, de acordo com as leis brasileiras, com sede na Avenida Copacabana, nº 325, bairro Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, Barueri/SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada. A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades i) holdings de instituições não-financeiras. A receita da Companhia e suas controladas são obtidas com a venda de ações, cursos livres, assinaturas, educação formal, consultoria, publicidade, taxa de gestão de fundos, eventos e palestras. A controlada direta foi incluída nas demonstrações contábeis consolidadas são as seguintes: • O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A. O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A, é uma Companhia Limitada e foi constituída em 13 de dezembro de 2019, de acordo com as leis brasileiras, com sede na Avenida Copacabana, nº 325, bairro Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, Barueri/SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo Primo"). A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades i) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; ii) comércio varejista de livros; iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; iv) participação em outras Companhia como acionista ou quotista (holdings de instituições não-financeiras); v) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; vi) agências de publicidade; vii) marketing direto; viii) consultoria em publicidade; ix) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; x) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; e xi) atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares. A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2024	**31/12/2023**
O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A	48,17%	48,17%

2. Base de preparação e declaração de conformidade – As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de abril de 2025. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Declaração de continuidade:** A administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **Nota Explicativa nº 2.5 (a).(i)** – consolidação: determinação se a empresa detém de fato controle sobre uma investida. **Nota Explicativa nº 7** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; e **Nota Explicativa nº 11** – reconhecimento de receita: se a receita de venda de assinaturas, venda de cursos e treinamentos e certificações, venda de livros e apostilas, propaganda e publicidade são reconhecidas ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 2.5 (b)** – aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e **Nota Explicativa nº 9** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Certos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: **(i)** no mercado principal para o ativo ou passivo; ou **(ii)** na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1 –** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2 –** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3 –** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **2.4. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo. **2.5. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **a) Base de consolidação: (i) Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A Companhia tem a opção de aplicar "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há perda de controle. **(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(vi) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e qualquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens são monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **d) Contas a receber:** São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas da perda esperada com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização. A perda esperada em crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto e na expectativa de perdas futuras, a administração entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31 de dezembro de 2023. A análise é efetuada individualmente dos devedores, independentemente do período de vencimento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. As despesas com a constituição da provisão para perda esperada em créditos foram registradas na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** Os custos posteriores ao reconhecimento inicial são reconhecidos no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada linearmente baseada na vida útil dos ativos, sobre seu valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ao final de cada exercício se avalia a existência de indícios de deterioração do valor recuperável e/ou vida útil dos ativos. Havendo algum indício, é estimado o valor residual recuperável do ativo respectivo e se ajusta de forma correspondente, caso o valor contábil exceda o valor recuperável. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado da controlada são as seguintes:

	2024	**2023**
Instalações e benfeitorias	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos	5 anos

g) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa com amortização consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. **i) Outros ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

GP Partnership S.A.

-futuros. São demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **j) Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 01 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **k) Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente. **l) Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisões para riscos trabalhistas e tributários:** Provisões são constituídas para todos os riscos ou processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **m) Capital social: Recompra e reemissão de quotas (quotas em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As quotas recompradas são classificadas como quotas em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as quotas em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **n) Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece suas receitas seguidos os critérios estabelecidos no CPC 47. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas segundo os critérios do CPC 47, em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. **o) Outros passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. **p) Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50 – Contratos de Seguro:** O CPC 50 Contratos de Seguro é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao CPC 23:** As alterações ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao CPC 26:** As alterações ao IAS 1 CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao CPC 32:** As alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia vem acompanhando os temas da reforma tributária, mas não espera que tenha impactos potenciais. **q) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis pela Companhia. 3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	–	–	64	–
Aplicações financeiras	63.145	1.909	66.704	22.239
Total	**63.145**	**1.909**	**66.768**	**22.239**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata e taxa média de remuneração em 97% em 2024 (99% em 2023).

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes a receber	–	–	21.303	38.353
Total	**–**	**–**	**21.303**	**38.353**

Aging de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	**–**	**–**	**20.998**	**38.078**
Vencidas	**–**	**–**	**305**	**275**
Entre 1 e 30 dias	–	–	305	–
Entre 31 e 60 dias	–	–	–	275
Total	**–**	**–**	**21.303**	**38.353**

5. Estoques de ações – Saldo refere-se a estoque de ações mantidas para venda em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Estoques de ações	3.349	25.089	3.349	25.089
Total	**3.349**	**25.089**	**3.349**	**25.089**

6. Partes relacionadas – No curso dos negócios as controladas realizaram operações comerciais junto à controladora que compreendem: prestação de serviços de publicidade e emissão e entrega de relatórios de análise para cliente final. Todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à controladora. Os saldos a receber de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mútuo sócio **(a)**	845	8.803	5.802	8.966
Empréstimos entre coligadas **(b)**	–	–	3.288	1.235
Outras contas a receber com partes relacionadas	–	–	70	–
Total	**845**	**8.803**	**9.160**	**10.201**
Circulante	845	1.093	915	3.592
Não circulante	–	7.710	8.245	6.609

(a) Saldo refere-se a contrato firmado junto as partes relacionadas da Controladora com prazo de liquidação acima de 12 meses, podendo ser renovado por igual período. O valor deverá ser corrigido na data de seu vencimento pelo CDI ou IPCA, o que for menor, acumulado desde a assinatura. **(b)** Nota de débito para reembolso de despesas incorridas pela Controladora: Os saldos a pagar para partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recompra de ações próprias **(a)**	–	–	10.398	25.398
Intercompany **(b)**	–	–	6.234	750
Total	**–**	**–**	**16.632**	**26.898**
Curto prazo	**–**	**–**	**6.234**	**15.106**
Longo prazo	**–**	**–**	**10.398**	**11.042**

(a) Foram celebrados em 2022 contratos de recompra de ações de sócios pessoas físicas, com prazo médio de pagamento de 3 anos **(b)** Foram celebrados em 2022 contratos de recompra de ações de sócios pessoa jurídica, com prazo médio de pagamento de 3 anos; **Remuneração dos administradores:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os honorários dos administradores no consolidado foram apropriados ao resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas, não superando o limite aprovado pelos acionistas.

7.Investimento

Controlada	% Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
• O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A	48,17%	93.449	–	26.971	120.420
Total		**93.449**	**–**	**26.971**	**120.420**

Controlada	% Participação	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
• O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A	48,17%	–	70.924	22.525	93.449
Total		**–**	**70.924**	**22.525**	**93.449**

8. Imobilizado

	Taxa depreciação	Bens em operação 31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	Depreciação acumulada 31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Instalações e benfeitorias	4% à 10%	3.142	–	–	3.142	(1.682)	(567)	–	(2.249)	893	1.460
Máquinas e equipamentos	10%	1.558	15	–	1.573	(526)	(343)	–	(869)	704	1.032
Móveis e utensílios	10%	2.030	–	–	2.030	(360)	(202)	–	(562)	1.468	1.670
Equipamentos de informática	20%	4.056	341	–	4.397	(1.831)	(757)	–	(2.588)	1.809	2.225
Equipamentos de processamento de dados	20%	348	–		348	(143)	–	61	(82)	266	205
Total		**11.134**	**356**	**–**	**11.490**	**(4.542)**	**(1.869)**	**61**	**(6.350)**	**5.140**	**6.592**

9. Intangível

	Bens em operação 31/12/2023	Adição	Baixa/transferência	31/12/2024	Amortização acumulada 31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Marcas e patentes	1.025	–	–	1.025	–	–	–	–	1.025	1.025
Software	1	–	–	1	–	–		–	1	1
Instagram	300	–	–	300	–	–	–	–	300	300
Plataforma de cursos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ativos intangíveis adquiridos a partir de terceiros	569	819	–	1.388	–	–	–	–	1.388	569
Clausula de não concorrência	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Goodwill	54.456	–	–	54.456	–	–	–	–	54.456	54.456
E-commerce	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Produção de conteúdo/cursos	2.411	45	–	2.456	–	(1.257)	–	(1.257)	1.199	2.411
Direito de uso	–	1.280	–	1.280	–	(278)	–	(278)	1.002	–
Projeto audiovisual de longa-metragem	916	–	–	916	–	–	–	–	916	916
Sistema de processamento de dados	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	**59.678**	**2.144**	**–**	**61.822**	**– (1.535)**		**–**	**(1.535)**	**60.287**	**59.678**

10. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	15.943	–	15.943	2.195
CSLL a recolher	5.742	3	5.742	817
ISS a recolher	7.201	–	7.925	–
Outras obrigações a recolher	–	–	377	338
Total	**28.886**	**3**	**29.987**	**3.350**

11. Provisão para demandas judiciais – Para todas as questões que estão sendo contestadas, é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos internos e externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões trabalhistas e cíveis. Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	70	50
Cível	31	70
Total	**101**	**120**

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**120**
Reversões	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**101**

Perdas possíveis: A controlada da Companhia têm ações de natureza trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais para as quais não há provisão constituída no montante de R$ 1.202 em 2024 (R$1.159 para o exercício de 2023). **12. Patrimônio líquido – (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social está representado ao valor de R$ 73.161 (R$ 54.337 em 31 de dezembro de 2023). Em 23 de janeiro de 2024, houve aumento de capital no montante de R$ 15.589, mediante a emissão de 756.186 (setecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 281.647 (duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e sete) ações preferenciais B, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrita e integralizadas. Em dezembro de 2024, foi contabilizado um aumento de capital complementar no montante de R$ 3.236, seguindo ATA registrada em outubro de 2023. **(b) Reserva de capial:** A reserva de capital representa R$ 67.217 em 2024. **Reserva legal:** Em dezembro de 2024, a Companhia constituiu o montante de R$ 9.728, a título de reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), que estabelece a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para essa reserva, até o limite de 20% do capital social. **(c) Lucros distribuídos:** A Companhia distribuiu, a título de distribuição de lucros, o montante de R$ 168.636 em 2024 (em 2023, não houve distribuição de lucros).

13. Receita líquida de serviços e venda de mercadorias – A seguir apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta				
Receita bruta de venda de ações	197.301	–	197.301	–
Receita bruta de serviços (a)	–	–	59.000	126.561
Receita bruta de serviços mercado externo (a)	–	–	3.461	4.981
Receita bruta na venda de mercadoria (b)	–	–	–	–
Total	**197.301**	**–**	**259.762**	**131.542**
Imposto e contribuições sobre receitas				
PIS	(1.282)	–	(2.249)	(1.364)
COFINS	(5.919)	–	(10.444)	(6.281)
ISS	–	–	(1.536)	(3.864)
Devoluções e cancelamentos	–	–	(617)	–
Outros	–	–	(132)	–
Total	**(7.201)**	**–**	**(14.978)**	**(11.509)**
Receita líquida	**190.100**	**–**	**244.784**	**120.033**

(a) Receita de serviços de cursos livres, assinaturas, educação formal, consultoria, publicidade, taxa de gestão de fundos, eventos e palestras. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas segundo os critérios do CPC 47, em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. **(b)** Receita de venda de material dos cursos de educação formal, sendo o aumento também refletido pela oferta de novos cursos e turmas em 2023. **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento de receita
Venda de ações	Venda de ações	No registro da operação
Cursos livres	Conteúdo de educação financeira disponibilizado por meio de plataforma digital	Na abertura do curso e disponibilização do acesso ao cliente
Assinatura	Conteúdo financeiro disponibilizado por meio de plataforma digital com contratação mínima anual	Na disponibilização do login e senha
Educação formal	Curso de pós-graduação/MBA online	Na prestação mensal do serviço
Publicidade	Inserção de publicidade nos canais de comunicação da Companhia, Youtube, Instagram e Facebook	No momento da inserção da publicidade
Palestra	Palestras ministradas pelos influenciadores	Na realização da palestra
Ativos sob custódia	Gestão de ativos de terceiros alocados em Fundos de Investimentos	Mensalmente conforme apuração do administrador do fundo
Consultoria	Consultoria financeira com contrato por período indeterminado	Mensalmente conforme apuração da custódia e percentual do contrato com o cliente

14. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo com a venda das ações	(21.739)	–	(21.739)	–
Salários e encargos	–	–	(20.486)	(20.130)
Vale alimentação e transporte	–	–	(19.271)	(32.425)
Serviços prestados por terceiros	–	–	(15.546)	(14.389)
Programas e licenças de softwares	–	–	(2.796)	(1.673)
Eventos	–	–	(2.826)	(3.952)
Depreciação e amortização	–	–	(2.622)	(2.127)
Premios	–	–	(1.989)	(1.026)
Assistência medica e odontológica	–	–	(1.193)	(1.129)
Alugueis de imóveis	–	–	(945)	(255)
Moderação de conteúdo	–	–	(638)	(975)
Despesas legais e judiciais	–	–	(428)	(666)
Meios de recebimento	–	–	(317)	(859)
Comissões	–	–	(248)	(507)
Propaganda e publicidade	–	–	(57)	(3.617)
Autônomos	–	–	(27)	(281)
Outros custos e despesas	(91)	–	(6.144)	(24.822)
Total custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	**(21.830)**	**–**	**(97.272)**	**(108.833)**
Total custos com a venda das ações	**(21.781)**	**–**	**(42.837)**	**(47.692)**
Total despesas comerciais	**–**	**–**	**(20.995)**	**(63.115)**
Total despesas administrativas e gerais	**(49)**	**–**	**(33.440)**	**(56.918)**

15. Resultado líquido financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	821	38	2.384	2.466
Juros e multas recebidos	–	81	180	41
Outras receitas financeiras	–	–	13	3
Total	**821**	**119**	**2.577**	**2.510**
Despesas financeiras				
Atualização monetária	–	–	(488)	(402)
IOF	(2)	–	(97)	(270)
Outras despesas financeiras	–	–	(636)	(52)
Total	**(2)**	**–**	**(1.221)**	**(724)**
Resultado líquido financeiro	**819**	**119**	**1.356**	**1.786**

16. Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente – lucro presumido	(15.967)	(6)	(15.970)	(7.086)
Contribuição social corrente – lucro presumido	(5.756)	(3)	(5.755)	(2.556)
Total	**(21.723)**	**(9)**	**(21.725)**	**(9.642)**

17. Cobertura de seguros – A Companhia não possui, no julgamento da sua administração, cobertura de seguros para a controladora e suas controladas, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado. **18. Eventos subsequentes** – Após a data-base das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar de forma relevante a posição financeira ou os resultados da Companhia e de sua controlada.

A Diretoria
Fernando Lucas Correa da Silva – Contador CRC 1SP 262.012/O-1

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

BRVias Holding TBR S/A

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório e as Demonstrações Financeiras da BRVias Holding TBR S/A relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório de Revisão dos auditores independentes. **Apresentação:** A BRVias Holding TBR S/A ("Cia.") é uma sociedade cujo objetivo social é a participação na Transbrasiliana – Concessionaria de Rodovia S.A. ("Controlada" ou "Concessionária"), Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém o contrato de concessão da Rodovia BR-153/SP. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes. **Auditoria Independente:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., que não prestou, durante o exercício social, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores. A contratação do serviço de auditoria teve início em 01/01/2024, com término em 31/12/2024. O valor pago por este contrato no exercício de 2024 foi de R$ 22.000,00. As demonstrações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **Agradecimentos:** Finalizando, a Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	268	1.992	13.603	20.092
Contas a receber	4	–	–	12.341	13.784
Impostos a recuperar		1.749	1.731	4.418	2.867
Despesas pagas antecipadamente	5	–	–	5.571	2.834
Outros créditos		232	232	1.693	1.847
Total do ativo circulante		2.249	3.955	37.626	41.424
Não circulante					
Partes relacionadas	6	4.888	6.496	–	2.465
Depósitos judiciais		–	–	34.451	11.472
Contas a receber	4	–	–	805	804
Despesas pagas antecipadamente	5	–	–	6.872	–
Ativos de direito de uso		–	–	713	1.056
Investimentos	7	295.601	292.850	–	–
Imobilizado	8	–	–	5.158	6.918
Intangível	9	–	–	444.271	450.665
Ativo de contrato (intangível em construção)	9	–	–	205.183	215.365
Total do ativo não circulante		**300.489**	**299.346**	**697.453**	**688.745**
Total do ativo		**302.738**	**303.301**	**735.079**	**730.169**

Passivo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	818	1.021
Debêntures	11	–	–	19.489	18.485
Fornecedores	12	–	–	28.588	28.387
Obrigações tributárias	13	2.175	2.108	12.448	6.805
Provisão para manutenção	14	–	–	748	8.836
Partes relacionadas	6	2.090	2.090	10.035	2.778
Obrigações sociais		–	–	6.670	5.641
Obrigações infraestrutura a realizar		–	–	–	13.079
Passivos de arrendamento		–	–	533	–
Contas a pagar	17	–	2	12.562	5.956
Total do passivo circulante		**4.265**	**4.200**	**91.891**	**90.988**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	329	1.147
Debêntures	11	–	–	297.461	293.234
Fornecedores	12	–	–	13.417	9.211
Obrigações tributárias	13	1.993	3.870	11.339	8.449
Provisão para manutenção	14	–	–	5.435	2.714
Partes relacionadas	6	–	–	–	11.054
Tributos diferidos	15.a	–	–	6.124	4.049
Provisão para demandas judiciais	16	–	–	6.035	6.489
Passivos de arrendamento		–	–	396	–
Outras contas a pagar	17	–	–	6.172	7.603
Total do passivo não circulante		**1.993**	**3.870**	**346.708**	**343.950**
Total do passivo					
Patrimônio líquido	18				
Capital social		368.021	370.486	368.021	370.486
Reserva de capital		14.150	14.150	14.150	14.150
Adiantamento para futuro aumento de capital		554	–	554	–
Prejuízos acumulados		(86.245)	(89.405)	(86.245)	(89.405)
Total do patrimônio líquido		**296.480**	**295.231**	**296.480**	**295.231**
Total do passivo e patrimônio líquido		**302.738**	**303.301**	**735.079**	**730.169**

Demonstrações dos Resultados

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	19	–	–	255.330	262.077
Custo dos serviços prestados	20	–	–	(161.495)	(186.190)
Lucro bruto		**–**	**–**	**93.835**	**75.887**
Despesas gerais e administrativas	20	(17)	(54)	(32.704)	(32.494)
Resultado de equivalência patrimonial	7	3.608	1.564	–	–
		3.591	**1.510**	**61.131**	**43.393**
Receita financeira	21	139	443	242	466
Despesa financeira	21	(570)	(732)	(56.139)	(41.645)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(431)**	**(289)**	**(55.897)**	**(41.179)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**3.160**	**1.221**	**5.234**	**2.214**
IRPJ e CSLL diferidos	15.b	–	–	(2.074)	(993)
Lucro líquido do exercício		**3.160**	**1.221**	**3.160**	**1.221**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	3.160	1.221	3.160	1.221
Total de resultado abrangente do exercício	**3.160**	**1.221**	**3.160**	**1.221**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**370.480**	**14.150**	**6**	**(90.626)**	**294.010**
Aumento de capital	6	–	(6)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.221	1.221
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**370.486**	**14.150**	**–**	**(89.405)**	**295.231**
Aumento (redução) de capital	(2.465)	–	–	–	(2.465)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	554	–	554
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.160	3.160
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**368.021**	**14.150**	**554**	**(86.245)**	**296.480**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	**3.160**	**1.221**	**5.234**	**2.214**
Ajustes para				
Depreciação/amortização	–	–	55.522	50.148
Amortização de direito de uso e juros sobre arrendamento	–	–	343	305
Resultado de equivalência patrimonial	(3.608)	(1.564)	–	–
Provisão de manutenção	–	–	(5.367)	1.252
Baixa de obrigações de infraestrutura a realizar	–	–	(3.637)	
Provisão para demandas judiciais	–	–	1.523	3.933
Rendimento de aplicação financeira	–	–	(103)	(22)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	570	732	51.420	45.407
Baixa do ativo imobilizado	–	–	6.744	12.415
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	–	–	1.442	(3.063)
Despesas pagas antecipadamente	–	–	(9.609)	(1.608)
Impostos a recuperar	(18)	(143)	(1.551)	(198)
Partes relacionadas	–	(2.465)	–	(2.465)
Outros créditos	–	–	154	526
Depósitos judiciais	–	–	(22.979)	(6.193)
(Aumento) redução no passivo				
Fornecedores	(1)	–	4.407	9.515
Obrigações tributárias	(2.379)	(2.127)	7.965	(2.830)
Obrigações sociais	–	–	1.029	1.187
Contas a pagar	(2)	1	(3.799)	(1.502)
Partes relacionadas	–	16	4.504	(5.112)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	–	–	–	(441)
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais	**(2.278)**	**(4.329)**	**93.242**	**103.468**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Movimentação líquida de aplicação financeira	–	–	–	(95)
Aquisição de imobilizado	–	–	(2.203)	(5.452)
Adição do intangível	–	–	(51.169)	(89.971)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(53.372)**	**(95.518)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de arrendamento	–	–	(376)	–
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	–	1.487
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(46.537)	(19.429)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**554**	–	554	–
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de financiamentos	**554**	**–**	**(46.359)**	**(17.942)**
(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(1.724)**	**(4.329)**	**(6.489)**	**(9.992)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.992	6.321	20.092	30.084
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	268	1.992	13.603	20.092
(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(1.724)**	**(4.329)**	**(6.489)**	**(9.992)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – A BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia e sua controlada" ou "BRVias") é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007. Sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala W, Vila Olímpia, cidade de São Paulo – Estado de São Paulo. A Companhia e sua controlada possui como objeto social a participação em empresas não financeiras. A Companhia e sua controlada iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Controlada), que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., foram aportadas na BRVias Holding TBR S.A., passando a ser a única acionista da Transbrasiliana. Em 17 de setembro de 2014, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Controladora) firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua Controlada Dable Participações Ltda., para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da BRVias Holding TBR S.A., detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana" ou "Controlada", por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico ("CADE") realizado em 17 de outubro de 2014. Em 5 de janeiro de 2015, as Partes concluíram o negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia e sua controlada, bem como os seus administradores. A sua Controlada é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins – Estado de São Paulo. O objeto social da Controlada é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Transbrasiliana se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo desses anos de Concessão, a Transbrasiliana vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não limitado, o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato em razão de: (i) atrasos nas Revisões Ordinárias previstas contratualmente, (ii) excesso de carga no pavimento devido a exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e, (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas através de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e incluídas no Contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão. Por fim, importante destacar que em 25 de agosto de 2023, o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12 de dezembro de 2023, a Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19 de dezembro de 2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A. e CONJUR para suas respectivas avaliações. Em 11 de setembro de 2024 foi publicada a Portaria nº 863 de 10 de setembro de 2024, que apresentou a manifestação favorável, com ressalvas, do Ministério dos Transportes, à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato de concessão da BR- 153/SP. Conforme rito estabelecido na Portaria 848/2024, o processo ainda passará por análise e deliberações ANTT e TCU. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 57.137 (R$ 53.350 em 31 de dezembro de 2023). A Transbrasiliana tem sua estrutura de endividamento permanentemente revisada e mantém as renegociações com seus credores sempre que necessário. As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A administração da Companhia e sua controlada, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia e sua controlada, bem como para continuidade das operações.

2. Base de elaboração – As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente. **2.2.1 Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial. O exercício social e as demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício/período anterior. A seguir estão apresentadas as participações na controlada domiciliada no Brasil:

Companhia	2024	2023
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	100%	100%

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira: As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R$) exceto quando indicado de outra forma, o real é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.5 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia e sua controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia e sua controlada revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. **Provisão de manutenção – Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia e sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **2.5.1. Ativos intangíveis:** A Companhia e sua controlada possui os seguintes ativos intangíveis: **i) Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia e sua controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **2.5.4. Receita operacional: i) Receita de pedágio:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia e sua controlada. Quando a Companhia e sua controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **ii) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia e sua controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia e sua controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **2.5.5. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.6 Normas, alterações e interpretações:** Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram: • Alteração ao IFRS 16 – Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*; • Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como "Circulante" ou "Não Circulante"; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado. Em relação as alterações supracitadas, a Companhia e sua controlada não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas; com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado. Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos: **IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade:** propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam uteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; **IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima:** estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspetos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; **Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio:** estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada; **Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros:** constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada. **Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada: 1. IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro:** As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas; **2. IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:** As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos; **3. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros. **4. IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas:** As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias; **5. IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027. A Companhia e sua controlada não adotou antecipadamente nenhuma norma e está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações contábeis subsequentes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa	–	–	540	461
Saldos bancários	–	–	12.639	17.470
Aplicações financeiras (i)	268	1.992	424	2.161
	268	**1.992**	**13.603**	**20.092**

(i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a taxa de 100% Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e sua controlada considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4. Contas a receber

Consolidado	2024	2023
Arrecadação de pedágio	12.259	13.554
Receitas acessórias	887	1.034
Total	**13.146**	**14.588**
Circulante	**12.341**	**13.784**
Não circulante	**805**	**804**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

5. Despesas antecipadas

Consolidado	2024	2023
Seguros a apropriar	1.587	1.471
Carta Fiança a apropriar **(i)**	10.856	1.363
Total	**12.443**	**2.834**
Circulante	5.571	2.834
Não circulante	6.872	–

(i) O aumento dos valores referentes as cartas fianças no ano de 2024 se deu em razão da necessidade de garantir as execuções fiscais ajuizadas pela ANTT.

6. Partes relacionadas – A Companhia e sua controlada submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, sua Controlada e seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

BRVias Holding TBR S/A

Controladora	Nota	Saldo em aberto em 2024	Saldo em aberto em 2023	Valor da transação para os exercícios encerrados 2024	Valor da transação para os exercícios encerrados 2023
Ativo					
Dividendos a receber:					
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	4.888	4.031	–	–
Dable Participações Ltda.	(iv)	–	2.465	–	–
		4.888	**6.496**	**–**	**–**
Passivo					
Triunfo Participação e Investimento S.A.	(ii)	547	547	**–**	–
Dividendos a pagar					
Dable Participações Ltda.	(iii)	1.543	1.543	**–**	–
		2.090	**2.090**	**–**	–

(i) Dividendos mínimos obrigatórios a receber de resultados apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 (R$ 1.260), 31 de dezembro de 2021 (R$ 177), 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.222), 31 de dezembro de 2023 (R$ 372) e 31 de dezembro de 2024 (R$ 857), m virtude da 8ª emissão de debêntures na controlada Transbrasiliana, a distribuição de dividendos pela controlada encontra-se suspensas; (ii) O valor devido é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota Explicativa nº 12 – Imposto de renda e contribuição social, e que serão reembolsados pela Companhia; (iii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores; (iv) Recursos transferidos para a controladora Dable Participações Ltda. Em 29 de abril de 2024 foi aprovada a redução de capital da Dable em BRVIas no montante de R$ 2.465.

Consolidado	Nota	Saldo em aberto em 2024	Saldo em aberto em 2023	Valor da transação para os exercícios encerrados 2024	Valor da transação para os exercícios encerrados 2023
Ativo					
Dable Participações Ltda.	(vii)	**–**	2.465	**–**	–
		–	**2.465**	**–**	**–**
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(ii)	8.466	10.267	9.367	3.103
Construtora Triunfo S.A.	(iv)	–	1.881	–	5.808
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(v)	26	26	–	–
TCE Engenharia Ltda	(vi)	–	115	7.404	1.684
Dable Participações Ltda.	(iii)	1.543	1.543	–	–
		10.035	**13.832**	**16.771**	**10.595**
Circulante		**10.035**	**2.778**	**–**	–
Não Circulante		**–**	**11.054**	**–**	–

(i) Dividendos mínimos obrigatórios a receber de resultados apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 (R$ 1.260), 31 de dezembro de 2021 (R$ 177), 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.222), 31 de dezembro de 2023 (R$ 372) e 31 de dezembro de 2024 (R$ 857), m virtude da 8ª emissão de debêntures na controlada Transbrasiliana, a distribuição de dividendos pela controlada encontra-se suspensas; (ii) O valor devido é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota Explicativa nº 12 – Imposto de renda e contribuição social, e que serão reembolsados pela Companhia; (iii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores; (iv) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção; (v) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia); (vi) Valores referente a fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para o serviço de fresagem e recomposição com CBUQ, entre os km 100 ao km 125 e no km 260 ao 347; (vii) Recursos transferidos para a controladora Dable Participações Ltda. Em 29 de abril de 2024 foi aprovada a redução de capital da Dable em BRVIas no montante de R$ 2.465. **6.1. Remuneração dos diretores:** A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

	31/12/2024	31/12/2023
Pró-labore	2.839	2.075
Encargos sociais	129	48
Benefícios diretos e indiretos	291	346
Participação nos resultados	952	881
Total	**4.211**	**3.350**

7. Investimentos – a) Investimento permanente

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Método de equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2024
Transbrasiliana	295.601	100%	295.601	295.601
Total Investimentos	**295.601**		**295.601**	**295.601**

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Método de equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2023
Transbrasiliana	292.850	100%	292.850	292.850
Total Investimentos	**292.850**		**292.850**	**292.850**

b) Movimentação de investimento permanente

Investimento	Investimentos em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos mínimo obrigatório	Investimentos em 31/12/2024
Transbrasiliana	292.850	3.608	(857)	295.601
Total Investimentos	**292.850**	**3.608**	**(857)**	**295.601**

Investimento	Investimentos em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos mínimo obrigatório	Investimentos em 31/12/2023
Transbrasiliana	291.658	1.564	(372)	292.850
Total Investimentos	**291.658**	**1.564**	**(372)**	**292.850**

c) Saldos de ativo, passivo e resultado da controlada em 31 de dezembro de 2024

Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Transbrasiliana	42.248	684.457	92.513	338.591	295.601	3.608

8. Imobilizado – Movimentação em 31 de dezembro de 2024 – Consolidado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.645**	**3.419**	**613**	**11.301**	**1.995**	**19.973**
Adições	376	265	32	4	1.526	2.203
Baixas	(108)	(202)	(70)	(1.391)	(1.429)	(3.200)
Transferências	(8)	(6)	(6)	–	(2.092)	(2.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.905**	**3.476**	**569**	**9.914**	**–**	**16.864**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.098)**	**(1.716)**	**(391)**	**(8.497)**	**(353)**	**(13.055)**
Depreciação	(108)	(258)	(35)	(127)	(158)	(686)
Baixas	104	147	32	1.223	2	1.508
Transferências	1	11	6		509	527
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.101)**	**(1.816)**	**(388)**	**(7.401)**	**–**	**(11.706)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**547**	**1.703**	**222**	**2.804**	**1.642**	**6.918**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**804**	**1.660**	**181**	**2.513**	**–**	**5.158**
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	–

Movimentação em 31 de dezembro de 2023 – Consolidado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.339**	**2.705**	**481**	**9.023**	**838**	**15.386**
Adições	309	1.145	132	2.648	1.218	5.452
Baixas	–	(87)	(3)	(185)	(61)	(336)
Transferências	(3)	(344)	3	(185)	–	(529)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.645**	**3.419**	**613**	**11.301**	**1.995**	**19.973**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.793)**	**(1.438)**	**(350)**	**(7.827)**	**(259)**	**(11.667)**
Depreciação	(302)	(285)	(44)	(1.070)	(94)	(1.795)
Baixas	–	4	–	215	–	219
Transferências	(3)	3	3	185	–	188
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.098)**	**(1.716)**	**(391)**	**(8.497)**	**(353)**	**(13.055)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2022	**546**	**1.267**	**131**	**1.196**	**579**	**3.719**
Saldo em 31/12/2023	**547**	**1.703**	**222**	**2.804**	**1.642**	**6.918**
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	–

a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **b. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

9. Intangível e ativo de contrato (intangível em construção) – Movimentação em 31 de dezembro de 2024 – Consolidado

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de contrato			
	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (iv)	Total do intangível	Intangível em andamento (iv)	Infraestrutura a realizar	Adiantamento obras (v)	Total do intangível em construção
Custo							
Saldo em 31/12/2023	**594.554**	**144.208**	**738.762**	**196.258**	**9.442**	**30.320**	**236.020**
Adições (i.a)	19.082	668	**19.750**	9.330	–	22.089	**31.419**
Baixas	(837)	(12)	**(849)**	(4.218)	–	–	**(4.218)**
Reversão de Infraestrutura a realizar (ii)	–	–	**–**	–	(9.442)	–	**(9.442)**
Transferências	2.573	14.361	**16.934**	(2.450)	–	(12.372)	**(14.822)**
Saldo em 31/12/2024	**615.372**	**159.225**	**774.597**	**198.920**	**–**	**40.037**	**238.957**
Amortização							
Saldo em 31/12/2023	(227.634)	(60.463)	**(288.097)**	(20.655)	–	–	**(20.655)**
Amortização	(21.752)	(19.965)	**(41.717)**	(13.119)	–	–	**(13.119)**
Baixas	13	2	**15**	–	–	–	**–**
Transferências	22	(549)	**(527)**	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2024	**(249.351)**	**(80.975)**	**(330.326)**	**(33.774)**	**–**	**–**	**(33.774)**
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2023	**366.920**	**83.745**	**450.665**	**175.603**	**9.442**	**30.320**	**215.365**
Saldo em 31/12/2024	**366.021**	**78.250**	**444.271**	**165.146**	**–**	**40.037**	**205.183**
Taxa de amortização %	9,65	9,65	**–**	–	–	–	–

(i.a) As adições do período findo em 31 de dezembro de 2024, contemplam os juros capitalizados de R$ 2.074. (ii) A transferência de R$ 9.442, refere-se à encontro de contas com correlato Passivo na rubrica de "Obrigações com infraestrutura a realizar", Nota Explicativa nº 24.c;

Movimentação em 31 de dezembro de 2023 – Consolidado

	Movimentação do intangível			Movimentação do intangível em construção			
	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (iv)	Total do intangível	Intangível em andamento (iv)	Infraestrutura a realizar	Adiantamento obras (v)	Total do intangível em construção
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**558.997**	**138.103**	**697.100**	**162.799**	**9.442**	**27.446**	**199.687**
Adições (i.b)	7.380	1.953	**9.333**	**65.768**	–	14.870	**80.638**
Baixas	(5)	(129)	**(134)**	**(191)**	–	(11.996)	**(12.187)**
Transferências	28.182	4.281	**32.463**	**(32.118)**	–	–	**(32.118)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**594.554**	**144.208**	**738.762**	**196.258**	**9.442**	**30.320**	**236.020**
Amortização							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(205.605)**	**(43.860)**	**(249.465)**	**(10.953)**	**–**	**–**	**(10.953)**
Amortização	(22.366)	(16.285)	**(38.651)**	**(9.702)**	–	–	**(9.702)**
Baixas	18	5	**23**	**–**			**–**
Transferências	319	(323)	**(4)**	**–**	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(227.634)**	**(60.463)**	**(288.097)**	**(20.655)**	**–**	**–**	**(20.655)**
Valor residual líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**353.392**	**94.243**	**447.635**	**151.846**	**9.442**	**27.446**	**188.734**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**366.920**	**83.745**	**450.665**	**175.603**	**9.442**	**30.320**	**215.365**
Taxa de amortização %	8,17	8,17					

(i.b) As adições do período findo em 31 de dezembro de 2023, contemplam os juros capitalizados de R$ 10.114. (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados; (iv) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais; (v) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A. e a TCE Engenharia Ltda. para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e km 74+900 ao km 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros; Os ativos intangíveis da Controlada Transbrasiliana são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia e sua controlada avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2024 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia e de sua controlada. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período. Ativo de contrato (intangível em construção): O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Demonstrações Contábeis. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 165.161 de intangível em andamento (R$ 175.603 de intangível em andamento e R$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31 de dezembro de 2023).

10. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
CCB	15,02%	Pré-fixado	2026	**1.147**	**2.168**
Circulante				818	1.021
Não circulante				329	1.147

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 possuem taxa média ponderada de 15,02% a.a. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes apresentados no não passivo circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Entre 12 e 23 meses	329	818
Mais de 24 meses	**–**	329
Total	**329**	**1.147**

11. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures emitidas	Vencimento	Custos de transação	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
TBR	8ª	275.400	25/03/2033	275.400	21.297	296.697	IPCA + 9,98% a.a.	**316.950**	**311.719**
Circulante								19.489	18.485
Não circulante								297.461	293.234

Resumo da movimentação	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Saldo inicial	**311.719**	**279.935**
Pagamentos (principal, juros e remuneração)	(45.255)	(15.111)
Amortização despesas antecipadas	2.581	2.581
Juros capitalizados	(2.074)	10.114
Juros	49.979	34.200
Total	**316.950**	**311.719**

A Transbrasiliana realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R$ 275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches. Em 27 de março de 2023, foi incorporado o valor de juros R$ 26.752 como principal de acordo com o contrato vigente. A Transbrasiliana necessita manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que antecedem a data base da última demonstração financeira auditada e/ou informação financeira revisada, superior ou igual a 1,2x. Em 31 de dezembro de 2024 os índices estão dentro dos padrões exigidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
De 13 a 24 meses	48.544	26.391
De 25 a 36 meses	65.822	50.429
De 37 a 48 meses	75.293	66.843
De 49 a 60 meses	82.557	75.394
Acima de 61 meses	25.245	74.177
Total	**297.461**	**293.234**

12. Fornecedores

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fornecedores diversos	31.346	28.387
Retenções (i)	10.659	9.211
Total	**42.005**	**37.598**
Circulante	28.588	28.387
Não circulante	13.417	9.211

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

13. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ISS a recolher	3.908	1.256
PIS/Cofins – Faturamento	1.361	684
PIS/Cofins/CSLL – Terceiros	528	339
IRRF/INSS – Terceiros	292	173
IRPJ/CSLL	–	–
Parcelamentos federais e previdenciários (i)	17.698	12.802
Total	**23.787**	**15.254**
Circulante	12.448	6.805
Não circulante	11.339	8.449

(i) Parcelamentos federais e previdenciários

	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não Circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Total
Parcelamento Federal simplificado PIS/COFINS	1.617	4.038	5.655	2.340
Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL BRVias	2.175	1.993	4.168	5.977
Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL	1.586	2.425	4.011	3.510
Parcelamento Federal simplificado IRRF/INSS	981	2.883	3.864	975
Total	**6.359**	**11.339**	**17.698**	**12.802**

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2024
2026	5.189
2027	2.834
2028	1.749
2029	1.567
Total	**11.339**

14. Provisão para manutenção – Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia e sua controlada define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Após revisão no cronograma das intervenções com base nas obras finalizadas e inclusão de novas obras no cálculo, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período/exercício é como segue:

Resumo da movimentação	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Saldo inicial	11.550	10.298
Adições	1.107	1.252
Reversões (i)	(6.474)	–
Saldo final	**6.183**	**11.550**
Circulante	748	8.836
Não circulante	5.435	2.714

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou a estimativa das provisões para manutenção considerando o avanço das obras de recomposição encerradas até esta data. Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R$
2025	748
2026	1.223
2027	1.381
2028	1.724
2029	1.107
Total	**6.183**

15. Imposto de renda e contribuição social – Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

BRVias Holding TBR S/A

fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Controlada apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 31.874 (2023: R$ 31.022). Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. a. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Balanço Patrimonial: A Controlada tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Provisões	6.233	6.958
Prejuízo fiscal e base negativa	10.837	10.548
	17.070	**17.506**
Passivo		
Intangíveis – efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(7.144)	(7.743)
Outros	(16.050)	(13.812)
	(23.194)	**(21.555)**
Ativo (Passivo) diferido	**(6.124)**	**(4.049)**

Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada possuía créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R$31.874. A expectativa de utilização desses saldos por parte da Controlada encontra-se abaixo demonstrada:

Ano	R$
2026	3.067
2027	6.196
2028	9.344
2029	12.298
2030	969
Total	**31.874**

b) Imposto de renda e contribuição social – resultado: Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Controlada e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	3.160	1.221	5.234	2.214
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas c/imposto à alíquota nominal	**(1.074)**	**(415)**	**(1.780)**	**(753)**
Adições e exclusões temporárias	–	–	(141)	(124)
Resultado de equivalência patrimonial	1.227	531	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa	(153)	(116)	(153)	(116)
	–	**–**	**(2.074)**	**(993)**
IRPJ e CSLL correntes	**–**	–	**–**	–
IRPJ e CSLL diferidos	**–**	–	**(2.074)**	(993)
(=) IRPJ e CSLL no resultado	**–**	–	**(2.074)**	**(993)**
Alíquota efetiva (i)	**–**	–	**39%**	**45%**

(i) A alíquota efetiva no consolidado em 2023 e 2022 está distorcida principalmente devido à não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal da Controladora em razão de incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

16. Bloqueio judicial e provisão para demandas judiciais – a. Bloqueio judicial: O aumento dos valores referentes aos depósitos judiciais no ano de 2024 se deu em razão dos bloqueios judiciais ocorridos nas execuções fiscais ajuizadas pela ANTT. A Transbrasiliana vem atuando de forma efetiva junto ao Judiciário Federal visando o desbloqueio dos valores. **b. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. São provisionados os riscos e montantes que, na opinião da administração com base na opinião de assessores legais, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, os saldos e movimentações da provisão são como segue:

			Consolidado
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.750**	**739**	**6.489**
Provisões	2.057	1.180	3.237
Pagamentos	(1.767)	(210)	(1.977)
Reversões	(1.476)	(238)	(1.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.564**	**1.471**	**6.035**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.734**	**348**	**6.082**
Provisões	2.652	1.281	3.933
Pagamentos	(1.560)	(627)	(2.187)
Reversões	(1.076)	(263)	(1.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.750**	**739**	**6.489**

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R$ 124.925 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 94.758 em 31 de dezembro de 2023).

				Consolidado
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	**R$**	**Quantidade**	**R$**
Cíveis	215	111.037	150	82.242
Trabalhistas	129	13.888	78	12.516
Total	**344**	**124.925**	**228**	**94.758**

17. Outras contas a pagar

		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a pagar	9.800	419
Parcelamento ANTT	7.739	8.510
Outras contas a pagar	1.195	3.427
Total	**18.734**	12.356
Circulante	12.562	5.373
Não circulante	6.172	6.983

18. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 29 de abril de 2024 foi aprovada a redução de capital da Companhia no valor de R$ 2.464, com o cancelamento de 3.157.108 cotas. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia e sua controlada era de R$368.021 (R$370.486 em dezembro de 2023), totalmente integralizado, representado por 374.981.370, sendo 50% em ações ordinárias e 50% em ações preferenciais e sem valor nominal. A composição acionária, em 31 de dezembro de 2024, é apresentada abaixo:

	Ações	%
Dable Participações Ltda.	**374.981.370**	**100,0**
	374.981.370	**100,0**

A composição acionária, em 31 de dezembro de 2023, é apresentada abaixo:

	Ações	%
Dable Participações Ltda.	**378.132.866**	**100,0**
	378.132.866	**100,0**

b. Adiantamento para futuro aumento de capital: Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu recursos no montante de R$ 554 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com o objetivo de convertê-lo em capital social, e portanto, sem possibilidade de devolução.

19. Receita operacional líquida – A seguir a composição da receita operacional líquida:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Receita de pedágios	231.810	210.812
Receitas acessórias	5.457	5.472
Receita de construção – Ativos da concessão	38.404	64.471
Tributos incidentes	(20.341)	(18.678)
Total	**255.330**	**262.077**

Reconhecimento e mensuração: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Receita de pedágio: As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos. Receita de construção: Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção. Receitas acessórias: Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia. Tributos incidentes sobre prestação de serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natura (ISSQN)	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

20. Gastos por natureza – A seguir a composição consolidada das despesas por natureza e função:

	Consolidado	
Por natureza	**2024**	**2023**
Pessoal	(35.499)	(33.816)
Amortização intangível e ativos de contrato	(54.836)	(48.335)
Serviços de terceiros	(12.052)	(9.166)
Conserv. de revestimento vegetal	(1.400)	(482)
Conserv. de pavimento flexível	(6.803)	(9.170)
Serviço de atendimento hospitalar	(9.120)	(9.096)
Custo de contrato concessão	(8.919)	(9.072)
Provisão para manutenção	1.750	(678)
Custo de construção	(38.404)	(64.471)
Material, equipamentos e veículos	(11.972)	(14.990)
Remuneração dos diretores	(4.211)	(3.350)
Serviço de consultoria jurídica	(2.530)	(4.153)
Depreciação do imobilizado	(686)	(1.886)
Outros	(9.517)	(10.019)
	(194.199)	**(218.684)**
Por função		
Custo dos serviços prestados	**(161.495)**	**(186.190)**
Despesas gerais e administrativas	(32.704)	(32.494)
	(194.199)	**(218.684)**

21. Resultado financeiro líquido – As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo				
Rendimento de aplicações financeiras	139	443	242	465
Total receitas financeiras	**139**	**443**	**242**	**465**
Passivo				
Juros sobre financiamentos	(570)	(732)	(50.549)	(35.709)
Outras despesas financeiras	–	–	(5.590)	(5.935)
Total despesas financeiras	**(570)**	**(732)**	**(56.139)**	**(41.644)**
Resultado financeiro líquido	**(431)**	**(289)**	**(55.897)**	**(41.179)**

22. Instrumentos financeiros – A Companhia e sua controlada classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, não há saldo de ativos financeiros a valor justo. Recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2023, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes. Passivos financeiros: Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*): O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando: A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes; Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia. Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos. Classificação contábil e valores justos: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023. Mensuração do valor justo: Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito. Estrutura do gerenciamento de risco: O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia e sua controlada está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. **a. Risco de liquidez: A** Companhia e sua controlada adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Cronograma de amortização da dívida: A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2024.

	Menos de 03 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	212	606	329	1.147
Debêntures	19.489	–	297.461	316.950
Fornecedores e outras contas a pagar	10.288	30.863	19.588	60.739
Total	**29.989**	**31.469**	**317.378**	**378.836**

b. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2024 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado. **c. Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). **d. Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. **e. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. ***Análise de sensibilidade:*** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal exposição de risco de mercado da Companhia. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir: ***Seleção dos riscos:*** A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP. ***Seleção dos cenários:*** A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 31 de dezembro de 2024 e 2023. ***Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:*** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir: *Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – apreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição 31/12/2024	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I) %	Provável (I) Valor	Aumento do índice em 25% (II) %	Aumento do índice em 25% (II) Valor	Aumento do índice em 50% (III) %	Aumento do índice em 50% (III) Valor
Debentures	**316.950**	IPCA +9,98% a.a.	9,98	9,98	31.632	12,48	39.540	14,97	47.447

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I) %	Provável (I) Valor	Aumento do índice em 25% (II) %	Aumento do índice em 25% (II) Valor	Aumento do índice em 50% (III) %	Aumento do índice em 50% (III) Valor
Debentures	**311.719**	Aumento IPCA	4,46	4,46	13.903	5,58	17.394	6,69	20.854

Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

23. Cobertura de seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura e suficiência de seguros não fez parte do escopo dos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura – R$
Responsabilidade civil	De abril/2021 a maio/2025	20.000
Engenharia	De abril/2021 a fevereiro/2025	147.093
Operacionais	De maio/2022 a maio/2025	74.802
Garantia	De março/2022 a março/2025	88.661

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

24. Benefícios a empregados – Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 totalizaram R$ 482 e R$ 445, respectivamente.

25. Aspectos ambientais – A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. Risco regulatório – A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

27. Compromissos vinculados a contratos de concessão – a. Decorrente da verba de fiscalização: Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R$4.635, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2024, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2025	4.635
2026	4.635
2027 até 2032	32.444
Total	**41.714**

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

b. Investimentos – Programa de Exploração da Rodovia (PER): De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2024, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão estão demonstrados a seguir:

Ano	Valor
2025	88.174
2026	83.163
2027	80.250
2028	122.587
De 2029 até 2033	83.272
Total	**457.446**

c. Termo de Acordo de Conduta (TAC): Informa-se que o Termo de Acordo de Conduta (TAC) firmado com a ANTT, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R$31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia, se encontra encerrado, uma vez que todas as cláusulas e obrigações foram cumpridas, conforme Ofício SEI n 9093/2024/COGIR/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT.

Conselho da Administração	Diretoria	Contador
Carlo Alberto Bottarelli	**Dorival Pagani Junior**	**Daniel Fernandes**
João Villar Garcia	**André Galhardo de Camargo**	CRC 1SP 240.382/O-6
Roberto Solheid da Costa Carvalho		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **BRVias Holding TBR S.A.** | Lins-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidas da BRVias Holding TBR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding TBR S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 28 de março de 2024, não continha modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 025.583/O-1
Emerson Del Vale da Silva Contador CRC 1SP 237.439/O-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.784.233/0001-07

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.623	20.330	51.487	49.821
Contas a receber	4	21.303	38.353	67.398	60.616
Impostos a recuperar	5	1.238	1.420	2.248	2.249
Partes relacionadas	6	70	2.499	4.092	1.240
Despesas antecipadas		218	786	408	915
Outros		1.073	1.125	2.153	1.921
Total do ativo circulante		**27.525**	**64.514**	**127.786**	**116.762**
Ativo não-circulante					
Partes relacionadas	6	8.245	6.609	5.371	6.609
Outros investimentos		–	–	350	350
Investimentos	7	170.722	124.509	9.977	9.922
Imobilizado	8	5.140	6.592	6.534	7.131
Intangível	9	5.831	5.222	89.615	93.521
Total do não-circulante		**189.938**	**142.932**	**111.847**	**117.533**
Total do ativo		**217.463**	**207.446**	**239.633**	**234.295**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo circulante					
Fornecedores	10	694	6.261	2.684	7.998
Obrigações trabalhistas e sociais	11	4.774	3.208	9.449	4.947
Obrigações tributárias	12	1.101	3.350	7.902	8.557
Adiantamento de clientes	13	750	1.748	2.726	14.878
Contas a pagar com partes relacionadas	6	6.234	15.106	10.432	14.356
Dividendos a pagar	14	–	7.710	–	7.710
Outras Contas a pagar	15	2.438	200	2.634	983
Total do passivo circulante		**15.991**	**37.583**	**35.827**	**59.429**
Passivo não-circulante					
Contas a pagar com partes relacionadas	6	10.398	11.042	7.406	11.042
Provisão para riscos em processos judiciais e administrativos	16	101	120	111	192
Outras Contas a pagar	15	957	2.031	2.060	3.399
Total do não-circulante		**11.456**	**13.193**	**9.577**	**14.633**
Patrimonio Líquido					
Capital social	17	53.767	53.767	53.767	53.767
Reserva de capital		13.801	16.651	13.801	16.651
Ações em tesouraria		–	–	–	–
Lucros ou (Prejuízos) acumulados		122.448	86.252	122.448	86.252
Total do patrimônio líquido de controladores		**190.016**	**156.670**	**190.016**	**156.670**
Patrimônio líquido de sócios não controladores		**–**	**–**	4.213	**3.563**
Total do patrimônio líquido		**190.016**	**156.670**	**194.229**	**160.233**
Total do passivo e patrimônio líquido		**217.463**	**207.446**	**239.633**	**234.295**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Receita operacional líquida	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita líquida	18	54.684	120.033	214.130	224.989
Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	19	(21.056)	(28.346)	(50.362)	(42.451)
Lucro bruto		**33.628**	**91.687**	**163.768**	**182.538**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	19	(20.995)	(27.058)	(28.657)	(36.334)
Despesas administrativas e gerais	19	(33.391)	(24.684)	(56.311)	(39.354)
Equivalência patrimonial	7	74.419	35.513	55	–
Outras (despesas) receitas operacionais	20	934	856	(808)	926
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**54.595**	**76.314**	**78.047**	**107.776**
Receita financeira	21	1.755	2.629	4.863	3.705
Despesa financeira	21	(1.218)	(843)	(2.391)	(1.102)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**55.132**	**78.100**	**80.519**	**110.379**
Imposto de renda e contribuição social	22	(2)	(9.650)	(16.537)	(18.861)
Lucro líquido do período		**55.130**	**68.450**	**63.982**	**91.518**
Total do resultado abrangente do exercício atribuído a:					
Sócios controladores				**55.130**	**68.450**
Sócios não controladores				**8.852**	**23.048**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital social subscrito	Reserva de Capital	Quotas em tesouraria	Reservas Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos sócios controladores	Patrimônio líquido dos sócios não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022 – não auditado		**18.450**	**1.746**	**(2.135)**	**53.804**	**71.865**	**11.319**	**83.184**
Aumento de capital		35.317	–	–	–	**35.317**	–	**35.317**
Aquisição de cotas em tesouraria		–	(7.576)	(2.350)	–	**(9.926)**	–	**(9.926)**
Cancelamento de quotas em tesouraria		–	22.584	4.485	(27.069)	**–**	–	**–**
Ajustes de exercícios anteriores		–	(103)	–	(3.534)	**(3.637)**	–	**(3.637)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	68.450	**68.450**	23.068	**91.518**
Transação de capital com minoritários		–	–	–	4.719	**4.719**	(13.773)	**(9.054)**
Lucro distribuído		–	–	–	(10.118)	**(10.118)**	(17.051)	**(27.169)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**53.767**	**16.651**	**–**	**86.252**	**156.670**	**3.563**	**160.233**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	55.130	**55.130**	8.852	**63.982**
Ágio na compra de participação não controladores		–	(5.606)		–	**(5.606)**	(550)	**(6.156)**
Reserva legal	17.b	–	2.757	–	(2.757)	**–**	–	**–**
Transação de capital com minoritários		–	–	–	(16.178)	**(16.178)**	20.047	**3.869**
Lucro distribuído	17.c	–	–	–	–	**–**	(27.699)	**(27.699)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**53.767**	**13.801**	**–**	**122.448**	**190.016**	**4.213**	**194.229**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A. ("Companhia ou Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado (alteração de Ltda. Para S.A. em 31 de janeiro de 2024) e foi constituída em 13 de dezembro de 2019, de acordo com as leis brasileiras, com sede na Avenida Copacabana, nº 325, bairro Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, Barueri/SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo Primo"). A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades i) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; ii) comércio varejista de livros; iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; iv) participação em outras Companhia como acionista ou quotista (holdings de instituições não-financeiras); v) atividades de consultoria em gestão Empresarial, exceto consultoria técnica específica; vi) agências de publicidade; vii) marketing direto; viii) consultoria em publicidade; ix) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; x) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; e xi) atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares. A receita da Companhia e suas controladas são obtidas com a venda de cursos livres, assinaturas, educação formal, consultoria, publicidade, taxa de gestão de fundos, eventos e palestras. As controladas diretas e indiretas que compões o Grupo Primo e que foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são as seguintes: • **Topinvest Educação Financeira Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 19 de maio de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (ii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iii) corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde; e (iv) atividades de consultoria em gestão Empresarial, exceto consultoria técnica específica. • **Grão Pagamentos & Finanças Pessoais S.A.:** Adquirida pela Companhia em 17 de março de 2022 tem por objeto social as seguintes atividades: (i) outras atividades auxiliares dos serviços financeiros; (ii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iii) outras atividades de prestação de serviços de informação; (iv) outras Companhias de participação, exceto holdings; e (v) correspondentes de instituições financeiras. • **Finclass Spiti Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 07 de dezembro de 2021 tem por objeto social as seguintes atividades: (i) outras atividades de ensino; (ii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iii) holdings de instituições não-financeiras; (iv) atividades de consultoria em gestão Empresarial, exceto consultoria técnica específica; e (v) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. • **Portfel Consultoria Financeira e Corretora de Seguros Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 24 de outubro de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) atividade de consultoria e gestão Empresarial, exceto consultoria técnica não especifica; (ii) corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde; e (iii) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. • **Oya Educacional Ltda. – SCP Primo & Barsi.** Constituída em 05 de agosto de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) educação superior (graduação e pós-graduação); (ii) comércio de livros; (iii) educação profissional de nível técnico; (iv) educação profissional tecnológico; (v) educação superior, pós-graduação e extensão. • **Oya Educacional Ltda. – SCP Primo & Flavio Augusto.** Constituída em 11 de novembro de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) educação superior (graduação e pós-graduação); (ii) comércio varejista de livros; (iii) educação de livros; (iv) educação profissional de nível técnico; (v) educação profissional de nível tecnológico; e (vi) educação superior (pós-graduação e extensão). • **Oya Educacional Ltda. SCP Primo W/MBA.** Constituída em 15 de fevereiro de 2023, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) educação superior (graduação e pós-graduação); (ii) comércio de livros; (iii) educação profissional de nível técnico; e (iv) educação profissional tecnológico. • **O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações Ltda. – SCP Primo/Memento:** Constituída em 12 de janeiro de 2024, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. • **Faculdade Hub Ltda.:** Constituída em 08 de fevereiro de 2023, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) educação superior (graduação e pós-graduação); (ii) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; (iii) educação profissional de nível técnico; e (iv) educação profissional de nível tecnológico. • **GP Serviços Ltda.:** Constituída em 27 de abril de 2023, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) atividades de cobranças e informações cadastrais; (ii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iii) marketing direto; (iv) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; e (v) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. • **Dinheirama Ltda.:** Constituída em 23 de novembro de 2023, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) edição de jornais não diários; (ii) edição de revistas e (iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet. A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Topinvest Educação Financeira Ltda	99,99%	100%
Grão Pagamentos & Finanças Pessoais S.A.	100%	100%
Finclass Spiti Ltda	100%	100%
Portfel Consultoria Financeira e Corretora de Seguros Ltda.	61,82%	51%
Oya Educacional Ltda. – SCP Primo & Barsi	45%	45%
Oya Educacional Ltda. – SCP Primo & Flavio Augusto	45%	45%
Oya Educacional Ltda. SCP Primo W/MBA	90%	90%
O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações Ltda. – SCP Primo/Memento	50%	–
Faculdade Hub Ltda	99,99%	100%
GP Serviços Ltda.	100%	100%
Dinheirama Ltda.	99,70%	100%

2. Base de preparação e declaração de conformidade – As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de abril de 2025. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Declaração de continuidade:** A administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **Nota Explicativa nº 2.5 (a).(i)** – consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. **Nota Explicativa nº 7** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; e **Nota Explicativa nº 18** – reconhecimento de receita: se a receita de venda de assinaturas, venda de cursos e treinamentos e certificações, venda de livros e apostilas, propaganda e publicidade são reconhecidas ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 2.5 (b)** – aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e **Nota Explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Certos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: **(i)** no mercado principal para o ativo ou passivo; ou **(ii)** na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1 –** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2 –** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3 –** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **2.4. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo. **2.5. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **a) Base de consolidação: (i) Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A Companhia tem a opção de aplicar "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há perda de controle. **(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(vi) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e qualquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Movimentos Societários: Combinação de Negócios – Aquisição de controladas: Portfel Consultoria Financeira e Corretora de Seguros Ltda. ("Portfel"):** Em 24 de outubro de 2022, a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Portfel para aquisição de participação societária equivalente à 51% do capital social total da Companhia investida. A Portfel é uma sociedade limitada que foi constituída em 1º de julho de 2020, tem por objeto social e principal a atividade de consultoria financeira com consultores registrados na CVM. **i) Contraprestação transferida:** A operação foi adquirida pelo valor de R$ 2.000, sendo R$ 1.700 liquidados via transferência bancária e R$ 300 a ser a ser paga por meio de aumento de capital na sociedade pela compradora. O contrato não prevê pagamento de *earn-out*. **ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

	Portfel
Ativo circulante	**83**
Caixa e equivalentes de caixa	72
Contas a receber	6
Outros	5
Ativo não circulante	**1.019**
Outros	246
Intangível	773
Passivo circulante	**76**
Obrigações tributárias	12
Obrigações trabalhistas	35
Adiantamento a clientes	21
Outros	8
Ativos e passivos líquidos	**1.025**
Participação dos não controladores	**(502)**
Valor pago em dinheiro	1.700
Valor pago com aporte de capital	300
Contraprestação total transferida	**2.000**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)	**1.477**

Os valores justos (finalizados durante o 4º trimestre de 2023), foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por Companhia especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível "Marca" no montante de R$ 773 avaliado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado. **Topinvest Educação Financeira Ltda. ("Topinvest"):** Em 19 de maio de 2022, a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Topinvest para aquisição de participação societária equivalente a 100% do capital social total da Topinvest. A Topinvest foi constituída em 24 de março de 2016 e atua com educação financeira e especializada na formação de profissionais, oferecendo um programa de aprendizado 100% *online*. **iii) Contraprestação transferida:** A operação foi adquirida pelo valor de R$ 48.062, sendo R$ 28.058, pagos através de troca de ações pelos 49% dos sócios e R$ 20.004, liquidados via transferência bancária, o contrato não prevê pagamento de *earn-out*. **iv) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

	Topinvest
Ativo circulante	**2.801**
Caixa e equivalentes de caixa	568
Contas a receber	2.055
Impostos a recuperar	19
Outros	160
Ativo não circulante	**16.668**
Imobilizado	410
Intangível	16.258
Passivo circulante	**171**
Fornecedores	93
Obrigações tributárias	67
Obrigações trabalhistas	11
Ativos e passivos líquidos	**19.299**
Participação dos não controladores	**–**
Valor pago em dinheiro	20.004
Valor pago em ações	28.058
Contraprestação total transferida	**48.062**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)	**28.763**

Os valores justos (finalizados durante o 2º trimestre de 2023) foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por Companhia especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível "Marca" no montante de R$ 9.854, *softwares* e tecnologia no montante de R$ 4.923 e "Não concorrência" no montante de R$ 879, avaliados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado. **Grão Pagamentos e Finanças Pessoais Ltda. ("Grão Pagamentos"):** Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Grão Pagamentos para aquisição de participação societária equivalente a 51% do capital social total da Grão Pagamentos, com opção de compra para aquisição dos 49% remanescentes. A Grão Pagamentos foi constituída em 21 de maio de 2018 e atua como meio de pagamento. **v) Contraprestação transferida:** A operação foi adquirida pelo valor de R$ 29.800, sendo R$ 10.200 com aporte de capital por 51% de participação e R$ 19.600 por meio do exercício da opção de compra dos 49% da participação remanescente, sendo liquidados da seguinte forma: **(i)** R$ 12.341 via transferência bancária; e **(ii)** R$ 7.259 via troca de ações. O contrato não prevê pagamento de *earn-out*. **vi) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A.

futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

	Grão Pagamentos
Ativo circulante	**1.825**
Caixa e equivalentes de caixa	1.541
Outros	284
Ativo não circulante	**7.905**
Investimentos	358
Imobilizado	195
Intangível	7.352
Passivo circulante	**436**
Obrigações tributárias	5
Obrigações trabalhistas	226
Outros	205
Ativos e passivos líquidos	**9.294**
Participação dos não controladores	**–**
Aporte de capital	10.200
Valor pago em dinheiro	12.341
Valor pago em ações	7.259
Contraprestação total transferida	**29.800**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)	**20.506**

Os valores justos (finalizados durante o 2º trimestre de 2024), foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por Companhia especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível "Marca" no montante de R$ 3.037 e "Tecnologia" no montante de R$3.428 avaliado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado. **Grão Pagamentos & Finanças Pessoais S.A. ("Grão Pagamentos"):** Em 28 de abril de 2023, a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Grão Pagamentos para aquisição de participação societária equivalente a 100% do capital social total da Grão Pagamentos. A Grão Pagamentos foi constituída em 21 de maio de 2018 e atua como gestora de recursos independente que foca em fundos de investimentos e planejamento financeiro. **iii) Contraprestação transferida:** A operação foi adquirida pelo valor de R$ 29.800, sendo aporte de capital R$ 10.200, valor pago em dinheiro de R$ 12.341 e valor pago em ações R$ 7.259. **iv) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **d) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens são monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **e) Contas a receber:** São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas da perda esperada com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização. A perda esperada em crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto e na expectativa de perdas futuras, a administração entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31 de dezembro de 2024. A análise é efetuada individualmente dos devedores, independentemente do período de vencimento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. As despesas com a constituição da provisão para perda esperada em créditos foram registradas na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** Os custos posteriores ao reconhecimento inicial são reconhecidos no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada linearmente baseada na vida útil dos ativos, sobre seu valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ao final de cada exercício se avalia a existência de indícios de deterioração do valor recuperável e/ou vida útil dos ativos. Havendo algum indício, é estimado o valor residual recuperável do ativo respectivo e se ajusta de forma correspondente, caso o valor contábil exceda o valor recuperável. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2024	2023
Instalações e benfeitorias	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos	5 anos

g) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa com amortização consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. **i) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são contabilizadas pelo regime de lucro real e presumido e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutos na venda de produtos e 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica à alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os tributos diferidos, quando aplicável, são calculados sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, decorrentes das adições e exclusões efetuadas no resultado contábil para fins da determinação do resultado tributário. Essa contabilização está fundamentada na expectativa de realização de lucros tributáveis para o próximo exercício. **j) Outros ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros. São demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **k) Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 01 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **l) Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente. **m) Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisões para riscos trabalhistas e tributários:** Provisões são constituídas para todos os riscos ou processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Capital social: Recompra e reemissão de quotas (quotas em tesouraria):** Quando quotas reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As quotas recompradas são classificadas como quotas em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as quotas em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **o) Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece suas receitas de serviços que inclui cursos livres, assinaturas, educação formal, consultoria, publicidade, taxa de gestão de fundos, eventos e palestras. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas segundo os critérios do CPC 47, em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. Os contratos com clientes são identificados e avaliados os bens e serviços contidos no contrato, e determinadas as obrigações de desempenho, classificadas entre entregáveis em um momento dado ou ao longo do tempo. As vendas relacionadas a obrigações de desempenho em um dado momento são reconhecidas quando o cliente obtém o controle do ativo, quando existe o direito de cobrança, quando a propriedade, riscos e benefícios são transferidos e o cliente tem o direito legal sobre o ativo. **(i) Cursos livres:** são receitas oriundas de contratos com clientes, onde se vende o direito de uso sobre o conteúdo disponibilizado por tempo determinado. Essas receitas são reconhecidas no resultado quando o conteúdo é disponibilizado para o cliente, no momento da abertura do curso. Refere-se a cursos voltados a treinamentos e desenvolvimento profissional voltado ao mercado financeiro; **(ii) Assinatura:** refere-se a assinaturas de plataformas de conteúdo financeiro, representado por documentários, aulas e vídeos voltados para o desenvolvimento do conhecimento financeiro do assinante. O reconhecimento dessa receita se dá no momento da contratação e envio de *login* e senha com todo o conteúdo disponibilizado; **(iii) Educação formal:** refere-se à prestação de serviço de pós-graduação/MBA, sendo sua receita reconhecida mensalmente conforme a entrega do conteúdo; **(iv) Consultoria:** refere-se ao serviço de consultoria financeira por meio de um contrato de prestação de serviço por tempo indeterminado, cuja receita mensal é auferida e reconhecida por meio de um percentual da custódia do cliente; **(v) Publicidade:** refere-se a publicidades realizadas pelos canais de comunicação da Companhia e de seus influenciadores, seja YouTube, Instagram, Facebook, entre outros. O reconhecimento dessa receita é realizado quando o serviço é prestado, a partir do cumprimento da obrigação de desempenho; **(vi) AUC:** refere-se a taxa de gestão de fundos de investimento, auferida a partir de um percentual da custódia do fundo sob gestão, acurada diariamente pelo administrador e repassada mensalmente ao gestor, quando do seu reconhecimento; **(vii) Eventos:** eventos de empreendedorismo podem ocorrer na dependência da Companhia ou não, sendo sua receita reconhecida na data de realização do evento; e **(viii) Palestra:** refere-se a palestras ministradas pelos influenciadores nos locais designados pelo contratante e têm sua receita reconhecida na data da realização da palestra. **(ix) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, descontos obtidos e variações monetárias. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e variação cambial. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **p) Outros passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. **q) Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025: Reforma tributária no Brasil:** Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabeleceu a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo. Vários temas, inclusive a alíquota teto, foram regulamentos pela Lei Complementar 214/25, sancionada em janeiro de 2025, com alguns vetos a trechos do texto aprovado pelo Congresso Nacional. A lei teve origem no Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (IVA dual) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da LC. A alíquota padrão será estabelecida em futura lei e estima-se a alíquota teto da soma do IBS e da CBS em 26,5% de, a partir de 2033. Em 2026, inicia-se o período de teste da CBS e do IBS, às alíquotas de 0,9% e 0,1% respectivamente, compensáveis com PIS/Cofins, sendo dispensado o recolhimento caso o contribuinte cumpra as obrigações acessórias. A partir de 2027, inicia-se a cobrança integral da CBS. Para o IBS, permanece o período de teste em 2027 e 2028, com alíquotas de 0,05% Estadual e 0,05% Municipal e a partir de 2029 até 2032, ocorre a transição do ICMS e ISS via aumento gradual das alíquotas do IBS e redução gradual das alíquotas do ICMS e ISS. da CBS. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos das citadas reformas tributárias. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2024:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). 3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	400	351	433	8.543
Aplicações financeiras	3.223	19.980	51.054	41.278
Total	**3.623**	**20.331**	**51.487**	**49.821**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata e taxa média de remuneração em 97% em 2024 (99% em 2023). Os rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras no consolidado foram de R$ 4.816 em 2024 (R$ 3.090 em 2023).

4. Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes a receber **(a)**	21.303	38.353	68.237	66.652
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa **(b)**	–	–	(839)	(6.036)
Total	**21.303**	**38.353**	**67.398**	**60.616**

(a) Refere-se ao contas a receber das atividades principais da Companhia e de suas controladas, sendo parte da rubrica correspondente às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação der serviços da atividade de ensino e parte das vendas parceladas dos demais produtos. Na Controlada houve uma redução do contas a receber devido aos recebimentos dos títulos que seguiam em atraso. Houve redução na controladora devido à queda de faturamento nas linhas de produtos. **(b)** A Companhia e suas controladas constituem perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	**21.303**	**38.078**	**66.108**	**61.967**
Vencidas	**–**	**275**	**2.129**	**4.685**
Entre 1 e 30 dias	–	–	20	473
Entre 31 e 60 dias	–	275	180	1.047
Entre 61 e 90 dias	–	–	–	918
Entre 91 e 180 dias	–	–	1.526	1.046
Acima de 180 dias	–	–	402	1.201
Total	**21.303**	**38.353**	**68.237**	**66.652**

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa para o consolidado é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro 2022 (Não auditado)	**(81)**
Constituição	(5.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(6.036)**
Reversão	5.197
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(839)**

5. Impostos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos pago a maior ou indevidamente	320	1.117	593	1.626
PIS e COFINS a recuperar	377	181	409	183
ISS a recuperar	–	76	–	76
IRPJ base negativa	182	40	378	40
Outros impostos a recuperar	359	6	868	324
Total	**1.238**	**1.420**	**2.248**	**2.249**

6. Partes relacionadas – 6.1. Contas a receber com partes relacionadas: No curso dos negócios as controladas realizaram operações comerciais junto à controladora que compreendem: prestação de serviços de publicidade e emissão e entrega de relatórios de análise para cliente final. Todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à controladora. */Os saldos a receber de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mútuo sócio **(a)**	4.958	5.401	4.958	5.401
Intercompany	–	1.208	–	1.208
Empréstimos entre coligadas	3.288	2.498	414	1.240
Outras contas a receber com partes relacionadas **(b)**	69	1	4.092	–
Total	**8.315**	**9.108**	**9.464**	**7.849**
Circulante	3.357	2.499	4.506	1.240
Não circulante	4.958	6.609	4.958	6.609

(a) Saldo refere-se a contrato firmado junto as partes relacionadas da Controladora com prazo de liquidação acima de 12 meses, podendo ser renovado por igual período. O valor deverá ser corrigido na data de seu vencimento pelo CDI ou IPCA, o que for menor, acumulado desde a assinatura. **(b)** Nota de débito para reembolso de despesas incorridas pela Controladora antes do início das operações da Controlada. **6.2. Contas a pagar com partes relacionadas:** Os saldos a pagar para partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recompra de ações próprias **(a)**	10.398	25.398	10.398	25.398
Intercompany	–	750	–	–
Outras contas a pagar com partes relacionadas **(b)**	6.234	–	7.440	–
Total	**16.632**	**26.148**	**17.838**	**25.398**
Curto prazo	6.234	15.106	7.440	14.356
Longo prazo	10.398	11.042	10.398	11.042

(a) Foram celebrados em 2022 contratos de recompra de ações de sócios pessoas físicas, com prazo médio de pagamento de 3 anos. **(b)** Saldo refere-se substancialmente a reembolsos a pagar, empréstimos com coligadas e outas contas a pagar para as partes relacionadas: **Remuneração dos administradores:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os honorários dos administradores no consolidado foram apropriados ao resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas, não superando o limite aprovado pelos acionistas.

7. Investimentos – A movimentação dos investimentos da Companhia em controladas e coligadas, em fase operacional ou pré-operacional em 31 de dezembro de 2024, encontram-se demonstradas a seguir:

(i) Controladora

Controladas	**% Participação**	**Saldo em 31/12/2023**	**Aumento de capital/Compra de participação**	**Equivalência patrimonial**	**Transação de capital/ Ágio na compra de participação**	**Dividendos recebidos**	**Saldo em 31/12/2024**
Grão Pagamentos & Financ. Pessoais Ltda	100%	24.701	900	938	–	–	26.539
Finclass Spit Ltda	100%	20.425	–	35.430	(6.766)	(1.000)	48.089
Topinvest Educação Financeira Ltda	99,99%	52.399	–	7.126	(1.684)	–	57.841
Portfel Cons.Fin.Corretora Seguros Ltda	61,82%	4.371	6.156	7.689	(9.250)	–	8.966
Oya Educacional Ltda. – Scp Primo & Barsi	45%	779	–	4.304	(972)	(3.778)	333
Oya Educ.Ltda-Scp Primo&Flavio Augusto	45%	825	–	1.443	1.602	(3.932)	(62)
Oya Educ.Ltda-Scp Primo&W/MBA	90%	464	–	3.633	70	(4.768)	(601)
Faculdade Hub Ltda	99,99%	10.176	–	11.954	(3.617)	–	18.513
O Primo Rico SCP/Memento	50,00%	–	–	1.754	(582)	–	1.172
Dinheirama Ltda	99,70%	447	–	93	(585)	–	(45)
Coligadas							**160.745**
Bossa Nova Invest.E Part. Ltda	1,44%	6.422	–	–	–	–	6.422
Jovens de Negócios Midia e Produções Ltda	20%	1.000	–	55	–	–	1.055
Outros investimentos							
Mkx Treinamento Em Desenv. Profi	14,88%	2.500	–	–	–	–	2.500
Total		**124.509**	**7.056**	**74.419**	**(21.784)**	**(13.478)**	**170.722**

Sumário das informações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2024:

	Ativo circulante	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**
Grão Pagamentos & Financ.Pessoais Ltda	2.756	1.441	598	209	3.388
Finclass Spit Ltda	52.480	1.606	5.061	773	48.252
Topinvest Educação Financeira Ltda	12.216	1.012	1.683	–	11.545
Portfel Cons.Fin.Corretora Seguros Ltda	15.886	807	5.130	1.641	9.922
Oya Educacional Ltda. – Scp Primo & Barsi	2.533	–	2.610	9	(87)
Oya Educ.Ltda-Scp Primo&Flavio Augusto	980	–	1.103	4	(127)
Oya Educ.Ltda-Scp Primo&W/MBA	310	118	1.094	2	(668)
Faculdade Hub Ltda	15.317	13.549	9.649	33	18.205
O Primo Rico SCP Memento	3.344	–	1.000	–	2.344
Dinheirama Ltda	207	–	255	–	(48)

(ii) Coligadas e outros investimentos

Coligadas e outros investimentos	**% Participação**	**Saldo em 31/12/2023**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos recebidos**	**Saldo em 31/12/2024**
Bossa Nova Invest.E Part. Ltda	1,44%	6.422	–	–	6.422
Jovens de Negócios Midia e Produções Ltda	20%	1.000	55	–	1.055
Outros investimentos					
Mkx Treinamento Em Desenv. Profi	14,88%	2.500	–	–	2.500
Total		**9.922**	**55**	**–**	**9.977**

8. Imobilizado

		Bens em operação				Depreciação acumulada				Controladora	
	Taxa depreciação	**31/12/2023**	**Adição**	**Baixa**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**Adição**	**Baixa**	**31/12/2024**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Instalações e benfeitorias	4% à 10%	3.142	–	–	3.142	(1.682)	(567)	–	(2.249)	893	1.460
Máquinas e equipamentos	10%	1.558	15	–	1.573	(526)	(343)	–	(869)	704	1.032
Móveis e utensílios	10%	2.030	–	–	2.030	(360)	(202)	–	(562)	1.468	1.670

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A.

		Bens em operação				Depreciação acumulada				Controladora	
	Taxa depreciação	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Equipamentos de informática	20%	4.056	341	–	4.397	(1.831)	(757)	–	(2.588)	1.809	2.225
Equipamentos de processamento de dados	20%	348	–		348	(143)	–	61	(82)	266	205
Total		**11.134**	**356**	**–**	**11.490**	**(4.542)**	**(1.869)**	**61**	**(6.350)**	**5.140**	**6.592**

		Bens em operação				Depreciação acumulada				Consolidado	
	Taxa depreciação	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Instalações e benfeitorias	4% à 10%	3.378	557	–	3.935	(1.682)	(567)	–	(2.249)	1.686	1.696
Máquinas e equipamentos	10%	1.561	268	–	1.829	(526)	(484)	–	(1.010)	819	1.035
Móveis e utensílios	10%	2.175	264	–	2.439	(390)	(218)	–	(608)	1.831	1.785
Equipamentos de informática	20%	4.552	381	–	4.933	(2.142)	(860)	–	(3.002)	1.931	2.410
Equipamentos de processamento de dados	20%	348	–	–	348	(143)	–	62	(81)	267	205
Total		**12.014**	**1.470**	**–**	**13.484**	**(4.883)**	**(2.129)**	**62**	**(6.950)**	**6.534**	**7.131**

9. Intangível

		Bens em operação			Amortização acumulada				Controladora	
	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Marcas e patentes **(a)**	1.025	–	–	1.025	–	–	–	–	1.025	1.025
Software **(b)**	1	–	–	1	–	–	–	–	1	1
Instagram	300	–	–	300	–	–	–	–	300	300
Clausula de não concorrência **(c)**	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
E-commerce	569	–	–	569	–	–	–	–	569	569
Produção de conteúdo/cursos **(d)**	2.411	45	–	2.456	–	(438)	–	(438)	2.018	2.411
Direito de uso **(e)**	–	1.280	–	1.280	–	(278)	–	(278)	1.002	–
Projeto audiovisual de longa-metragem	916	–	–	916	–	–	–	–	916	916
Total	**5.222**	**1.325**	**–**	**6.547**	**–**	**(716)**	**–**	**(716)**	**5.831**	**5.222**

		Bens em operação			Amortização acumulada				Consolidado	
	31/12/2023	Adição	Baixa/transferência	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Marcas e patentes **(a)**	11.274	–	3.037	14.311	–	–	–	–	14.311	11.274
Software **(b)**	9.996	–	3.428	13.424	(2.592)	(935)		(3.527)	9.897	7.404
Instagram	300	–	–	300	–	–	–	–	300	300
Plataforma de cursos	10.599	–	850	11.449	(1.000)	(2.000)	–	(3.000)	8.449	9.599
Ativos intangíveis adquiridos a partir de terceiros	1.009	819	–	1.828	–	(1.468)	–	(1.468)	360	1.009
Clausula de não concorrência **(c)**	879	–	–	879	–	–	–	–	879	879
Goodwill **(d)**	58.102	–	(7.356)	50.746	–	–	–	–	50.746	58.102
E-commerce	569	–	–	569	–	–	–	–	569	569
Produção de conteúdo/cursos **(d)**	2.462	5	–	2.467	–	(438)	–	(438)	2.029	2.462
Direito de uso **(e)**	–	1.280	–	1.280	–	(278)	–	(278)	1.002	–
Projeto audiovisual de longa-metragem	916	–	–	916	–	–	–	–	916	916
Blox sistema gratificado de educação por competência ltda	850	–	(850)	–	–	–	–	–	–	850
Sistema de processamento de dados	157	–	–	157	–	–	–	–	157	157
Total	**97.113**	**2.104**	**(891)**	**98.326**	**(3.592)**	**(5.119)**	**–**	**(8.711)**	**89.615**	**93.521**

(a) Alocação de ágio derivado da aquisição da Companhia Topinvest em benefício econômico de marca; **(b)** Alocação de ágio derivado da aquisição da Companhia Topinvest em benefício econômico de software; **(c)** Produção de conteúdo da Companhia ele está sendo amortizado de acordo com a expectativa de benefícios econômicos futuros; **(d)** O Goodwill é referente a aquisição das seguintes Companhias: (i) 51% de quotas de emissão da Portfel Consultoria Financeira e Corretora de Seguros Ltda.; (ii) compra de 100% das quotas da Topinvest Educação Financeira Ltda.; e compra de 100% das quotas Grão Pagamentos e Finanças Pessoais Ltda. **(e)** Saldo refere-se ao reconhecimento do contrato de locação do arrendamento, seguindo o que determina o CPC 06. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de Companhia especializada independente.

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil-econômica dos itens que compõem seu ativo intangível de vida útil definida e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores diversos **(a)**	694	6.261	2.684	7.998
Total	**694**	**6.261**	**2.684**	**7.998**

(a) A Companhia registrou uma redução significativa do saldo de fornecedores devido a revisão das suas políticas de prazo médio de pagamento.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações semestrais	3.057	–	6.676	–
Provisão de férias e encargos	1.000	842	1.602	1.143
INSS a recolher	377	346	650	508
IRRF a recolher	248	261	366	357
FGTS a recolher	79	94	135	146
Salários a pagar	11	1.625	11	2.532
Outros	2	40	9	261
Total	**4.774**	**3.208**	**9.449**	**4.947**

12. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	–	2.195	4.142	5.302
CSLL a recolher	–	813	1.547	2.000
ISS a recolher	178	269	527	509
Impostos retidos de terceiros a recolher	35	7	94	11
PIS e COFINS a recolher	723	–	1.418	656
Outras obrigações a recolher	165	66	174	79
Total	**1.101**	**3.350**	**7.902**	**8.557**

13. Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes **(a)**	750	1.668	2.726	14.797
Outros adiantamentos	–	80	–	81
Total	**750**	**1.748**	**2.726**	**14.878**

(a) Os adiantamento de clientes, são recebimentos dos cursos de pós-graduação/MBA à vista, e serão reconhecidos no resultado como receita conforme obrigação de desempenho cumprida de acordo com a competência.

14. Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a pagar (a)	–	7.710	–	7.710
Total	**–**	**7.710**	**–**	**7.710**

(a) Dividendos provisionados em 2023 e pagos durante o exercício de 2024

15. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Meios de recebimento	–	154	–	154
Provisão gestão de tráfego **(a)**	957	1.269	1.620	1.269
Receita diferida **(b)**	1.320	603	1.320	705
Aluguel a pagar **(c)**	1.078	–	1.078	–
Outros	40	205	676	2.504
Total	**3.395**	**2.231**	**4.694**	**4.632**
Circulante	**2.438**	**200**	**2.634**	**1.233**
Não circulante	**957**	**2.031**	**2.060**	**3.399**

(a) Pagamento parceiros Facebook e Google referente a *revenue share* tráfego pago. **(b)** Valor recebido e faturado referente a prestação de serviços de publicidade e parceria Bity e Bruno Perini. A prestação de serviços ocorrerá entre o período de dezembro de 2024 à dezembro de 2025, totalizando 12 meses. **(c)** Saldo refere-se ao pagamento de aluguel conforme CPC 06 Arrendamento. **16. Provisão para demandas judiciais –** Para todas as questões que estão sendo contestadas, é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos internos e externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões trabalhistas e cíveis. Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	70	50	70	50
Cível	31	70	41	142
Total	**101**	**120**	**111**	**192**

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**120**	**192**
Reversões	(19)	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**101**	**111**

Perdas possíveis: As controladas da Companhia têm ações de natureza trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais para as quais não há provisão constituída no montante de R$ 1.202 (R$1.159 para o exercício de 2023). **17. Patrimônio líquido – (a) Capital social:** Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o aumento do capital da Companhia em R$ 35.317 (trinta e cinco milhões trezentos e dezessete mil reais), mediante a emissão de 4.913.128 (quatro milhões, novecentos e treze mil, cento e dezoito) quotas , totalmente subscritas e integralizadas de modo que o capital social da Companhia passa a ser de R$ 53.767 (cinquenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais), divididos em 13.964.997 (treze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete), quotas subscritas e sem valor nominal.. Em 31 de janeiro de 2024, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a conversão da totalidade das quotas representativas da totalidade do capital social da Companhia em igual número e ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na proporção de 1 (uma) quota para 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 53.767 (cinquenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais), divididos em 13.964.997 (treze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete), ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal e 1.009.847 (um milhão, nove mil, oitocentos). Em 05 de dezembro de 2024, foi elaborada e aprovada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a ATA foi registrada na junta comercial de São Paulo em 23 de janeiro de 2025, com a deliberação sobre (i) a alteração do endereço da sede da Companhia; (ii) a conversão da totalidade de ações preferenciais classe A, nominativas, e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em razão do pagamento, pela Companhia, de todos os dividendos Preferenciais até então declarados/ (iii) alteração das características das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia/ (iv) a criação de nova classe de ações preferenciais nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser denominada "ações preferenciais classe C"/ (v) a conversão da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia detidas pelo acionista Endor Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em ações preferenciais classe B e ações preferenciais classe C de emissão da Companhia; (vi) a alteração dos Artigos 3º e 6º do estatuto social da Companhia para refletir as alterações ora deliberadas; e (vii) a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia. Em razão da deliberação acima, a Companhia passa a ter sede na cidade de Barueri, Estão de São Paulo, na Avenida Copacabana, nº 325, 2º e 21º andar. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, bem e direitos, é de R$ 53.767 (cinquenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais), divido em 11.485.451 (onde milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e noventa e cinco) ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal, 4.121.095 (quatro milhões, cento e vinte e uma mil e noventa e cinco) ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal e 3.271.579 (três milhões, duzentas e setenta e um mil, quinhentas e setenta e nove) ações preferenciais classe C, nominativas e sem valor nominal. **(b) Reserva de capital:** A reserva de capital representa R$ 13.801 em 2024. **(c) Reserva legal:** Em dezembro de 2024, a Companhia constituiu o montante de R$ 2.756, a título de reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), que estabelece a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para essa reserva, até o limite de 20% do capital social; **(d) Lucros distribuídos:** O Contrato Social da Companhia determina que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados , se houver, bem como a provisão dos imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, terá a destinação de 0,1% (zero vírgula um porcento), no mínimo, será distribuído, como dividendos obrigatórios, a todos os acionistas. **18. Receita líquida de serviços e venda de mercadorias** – A seguir apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta				
Receita bruta de serviços (a)	59.000	126.555	204.847	197.796
Receita bruta de serviços mercado externo (a)	3.461	4.981	4.894	7.907
Receita bruta na venda de mercadoria (b)	–	5	20.822	32.804
Receita bruta na venda externo de mercadoria (b)	–	–	541	4.731
Total	**62.461**	**131.541**	**231.104**	**243.238**
Imposto e contribuições sobre receitas				
PIS	(967)	(1.364)	(2.065)	(2.053)
Cofins	(4.525)	(6.280)	(9.593)	(9.463)
ISS	(1.536)	(3.863)	(4.471)	(5.308)
Devoluções e cancelamentos	(617)	–	(711)	(1.402)
Outros	(132)	(1)	(134)	(23)
Total	**(7.777)**	**(11.508)**	**(16.974)**	**(18.249)**
Receita líquida	54.684	120.033	214.130	224.989

(a) Receita de serviços de cursos livres, assinaturas, educação formal, consultoria, publicidade, taxa de gestão de fundos, eventos e palestras. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas segundo os critérios do CPC 47, em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. **(b)** Receita de venda de material dos cursos de educação formal, sendo o aumento também refletido pela oferta de novos cursos e turmas em 2024. **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas.

Tipo	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento de receita
Cursos livres	Conteúdo de educação financeira disponibilizado por meio de plataforma digital	Na abertura do curso e disponibilização do acesso ao cliente
Assinatura	Conteúdo financeiro disponibilizado por meio de plataforma digital com contratação mínima anual	Na disponibilização do login e senha
Educação formal	Curso de pós-graduação/MBA online	Na prestação mensal do serviço
Publicidade	Inserção de publicidade nos canais de comunicação da Companhia, Youtube, Instagram e Facebook	No momento da inserção da publicidade
Palestra	Palestras ministradas pelos influenciadores	Na realização da palestra
Ativos sob custódia	Gestão de ativos de terceiros alocados em Fundos de Investimentos	Mensalmente conforme apuração do administrador do fundo
Venda de mercadorias	Vendas de produtos das marcas para os clientes	Na entra do produto
Consultoria	Consultoria financeira com contrato por período indeterminado	Mensalmente conforme apuração da custódia e percentual do contrato com o cliente

19. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos **(a)**	(20.486)	(14.130)	(34.594)	(19.992)
Propaganda e publicidade	(18.591)	(26.237)	(25.797)	(31.556)
Serviços prestados por terceiros (b)	(15.329)	(14.267)	(39.571)	(26.804)
Programas e licenças de softwares	(4.280)	(3.057)	(8.462)	(4.581)
Depreciação e amortização	(2.622)	(2.127)	(7.248)	(4.621)
Eventos	(2.411)	(5.099)	(4.088)	(5.213)
Premios **(c)**	(1.989)	(1.026)	(3.760)	(3.332)
Aluguéis de imóveis	(1.443)	(1.400)	(2.015)	(1.443)
Assistência médica e odontológica	(1.193)	(1.129)	(2.221)	(1.822)
Meios de recebimento	(1.052)	(3.257)	(5.224)	(5.873)
Produção de conteúdo	(803)	(364)	(1.452)	(366)
Moderação de conteúdo	(530)	(2.477)	(815)	(2.479)
Despesas legais e judiciais	(427)	(666)	(531)	(697)
Vale alimentação e transporte	(276)	(1.601)	(409)	(2.096)
Comissões	(248)	(507)	(248)	(523)
Autônomos	(27)	(281)	(1.427)	(1.338)
Licença de direito de imagem	–	–	–	–
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	–	–	5.197	(3.788)
Outras	(3.735)	(2.463)	(2.665)	(3.615)
Total	**(75.442)**	**(80.088)**	**(135.330)**	**(120.139)**
Apresentadas como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	**(21.056)**	**(28.346)**	**(50.362)**	**(42.451)**
Despesas comerciais	**(20.995)**	**(27.058)**	**(28.657)**	**(36.334)**
Despesas gerais e administrativas	**(33.391)**	**(24.684)**	**(56.311)**	**(39.354)**

(a) O aumento do saldo de 2023 para 2024, foi devido as contratações de funcionários em decorrência do aumento das atividades da Companhia e de suas investidas. **(b)** O saldo refere-se, majoritariamente, pela contratação de serviços terceiro de jurídico, consultoria e contabilidade. **(c)** Prêmios pagos a colaboradores elegíveis baseados no desempenho medido a partir do atingimento de metas da Companhia e das Unidades.

20. Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais				
Royalties **(a)**	593	753	593	753
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível	240	191	240	191
Outras receitas	202	144	(127)	335
Total	**1.035**	**1.088**	**706**	**1.279**
Outras despesas operacionais				
Taxas diversas	(78)	(57)	(102)	(66)
Despesas indedutíveis	–	(49)	(1.384)	(49)
Impostos e taxas	–	(39)	–	(145)
Outras despesas	(23)	(87)	(28)	(93)
Total	**(101)**	**(232)**	**(1.514)**	**(353)**
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	**934**	**856**	**(808)**	**926**

(a) Recebimento de percentual de venda de livro.

21. Resultado líquido financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.495	2.309	4.568	3.090
Juros e multas recebidos	47	320	81	590
Outras receitas financeiras	213	–	213	25
Total	**1.755**	**2.629**	**4.862**	**3.705**
Despesas financeiras				
Atualização monetária	(488)	(401)	(488)	(402)
IOF	(94)	(270)	(119)	(318)
Variação cambial	–	(128)	–	(134)
Multas e juros **(a)**	–	–	(881)	–
Outras despesas financeiras	(636)	(44)	(902)	(248)
Total	**(1.218)**	**(843)**	**(2.390)**	**(1.102)**
Resultado líquido financeiro	**537**	**1.786**	**2.472**	**2.603**

(a) Multas e juros fiscais relativos à entrega de obrigação acessória em atrasado.

22. Imposto de renda e contribuição social corrente – Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**55.132**	**78.100**	**80.519**	**110.379**
Equivalência patrimonial	(74.419)	(35.513)	(74.419)	(35.513)
Provisões diversas	(3.172)	(14.204)	(3.172)	(14.204)
Ajustes trazidos pelo CPC 06 Arrendamento	(76)	–	(76)	–
Lucro (prejuízo) fiscal	**(22.535)**	**28.383**	**2.852**	**60.662**
Alíquota básica	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Impostos com base na alíquota básica (Empresas tributadas pelo lucro real)	**(2)**	**(9.650)**	**(2)**	**(9.650)**
Controladas tributadas pelo lucro presumido	–	–	(16.534)	(9.211)
Imposto de renda e contribuição social	**(2)**	**(9.650)**	**(16.537)**	**(18.861)**
Alíquota efetiva	**0%**	**12%**	**21%**	**17%**

A Controladora é optante pelo Lucro Real e realiza a Estimativa Mensal para a apuração do IRPJ e da CSLL. Ela possui um incentivo fiscal que consiste na dedução do Lucro da Exploração instituído pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE criado pela Lei 14.148/21, com o objetivo de criar condições para a retomada e reabilitação do Setor de Eventos, tendo em vista o estado pandêmico e de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo 6/2020, permitiu a redução, a partir de 18 de março de 2022, para alíquota zero (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses dos seguintes tributos: PIS, COFINS, CSLL e IRPJ. O incentivo Perse foi até março/2024 para isenção de CSLL e dezembro/2024 para IRPJ. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou em sua apuração de ajuste anual uma despesa de IRPJ e CSLL no valor de R$ 2, considerando as compensações das retenções que a O PRIMO RICO teve, não houve impostos a recolher em dezembro de 2024 pela Companhia. **23. Gestão de riscos financeiros –** A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de mercado (taxa de juros e câmbio) e risco de liquidez. **a) Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito de contas a receber é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia avalia a concentração de risco com relação às contas a receber como baixo, dado que os principais clientes da Companhia se concentram no mercado financeiro, e o índice de inadimplência é baixo. **b) Risco de taxas de juros:** O risco de taxas de juros decorre das aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez visa manter caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar passivos financeiros nos seus respectivos vencimentos. A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2024	Até 06 meses	De 06 a 12 meses	De 01 a 02 anos	De 02 a 05 anos	Total
Fornecedores	2.387	2.387	–	–	**4.774**
Outras contas a pagar	1.219	1.219	957	–	**3.395**
Partes relacionadas	3.117	3.117	5.199	5.199	**16.632**
Total	**6.723**	**6.723**	**6.156**	**5.199**	**24.801**

2023	Até 06 meses	De 06 a 12 meses	De 01 a 02 anos	De 02 a 05 anos	Total
Fornecedores	3.131	3.130	–	–	**6.261**
Adiantamento de clientes	874	874	–	–	**1.748**
Outras contas a pagar	100	100	–	–	**200**
Dividendos a pagar	3.855	3.855	–	–	**7.710**
Partes relacionadas	13.074	13.074	–	–	**26.148**
Total	**21.034**	**21.034**	**–**	**–**	**42.067**

d) Análise dos instrumentos financeiros: No reconhecimento inicial, a Companhia classifica um ativo financeiro como mensurado pelo custo amortizado, ou ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR") com base nos seguintes critérios em conjunto: • No modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e • Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. O valor contábil não difere significativamente do seu valor justo, uma vez que as aplicações financeiras são de liquidação imediata e não há juros embutidos em contas a receber e contas a pagar. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito importante nos valores de realização estimados. A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	Controladora 31/12/2024		Consolidado 31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	64	64	433	433
Contas a receber	21.303	21.303	67.398	67.398
Partes relacionadas	8.315	8.315	9.464	9.464
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	3.623	20.331	51.487	49.821
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	694	694	2.684	2.684
Obrigações trabalhistas e sociais	4.774	4.774	9.449	9.449

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A.

	Controladora 31/12/2024		Consolidado 31/12/2024	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Obrigações tributárias	1.101	1.101	7.902	7.902
Partes relacionadas	16.632	16.632	17.838	17.838

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, para equivalentes de caixa. **24. Cobertura de seguros** – A Companhia não possui, no julgamento da sua administração, cobertura de seguros para a controladora e suas controladas, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado. **25. Eventos subsequentes** – A investida Faculdade Hub Ltda., aderiu no primeiro semestre de 2025, ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096/2005, que concede isenção dos tributos federais PIS, COFINS, IRPJ e CSLL às instituições de ensino superior participantes. Para a manutenção no programa, a Companhia deve cumprir determinados requisitos, incluindo a oferta de bolsas de estudo integrais a um número mínimo de 82 alunos matriculados no curso de Graduação em Administração. O monitoramento dos alunos contemplados pelo programa segue conforme o cálculo Proporção de Ocupação Efetiva de Bolsas (POEB): a) em março, com base nos dados do 1º semestre do ano-calendário; b) em setembro, com base nos dados do 2º semestre do ano-calendário; c) anualmente, que será calculada da seguinte mediante a utilização da seguinte fórmula: A administração da Companhia segue monitorando o cumprimento das exigências do PROUNI, garantindo a conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Diretoria
Fernando Lucas Correa da Silva – Contador CRC 1SP 262.012/O-1

BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 34.337.707/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da **BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.**, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Balanço Patrimonial levantado em 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante		**356.430**	**209.397**
Disponibilidades		**189.570**	**182.961**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	186.526	181.890
Reservas Livres	(4)	3.044	1.071
Aplicações em títulos e valores mobiliários e instrtumentos financeiros derivativos		–	–
Relações Interfinanceiras	(6)	–	–
Depósitos no Banco Central do Brasil		–	–
Operações de crédito		**1.911**	**3.258**
Setor privado		2.048	4.290
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(137)	(1.032)
Outros créditos	(5)	**164.949**	**23.178**
Diversos		164.949	23.178
Total do ativo		**356.430**	**209.397**

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante		**193.582**	**89.789**
Outras obrigações		**193.582**	**89.789**
Fiscais e previdenciárias	(6a)	61.176	24.850
Diversas	(6b)	132.406	64.939
Patrimônio líquido		**162.848**	**119.608**
Capital		**7.000**	**7.000**
De domiciliados no País	(8a)	7.000	7.000
Aumento de Capital		–	–
Reservas de Lucros	(8b)	**155.848**	**112.608**
Reserva Legal		1.400	1.400
Reserva de Lucros		154.448	111.208
Ajustes de Avaliação Patrimonial		**–**	**–**
Ajustes de Avaliação Patrimonial		–	–
Total do passivo e patrimônio liquido		**356.430**	**209.397**

Demonstração do Resultado dos exercícios e semestres findos em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)

	Notas	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 2º Semestre	2023 Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		**312**	**553**	**422**	**1.018**
Operações de crédito		312	553	422	1.018
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**312**	**553**	**422**	**1.018**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**70.322**	**169.136**	**23.661**	**64.983**
Receitas de prestação de serviços		6.517	12.127	2.978	3.660
Despesas de Honorários	(9)	(211)	(419)	(261)	(516)
Outras despesas administrativas	10	(108.459)	(143.813)	(89.201)	(117.302)
Despesas tributárias	11	(8.350)	(14.842)	(4.442)	(7.117)
Outras receitas operacionais	12	214.627	379.436	114.685	186.356
Outras despesas operacionais		(33.802)	(63.353)	(98)	(98)
Resultado Operacional		**70.634**	**169.689**	**24.083**	**66.001**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		**70.634**	**169.689**	**24.083**	**66.001**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(23.715)**	**(57.396)**	**(7.899)**	**(22.137)**
Provisão para imposto de renda	13	(17.352)	(42.114)	(5.732)	(16.198)
Provisão para contribuição social	13	(6.363)	(15.282)	(2.167)	(5.939)
Lucro Líquido do Período		**46.919**	**112.293**	**16.184**	**43.864**
Número de Ações		7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000
Lucro Líquido por lote de mil Ações e/ou quotas – em R$		**6,70**	**16,04**	**2,31**	**6,27**

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercicios e semestres findos em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 2º Semestre	2023 Exercício
Lucro líquido do exercício	**46.919**	**112.293**	**16.184**	**43.864**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	–
Resultado abrangente para o exercício, líquido de tributos	**46.919**	**112.293**	**16.184**	**43.864**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutárias	Lucros acumulados	Ajuste Valor Patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023		**7.000**	**1.400**	**103.406**	**–**	**–**	**111.806**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	43.864		**43.864**
Destinações:							
Ajuste Valor Patrimonial		–	–	–	–	–	**–**
Aumento de Capital Social		–		–			**–**
Distribuição Lucros				(36.062)			**(36.062)**
Transferência para reserva estatutária	8b	–	–	43.864	(43.864)	–	**–**
Reserva legal		–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**7.000**	**1.400**	**111.208**	**–**	**–**	**119.608**
Mutação do exercício		**–**	**–**	**7.802**	**–**	**–**	**7.802**
Saldos em 01 de janeiro de 2024	8a	**7.000**	**1.400**	**111.208**	**–**	**–**	**119.608**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	112.293		**112.293**
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	**–**
Aumento de Capital Social		–		–			**–**
Distribuição Lucros				(69.053)			**(69.053)**
Transferência para reserva estatutária	8b	–	–	112.293	(112.293)	–	**–**
Reserva legal		–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**7.000**	**1.400**	**154.448**	**–**	**–**	**162.848**
Mutação do exercício		**–**	**–**	**43.240**	**–**	**–**	**43.240**
Saldos em 30 de junho de 2023		**7.000**	**1.400**	**131.086**	**–**	**–**	**139.486**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	16.184		**16.184**
Ajuste Valor Patrimonial						–	**–**
Aumento de Capital Social		–		–			**–**
Distribuição Lucros		–	–	(36.062)	–	–	**(36.062)**
Transferência para reserva estatutária	8b	–	–	16.184	(16.184)	–	**–**
Reserva legal		–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**7.000**	**1.400**	**111.208**	**–**	**–**	**119.608**
Mutação do semestre		**–**	**–**	**(19.878)**	**–**	**–**	**(19.878)**
Saldos em 30 de junho de 2024		**7.000**	**1.400**	**165.701**	**–**	**–**	**174.101**
Lucro líquido do semestre		–	–	–	46.919		**46.919**
Destinações:							
Dividendos		–	–	–	–	–	**–**
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	**–**
Ajuste Valor Patrimonial						–	**–**
Aumento de Capital Social		–	–	–	–	–	**–**
Distribuição de Lucros				(58.172)			**(58.172)**
Transferência para reserva estatutária	8b	–	–	46.919	(46.919)	–	**–**
Reserva legal		–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8a	**7.000**	**1.400**	**154.448**	**–**	**–**	**162.848**
Mutação do semestre		**–**	**–**	**(11.253)**	**–**	**–**	**(11.253)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto dos exercícios e semestres findos em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 2º Semestre	2023 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	**69.826**	**168.794**	**24.083**	**66.020**
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	**70.634**	**169.689**	**24.083**	**66.001**
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	(808)	(895)	–	19
Variação de ativos e obrigações	**(41.292)**	**(93.132)**	**58.068**	**63.841**
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez – BC	–	–	–	–
(Aumento) em Relações Interfinanceiras	–	–	–	–
(Aumento) operações de crédito	(838)	2.242	(1.594)	(3.010)
Redução(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(133.827)	(141.771)	13.528	70.803
Aumento em outras obrigações	117.088	103.793	18.189	18.185
Ajuste avaliação patrimonial	–	–	35.844	–
Imposto de renda e contribuição social	(23.715)	(57.396)	(7.899)	(22.137)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	**28.534**	**75.662**	**82.151**	**129.861**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**–**	**–**
Dividendos pagos	(58.173)	(69.053)	(36.062)	(36.062)
Caixa líquido aplicado nas/(proveniente das) atividades de financiamento	**(58.173)**	**(69.053)**	**(36.062)**	**(36.062)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(29.639)**	**6.609**	**46.089**	**93.799**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercícios	219.209	182.961	136.872	89.162
No fim do semestre/exercícios	189.570	189.570	182.961	182.961
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(29.639)**	**6.609**	**46.089**	**93.799**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Valores em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)*

1. Contexto operacional – A **BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.**, (a qual neste relatório, quando necessário, será denominada de "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, constituída pelas disposições da Resolução CMN nº 4.656 de 26 de abril de 2018 do Conselho Monetário Nacional e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2019, tendo iniciado as operações em outubro de 2019. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 alterada pela Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2009. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras, quando aplicável, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável – impairment – de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 31 de março de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações. **3. Principais práticas contábeis adotadas –** As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre; **ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título "Ajuste de avaliação patrimonial"; **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento. **c) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. O resultado nas operações de crédito cedidas é registrado no resultado do exercício, na data da realização destas operações. As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros são baixados se a compra ou a venda da carteira for com retenção ou sem retenção/transferência substancial dos riscos e benefícios. A Instituição opera com cessão de crédito exclusivamente sem retenção substancial dos riscos e benefícios. **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*"):** A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não teve nenhum ativo sujeito ao teste de *impairment*. **d) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Administração da Instituição considera que, do ponto de vista fiscal, a SCD é "instituição financeira", porém não está automaticamente sujeita aos regimes especiais de tributação aplicáveis às instituições financeiras. A legislação fiscal vigente demonstra que as SCD's não estão relacionadas no rol das instituições financeiras que estão sujeitas aos seguintes regimes: *"Obrigatoriedade ao regime de tributação no lucro real: o Artigo 14, II, da Lei 9.718/98 relaciona as instituições financeiras que estão obrigatoriamente sujeitas à apuração do lucro real. As SCDs não constam dessa relação, de forma que podem optar pela sistemática do lucro presumido ou do lucro real, desde que atendam aos demais critérios para enquadramento nestes regimes;"* – A opção da Instituição para o exercício de 2024 e 2023 foi pelo lucro real. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro real tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro real tributável para contribuição social. **e) Provisões para riscos, obrigações legais, passivos e ativos contingentes:** As provisões para riscos e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando considerados "praticamente certos", que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Provisões para riscos: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados nem divulgados. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **f) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **h) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **i) Partes relacionadas:** A Instituição no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não realizou transações com partes relacionadas. **3.1. Mudanças a serem aplicadas a partir de janeiro de 2025 – Impactos da adoção da Resolução nº 4.966/2021:** A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPJ"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, descrevendo a metodologia completa, evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS). A Instituição avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada, segundo melhores estimativas, para a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, um acréscimo do provisionamento no valor aproximado de R$ 233 correspondente a 0,14% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão realizados a partir de 01 de janeiro de 2025 dentro do patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Disponibilidades	189.570	182.961
Total	**189.570**	**182.961**

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados: **5. Outros créditos**

Descrição	2024	2023
Impostos e Contribuições a compensar	17.923	8.393
Cessões de créditos a processar	116.497	14.773
Adiantamentos a Fornecedores	30.501	–
Crédito Tributário Diferido	28	12
Total	**164.949**	**23.178**

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

6. Outras obrigações –

a) Fiscais e previdenciárias	2024	2023
Provisão para o imposto de renda e contribuição social	57.412	22.149
Pis/Cofins a recolher	2.337	896
Outros impostos e Contribuições a recolher	1.427	1.805
Total	**61.176**	**24.850**

b) Diversas	2024	2023
Comissões a pagar	–	–
Honorários a pagar	–	54
Operações de crédito a liquidar	67.506	39.605
Provisão pagamentos a efetuar	64.900	25.280
Total	**132.406**	**64.939**

7. Provisão para passivos contingentes – Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 as contingências relacionadas a processos trabalhistas, contingências de tributários e processos cíveis não foram constituídas, motivado pela inexistência absoluta de tais processos decorrentes da recente constituição da Instituição. As declarações de rendimentos da Instituição estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes aos períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação pelas autoridades fiscais. **8. Patrimônio líquido – a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado é constituído por 7.000.000 ações ordinárias, com valor nominal no valor total de R$ 7.000. **b) Reservas de lucros:** O Estatuto Social prevê que do lucro líquido do exercício, serão destinados: • 5% para o Fundo de Reserva Legal (FRL), até atingir 20% do capital social; O valor da reserva em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.400. • 25% para dividendo aos acionistas, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2024 foi distribuído lucro de R$ 69.053 aos sócios, proporcionalmente a participação no Capital Social. Em 31 de dezembro de 2023 foi R$ 33.062. O Saldo da Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 154.448 e R$ 111.208 em 31 dezembro de 2023.

9. Despesa de Honorários

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	2º Semestre 2023	31/12/2023
Honorários da Administração (nota 14a)	211	419	261	516
Total	**211**	**419**	**261**	**516**

10. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	2º Semestre 2023	31/12/2023
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro (a)	1.214	1.596	623	840
Despesas com Serviços de Terceiros (b)	78.553	87.100	62.341	88.745
Despesas com comunicação	92	143	36	75
Encargos sociais	863	899	36	72
Despesas com Propaganda e Publicidade	21	21	58	66
Despesa com Pessoal	2.213	2.213	–	–
Despesas Promoções e Relações Públicas	100	363	367	446,00
Despesas com Provisões Operacionais	135	1.543	259	385
Entidade de Classe	–	4	81	157
Despesa área Comercial	23.334	47.581	25.055	26.096
Juros e Multas	–	118	2	61
Despesas administrativas	84	167	–	–
Despesas de Manutenção e conservação de bens	22	95	–	–
Despesas de Contribuições Filantrópicas	–	315	–	–
Outras	1.828	1.655	343	359
Total	**108.459**	**143.813**	**89.201**	**117.302**

(a) Referem-se principalmente a despesas bancárias; (b) Referem-se principalmente a despesas com serviços despachantes.

11. Despesas Tributárias

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	2º Semestre 2023	31/12/2023
Despesas com Cofins	6.602	11.714	3536	5.722
Despesas com Pis	1.430	2.538	766	1.240
Despesas com ISS	314	586	136	150
Outros Impostos e Taxas	4	4	4	5
Total	**8.350**	**14.842**	**4.442**	**7.117**

12. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	2º Semestre 2023	31/12/2023
Lucros em Operações de Venda de Ativos Financeiros – Cessão De Crédito	213.249	377.752	113.073	184.744
Outras Rendas Operacionais	1.378	1.684	1.612	1.612
Outras	–	–	–	–
Total	**214.627**	**379.436**	**114.685**	**186.356**

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.

13. Imposto de renda e contribuição social – A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período pode ser assim demonstrada:

	2º Semestre 2024		31/12/2024	
Lucro Real	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**70.634**	**70.634**	**169.689**	**169.689**
Adições/ exclusões	**605**	**184**	**2065**	**1650**
Total das adições	**605**	**184**	**2065**	**1650**
Total das exclusões	**(1.250)**	**–**	**(1.494)**	**(1.494)**
Base do imposto de renda e da contribuição social	**69.989**	**70.818**	**170.260**	**169.845**
Alíquotas: IR (25%) CS (9%)	**17.497**	**6.374**	**42.565**	**15.286**
Incentivo Fiscal	**(12)**		**(439)**	**–**
Imposto de renda/Contribuição Social Diferid	**(133)**	**(11)**	**(12)**	**(4)**
Imposto de renda/Contribuição Social no exercício	**17.352**	**6.363**	**42.114**	**15.282**
Aliquota Efetiva	**24,6%**	**9,0%**	**24,8%**	**9,0%**

	2º Semestre 2023		31/12/2023	
Lucro Real	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**24.083**	**24.083**	**66.001**	**66.001**
Adições/ exclusões	**601**	**234**	**684**	**317**
Total das adições	**601**	**234**	**684**	**317**
Total das exclusões	**(203)**	**(203)**	**(388)**	**(292)**
Base do imposto de renda e da contribuição social	**24.481**	**24.114**	**66.297**	**66.026**
Alíquotas: IR (25%) CS (9%)	**6.120**	**2.169**	**16.574**	**5.942**
Incentivo Fiscal	**(376)**		**(376)**	**–**
Imposto de renda/Contribuição Social Diferid	**(7)**		**9**	**3**
Imposto de renda/Contribuição Social no exercício	**(5.732)**	**(2.167)**	**(16.207)**	**(5.942)**
Aliquota Efetiva	**-23,8%**	**-9,0%**	**-24,6%**	**-9,0%**

14. Transações com partes relacionadas – No Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Instituição não realizou operações com partes relacionadas. (a) Remuneração dos empregados e administradores: Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas, a Instituição definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante total provisionado para o pagamento dos Diretores foi de R$ 419 e em 31 de dezembro de 2023 foi R$ 516. A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e a Administração. **15. Limites Operacionais –** A Instituição está enquadrada no Segmento 5 (S5) optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado – PRS5, conforme Res. 4.606/17, apurado pelo Banco Central do Brasil.

Basileia III – Indicadores de Risco – S5	**2024**	**2023**
Patrimônio de Referência Simplificado – PRS5	162.848	119.608
Limite para Imobilização (LI)	81.424	59.804
Valor da margem para imobilização	**81.424**	**59.804**

16. Outras Informações – Outros Serviços Prestados Pelos Auditores Independentes: Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não contratou serviços da RUSSELL BEDFORD BRASIL S/S Auditores Independentes relacionados à Instituição, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover seus interesses. **19. Prevenção à Lavagem de Dinheiro –** Em cumprimento à legislação específica e à melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância com a gestão de riscos e controles internos. Todos nossos colaboradores e prestadores de serviços foram inseridos no programa de treinamento de PLD – Prevenção à lavagem de Dinheiro. **20. Gerenciamento de Estrutura de Capital –** Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a Instituição está em processo implantação de uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. **21. Gerenciamento de riscos – Gestão de Risco Operacional:** A Instituição está desenvolvendo ações visando à implantação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, e os relatórios de gerenciamento de risco operacional. **Gestão de Risco de Mercado:** A Instituição está em fase de implantação de controles de risco de mercado para atender as exigências da Resolução nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. **22. Eventos Subsequentes –** Não houve eventos subsequentes após a emissão das demonstrações financeiras.

Carlos Eduardo Benitez – Diretor
José Roberto Batista
Contador CRC 1SP 171.350/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas da
BMP Sociedade de Crédito Direto S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da BMP Sociedade de Crédito Direto S.A. (ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMP Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BMP Sociedade de Crédito Direto S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Mudanças a serem aplicadas a partir de janeiro de 2025:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.1 – Mudanças a serem aplicadas a partir de janeiro de 2025 – Impactos da adoção da Resolução nº 4.966/2021, na qual a Instituição divulga que "a Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPJ"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, descrevendo a metodologia completa, evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS). A Instituição avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada, segundo melhores estimativas, para a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, um acréscimo do provisionamento no valor aproximado de R$ 233 correspondente a 0,14% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão realizados a partir de 01 de janeiro de 2025 dentro do patrimônio líquido. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Instituição, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2025.

Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo